



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**RICARDO COSTA DE SOUSA**

**INSTRUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA PALAVRA ESCRITA: O CASO DO JORNAL**  
***O EXEMPLO* (PORTO ALEGRE, RS, 1892-1930)**

PORTO ALEGRE  
2019

**RICARDO COSTA DE SOUSA**

**INSTRUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA PALAVRA ESCRITA: O CASO DO JORNAL**

***O EXEMPLO (PORTO ALEGRE, RS, 1892-1930)***

Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção de título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Stephanou  
Linha de Pesquisa: História, Memória e Educação

PORTO ALEGRE

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Sousa, Ricardo Costa de

Instrução e circulação da palavra escrita: o caso do jornal *O Exemplo* (Porto Alegre, RS, 1892-1930) / Ricardo Costa de Sousa. -- 2019.

241 f.

Orientadora: Maria Stephanou.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Imprensa. 2. Jornal O Exemplo. 3. Instrução. 4. História da Educação. 5. História da Cultura Escrita.

I. Stephanou, Maria, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**RICARDO COSTA DE SOUSA**

**INSTRUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA PALAVRA ESCRITA: O CASO DO JORNAL**

***O EXEMPLO (PORTO ALEGRE, RS, 1892-1930)***

Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção de título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Stephanou  
Linha de Pesquisa: História, Memória e Educação

---

Prof<sup>a</sup> Maria Stephanou – Orientadora

---

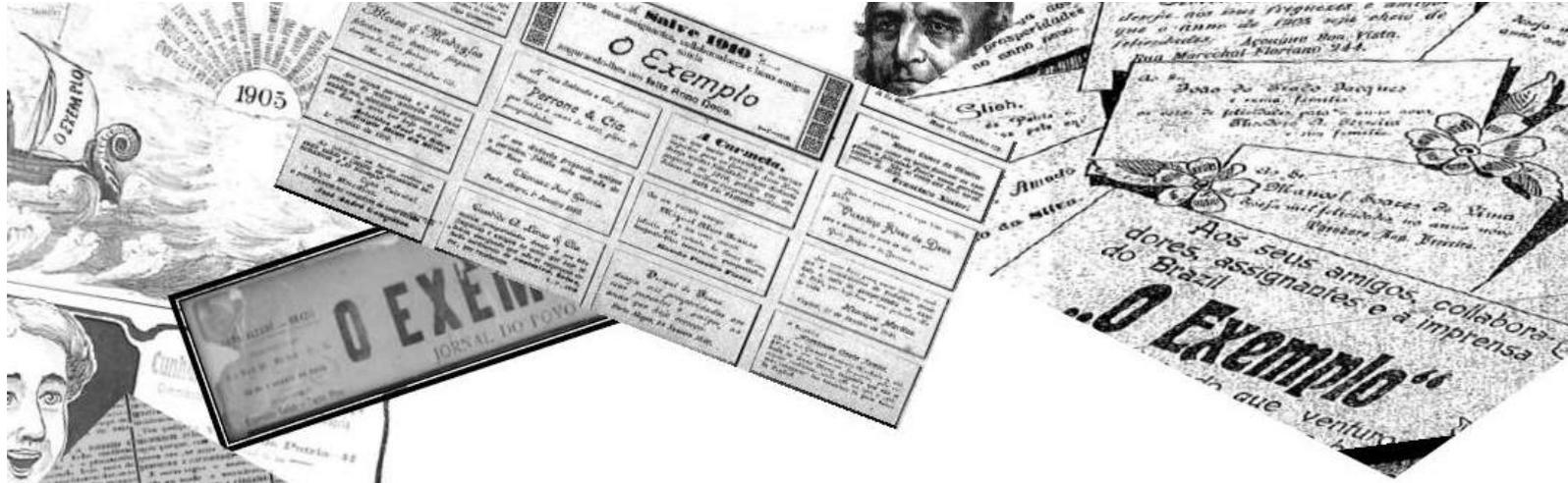
Prof<sup>a</sup> Zita Possamai - UFRGS

---

Prof. Edison Luiz Saturnino - UFRGS

---

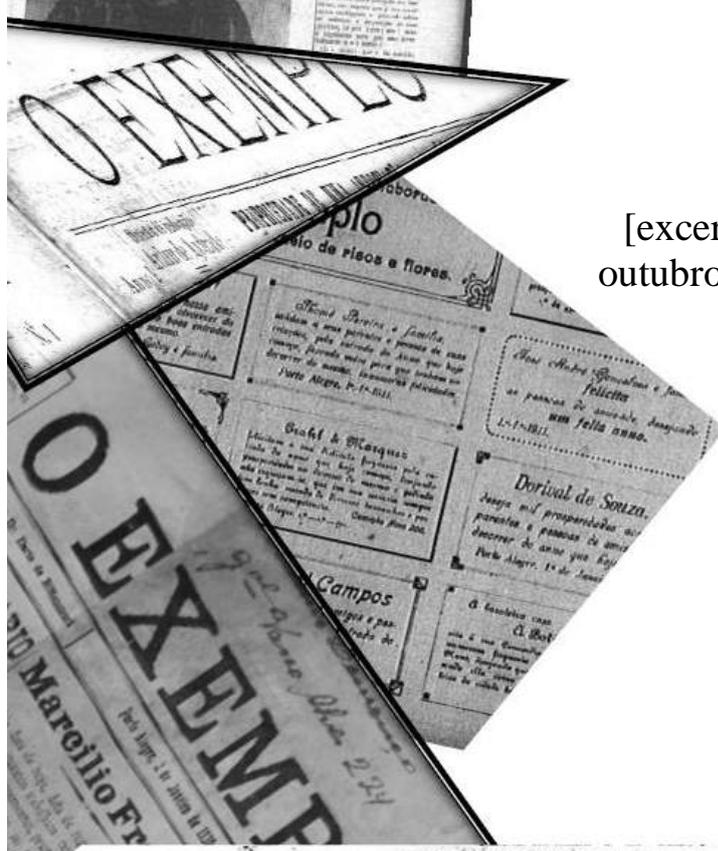
Prof<sup>a</sup> Terciane Ângela Luchese – UCS



*Que será? - É a imprensa.*

*“A imprensa é o exército. Os soldados são os tipógrafos, o estandarte o jornal, cuja missão é luz e liberdade; o quartel, a tipografia; os generais, os redatores; o campo beligerante, a sociedade; o sangue é a tinta benéfica que dá voz a esses soldados de chumbo.”*

[excerto publicado em *O Exemplo*, edição de 22 de outubro de 1893, de autoria do Padre Senna Freitas.]



## AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento especial à professora Maria Stephanou pelo acolhimento na Linha de Pesquisa História, Memória e Educação e pela orientação. Grato pelo carinho, cuidado e amizade, que se mostraram ao longo da produção desta tese. Nesta mesma linha, quero externar minha gratidão ao prof. Alceu Ravello Ferraro, meu orientador no mestrado, que fez parte desta mesma linha de pesquisa. Uma pessoa iluminada, um exemplo de humildade, generosidade e inspiração.

Às professoras Terciane Ângela Luchese e Zita Rosane Possamai, assim como ao professor Edison Luiz Saturnino, pelo aceite em integrar a banca de qualificação do projeto de tese e da defesa final da mesma.

Aos amigos da Linha de Pesquisa História, Memória e Educação, com quem pude contar em eventos, nas disciplinas, nas leituras de textos, nos cafés. Em especial, a Cássio, Martin, Naíra, Alex, Mariana, Natália, Etoal e Viviane.

Ao Carlos Roberto, do Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa, pela acolhida e socialização dos exemplares do jornal *O Exemplo* e pelas conversas que oportunizaram tomá-lo como documento a ser analisado para construção desta tese.

À Vanessa e Patrícia pela generosidade, partilha e acolhimento, como também pelas escutas e incentivos, que foram fundamentais para a realização desta tese.

À minha família, que acolheu as minhas decisões e, mais uma vez, compreendeu o meu distanciamento. De modo especial, à minha mãe Antonia e a Elinete, agradecimento que estendo aos meus irmãos Jefferson e Charlianne e às minhas sobrinhas Alice, Ágata e Isis.

À minha esposa, Catiane pelos sonhos compartilhados e construídos ao longo do curso de mestrado e doutorado e pela geração de um vida que em breve estará em nosso convívio.

À UFRGS, à Faculdade de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação a que estive vinculado desde o curso de mestrado, em especial a Roseli, Edson e Guilherme.

Ao Coletivo Discente, ao Conselho da Faculdade de Educação, a Associação de Pós-graduação, bem como as diferentes instâncias em que estive envolvido.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por financiar a construção desta tese.

Meu muito obrigado!

## RESUMO

Esta tese de doutorado examina o caso do jornal *O Exemplo*, um hebdomadário impresso em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, com ressonâncias em outros estados do Brasil, que circulou entre 1892-1930. O recorte temporal toma como referência as 720 edições de *O Exemplo*, as quais apresentam interrupções de publicação realizadas pelo próprio semanário, mas também edições não examinadas devido à impossibilidade de localização. Parte dos pressupostos teóricos e metodológicos da História Cultural e da história da cultura escrita e apresenta-se como contribuição à História da Educação. A análise investigou *O Exemplo* em três aspectos: os textos, o suporte e as práticas de leitura. Esse tripé, sob inspiração de Roger Chartier, inspirou a elaboração do problema da investigação, expresso na pergunta central: Como a instrução, o conhecimento e a leitura são apresentados e se imprimem nos textos publicados nas edições de *O Exemplo* com vistas a formar e instruir seus leitores, em especial homens de cor e pessoas das classes desprotegidas, no decorrer de sua trajetória (1892-1930)? A partir da questão formulada, a tese analisa os diferentes formatos editoriais que o jornal *O Exemplo* assumiu, em diferentes tempos, e que, possivelmente, jogaram com a atribuição de sentidos pelos leitores, desde sua criação até o fim de sua circulação. Examina também a materialidade do documento, além de sua periodicidade, circulação, distribuição e tiragem, bem como o uso de fotografias, ilustrações, anúncios, enfim, uma diversidade de intervenções editoriais. A tese indica que há diferentes textos, com abordagem de assuntos diversos, que foram contemplados e difundidos pelos editores e colaboradores de *O Exemplo*, em especial aqueles com propósito instrutivo, que indicam a necessidade de uma cruzada em prol da alfabetização, do melhoramento intelectual e moral dos homens de cor, como também dos sujeitos das classes desprotegidas. A instrução e o conhecimento comparecem como responsáveis por nivelar os homens de todas as origens e raças. Essa premissa, segundo o jornal, colaboraria para que o preconceito que incidia sobre os homens de cor e os desafortunados desaparecesse. A tese demonstra que, segundo a editoria e os colaboradores, o preconceito, após a Abolição, persistia em boa medida devido à inexistência da instrução e, sobretudo, do conhecimento. A tese mostra, ainda, as redes de sociabilidades firmadas entre diferentes leitores, estabelecidas a partir de visitas à redação desse impresso, bem como de permutas entre diferentes impressos e instituições. Com base nas evidências apresentadas nos textos, no suporte e nas práticas, pode-se concluir que a editoria e seus colaboradores atuaram em defesa do povo, principalmente dos homens de cor, em aspectos diversos, seja no que se refere ao preconceito de cor, seja na disseminação da bandeira da necessidade da instrução, tematizada em todas as edições publicadas de *O Exemplo*.

Palavras-chave: Imprensa. Jornal *O Exemplo*. Instrução. História da Educação. História da Cultura Escrita.

## ABSTRACT

This doctoral thesis examines the case of the newspaper *O Exemplo*, a weekly newspaper printed in Porto Alegre, state of Rio Grande do Sul, with resonances in other states of Brazil, which circulated between 1892-1930. The time frame takes as its reference the 720 editions of *O Exemplo*, which present publication interruptions made by the weekly itself, but also editions not examined due to the impossibility of localization. It starts from the theoretical and methodological assumptions of Cultural History and the history of written culture, and is presented as a contribution to the History of Education. The analysis investigated *O Exemplo* in three aspects: the texts, the support and the reading practices. This tripod, inspired by Roger Chartier, stimulated the elaboration of the research problem, expressed in the central question: How instruction, knowledge, and reading are presented and imprinted in the texts published in the editions of *O Exemplo* with a view to educating and instructing their readers, especially men of color and people of the unprotected classes, throughout its trajectory (1892- 1930)? From the question formulated, the thesis analyzes the different editorial formats that the newspaper *O Exemplo* assumed, in different times, and that, possibly, played with the attribution of meanings by the readers, from its creation until the end of its circulation. It also examines the materiality of the document, as well as its periodicity, circulation, distribution and print run, as well as the use of photographs, illustrations, advertisements, in short, a variety of editorial interventions. The thesis indicates that there are different texts, dealing with different matters, which were contemplated and disseminated by *O Exemplo*'s editors and collaborators, especially those with instructional purposes, which indicates the need for a crusade in favor of literacy, intellectual and moral improvement of men of color, as well as of the individuals of the unprotected classes. Instruction and knowledge turn up as responsible for leveling men of all backgrounds and races. This premise, according to the newspaper, would collaborate to make the prejudice against men of color and the unfortunate disappear. The thesis demonstrates that, according to the editorial staff and the collaborators, prejudice, after the Abolition, persisted to a great extent due to the inexistence of instruction and, above all, knowledge. The thesis also shows the sociability networks steadied between different readers, established through visits to the writing of this print, as well as barter between different prints and institutions. Based on the evidence presented in the texts, the support and the practices, it can be concluded that the editorial and its collaborators acted in defense of the people, especially of the men of color, in different aspects, whether regarding the prejudice of color, whether in the dissemination of the flag of the need for instruction, thematic in all published editions of *O Exemplo*.

Keywords: Press. Newspaper *O Exemplo*. Instruction. History of Education. History of Written Culture.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Primeira fase do jornal <i>O Exemplo</i> .....	61
Figura 2. Último exemplar da primeira fase do jornal <i>O Exemplo</i> .....	62
Figura 3. Segunda fase do jornal <i>O Exemplo</i> .....	63
Figura 4. Último exemplar da segunda fase do jornal <i>O Exemplo</i> .....	63
Figura 5. Terceira fase do jornal <i>O Exemplo</i> .....	64
Figura 6. Último exemplar da terceira fase do jornal <i>O Exemplo</i> . .....	64
Figura 7. Quarta fase do jornal <i>O Exemplo</i> . .....	65
Figura 8. Último exemplar da quarta fase do jornal <i>O Exemplo</i> . .....	65
Figura 9. O Exemplo – Propriedade de uma Associação.....	67
Figura 10. O Exemplo – Jornal do Povo .....	69
Figura 11. O Exemplo – Jornal do Povo: Sociedade Anonyma. ....	71
Figura 12. O Exemplo – Jornal do Povo: Propriedade de uma sociedade anonyma. ....	72
Figura 13. O Exemplo – Jornal do Povo: Propriedade de um núcleo mantenedor.....	72
Figura 14. O Exemplo – sem subtítulo. ....	73
Figura 15. José Maria da Silva Paranhos. ....	75
Figura 16. Alusão às celebrações de Ano Novo (1ª parte).....	76
Figura 17. Alusão às celebrações de Ano Novo (2ª parte).....	77
Figura 18. Salve 1910. ....	78
Figura 19. Dr. Manoel da Motta Monteiro Lopes. ....	79
Figura 20. Salve 1º de janeiro de 1911. ....	80
Figura 21. O nosso aniversário. ....	81
Figura 22. Fotografia do Tenente Coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt .....	92
Figura 23. Fotografia de Monsenhor Diogo S. da S. Laranjeira. ....	92
Figura 24. Ilustrações que dividem o texto 1. ....	94
Figura 25. Ilustrações que dividem o texto 2. ....	94
Figura 26. Ilustrações que dividem o texto 3. ....	95
Figura 27. Ilustrações que dividem o texto 4. ....	95
Figura 28. Ilustrações 5.....	96
Figura 29. Anúncios que constam na página 04.....	106
Figura 30. Anúncios que constam na página 04.....	106
Figura 31. Anúncios que constam na página 03.....	107
Figura 32. Anúncios que constam na página 04.....	108
Figura 33. Anúncio que consta na página 04. ....	109
Figura 34. Bilhete para novos assinantes .....	112

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Estado da questão .....	53
Quadro 2. Informação síntese dos subtítulos presentes no jornal.....	67
Quadro 3. Relação de cargos da editoria do jornal <i>O Exemplo</i> .....	84
Quadro 4. Primeira fase da editoria do jornal.....	85
Quadro 5. Segunda fase da editoria do jornal.....	85
Quadro 6. Terceira fase da editoria do jornal .....	86
Quadro 7. Quarta fase da editoria do jornal .....	87
Quadro 8. Itinerário de Julio da Veiga Rabello na editoria do jornal <i>O Exemplo</i> .....	89
Quadro 9. Itinerário de João Baptista de Figueiredo no jornal.....	89
Quadro 10. Itinerário de Baptista Junior no jornal .....	89
Quadro 11. Itinerário de Dario Bittencourt no jornal .....	89
Quadro 12. Custo de assinatura do jornal <i>O Exemplo</i> . .....	98
Quadro 13. <i>O Exemplo</i> – mapeamento sobre a tipografia da 1ª e 2ª fases.....	100
Quadro 14. Mapeamento das erratas em <i>O Exemplo</i> .....	102
Quadro 15. Endereços iniciais e finais do escritório.....	103
Quadro 16. Bilhete para obtenção de novos assinantes do jornal <i>O Exemplo</i> . .....	111
Quadro 17. Aos assinantes .....	113
Quadro 18. Impressos encaminhados à editoria de <i>O Exemplo</i> . .....	115
Quadro 19. Remessa/encaminhamento, com ou sem solicitação, do jornal <i>O Exemplo</i> a entidades ou leitores.....	117
Quadro 20. Entidades que se reportaram ao jornal <i>O Exemplo</i> .....	118
Quadro 21. Visitas de entidades e apreciadores do impresso <i>O Exemplo</i> . .....	119
Quadro 22: Dados da instrução primária em quatro estados da federação. ....	160

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 APROXIMAÇÕES AO CORPUS E CAMPO DE PESQUISA</b> .....	18
2.1 ALGUMAS PALAVRAS DO EU NEGRO E MILITANTE .....	18
2.2 INICIAÇÃO À TRAJETÓRIA ACADÊMICA .....	20
2.3 INCURSÕES EM ARQUIVOS: O MANUSEIO DE DOCUMENTOS .....	24
2.4 IMPRENSA: DOCUMENTO POTENTE PARA PESQUISAS HISTÓRICAS .....	30
2.5 HISTÓRIA CULTURAL .....	35
2.6 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA .....	39
2.7 BIBLIOTECA AZUL .....	46
2.8 DIÁLOGOS POSSÍVEIS: O ESTADO DA QUESTÃO.....	50
<b>3 PROJETO EDITORIAL DO JORNAL <i>O EXEMPLO</i></b> .....	59
3.1 PERIODICIDADE DAS EDIÇÕES.....	59
3.2 FASES DAS EDIÇÕES .....	61
3.3 TÍTULO E SUBTÍTULOS DAS EDIÇÕES.....	66
3.4 FORMATO DAS EDIÇÕES DO JORNAL <i>O EXEMPLO</i> .....	74
3.5 CARGOS DA EDITORIA DO JORNAL .....	84
3.6 FOTOGRAFIAS E ILUSTRAÇÕES EM <i>O EXEMPLO</i> .....	90
3.7 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DO JORNAL .....	98
3.8 O TRABALHO TIPOGRÁFICO .....	99
3.9 ENDEREÇOS DO ESCRITÓRIO.....	103
3.10 ANÚNCIOS PUBLICADOS .....	105
3.11 ASSINANTES DO IMPRESSO <i>O EXEMPLO</i> .....	110
3.12 IMPRESSOS DIVERSOS.....	115
<b>4 INSTRUÇÃO: LÁBARO SANTO DA VIDA, DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL E DO ENGRANDECIMENTO INTELLECTUAL DOS HOMENS DE COR</b> .....	121
4.1 O CAMINHO DA INSTRUÇÃO E A IGUALDADE SOCIAL: DIREITO AO PROGRESSO E FELICIDADE DA RAÇA .....	123
4.2 INCUTIR NOS ESPÍRITOS IGNORANTES AS NOÇÕES SALUTARES DO SABER: A RIQUEZA ALMEJADA DA INSTRUÇÃO .....	149
4.3 INSTITUIÇÕES SACROSSANTAS “FAMÍLIA”, “SOCIEDADE” E “PÁTRIA”: GARANTIA DA ESTABILIDADE E RAZÃO DA EXISTÊNCIA DO GÊNERO HUMANO ..	170
4.4 TODOS DEVEM CONHECER A LEITURA E A ESCRITURA, ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS À MARCHA REGULAR DA VIDA E DOS NEGÓCIOS.....	197
<b>5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS</b> .....	222
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	226
<b>APÊNDICES</b> .....	233
APÊNDICE A: Jornais contemporâneos de <i>O Exemplo</i> .....	233
APÊNDICE B: Edições do jornal <i>O Exemplo</i> .....	235
APÊNDICE C: Jornalismo .....	241

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado examina o caso do jornal *O Exemplo*, um hebdomadário impresso em Porto Alegre e posto em circulação no estado do Rio Grande do Sul, com ressonâncias em outros estados do Brasil, entre 1892 e 1930<sup>1</sup>.

O próprio jornal, em suas primeiras edições, e a historiografia gaúcha, afirmam que o mesmo era dirigido à população negra de Porto Alegre, comunidade de leitura privilegiada pelo impresso, embora não exclusiva. Como será apresentado adiante, *O Exemplo* já foi objeto de produções historiográficas significativas. Esta tese busca somar-se às mesmas a partir do exame particular das relações entre circulação da palavra escrita, instrução e leituras populares não contempladas em especial pelos estudos desenvolvidos até o momento. Para tal, detém-se sobre o conjunto de 720 edições localizadas de *O Exemplo*, que abarcam o período de 1892 a 1930.

O primeiro número do impresso informa aos leitores: “surge hoje na vasta arena da imprensa *O Exemplo* que, nascido de uma dessas elevações do espírito tão peculiares à mocidade, é lançado aos [arautos] da publicidade a impetrar o último lugar nos domínios do jornalismo da capital”<sup>2</sup>. Em seguida, na mesma edição, consta que “o nosso programa é simples e podemos exaltá-lo em duas palavras: a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos mediocres conhecimentos”<sup>3</sup>. É esse aperfeiçoamento do público leitor que a editoria e seus articulistas-colaboradores perseguiram nas edições subsequentes.

A denominação *O Exemplo* sugere uma diversidade de questões. Contudo, um elemento convém destacar: o propósito de ser um exemplo para seus leitores, em especial para os “homens de cor”. Assim, o jornal *O Exemplo* como documento de pesquisa e análise remete a um recorte bem específico que, já no título, expressa uma filiação e ambição, “ser um exemplo”. No artigo que se intitula “Subiremos ou nos precipitaremos no abismo?”, também integrante do primeiro número, indica-se que esse impresso vinha a preencher uma grande lacuna, pois “há muito que a nossa classe ressentia-se da falta de um periódico capaz de elogiar-lhe as virtudes e estigmatizar os vícios”<sup>4</sup>. Esse excerto é elucidativo, porque coloca em destaque não somente os vícios, de forma especial dos “homens de cor”, como também suas qualidades intelectuais. Ademais, sugeria que estes necessitavam apenas de incentivo por parte de sua comunidade de origem na oferta da instrução.

---

<sup>1</sup> As razões para a escolha do período em destaque serão discutidas na seção seguintes.

<sup>2</sup> *O Exemplo*, 11 de dezembro de 1892.

<sup>3</sup> *O Exemplo*, 11 de dezembro de 1892.

<sup>4</sup> *O Exemplo*, 11 de novembro de 1892.

A tese está vinculada à Linha de Pesquisa *História, Memória e Educação*, e amparada em estudos do Projeto de Pesquisa coordenado pela Profa. Dra. Maria Stephanou, intitulado “Presença e percursos de uma imprensa quase invisível: inventário, circulação e práticas de leitura de impressos em língua estrangeira, sobretudo polonesa, no Brasil (séculos XIX e XX)”.

Alguns trabalhos, como de Diogo de Moraes Vieira e Maria Angélica Zubaran (2006), Ana Flávia Guimarães Pinto (2006) e José Antonio dos Santos (2011), tomaram como empiria o jornal *O Exemplo*. Vali-me deles para elaborar esta tese no campo da História da cultura escrita. Algumas das preocupações e temáticas destacadas por esses autores são apresentadas a seguir no intuito de indicar as especificidades da tese aqui formulada.

Diogo de Moraes Vieira e Maria Angélica Zubaran (2006) em *A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910)* afirmam que o jornal *O Exemplo* é um registro impresso da história da comunidade negra em Porto Alegre. Por esse motivo, ele é considerado um testemunho de inestimável valor histórico e cultural para o registro da memória da população negra recém-liberta no Brasil (2006)<sup>5</sup>. *O Exemplo*, tomado como documento escrito por um grupo editorial, majoritariamente negro, pelo menos em suas primeiras fases, tinha como objetivo, recorrentemente evocado em suas edições, “o levantamento de sua classe”, referindo-se à população negra.

A tese de Ana Flávia Guimarães Pinto (2006), intitulada *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*, faz referência a uma diversidade de impressos que adjectiva como “imprensa negra”, dentre eles o jornal *O Exemplo*. A autora compreende que esta imprensa procurava discutir os interesses da população negra brasileira, a partir do combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito racial. A partir do estudo da autora, pude observar que o editorial afirmava o propósito de informar os leitores acerca dos direitos reservados aos “homens de cor” no pós-abolição. Para atingir esse propósito, como afirma Pinto (2006) “imprensa negra enfrentou as barreiras impostas pela “imprensa branca”, que continuava a postular a servidão da população negra, insensível aos anseios e às reivindicações das comunidades negras<sup>6</sup>.

A tese de José Antonio dos Santos (2011), intitulada *Prisioneiros da História: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*, ressalta que a imprensa negra rio-grandense, como meio de comunicação dirigido especialmente aos negros, procurava agrupar pessoas com os mesmos interesses. Para o autor, “o jornal foi fundado para posicionar-se contra

---

<sup>5</sup> Vieira; Zubaran (2006).

<sup>6</sup> Pinto (2006).

o preconceito racial vigente na sociedade gaúcha e para pugnar pela ‘instrução’, projeto que foi iniciado quatro anos após a abolição da escravidão e se cumpriu durante toda a existência do jornal”<sup>7</sup>.

Como se pode observar, os trabalhos citados, bem como os presentes no estado da questão adiante desenvolvido, não se detiveram em examinar com especial atenção os temas caros às pesquisas dos campos da História da cultura escrita e da História da Educação. Nesta tese, aí reside o ineditismo, que articula circulação da palavra escrita, instrução e leituras.

Para abranger todo o período de circulação de *O Exemplo*, este foi organizado a partir das 720 edições localizadas no mapeamento e que concerne a todo o período investigado, de 1892 a 1930, com interrupções e lacunas em algumas das edições. Em relação a essas interrupções, anunciadas na última edição de cada período, bem como na continuidade do empreendimento, a editoria nomeia-as como “fase”. Assim, este termo é adotado na tese ante o fato de que o periódico se situa em quatro fases<sup>8</sup>: a primeira, que abrange os anos de 1892 a 1897; a segunda, de 1902 a 1905; a terceira, de 1908 a 1911; e a quarta fase, que se estende de 1916 a 1930<sup>9</sup>. Para tornar “pensável” esse documento a partir desse recorte, foi necessário realizar tal inventário, de modo a elaborar arranjos que permitissem “constituir e compreender séries de documentos”, como no caso de *O Exemplo*.

Em relação ao recorte temporal, tomo como referência a obra *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*, de John Lewis Gaddis (2003). O autor se refere à manipulação do passado e à escala de observação, e defende que a paisagem da história é rica de possibilidades ofertadas aos historiadores, “porque ao ‘mapear’ o passado, o historiador também está definindo uma coordenada, comprimindo particularidades, privilegiando a legibilidade, tudo com a intenção de tornar o passado mais acessível ao presente e ao futuro”<sup>10</sup>.

Sobre o tempo, campo de domínio dos historiadores, a historiadora Sandra Jatthy Pesavento afirma:

Para os historiadores, a reflexão sobre o tempo é crucial, é mesmo a condição *sine qua non* para o exercício de seu *métier* especial, que é o de pensar o passado, a temporalidade do escoado, do vivido e que deve ser recuperado pela força do pensamento e pelas habilidades da retórica, apoiadas pela busca de registros do que se passou e na sua organização e composição em trama decifrável e coerente para os leitores.<sup>11</sup>

---

<sup>7</sup> Santos (2011, p. 106).

<sup>8</sup> As fases foram organizadas face às interrupções e lacunas na localização das edições do periódico.

<sup>9</sup> Nota metodológica: No conjunto de todas as edições consultadas, estabeleci arranjos que representam as quatro fases.

<sup>10</sup> Gaddis (2003, p. 154).

<sup>11</sup> Pesavento (2008a, p. 180).

Ainda a esse respeito, cabe registrar que o tempo, como material de análise, é objeto do historiador. Este “trabalha, de acordo com os seus métodos, os objetos físicos (papéis, pedras, imagens, sons, etc.) que distinguem, no *continuum* do percebido, a organização de uma sociedade e o sistema de pertinências próprias de uma ‘ciência’”. Nesse sentido, o historiador, ao trabalhar sobre seu material, transforma-o em História. Dessa forma, “empreende uma manipulação que, como as outras, obedece a regras”<sup>12</sup>. Assim, esta tese intenta oferecer contribuições significativas à história das práticas de leitura e escrita num determinado tempo e lugar, bem como aos estudos históricos sobre a imprensa brasileira.

O jornal *O Exemplo*, produzido em Porto Alegre, é tomado, primeiramente, como documento<sup>13</sup>, mas também como objeto de análise histórica. Isso porque é compreendido como um artefato histórico e cultural que possui singularidades e um caráter popular, com uma significativa diversidade de características, textos e usos, voltado para uma determinada comunidade de leitores, embora não exclusivamente<sup>14</sup>.

Após apresentar esses três aspectos – o objeto, o período e o lugar –, a intenção se situa em conhecer a importância do jornal *O Exemplo* como artefato histórico e cultural da imprensa gaúcha, bem como de estabelecer aproximações que possibilitem construir uma análise sob as três perspectivas acima anunciadas: do texto, do suporte e das práticas de leitura. A escolha da temática destacada nesta tese decorre de sua vinculação ao campo da História da Educação (António Nóvoa, Maria Stephanou), sob inspiração da História Cultural (Roger Chartier, Peter Burke), e dos estudos acerca da História da cultura escrita (Roger Chartier, Armando Petrucci, António C. Gómez).

Antes de apresentar os objetivos, evoco um excerto do artigo intitulado *Carta a um jovem historiador da educação*, de António Nóvoa (2015). Nesse texto, o autor faz o seguinte alerta aos jovens pesquisadores:

Procura dentro de ti, os problemas que te inquietam, aquilo que queres saber e compreender. A prática científica é sempre, de uma ou de outra maneira, um ajuste de

---

<sup>12</sup> Certeau (2015, p. 67).

<sup>13</sup> O jornal *O Exemplo*, foi, aqui, utilizado como documento de pesquisa. No que diz respeito a esse termo, Peter Burke sugere que, ao invés da terminologia “fonte”, devemos procurar utilizar o termo “documento” ou evidência. De maneira um tanto irônica, Burke aborda que, tradicionalmente, pesquisadores de diversos campos têm se referido aos seus documentos como “fontes”, como se eles estivessem “enchendo baldes no riacho da Verdade”. O autor ainda afirma que o sentido do termo “fonte” apresenta uma concepção marcadamente positivista, calcada nos valores de que a pesquisa histórica, através da seleção de suas “fontes puras”, pode almejar o acesso a uma pretensa verdade e origem dos fatos. Nesse sentido, o termo “documento”, se torna mais expressivo para as pesquisas historiográficas contemporâneas (BURKE, 2004, p. 16).

<sup>14</sup> A presença de colaboradores, na seção seguinte, demonstra essa afirmativa.

contas com a nossa vida. Se não encontrarmos aquilo que nos inquieta, as perguntas a que queremos responder, se não nos implicarmos por inteiro, jamais produziremos um trabalho com sentido para nós e para os outros.<sup>15</sup>

As leituras dos referenciais teóricos e metodológicos da História Cultural, da História da Educação e da História da cultura escrita inspiraram a elaboração do problema de pesquisa que pode ser formulado na pergunta central: Como a instrução, o conhecimento e a leitura são apresentados e se imprimem nos textos publicados nas edições de *O Exemplo* com vistas a formar e instruir seus leitores, em especial homens de cor e pessoas das classes desprotegidas no decorrer de sua trajetória (1892-1930)? A partir dessa questão formulada, estruturei a tese sob duas ordens de questões desdobradas da principal, como formulo a seguir: a) Como os diferentes formatos editoriais que o jornal *O Exemplo* assumiu, em diferentes tempos, jogaram com a atribuição de sentidos pelos leitores? e, b) Como as temáticas instrução, escrita e leitura, são contempladas e difundidas pelos editores e colaboradores do jornal *O Exemplo*?

A investigação delineada a partir da formulação do problema de pesquisa, como explicitado acima, possui vários desdobramentos. Sinto-me instigado a ir ao passado, mais precisamente ao final do século XIX e primeiras três décadas do século XX, e interrogar as evidências que o documento *O Exemplo* possui, por meio de perguntas, conceitos e métodos que possibilitem a abertura de um tempo e seus problemas.

No levantamento realizado para a análise, voltei minha atenção especialmente aos textos que apresentam informações concernentes à instrução dos “homens de cor”, dito de outra forma, aos textos de caráter instrutivo e às referências às práticas de leitura, e raramente, como indicarei adiante, às práticas de escrita, temas circunscritos no jornal *O Exemplo*. Nessa perspectiva, a investigação se volta tanto ao conteúdo dos textos presentes no conjunto das edições do documento, quanto ao próprio suporte como artefato de instrução e leitura, ou seja, às práticas suscitadas pelo impresso que também exprimem possibilidades para responder ao problema principal.

A tese está organizada da seguinte forma: na segunda seção, apresento minha aproximação com o *corpus* e o campo de pesquisa. Antes, cabe registrar que essa aproximação, inicialmente, se deu no curso de graduação e na militância. A seguir, meu itinerário acadêmico, especialmente no âmbito do Curso de Mestrado, que deu início às minhas incursões em arquivos históricos, com manuseio de uma diversidade de documentos; e depois, no âmbito do Curso de Doutorado, detive minha atenção sobre os jornais, sob os pressupostos da História Cultural. A

---

<sup>15</sup> Nóvoa (2015, p. 24).

partir desses pressupostos, o campo é o da História da Educação e da História da cultura escrita. Assim, para dialogar, procurei realizar um levantamento das produções desses campos em torno do documento aqui em investigação, *O Exemplo*.

Na terceira seção, abordo os diferentes formatos editoriais que o jornal *O Exemplo* assumiu, em diferentes tempos, e discuto como jogaram com a atribuição de sentidos pelos leitores, desde sua criação até o fim de sua circulação. Nela, descrevo a materialidade do documento, especialmente no que tange à sua periodicidade, circulação, distribuição e tiragem; e ao seu formato, assim como a utilização de fotografias, ilustrações e anúncios, enfim, de suas diversas intervenções editoriais.

Na quarta seção, trato dos temas contemplados e difundidos pelos editores e colaboradores do jornal *O Exemplo*, os que indicam o seu propósito instrutivo. Para essa caracterização, apresento um levantamento das temáticas de cada edição consultada do jornal, bem como procuro identificar como comparece o tema da instrução e das práticas de leitura no conjunto de edições.

Por fim, apresento nas considerações conclusivas, quinta seção, o encerramento da escrita desta tese que retoma um breve itinerário de minhas implicações com a investigação desenvolvida, sobretudo inscrevendo a persistência e continuidade histórica do tripé instrução, conhecimento e leitura, com algumas nuances em cada fase analisada.

## 2 APROXIMAÇÕES AO CORPUS E CAMPO DE PESQUISA

Nesta seção reúno o conjunto de itinerários e estudos que levavam à composição da problemática e design metodológico da tese. A organização e composição desta seção se desdobra em sete subseções. Na subseção 2.1, *Algumas palavras do EU negro e militante*, são apresentadas razões pessoais e de militância, motivadoras da presente pesquisa. Na subseção 2.2, *Iniciação à trajetória acadêmica*, discorro brevemente sobre como tem acontecido meu percurso. Na subseção 2.3, *Incursões em arquivos: o manuseio de documentos*, apresento minhas experiências de pesquisa históricas. Na subseção 2.4, *Imprensa: documento potente em pesquisas históricas*, partiro da imprensa francesa. Na subseção 2.5, *História Cultural*, discuto a contribuição dessa corrente historiográfica para analisar o jornal *O Exemplo*. Na subseção 2.6, *História da Educação e História da cultura escrita*, apresento algumas apropriações quanto aos referenciais teóricos e metodológicos que conduziram à elaboração da tese. Na subseção 2.7, *Biblioteca Azul*, apresento elementos para compreensão do jornal como documento e o arranjo de textos reunidos em um mesmo suporte. Finalmente, na subseção 2.8, *Diálogos possíveis: o estado da questão*, apresento o levantamento de pesquisas que examinaram o jornal *O Exemplo*, tomado como objeto de investigação.

### 2.1 ALGUMAS PALAVRAS DO EU NEGRO E MILITANTE

Natural do Maranhão, negro, apresento minha trajetória que escolho começar com a adesão à militância, em 2002, quando fui convidado pela minha irmã Herli de Sousa Carvalho para participar do Centro de Cultura Negra Negro Cosme (CCNNC) no município de Imperatriz – MA. Em 2017, o CCNNC completou quinze anos de atividade político-militante junto à população imperatrizense e Região Tocantina. No mesmo ano, 2017, completei meus 15 anos de militância junto a essa comunidade negra.

Destaco três lideranças negras da cidade de Imperatriz: Isaura Silva, Maria Luísa Rodrigues de Sousa e Herli de Sousa Carvalho, militantes do Movimento Negro de Imperatriz, que se intitula em homenagem a Cosme Bento das Chagas, líder de negros fugidos e amocambados, que fundou o quilombo de Lagoa Amarela em Chapadinha, também município maranhense. Cosme, um herói de seu tempo, participou da Revolta da Balaiada no Maranhão (1838-1841), e é inspiração para nós do Movimento Negro de Imperatriz, que buscamos arregimentar os negros e negras para ajudarem-se mutuamente.

As contribuições desses atores sociais estão presentes em um conjunto de produções composto por trabalhos acadêmicos: pesquisas que tratam e retratam experiências vividas pela população negra no Brasil, especialmente no Maranhão e em Imperatriz – constructos teóricos que se situam no campo das relações étnico-raciais e articulam classe e raça em seus estudos. Nesse campo de produção, as lideranças desenvolvem um trabalho voltado às lutas da população negra, através de uma militância política engajada, de modo mais incisivo, no espaço escolar.

A escola, por ser considerada um espaço no qual é possível o alcance de um número significativo de pessoas, oriundas de realidades distintas, foi privilegiada inicialmente pelo CCNNC, o que não significa que a entidade estivesse distante das comunidades e bairros do município. Assim, iniciaram-se atividades de formação de professores nas escolas, com vistas à implementação a Lei nº 10.639/2003 e contribuição para a desconstrução de estereótipos da imagem do negro impressos nos livros didáticos, bem como nas práticas de educadores da Educação Básica. De igual modo, atividades dialógicas com alunos das escolas, públicas e privadas, e com funcionários de empresas privadas são realizadas a fim de construir uma imagem positiva dos negros sobre si mesmos. Participar do acompanhamento das atividades do CCNNC me possibilitou o amadurecimento de escolhas políticas e ideológicas e o reconhecimento do racismo que recai sobre os meus e sobre mim.

Também merece ser destacada a formação dos militantes, que acontece em reuniões promovidas pelo CCNNC e em atividades de formação realizadas pela entidade. Nas formações, procuramos discutir questões recorrentes nos discursos populares e assuntos variados em relação às desigualdades raciais, principalmente no âmbito da Educação.

Ao longo desses anos, 2002 a 2017 procurei participar das atividades propostas pelo coletivo negro. Em 2012, assumi o cargo de vice-presidente dessa entidade, o que exigiu repensar meu compromisso como militante e estudante das questões raciais. Atualmente, exerço a militância a partir das pesquisas que desenvolvo, a que realizei de forma mais incisiva no Curso de Mestrado, com a elaboração da dissertação (SOUSA, 2014), e agora a que continuo no Doutorado, iniciado em agosto de 2016.

Nesse sentido, ser militante e estudante-pesquisador é uma condição e uma opção, define um sentido de vida. Ao participar do Movimento Negro, me coloco na posição de empreender esforços no sentido de lutar por aqueles que são vítimas do preconceito racial. Desse modo, essa dupla condição, militante e pesquisador representa no decorrer desta tese.

Atualmente, o Movimento Negro vivencia um momento difícil, marcado por políticas racistas. Esse momento me levou a questionar: *Ainda há sentido na militância?* Posso afirmar que sim, pois é necessário acreditar que a realidade pode mudar e ser melhor. Além disso, ser militante que luta pelo princípio maior do ser humano, a dignidade, na década atual, é lutar por uma relação imbricada entre teoria e prática, ética e vida cotidiana.

Tudo isso acontece exatamente neste momento, em 2019, quando um desmonte violento de políticas públicas voltadas à população negra está em curso. Assim, as políticas atualmente em implantação se revelam injustas, pois desapropriam, especialmente a população pobre e negra, de direitos elementares, como o trabalho, a saúde e a educação, de modo que marginaliza e discrimina a maior parte da população brasileira.

Procurei, a partir deste breve itinerário de um Eu militante e pesquisador, apontar as primeiras motivações que levaram a esta tese sobre o jornal *O Exemplo*. Tal escolha, além de sua dimensão subjetiva, têm também implicações sociais e políticas que marcam minha trajetória acadêmica, como apresento a seguir.

## 2.2 INICIAÇÃO À TRAJETÓRIA ACADÊMICA

As temáticas voltadas para o estudo da população negra tornaram-se uma inquietude, como comentei anteriormente, desde minha participação no Movimento Negro na cidade de Imperatriz.

Em 2007 ingressei no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação Santa Teresinha – FEST. Ao longo do curso, tinha em vista desenvolver um estudo cujo centro de discussão fosse a população negra da cidade. Assim, em meu Trabalho de Conclusão de Curso (SOUSA, 2011) discuto a implementação da Lei 10.639/2003, que trata do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar do Centro de Ensino de Jovens e Adultos (CEJA). Essa foi a primeira experiência com pesquisa de campo. Nesse estudo, analisei os dados produzidos e procurei demonstrar uma relação imbricada entre os teóricos que se situam no campo da Educação para as relações étnico-raciais e os achados da pesquisa de campo.

No período de estudos de graduação participei do Projeto ALMA – (Re)Escrevendo as Histórias das Comunidades Quilombolas em Alcântara – Maranhão, projeto coordenado pela Profa. Dra. Herli de Sousa Carvalho, vinculada à Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Na condição de pesquisador e acadêmico desenvolvia atividades de pesquisa e extensão nesse município, oportunidade que me levou a conhecer o Museu Histórico e Cultural da cidade,

assim como as singularidades de algumas comunidades remanescentes de quilombos, um arquivo vivo para pesquisadores também do campo da História da Educação. Essas experiências foram significativas porque possibilitaram um contato maior com minhas raízes e com as histórias de vida daqueles que vieram antes de mim e me impulsionam a continuar essa trajetória de pesquisa tendo como sujeitos de pesquisas membros da população negra de outrora.

Ao concluir o Curso de Pedagogia, procurei continuar os estudos e desenvolvi, em 2012, uma pesquisa cujo título foi: “Disciplina de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação Santa Terezinha – FEST”, texto que atendeu às exigências da Especialização em Metodologia do Ensino Superior. Logo depois, fiz mais uma especialização, em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, e meu estudo discutiu “A contribuição do currículo escolar para o fortalecimento da identidade na comunidade quilombola de Itamatatua em Alcântara – MA”, concluído em 2013. Esses trabalhos, que foram fruto de atividades de pesquisa, extensão e militância, se interessaram centralmente pelas realidades vivenciadas pela população negra nos municípios de Imperatriz e Alcântara no estado do Maranhão.

É importante ressaltar que ao longo do Curso de Pedagogia, trabalhei nas redes públicas de ensino municipal e estadual como Professor e Assessor Pedagógico. Na educação superior, atuei no Curso de Pedagogia e no Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior com disciplinas referentes às questões étnico raciais. Atuar na educação superior tornou-se para mim um espaço de interesse profissional, de modo que ingressei no Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação do Prof. Dr. Alceu Ravello Ferraro, na Linha de Pesquisa: História, Memória e Educação. Inserido nessa linha, optei por centrar a pesquisa no campo da História da Educação, com foco na “História da Educação da População Negra no Município de Alcântara – MA”, título da dissertação de mestrado defendida em 2014, na qual evidenciei as formas de resistência e a luta da população negra pelo acesso à instrução pública nesse município.

Para a realização da dissertação, foi pesquisada uma vasta documentação sobre a instrução pública no município de Alcântara, tais como ofícios, mapas de matrícula e frequência, assim como códigos e leis provinciais, localizados no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). Essa busca teve como objetivo identificar indícios de aproximações da população negra com a instrução. A partir da documentação identificada, constatei a frequência

de alunas negras em Aulas de Primeiras Letras na Vila de Alcântara, na primeira metade do século XIX, mesmo sendo vetada a frequência de pessoas escravizadas nas escolas públicas.

Também para a pesquisa de mestrado, analisei documento referente ao Recenseamento de 1872, do Brasil Império. Esse documento informa que, antes da “Abolição da Escravatura”, a população escrava foi classificada como analfabeta. Contudo, a análise do conjunto documental pesquisado, especialmente dos mapas de matrícula e frequência, sinalizou que a população negra não ficou totalmente alheia ao processo de escolarização, visto que as práticas de leitura e escrita ocorriam em um contexto no qual a alfabetização tornava-se cada vez mais valorizada.

Em relação a essa aproximação às práticas de leitura e escrita da população negra, no artigo “Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira”, a historiadora, Maria Cristina Cortez Wissenbach (2002), afirma que a alfabetização implicava “a aquisição e o uso de um código até então prerrogativa dos brancos, [que] adequava-se a valores e necessidades dos cativos e às circunstâncias do ser escravo e transformava-se em elemento de afirmação social”<sup>16</sup>. É importante salientar que, apesar das proibições de acesso ao conhecimento letrado, as pessoas escravizadas não desconheciam a escrita que circulava em impressos, almanaques, periódicos e folhetins e nos poucos jornais e livros disponíveis, ainda que traduzissem um quadro de leitura bastante rarefeita.

Na pesquisa do mestrado ainda explorei as taxas de analfabetismo nos censos realizados de 1872 a 2010 para o conjunto populacional de Alcântara (MA), o que indicou que, independentemente da cor, a falta de acesso à alfabetização não pode simplesmente ser reduzida à herança recebida historicamente das gerações passadas, pois se mantém e se reproduz, atingindo grande massa populacional do Brasil, inclusive do município de Alcântara, no estado do Maranhão<sup>17</sup>.

Ao finalizar a dissertação, retornei ao estado do Maranhão, município de Imperatriz, onde atuei como tutor presencial em cursos de especialização pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), no Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), um dos trabalhos mais significativos que desenvolvi na academia, devido à possibilidade de interação com os estudantes, bem como a oportunidade de realizar orientações acadêmicas.

---

<sup>16</sup> Wissenbach (2002, p. 112).

<sup>17</sup> Sousa (2014).

Outrossim, aliada ao trabalho está a formação continuada que se dá a partir de participações em eventos reconhecidos no Brasil, tais como as reuniões da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), promovidos por entidades nas quais atualmente estou associado. A formação nesses espaços de discussão, diálogo e socialização de pesquisas tem me possibilitado um olhar mais atento sobre a educação da população negra no Brasil no campo da História, da Educação e História da Educação.

Antes desses encontros, que contaram para minha formação no campo da História da Educação na perspectiva da História Cultural, algumas leituras foram marcantes, especialmente aquelas que foram sugeridas e que fizeram parte das súmulas das disciplinas ofertadas pela Linha de Pesquisa “História, Memória e Educação” no mestrado – muitas das quais estão presentes nesta tese.

Após um ano de trabalho em cursos de formação de professores e de organização de textos para publicação, ingresso no Curso de Doutorado em Educação, novamente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de pesquisa História, Memória e Educação, com o objetivo de colaborar com os estudos já desenvolvidos no campo da História da Educação.

Em virtude do meu distanciamento da capital do Maranhão, São Luís, onde iniciei minha pesquisa no arquivo, da atual conjuntura política e econômica do Brasil e do tempo limitado para realizar o trabalho de tese, decidi pesquisar nos arquivos de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A experiência adquirida com a realização da pesquisa de mestrado em arquivos públicos oportunizou um conhecimento necessário para um direcionamento em busca de uma documentação que me possibilitasse discutir um artefato histórico que aborda, de maneira especial, a educação do grupo étnico-racial ao qual estou ligado e que é do meu interesse pessoal e acadêmico, a população negra.

No âmbito do doutorado, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, destaco, a realização de seminários e a participação em eventos ligados ao campo de estudos da História da Educação<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Alguns eventos foram significativos durante o doutoramento, a saber: XXII Jornada de Ensino de História e Educação (2016), na Univates – Lajeado (RS); o encontro Representaciones de la educación en la prensa diaria en tiempos de cambio. Los casos de Argentina, Brasil e Itália (2016), na PUC– Porto Alegre (RS); do II Encontro de Pesquisa em História da Educação e Cultura Escolar: Arquivos, Acervos e Museus (2017) na UFRGS – Porto Alegre (RS); o XIII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana (2018) na Universidad de la República – Montevideo, Uruguai.

Quanto aos Seminários Avançados cursados, faz-se relevante destacar alguns, como: *História da Educação & História Cultural cultura escrita, escrituras ordinárias, narrativas de memórias*; *Leituras de teoria da História, História Cultural e História da Educação*; e, *Pesquisas em História & Educação: objetos e questões na contemporânea*. Somados a essas disciplinas, a participação em Leituras Dirigidas, como a intitulada *História da cultura escrita: contribuições da obra de Roger Chartier*. Para além dos Seminários Avançados e de Leituras Dirigidas, aprofundi o estudo de alguns autores, em especial de Roger Chartier, Michel de Certeau, Robert Darnton e outros da História Cultural que permitiram definir a problemática e design metodológico da tese. A partir desse breve itinerário, passo na subseção seguinte a discutir sobre minhas incursões em arquivos.

### 2.3 INCURSÕES EM ARQUIVOS: O MANUSEIO DE DOCUMENTOS

Nesta subseção, apresento, primeiramente, minhas aproximações com os arquivos, bem como o manuseio de documentos salvaguardados nesses espaços. Antes, tomo as contribuições de Certeau (2015), quando afirma que “fazer história” é uma prática<sup>19</sup>. Desse modo, se fazer história é uma prática, logo, ela é a intervenção do historiador, que faz uso de procedimentos técnicos em um determinado material para “transformá-lo em história”. Conforme o autor, “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”<sup>20</sup>. A esse respeito, diz que “na realidade, ela [a operação historiográfica] consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos mudando ao mesmo tempo o seu olhar e o seu estatuto”<sup>21</sup>. É sobre essa operação, de reunir em séries os documentos de *O Exemplo* disponíveis em acervos, que escrevo esta tese, que, longe de aceitar os “dados”, os constitui.

Amparado sobre esses pressupostos, cabe dizer que a breve oportunidade de realizar a pesquisa de mestrado em um Arquivo Público, onde operei sobre o papel amarelado, com utilização de luvas e máscaras, aprendendo o cuidado necessário para manusear os pequenos pedaços que se soltavam, motivou, em alguma medida, a escolha desta tese de doutorado, cujo objeto de investigação é o jornal *O Exemplo*, documento disponível em estado físico e digital em acervos materiais e virtuais.

---

<sup>19</sup> Certeau (2015, p. 69).

<sup>20</sup> Certeau (2015, p. 69).

<sup>21</sup> Certeau (2015, p. 69).

Contudo, diferentemente do que realizei no mestrado, quando trabalhei com uma diversidade de documentos, a tese centra-se especialmente nesse documento, o jornal *O Exemplo*, embora não exclusivamente, pois outros impressos que lhe são contemporâneos, que lhe fazem referência, também foram consultados para compreender sua produção e circulação, por isso foram acrescidos ao *corpus* empírico da pesquisa.

Quanto à operação sobre o documento, a historiadora francesa Arlette Farge (2009), ao desenvolver pesquisas junto a arquivos judiciais, indica que, no contato com o documento, algumas vezes temos a pretensão de fazê-lo dizer tudo o que desejamos:

Nasce [no pesquisador] assim, um sentimento ingênuo, porém profundo de romper um véu, de atravessar a opacidade do saber e de chegar, como depois de uma longa viagem incerta, ao essencial dos seres e das coisas. O arquivo age como um desnudamento; encolhidos em algumas linhas, aparecem não apenas o inacessível como também o vivo. Fragmentos de verdade até então retidos, saltam à vista: ofuscando de nitidez e de credibilidade. Sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná que se oferece.<sup>22</sup>

Independentemente de as edições de *O Exemplo* estarem digitalizadas ou não, estou convencido de que o contato físico com o documento acondicionado nos arquivos possibilita outra relação com os dados nele impressos, bem como encontrar o inesperado, o ainda não visto, fragmentos de experiências históricas que poderiam escapar em uma leitura realizada em outro suporte.

Nesta tese, detenho-me em registrar aproximações ao impresso escolhido para análise, *O Exemplo*, que não se circunscrevem somente à materialidade, mas incluem a possibilidade de pensar sobre suas condições de produção, circulação e apropriações, assim como sobre as pessoas que viveram em determinado período histórico e que “saltam ao presente” com seus desejos e aspirações, através do registro escrito.

Considero oportuno, por outro lado, recorrer ao historiador Robert Darnton (2010), que me serve, como também a outros pesquisadores, como referência, quando afirma que “qualquer historiador [historiador da Educação, eu diria] que tenha realizado longos períodos de pesquisa conhece a frustração advinda da incapacidade de transmitir a profundidade dos arquivos e a infinitude do passado”<sup>23</sup>. A partir desse excerto, de antemão, exponho minhas limitações frente aos arquivos, visto que a completude do passado é inapreensível, do ponto de vista do acontecido e do vivido. Nesse sentido, Pesavento afirma:

---

<sup>22</sup> Farge (2009, p. 15).

<sup>23</sup> Darnton (2010, p. 93).

Este reduto do acontecido, que o historiador persegue e tenta construir através das marcas deixadas no tempo, é sempre uma atividade de criação, na reiterada tarefa da montagem e composição daqueles traços do passado, cruzados e compostos em nexos de sentido – que ele, historiador, tenta surpreender – e sobre os quais se tecerá uma narrativa, uma trama que deve ser armada, exposta e explicada.<sup>24</sup>

O desafio reside, assim, no trabalho sobre o passado, bem como sobre o que os sujeitos pensaram e representaram em sua época. Temos aqui uma tentativa de tecer uma narrativa explicativa sobre os sujeitos que deixaram marcas visíveis ou quase imperceptíveis, a partir de um documento escrito, o jornal *O Exemplo*, fruto de aspirações de uma comunidade étnica específica, pela qual explicitarei anteriormente meu interesse e militância.

A reflexão histórica sobre as práticas culturais e sociais das populações negras do passado, igualmente foi provocada pelas proposições de Durval Muniz de Albuquerque Junior (2007), para quem ser historiador [acrescento, da Educação] implica “estar envolvido pela vida, estar misturado com as pessoas e as coisas, para existir nelas”<sup>25</sup>. Assim, se por um lado demonstrei que meu envolvimento com a população negra ocorreu a partir de trabalhos realizados desde a graduação, mais especificamente das “brechas” que sinalizam oportunidades de discutir suas questões; por outro, cabe mencionar que o interesse por esta investigação vai além de uma discussão meramente acadêmica, pois oportuniza construir cotidianamente um pertencimento étnico, que me impulsiona a continuar misturado.

Certo de que em arquivos que encontraria um documento para a pesquisa, iniciei o levantamento em alguns acervos da cidade de Porto Alegre: o primeiro foi o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES); o segundo, a Biblioteca Irmão José Otão, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Coleção Júlio Petersen). Mesmo sem conseguir identificar algo que me tocasse, continuei a consulta em catálogos e conversas com os atendentes desses dois espaços e, após diversas tentativas frustradas de encontrar um documento que tematizasse a população negra, a professora Dra. Maria Stephanou, minha orientadora, sinalizou o impresso *O Exemplo* como possibilidade de pesquisa. A nossa conversa sobre esse material rendeu frutos e, após contatos com esse documento no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC), decidi trabalhar com essa documentação.

Ao sugerir um jornal como documento, imediatamente lembrei-me de alguns jornais que passaram pelas minhas mãos, do início do século XX. Eram jornais que abordavam o contexto social do Maranhão, com atenção também para a instrução. Contudo, como não era

---

<sup>24</sup> Pesavento (2008a, p.183).

<sup>25</sup> Albuquerque Júnior (2007, p. 89).

meu interesse naquele momento o trabalho com esse tipo de documento, resolvi focar nas temáticas destacadas anteriormente. Isso para dizer que manusear um jornal como *O Exemplo*, não é para mim um completo estranhamento. Com cuidado, paciência e um olhar calculado e perscrutador sobre o documento, percebi que seria possível adquirir familiaridade suficiente que me permitisse analisar esse impresso. Além disso, a participação do Prof. Dr. José Antonio dos Santos (citado no levantamento das produções sobre esse mesmo jornal) em minha sessão de defesa da dissertação, em 2014, contribuiu significativamente para me inquietar sobre essa produção que abordava a população negra do final do século XIX. Ademais, em outras oportunidades de diálogo com o professor José Antonio e com colegas da linha de pesquisa, foi impulsionado a iniciar a pesquisa acerca do jornal *O Exemplo*.

Logo no começo, deparei-me com um *site* que disponibilizava para *download* alguns exemplares publicados entre 1892 e 1930, digitalizados a partir do projeto “O Direito às Memórias Negras: Preservando o Patrimônio Afro-Brasileiro nas coleções do Jornal O Exemplo/RS (1892-1930)”, projeto aprovado no Edital “Preservação e acesso aos bens do patrimônio Afro-Brasileiro”, de 20 de dezembro de 2013, do Ministério da Cultura (MINC), em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Fundação Joaquim Nabuco (FUNJAB), sob a coordenação da professora Dra. Maria Angélica Zubaran, da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). No artigo “O acervo do jornal *O Exemplo* (1892-1930)”, Zubaran afirma que:

O projeto pretende preservar, por meio da digitalização, e disponibilizar para o acesso público, as coleções do jornal *O Exemplo*. Trata-se de preservar um acervo de inestimável valor histórico e cultural para as populações afrodescendentes, parte do rico patrimônio afro-brasileiro, cuja preservação digital possui uma função social importante: garantir aos diferentes grupos sociais, étnicos e culturais da sociedade brasileira, o direito às suas memórias, cultura e história no período que se estende de 1892 a 1930.<sup>26</sup>

O projeto, cujo o objetivo foi compor um *corpus* do conjunto de edições do jornal *O Exemplo* disponíveis como banco de dados, reuniu alguns acervos, como a Coleção particular Oliveira Silveira, a Coleção do Núcleo de Pesquisa em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH/UFRGS), a Coleção do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e a Coleção da Biblioteca Pública Rio-Grandense<sup>27</sup>. Soma-se a esses exemplares um conjunto de edições salvaguardadas pelo

---

<sup>26</sup> Zubaran (2015, p. 13).

<sup>27</sup> A Coleção se encontra no *site* <http://culturadigital.br/jornaloexemplo/>

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, disponibilizado<sup>28</sup> também para *download*, quase todos da década de 20 do século XX.

Ao considerar e realizar o *download* dos exemplares disponíveis de *O Exemplo* para a pesquisa, senti a necessidade de ir aos arquivos, como o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC), pois elementos importantes como o tamanho do documento e o modo de salvaguarda me escapavam.

Para exemplificar e expor a relevância da investigação nos arquivos, tomo como horizonte o que afirma Roger Chartier (1999b), que assegura que “ler sobre uma tela não é ler um códex”. E, inspirado por esse excerto, tomo as palavras do autor, quando indica que a revolução do texto eletrônico,

[...] modifica totalmente a sua condição: ela substitui a materialidade do livro pela imaterialidade de textos sem lugar específico; às relações de contiguidade estabelecidas no objeto impresso, ela opõe a livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis; à captura imediata da totalidade da obra, tomada visível pelo objeto que contém, ela faz suceder a navegação de longo curso entre arquipélagos textuais sem margens nem limites. Essas mutações comandam, inevitavelmente, imperativamente, novas maneiras de ler, novas relações com a escrita, novas técnicas intelectuais.<sup>29</sup>

De modo algum, quero colocar em segundo plano o empreendimento realizado na digitalização do documento aqui em análise, mas deixar registrada a importância do contato físico, de uma leitura realizada junto à materialidade, dos modos de compreensão e interpretação desse documento histórico. Para Albuquerque Junior, “não podemos escrever a História sem documentos, nem sem as ferramentas que a cultura historiográfica nos proporciona, inclusive os conceitos”<sup>30</sup>. Nas visitas realizadas no MCSHJC, estou seguro de que os exemplares de *O Exemplo*, não foram salvaguardados inocentemente. Para Lynn Hunt (1992), “os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias, e os historiadores da cultura devem criar suas próprias estratégias para lê-los”<sup>31</sup>.

Sobre isso, Albuquerque Junior afirma que um *corpus* documental “é fruto de operações políticas e de sentido. Mesmo aquele documento ou vestígio do passado que possa ter chegado

---

<sup>28</sup> A Coleção se encontra no *site* <http://www.ihgrgs.org.br>

<sup>29</sup> Chartier (1999b, p. 100).

<sup>30</sup> Albuquerque Junior (2007, p. 32).

<sup>31</sup> Hunt (1992, p. 18).

até nós por puro acaso foi produzido no seu tempo obedecendo a intencionalidades, ou seja, a evidências em seu próprio tempo”<sup>32</sup>.

Nas consultas ao MCSHJC, comecei a compilar uma série de textos a partir de uma leitura que não descuidou das imagens, as quais também dizem muito sobre a história da cultura escrita, apesar das descontinuidades quanto a alguns exemplares não localizados. Albuquerque Junior sugere que “não podemos fugir do limite imposto pelo nosso arquivo”<sup>33</sup>, e por isso utilizei as balizas temporais que se assentam tão somente sobre o material disponível digitalmente, em parte disponíveis também nos arquivos aqui mencionados.

Em relação ao processo de digitalização de documentos históricos, a referência à obra *Os desafios da escrita*, de Roger Chartier (2002), se torna significativa porque discute questões pertinentes ao campo da cultura escrita, tais como: as mutações do texto na era digital; os significados e efeitos das rupturas na composição, difusão e apropriação do escrito a partir de estudos assentados em uma perspectiva histórica de longa duração.

A partir das temáticas abordadas por Chartier (2002), destaco as mutações do texto no meio digital. Em seus estudos, o autor apresenta que os projetos de microfilmagem de jornais e livros do século XIX e XX, sobretudo nos Estados Unidos, resultaram na destruição física de diversos periódicos. Essa política de microfilmagem tinha uma dupla justificativa: a primeira, de que essa prática garantiria a preservação do material em outro suporte; a segunda, de que havia a necessidade de esvaziar as estantes das bibliotecas. A partir dessas experiências, Chartier alerta que os projetos de digitalização nunca devem conduzir à destruição dos objetos impressos, artefatos lidos e manuseados em sua época, e ressalta que, mesmo com as novas técnicas e formas de inscrição, difusão e apropriação dos textos, as telas do presente não ignoram a cultura escrita, mas transmitem-na<sup>34</sup>.

Nesse sentido, “todo leitor, onde estiver, sob a condição de estar diante de um visor de leitura conectado à rede que assegura a distribuição de documentos informatizados, poderá consultar, ler, estudar qualquer texto, independente da sua localização original”<sup>35</sup>. Essa referência contribui para pensar que a disponibilização na rede ou em *sites* que preservam esses documentos históricos oportuniza o acesso, mais universal, embora registrar os limites que esses suportes impõem ao pesquisador-leitor, seja imperioso, seja quanto à impossibilidade de acesso à internet, seja quanto à indisponibilidade na rede, limitações que tornaram necessário

---

<sup>32</sup> Junior (2007, p. 25).

<sup>33</sup> Albuquerque Junior (2007, p. 64).

<sup>34</sup> Chartier (2002, p. 28-30).

<sup>35</sup> Chartier (1999b, p. 104).

assegurar a preservação do suporte em que o escrito se materializa, em sua primeira forma, bem como garantir a possibilidade de trabalho com os dois formatos, o impresso e o digital, pois, na impossibilidade de uma das estruturas de sua transmissão, teremos a outra.

Assim, é significativo salientar que o processo de digitalização do jornal *O Exemplo*, até o momento, não acarretou a destruição de sua materialidade física, que pode ser acessada nos acervos aqui registrados. Na verdade, ele possibilitou sua difusão para um maior número de pesquisadores e interessados. Além disso, Albuquerque Junior explica que “só podemos historicizar aquilo que deixou rastros de sua produção pelo homem, em dado momento e espaço”<sup>36</sup>. A esse respeito, Ginzburg (2007), aponta pistas preciosas que me permitem dialogar com a investigação aqui desenvolvida. Diante de uma diversidade de perspectivas de análise, o autor se serve não do óbvio posto em relevo, mas procura interpretar os documentos a partir de pequenas sutilezas que, em muitos casos, passam despercebidas. Sugere que o valor etnográfico dos processos inquisitoriais, seu objeto de análise, não está apenas nas palavras, mas nos “gestos, silêncios, reações quase imperceptíveis como um súbito rubor [que] foram registrados pelos escrivães do Santo Ofício com obstinada minúcia”<sup>37</sup>. Desse modo, a persistente procura pelo mais ínfimo indício pode mudar a “interpretação” dos textos, construídos a partir de depoimentos de inquiridos e inquisidores.

Em busca dos rastros deixados, servi-me, então, das contribuições de Ginzburg (2007), bem como dos contatos já estabelecidos, para iniciar consultas em outros arquivos, a exemplo do arquivo privado de Oliveira Silveira, onde se encontram exemplares do impresso *O Exemplo* sob a salvaguarda de Naiara Rodrigues Silveira. Infelizmente, dadas as condições do documento, fui informado de que não poderia acessá-lo e me foi sugerido realizar a pesquisa junto aos bancos de dados disponíveis. Dessa forma, para a tese, o único acesso ao documento físico de *O Exemplo* ocorreu na consulta aos exemplares do MCSHJC. Nas próximas subseções procuro, então, apresentar como os documentos da imprensa são relevantes às pesquisas históricas, e em especial, à historiografia da educação.

## 2.4 IMPRENSA: DOCUMENTO POTENTE PARA PESQUISAS HISTÓRICAS

Na subseção anterior, procurei apresentar as incursões realizadas em arquivos públicos desde o curso de mestrado, assim como as pesquisas feitas para construção da tese, que revelam minhas experiências com o manuseio de documentos históricos. Nesta subseção, tomo a

---

<sup>36</sup> Albuquerque Junior (2007, p. 64).

<sup>37</sup> Ginzburg (2007, p. 287).

impressa periódica, na forma de jornal, como documento potente para pesquisas históricas, a partir da inspiração em análises da imprensa francesa e possíveis *insights* para análise da imprensa brasileira, representada pelo caso de *O Exemplo*.

Em contato com o livro *Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*, organizado por Robert Darnton e Daniel Roche (1996), descobri um projeto ambicioso para registrar na História a “libertação da imprensa” no período da Revolução Francesa. Esse empreendimento produziu diversos registros, a exemplo dos jornais, gênero impresso central nesta tese. Nessa obra Jeremy D. Pophin (1996) aborda a fundação e difusão dos jornais durante a Revolução, mas de modo especial, como esses jornais se apresentavam ao público leitor.

Consciente de que a Revolução Francesa foi um marco na discussão sobre a liberdade de imprensa, sobretudo com a divulgação de mensagens revolucionárias na vida cotidiana francesa, os jornais, apesar de sua efemeridade, se situam em destaque frente a outros impressos, como o livro e o almanaque, por sua capacidade de atingirem um público leitor mais amplo<sup>38</sup>. Naquele momento histórico, ainda que, conforme Pophin, os baixos níveis de alfabetização da população de muitas regiões da França tenham impedido que os jornais atingissem diretamente boa parte da população adulta da época, o acesso aos periódicos também acontecia por meio da leitura em voz alta realizada nas comunidades<sup>39</sup>.

A imprensa revolucionária foi reconhecida como uma instituição que ajudou a estruturar e legitimar “o mundo da cultura política francesa”. Pophin recorre a J. P. Brissot e comunga do seu entendimento quando ressalta que a liberdade de imprensa vai além de um programa de reformas, afirmando ainda que a “imprensa era o único meio de instituir a soberania popular”. Nesse sentido, J. P. Brissot menciona três noções fundamentais sobre esse aspecto: a primeira, de que “os jornais iriam permitir a condução do debate público numa escala nacional”; a segunda, de que eles, os jornais, “iriam tornar possível a transmissão contínua das opiniões do público para seus representantes eleitos”; e, por último, de que os jornais “iriam possibilitar o esclarecimento dos eleitores por parte dos líderes intelectuais”<sup>40</sup>.

A apresentação desse programa é um indicativo rico em informações que sintonizam com os anseios da editoria do jornal *O Exemplo*, impresso brasileiro que circulou no final do século XIX, o qual não desconhecia a luta revolucionária pela legitimação política francesa, continuamente lembrada pela imprensa de sua época. Soma-se a essa questão política, a realidade vivida aqui no Brasil, com destaque para os aspectos sociais, culturais e econômicos

---

<sup>38</sup> Sobre a missão do jornalismo, conferir apêndice C.

<sup>39</sup> Pophin (1996, p. 206).

<sup>40</sup> Pophin (1996, p. 199).

que remodelaram práticas do cotidiano da população negra inserida em uma nova ordem republicana e pós-escravista. Nessa perspectiva, *O Exemplo* se estabelece como um testemunho das temáticas políticas de sua época, da dinâmica do país diante da realidade republicana, das novas configurações do mundo do trabalho decorrentes da abolição e da formação de seu povo. Por esses indicativos, dentre outros, *O Exemplo* demonstra seu potencial como documento histórico.

Não é demais apressada a afirmativa de que a imprensa brasileira se construiu à sombra de um modelo europeu. Tal correspondência, a historiadora Tania Regina de Luca afirma que:

O nosso século XIX foi marcado pela forte presença dos impressos de caráter político – como atesta o papel que os mesmos desempenharam na luta pela Independência, na crise aberta com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, ou no movimento em prol da Abolição, enquanto a subsequente atualização tecnológica apontou para a transição rumo ao mercado. Aproximações possíveis e que não devem surpreender, uma vez que o Brasil insere-se, desde o século XVI, no mundo ocidental e capitalista.<sup>41</sup>

As correspondências entre os jornais brasileiros e europeus sinalizam para a importância desse artefato cultural e político às pesquisas históricas. Muitos itinerários de jornais apontam sua legitimidade ao infundir confiança nos leitores que percorriam suas páginas. Entretanto, a significação histórica dos jornais nacionais não se reduz a uma mera reprodução de experiências do velho continente. A imprensa brasileira emergiu de forma sistemática a partir de 1808, com a chegada da Corte portuguesa e a instalação da primeira Tipografia de Impressão Régia. Segundo Luca (2008), a imprensa no Brasil, em meio a desejos e aspirações, recusas e aceites, se firma como programa definido, carregado de interesses diversos, respondendo a demandas de seu contexto. Assim, os jornais não deixaram de se constituir em espaços privilegiados de luta simbólica. Para a autora, “não por acaso, os vários órgãos da grande imprensa distinguiam-se pelo seu matiz ideológico, expresso nas causas que abraçavam, na auto-imagem que se esforçavam por construir e no público que pretendiam atingir”<sup>42</sup>.

De acordo com Luca (2008) informa que “na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil”<sup>43</sup>. Contudo, o quantitativo de artigos, dissertações e teses sobre essa produção e difusão impressa cresceu de forma vertiginosa no país, ainda que houvesse desconfiança sobre essa produção de conhecimento quanto a sua mobilização para a

---

<sup>41</sup> Luca (2008, p. 154a).

<sup>42</sup> Luca (2008, p. 158a).

<sup>43</sup> Luca (2008, p. 111b).

escrita da História. Nessa direção, o historiador Rafael Saraiva Lapuente (2015), procura ampliar o debate sobre o uso desse impresso em pesquisas históricas, e afirma que “esse olhar desconfiado ao jornal pela historiografia brasileira até 1970 contrasta com a visão com que a historiografia francesa, por exemplo, já encarava o periódico como documento histórico”<sup>44</sup>.

Segundo Luca (2008b), existiam razões determinantes para essa desconfiança, que não “constituía particularidade brasileira”<sup>45</sup>. Logo, a imprensa periódica, conforme os historiadores, por não ser um documento marcado “pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade”, não era objeto de investigação recomendado para a escrita da História, de modo que se estabeleceu a hierarquização qualitativa dos documentos tomados para a operação historiográfica. Segundo Luca, os “jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”<sup>46</sup>. Isso se deve ao fato de que, em vez de captar o ocorrido, dele apresentavam apenas imagens parciais e subjetivas.

No âmbito da historiografia internacional, a partir da década de 1930 as críticas a respeito dessa concepção ganham força, por meio da chamada Escola dos *Annales*, o que “não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo”<sup>47</sup>. Nesse sentido, “as potencialidades da imprensa” periódica, a partir da década de 1930, se situavam em duas perspectivas antagônicas na/para a construção do saber histórico: a primeira, que desconsiderava esses impressos na prática historiográfica; a segunda, que adotou sua centralidade para examinar as décadas finais do século XX, em virtude do alargamento do campo de pesquisa, mirando “novos objetos”, como, por exemplo, os jornais. Essa mesma observação é referida em Lapuente (2015) quando aborda que essa mirada possibilitou, a partir da terceira geração dos *Annales*, a utilização de jornais como documento.

O jornal com documento histórico não é aqui concebido em seu sentido positivista de fonte, prova, verdade. Refiro-me a um conceito amplo inspirado pela Escola dos *Annales*<sup>48</sup>, que insiste na reconceitualização da noção de documento. As concepções de documento e de crítica

---

<sup>44</sup> Lapuente (2015, p. 03).

<sup>45</sup> Luca (2008, p. 111b).

<sup>46</sup> Luca (2008, p. 112b).

<sup>47</sup> Luca (2008, p. 112b).

<sup>48</sup> Em relação ao paradigma dos *Annales*, Lynn Hunt aborda que este constitui uma indagação sobre como funciona uma sociedade ou “toda uma coletividade em termos de suas múltiplas dimensões temporais, espaciais, humanas, sociais, econômicas, culturais e circunstanciais” (1992, p. 3). Esse paradigma inspira a pensar sobre o jornal *O Exemplo*, documento aqui analisado.

documental foram revisadas e ampliadas a partir de trabalhos como o realizado pelo historiador francês Jacques Le Goff (2013). Nessa obra, ele afirma que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.<sup>49</sup>

Para esse autor, “o documento é monumento”, resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade<sup>50</sup>. Essa noção de documento, sob inspiração de Le Goff, faz compreender que a imprensa brasileira não apenas possibilita descrever fatos históricos, mas também permite, de acordo com as questões de pesquisa, levantar questionamentos a respeito de uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico.

A recorrência aos estudos de Ginzburg (2007), leva, ainda, a apontar as pressões de ordem física e psicológica exercidas pelos inquisidores para arrancar dos inquiridos a verdade que eles mesmos procuravam, ou seja, a sua verdade e não a do réu. Diante disso, o autor adverte que “não existem textos neutros: mesmo um inventário notarial implica um código, que temos de decifrar”<sup>51</sup>. Desse modo, os documentos são vestígios do passado produzidos por interesses de sua época, e, cabe ao historiador praticar a crítica dos documentos, por meio de perguntas que oportunizem compreender o porquê de um determinado impresso, como o jornal *O Exemplo*, vir a existir, quais seus objetivos e quais ideais desejava imprimir em seu público leitor.

Os autores mencionados nesta subseção apontam que é preciso estar atento às intenções de produção dos jornais, sua função em um dado grupo social, os pontos de vista explícitos e implícitos, ou seja, é importante considerar o contexto e as técnicas de produção desses impressos, sua circulação e, em especial, os usos e apropriações daqueles que os liam.

Em relação à “verdade”, que estaria inscrita nas fontes históricas, Gaddis (2003) assegura que “a verdade é uma lamentável aproximação da realidade que, mesmo com extrema habilidade por parte do historiador, pareceria muito estranha a qualquer um que a tivesse vivido”<sup>52</sup>. Nessa direção, Pesavento vai além, quando diz que “os historiadores persistem na

---

<sup>49</sup> Le Goff (2013, p. 495).

<sup>50</sup> Le Goff (2013, p. 497).

<sup>51</sup> Ginzburg (2007, p. 288).

<sup>52</sup> Gaddis (2003, p. 155).

sua busca, animados por um ‘desejo de verdade’, por uma vontade de chegar lá”<sup>53</sup>. Entretanto, no máximo, conseguem direcionar o caleidoscópio para enxergar “um horizonte de expectativas e uma meta a atingir”. Assim, a verdade vista como meta a atingir, permite que se chegue à noção de verossimilhança.

Nesse sentido, creio ser relevante apontar que a historiografia brasileira tem procurado, em especial, a partir dos estudos inspirados na História Cultural, compreender muito mais os *fragmentos verossímeis* da cultura de um tempo e espaço do que realizar interpretações do passado para tomar um documento da imprensa como prova fidedigna, como procuro demonstrar na subseção seguinte.

## 2.5 HISTÓRIA CULTURAL

Nesta subseção, apresento algumas ideias – chave do campo da História Cultural e suas contribuições para uma virada epistêmica com repercussões no uso de periódicos na pesquisa historiográfica. Antes, conceituo esse campo, em seguida, tomo de empréstimo o conceito de representação, para, por último, compreender o lugar que ocupa o impresso, aqui analisado, de modo a demonstrar a relevância do jornal *O Exemplo* como documento histórico, social e cultural para a História Cultural. Como inicialmente abordado, esta tese se inspira nos postulados da História Cultural, compreendida como uma abordagem historiográfica aberta a possibilidades de interpretação de um tempo pretérito. Nesse sentido, Peter Burke (2005) apresenta alguns avanços e recuos em aspectos teóricos e metodológicos da História Cultural. Para o autor, as aproximações entre historiadores e antropólogos foram significativas, pois viabilizaram a discussão e permitiram o “surgimento” da Nova História Cultural (NHC) no final da década de 1980. Burke (2005) afirma que “a palavra ‘nova’ serve para distinguir esse novo gênero da *nouvelle histoire* francesa da década de 1970” e a palavra “cultura” para distinguir a história intelectual da história social<sup>54</sup>.

A partir das leituras realizadas, faço a opção teórica pela expressão História Cultural, por entender que o acréscimo da expressão “nova”, da década de 1980, considerada um marco de referência na trajetória desse campo, não faz mais sentido, pois “o deslocamento pode ser visto como uma mudança de ênfase, mais do que a ascensão de alguma coisa nova, uma reforma da tradição, mais que uma revolução, mas afinal, a maior parte das inovações culturais

---

<sup>53</sup> Pesavento (2008a, p. 182).

<sup>54</sup> Burke (2005).

acontecem dessa maneira”<sup>55</sup>. Nesse deslocamento da História Cultural, os conceitos, dentre eles os de práticas e representação, são significativos nesta tese. Sobre essas questões, destaco as contribuições da historiadora Sandra Jathay Pesavento (2008b), que argumenta:

A História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. Torna-se claro que este é um processo complexo, pois o historiador vai tentar a leitura dos códigos de um outro tempo, que podem se mostrar, por vezes, incompreensíveis para ele, dados os filtros que o passado interpõe.<sup>56</sup>

Além disso, a formulação do historiador Alain Corbin (2005), inspira esta tese:

A história cultural é feita de recobrimentos, de sedimentações, de inércias, isto é, não se sente as mesmas coisas, segundo uma série de critérios: o sexo, a idade, a categoria social, o local geográfico, a tradição, ou a cultura que se recebeu. O historiador da cultura deve sempre tentar entender essa complexidade, essa simultaneidade de atitudes muito diferentes segundo os indivíduos e segundo os grupos.<sup>57</sup>

Inspirado nos excertos e autores acima apresentados, compreendo que uma temporalidade fugidia, como definida por Pesavento (2008b) e Ginzburg (2007), só pode ser acessível através de registros, sinais, indícios e vestígios. Isso porque não é possível estudar um tempo passado senão por meio daquelas evidências que deixaram algum registro, ou que foram objeto de uma descrição muito densa de um estudioso. Porém, para captar tais expressões do passado, requer-se do historiador sensibilidade para a compreensão das ações humanas no tempo e no espaço, como objetivo aqui fazer por meio da análise de *O Exemplo*.

Para Corbin (2005), o desafio daquele que pretende fazer-se historiador implica em procurar captar o maior número de experiências humanas implicadas com seu objeto. Essa atitude/ofício, “facilita a adoção de uma ótica compreensiva com relação às pessoas do passado”, ou melhor, com relação às suas ações. Ao historiador sensível cumpre “colocar-se na pele dos atores, e reconstruir a lógica de cada um deles, ou de cada um dos grupos envolvidos” (2005). Nesse sentido, o autor afirma que “tudo isso funda-se sobre a análise dos sistemas de representação do mundo, de representação do além, do outro, do animal, do vegetal, do ser humano etc., para entender como o texto que se tem debaixo dos olhos pôde se formar”<sup>58</sup>.

---

<sup>55</sup> Burke (2005, p. 98).

<sup>56</sup> Pesavento (2008b, p.42).

<sup>57</sup> Corbin (2005, p. 17).

<sup>58</sup> Corbin (2005, p.14 - 16).

Tomado como documento histórico de uma determinada realidade, *O Exemplo* expressa evidências de um passado. Nas palavras de Albuquerque Junior, “a realidade não é uma pura materialidade que carregaria em si mesma um sentido a ser revelado ou descoberto, a realidade além de empírica é simbólica, é produto da dotação de sentido trazida pelas várias formas de representação”<sup>59</sup>, inscritas em espaços de tensão. Os jornais, por excelência, expressam essas representações e tensões, ao levar em conta as transformações históricas, as particularidades contextuais, bem como o rigor empírico.

Nesse enquadramento, trata-se de realizar uma leitura de realidades históricas, de um tempo passado, a partir da materialidade do documento *O Exemplo*. Chartier (2004) apresenta pressupostos que inspiram este propósito: quanto aos impressos, insiste na relação entre a materialidade do suporte, os textos, sua circulação e os usos a que estão sujeitos em um determinado contexto histórico. Textos, suporte e práticas de leitura do impresso *O Exemplo* são compreendidos como práticas culturais, porque “traduzem em atos as maneiras plurais como os homens dão significação ao mundo que é seu”<sup>60</sup>.

Além disso, para melhor compreender as atenções à instrução nas páginas do jornal, em especial o que dizem da leitura, a partir das lentes da História Cultural, tomo o conceito de representação, relevante para a tese, apesar de ser um “conceito ambíguo, pois, na relação que estabelece entre ausência e presença, a correspondência não é da ordem do mimético ou da transparência. A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele”<sup>61</sup>.

Segundo Chartier (2010), o conceito de representação “permite vincular estreitamente as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais”<sup>62</sup>. Logo, nesta tese, investigo as estratégias adotadas pela editoria e seus colaboradores para orientar os “homens de cor” em direção à instrução, especialmente numa sociedade recém liberta.

O mesmo autor assegura que “as representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é”<sup>63</sup>. Nessa perspectiva, Pesavento (2008b) afirma que “as representações se inserem em regimes de verossimilhanças

---

<sup>59</sup> Albuquerque Junior (2007, p. 25).

<sup>60</sup> Chartier (2004, p. 18).

<sup>61</sup> Pesavento (2008b, p. 40).

<sup>62</sup> Chartier (2010, p. 49).

<sup>63</sup> Chartier (2010, p. 51).

e de credibilidade, e não de veracidade”<sup>64</sup>. Assim, o jornal *O Exemplo*, compreendido como um lugar de produção e circulação de discursos diversos, está repleto de representações sobre o mundo que difunde junto a seus leitores num contexto de mudanças e nova ordem social e econômica. Adiante, será possível identificar algumas dessas representações que circulam no e através do jornal aqui apresentado, com particular atenção ao modo como a editoria e os colaboradores empreenderam uma verdadeira cruzada em prol do levantamento moral e intelectual dos “homens de cor” através da instrução.

Contudo, como captar, em termos metodológicos, essas representações? Pesavento (2008b) esclarece que “a primeira delas seria aquela do texto, pensando a escrita e a leitura” [que] “são indivisíveis e estão contidas no texto, este plano intermediário entre produção e recepção que [se] articula, permite a comunicação e veicula representações”<sup>65</sup>. A autora ressalta que a escrita, o texto e a leitura são uma tríade a ser considerada em nossas análises. Ela ainda afirma a História como uma narrativa que constrói uma representação sobre o passado que se desdobra nos estudos da produção e da recepção dos textos<sup>66</sup>. Assim, pode-se inferir que o conhecimento histórico é uma operação intelectual que se esforça para produzir inteligibilidades sobre contextos passados, como aquele de emergência e circulação de *O Exemplo*, corpus aqui examinado. Nesse sentido, Hunt lembra que:

Os historiadores que aprendem a analisar as representações de seus universos a partir de seus temas, inevitavelmente começam a refletir sobre a natureza de seus próprios esforços para representar a história; afinal, a prática da história é um processo de criação de texto e de “ver”, ou seja, de dar forma ao texto.<sup>67</sup>

A problemática desta tese, assim, também concerne às representações – de instrução, ignorância, leitura, conhecimento, emancipação dos grupos subalternos – construídas com base em representações de mundo, de um tempo e de um lugar com vistas ao que seus editores e colaboradores de *O Exemplo* pensavam ser a civilização, o progresso e a emancipação das populações negras. Na sequência prossigo a tratar da História da Educação e História da cultura escrita, importantes campos de estudo a fundamentar a investigação desta tese.

---

<sup>64</sup> Pesavento (2008b, p. 41).

<sup>65</sup> Pesavento (2008b, p. 69-70).

<sup>66</sup> Pesavento (2008b, p. 69).

<sup>67</sup> Hunt (1992, p. 27).

## 2.6 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA

Procuro, nesta subseção, situar a inscrição da tese na História da Educação e da História da Cultura Escrita. Antes, porém, é importante retomar que o fazer historiográfico nas últimas quatro décadas, toma os jornais como documentos capazes de oferecer subsídios para compreensão da História, como indiquei anteriormente a partir de Luca (2008), e aqui, em particular, da História da Educação.

Nessa direção, procurei estabelecer intersecções que permitissem melhor compreender o documento pesquisado, *O Exemplo* e sinalizar melhor o campo científico da pesquisa, o campo historiográfico no qual a mesma se constitui, qual seja o da História da Educação na especificidade da História da cultura escrita.

De acordo como as historiadoras Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos, organizadoras de três volumes da coleção *Histórias e memórias da educação no Brasil* (2011), a História da Educação é um campo “multifacetado e pluridisciplinar”, que “abarca vários temas e objetos de pesquisa”<sup>68</sup>. A afirmativa das autoras é demonstrada pelas investigações contempladas nos diversos capítulos da coleção, cujos objetos, por vezes analisados a partir de documentos inusitados e teorias de campos interdisciplinares, demonstram a diversidade de possibilidades de pesquisa da História da Educação na contemporaneidade. Isso permite afirmar a validade da pesquisa desenvolvida em torno à imprensa direcionada especialmente para a comunidade negra no Rio Grande do Sul, como é o jornal *O Exemplo*, cuja análise pode ser configurada na perspectiva da História da Educação. Nesse sentido, tomar esse documento para o campo delimitado sugere possibilidades de atualização das produções desenvolvidas, deslocando o interesse para temática ainda pouco valorizada, como a instrução da população negra a partir da imprensa, em especial no período aqui examinado.

Contudo, a inscrição nesse campo só começa a ganhar espaço no final da década de 90 do século XX, com a existência de alguns poucos trabalhos publicados sob a inserção da população negra como sujeito nas pesquisas de História da Educação. Essa afirmativa é feita no livro *A História da Educação dos Negros no Brasil* (2016), organizado pelos historiadores Marcus Vinícius Fonseca e Surya Aaronovich Pombo de Barros. Barros afirma:

A ampliação e consolidação das pesquisas com o recorte racial, no entanto, é um fenômeno recente na historiografia da educação brasileira. Embora já possamos falar de duas décadas de produção, quando comparada a outros objetos consagrados há mais tempo no campo (instituições, ideias pedagógicas, formação docente, legislação,

---

<sup>68</sup> Stephanou; Bastos (2011, p. 427).

por exemplo), a história da educação da população negra ainda é uma área relativamente nova. A relevância do tema e a maior quantidade de investigações que têm vindo a público através de diversas modalidades de trabalhos – na forma de livros, teses, dissertações, comunicações em eventos científicos, artigos de revistas-, justificou a realização de um balanço historiográfico de tais produções, a fim de mapear o campo, identificar tendências de pesquisa e apontar eventuais lacunas.<sup>69</sup>

Assim, segundo a autora, a inserção da população negra como sujeito de pesquisa na História da Educação é fenômeno discutido por pesquisadores engajados nessa temática e que propuseram transformações para o campo de estudos. Para Fonseca (2016) tal perspectiva “influenciou os procedimentos de escrita da história da educação que também passou a questionar as formas tradicionais de representação dos negros em suas interpretações dos processos educacionais”<sup>70</sup>. Os pesquisadores que se debruçam sobre essas questões visam contribuir com a desconstrução das formas recorrentes de exclusão dos negros na História da Educação brasileira. Alguns desenvolvem pesquisas que demonstram como a população negra não estava alheia aos diferentes modos de apropriação da leitura e escrita, visto que essas práticas não se davam exclusivamente na escola<sup>71</sup>.

Documentos produzidos em um determinado contexto histórico e pesquisados atualmente podem evidenciar aproximações da população negra rumo à conquista da alfabetização, além de apontar os dispositivos de exclusão desse grupo em instituições escolares, descrever os mecanismos criados para alcançar a escolarização de grupos étnicos em espaços não formais e identificar experiências em escolas oficiais que aceitaram negros. Tais temas podem favorecer uma melhor compreensão da realidade e da história brasileira, especialmente do período aqui investigado.

Nesse sentido, tomo o jornal *O Exemplo* como objeto de pesquisa, na tentativa de dar visibilidade à multiplicidade e diversidade de temáticas nele inscritas, que incidem também na temática instrução, pois como artefato de leitura e escrita possui uma dimensão educativa que podem tornar-se alvo de estudos no campo da História da Educação. A exemplo, cito o trabalho intitulado “Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920”, do historiador Carlos Eduardo Vieira (2007) que apresenta uma análise mais restrita do conceito de Educação ao examinar dois jornais da década de 1920, os jornais *Diário da Tarde* e *Gazeta do Povo*. Essa

---

<sup>69</sup> Barros (2016, p. 52).

<sup>70</sup> Fonseca (2016, p. 24).

<sup>71</sup> Consultar Wissenbach (2002), Barros (2016) e Fonseca (2016).

análise sinaliza para algumas possibilidades de investigação do jornal *O Exemplo*, principalmente quando, em sua pesquisa, Vieira (2007) opta por:

Analisar notas informativas, propagandas de escolas, reportagens sobre diferentes eventos e problemas educacionais, matérias de opinião, enfim, tudo que [conseguisse] localizar e identificar como associado à temática da educação e que pudesse guardar sentidos que [...] revelassem a forma de apresentação da temática na imprensa periódica paranaense.<sup>72</sup>

O excerto descreve possibilidades de focos temáticos diversos a observar e que estão vinculados à Educação, os quais são importantes para a investigação do impresso *O Exemplo*. Esse horizonte para a pesquisa, a partir da relação entre imprensa e instrução, Raquel Discini de Campos (2012) identifica que os historiadores da Educação têm investido esforços significativos em pesquisas a partir da imprensa, empreendimento realizado por estudiosos dos séculos XIX e XX, “quer fossem polígrafos ou especialistas”. Entretanto, a autora lembra que “muitas pesquisas buscaram perscrutar temas estritamente educacionais, tanto nas folhas periódicas tipicamente opinativas do século XIX, quanto no *produto* jornal<sup>73</sup>, também característico do século seguinte. Nesse sentido, a autora assegura:

A imprensa é tanto um *veículo educativo* quanto um *meio de ocupação da esfera pública*, compartilhado por diversos grupos sociais pelo menos desde o século XIX, e a despeito da inequívoca consideração da comunidade de historiadores em relação à utilização desse tipo de vestígio para a escrita da história da educação, os trabalhos dos que se detêm nessa *fonte/objeto* de pesquisa problematizaram timidamente as questões teórico-metodológicas que envolvem o seu emprego. Vive-se, na verdade, situação de legitimidade “emprestada” dos trabalhos consolidados em torno das revistas pedagógicas, estas sim, há muito validadas pelo campo.<sup>74</sup>

O excerto de Campos é claro ao afirmar o caráter educativo da imprensa. Porém, há uma problemática a ser superada: questões teórico-metodológicas ainda frágeis, visto que os aportes para essas questões foram tomados de “empréstimo” de orientações advindas de pesquisas realizadas sobre as revistas pedagógicas. A esse respeito, a autora adverte que a análise de ambos os documentos não pode ser realizada sob a mesma acepção, pois são gêneros distintos, assim como o público tem expectativas diferentes, os quais apresentam, cada qual, um estilo ou modo de apresentação, especialmente porque as revistas pedagógicas enfatizam temáticas diversas, mas exclusivamente voltadas aos agentes educativos. Nesse sentido, para a autora, a utilização de jornais como *fonte/objeto* se assenta em uma posição secundária. Em seu estudo,

---

<sup>72</sup> Vieira (2007, p. 23).

<sup>73</sup> Campos (2012, p. 55).

<sup>74</sup> Campos (2012, p. 56).

ela apresenta o mapeamento realizado por Denice B. Catani e Luciano Mendes de Faria Filho (2005), segundo o qual a utilização de jornais em pesquisas publicadas nos Grupos de Trabalhos da Anped (1985-2000), que tomaram os jornais para a construção da historiografia da Educação, ocorre em apenas 8,9% das pesquisas.

Luciano Mendes de Faria Filho (2002) toma o jornal como documento para a História da Educação a partir de pesquisas realizadas acerca do jornal *O Universal*, fundado em Ouro Preto (MG), em 1825. O autor assegura que os periódicos foram considerados “uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo, os jornais foram vistos como importante estratégia educativa”<sup>75</sup>.

Para Campos (2012), “é justamente por isso que as pesquisas que se utilizam de jornais não especificamente pedagógicos para falar sobre a história da educação trabalham, na verdade, com um conceito de educação mais abrangente do que o da educação escolar”<sup>76</sup>. O jornal *O Exemplo*, a título de ilustração, mirou não apenas o sujeito escolar, mas todos os sujeitos que estiveram presentes no contexto de publicação dos exemplares desse semanário: os leitores.

Em Faria Filho (2002) pude observar que *O Universal* tinha uma “intencionalidade claramente educativa, [pois] o jornal punha em circulação uma série de matérias e assuntos que, em sua generalidade, não deixavam de compor uma representação sobre suas ideias de reforma das condutas e dos costumes”<sup>77</sup>. Essas afirmações orientam o pensamento de que o jornal *O Exemplo*, igualmente, possuiu um caráter educativo junto a uma comunidade de leitores e, aqui, sua compreensão anuncia uma rica possibilidade de contribuição para a História da Educação. Nesse sentido, o autor leva a pensar que os artigos publicados em *O Exemplo*, possivelmente são indicativos de que a instrução era uma possibilidade, conforme escrito no documento de “lutar contra a ignorância”.

Para Nóvoa (2011), “o mínimo que se exige de um historiador é que seja capaz de pensar a história, interrogando os problemas do presente através das ferramentas próprias do seu ofício”<sup>78</sup>. Consequentemente, é no presente que construo as questões para compreender o passado, com base em uma investigação acerca de um artefato representativo das práticas culturais da população negra do sul do Brasil: o jornal *O Exemplo*. A esse respeito, com base

---

<sup>75</sup> Faria Filho (2002, p. 134).

<sup>76</sup> Campos (2012, p. 61).

<sup>77</sup> Faria Filho (2002, p. 135).

<sup>78</sup> Nóvoa (2011, p. 9).

nos quatro ensaios de respostas que o próprio Nóvoa (2011) formula para sua questão, Para que a História da Educação? faça o seguinte destaque:

Para explicar que não há mudança sem história – o trabalho histórico é muito semelhante ao trabalho pedagógico. Estamos sempre a lidar com a experiência e a fabricar a memória. Hoje, as políticas conservadoras revestem-se de vernizes “tradicionais” ou “inovadores”. O seu sucesso depende de um aniquilamento da história, por excesso ou por defeito. Por excesso, isto é, pela referência nostálgica ao passado, à mistificação dos valores de outrora. Por defeito, isto é, pelo anúncio, repetido até à exaustão, de um futuro transformado em prospectiva e em tecnologia. Por isso, é tão importante denunciar a vã ilusão da mudança, imaginada a partir de um não lugar sem raízes e sem história.<sup>79</sup>

O excerto do autor é elucidativo, principalmente para o contexto atual, pois, se por um lado, há uma tentativa de silenciamento da intelectualidade negra<sup>80</sup> de se colocar na imprensa brasileira branca, por outro lado é nesse momento que, como pesquisadores do campo da História da Educação, temos a incumbência de dar visibilidade à participação de um corpo editorial majoritariamente negro, que se firmou durante quase quatro décadas na imprensa porto-alegrense, com a divulgação de acontecimentos filiados a uma ideologia moral, política, social e educativa, no final do século XIX até meados dos anos 1930.

Pesquisar um documento como *O Exemplo*, que circulou em Porto Alegre, permite apreender discursos articulados a experiências históricas que se situam em um escopo mais amplo do território nacional. É o que mostra a pesquisa desenvolvida por Faria Filho (2002) sobre o jornal *O Universal*, fundado em 1825, em Minas Gerais. Neste impresso, o autor encontra relatos de desconfiança quanto ao domínio do saber ler e escrever por escravos e libertos.

No que diz respeito às práticas de leitura e escrita e àqueles que fazem seu uso, as contribuições do campo de estudos da história da cultura escrita tornam-se relevantes para a pesquisa com *O Exemplo*. Assim, para responder ao problema inicialmente registrado nesta tese, especialmente quando tematizo sobre a instrução e suas relações com as práticas de leitura e escrita no documento *O Exemplo*, penso em me valer de alguns autores representativos desse campo. Primeiramente, o paleógrafo italiano Armando Petrucci (1999), que dirige sua atenção para as práticas que produzem ou mobilizam a escrita, e que coloca em relevo a globalidade dos testemunhos escritos, os modos de transmissão e conservação, as tipologias da escritura e as práticas de produção e difusão social das capacidades de escrever e ler, como também a

---

<sup>79</sup> Nóvoa (2011, p. 11).

<sup>80</sup> Santos (2011).

exclusão parcial ou integral de sujeitos de um determinado contexto que valoriza a cultura escrita. Nessa mesma direção, Antonio Castillo Gómez (2003), historiador espanhol argumenta:

La historia de la cultura escrita trasciende la consideración de la escritura como un mero sistema gráfico para interrogarse principalmente por sus distintas funciones y las consiguientes prácticas materiales, siempre en referencia a las respectivas sociedades históricas y teniendo en cuenta que en cada momento la sociedad ha estado formada por alfabetizados y analfabetos. Por esa razón, la cultura escrita en cuanto práctica social nos sumerge en una aventura tan apasionante como la de reconstruir, a partir de los propios testimonios escritos y sin obviar su análisis formal, el significado y el uso que le han dado las respectivas sociedades a lo largo del tiempo.<sup>81</sup>

Essa referência possibilita que sejam lançadas algumas questões para reflexão sobre o impresso escolhido, como: *Quem escreve? Por que escreve? Para quem escreve?* Essas questões, seguidamente, estão atravessadas, de certo modo, pelas estruturas socioeconômicas de uma dada sociedade. As práticas de escritura são um dos temas de pesquisa de Certeau (2014) e são sugestivas para pensar que:

A escritura acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um lugar e multiplica sua produção pelo expansionismo da reprodução. A leitura não tem garantias contra o desgaste do tempo (a gente se esquece e esquece), ela não conserva ou conserva mal a sua posse, e cada um dos lugares por onde ela passa é repetição do paraíso perdido.<sup>82</sup>

O desafio é desenvolver uma pesquisa historiográfica que reconheça um outro tempo, a partir de escrituras impressas no semanário. Sobre a inauguração de uma imprensa, já no século XVI, Ginzburg (2006) sinaliza como a cultura popular e erudita, marcadas pela Reforma Protestante, propiciaram rupturas em relação ao monopólio dos letrados sobre a cultura escrita. Para Ginzburg,

Mennocchio era conscientemente orgulhoso da originalidade de suas ideias e, por isso, desejava expô-las às mais altas autoridades civis e religiosas. Ao mesmo tempo, porém, sentia a necessidade de dominar a cultura dos seus adversários. Compreendia que a escritura e a capacidade de dominar e transmitir a cultura escrita eram fonte de poder.<sup>83</sup>

A ideia da cultura escrita como privilégio foi gradativamente rompida pela invenção da imprensa, pois a palavra escrita se estendeu a um número maior de pessoas. Terá *O Exemplo*, séculos mais tarde, representado aos seus editores e leitores, especialmente da comunidade

---

<sup>81</sup> Gómez (2003, p. 96).

<sup>82</sup> Certeau (2014, p. 245).

<sup>83</sup> Ginzburg (2006, p. 104).

negra, a inserção e domínio do código escrito, como uma das possibilidades de exercício de um poder? As contribuições desta tese procuram entre outros aspectos, apontar que sim, através dos usos e significados da cultura escrita, no contexto histórico e cultural de sua circulação.

Assim, para a análise do jornal *O Exemplo*, no campo de estudos da História da cultura escrita, tomo a tríade indicada nos estudos de Chartier (1992), qual seja, a atenção aos textos, ao suporte e às práticas de leitura, noções que não são vistas como dissociáveis, pois, cada uma, seguidamente implica as demais.

Quanto à análise dos textos, não se trata apenas de examinar os dispositivos de inscrição das ideias como narrativas textuais, mas de compreender os discursos que os atravessam. Gómez (2003), ao se valer de Michel Foucault, entende o discurso como a doutrina ou ideologia que regulamenta e sistematiza o funcionamento da sociedade<sup>84</sup>, uma forma de poder legitimado pelos indivíduos autorizados a exercê-lo, tal como acontece com um conjunto de textos que ordenam as relações e as práticas sociais<sup>85</sup>. Ademais, ressalta que “cada discurso se debe a unas pautas de funcionamiento donde están planteadas sus propias contenciones y exclusiones, lo que se acepta y lo que se rechaza, las personas admitidas y las personas excluidas”. Assim, a cultura escrita comporta uma forma de poder, “el poder, por ejemplo, de adquirir una capacidad – leer y/o escribir – que no siempre ha estado al alcance de todos; el poder de producir un determinado texto; o el poder, en fin, de acceder a los saberes y conocimientos vertidos en los libros” [ou textos que circulam, eu acrescentaria]<sup>86</sup>. Em relação a esse poder que a palavra escrita comporta, podemos pensar que tal entendimento se aplica, também, a *O Exemplo*, ao fazer uso do escrito, ao difundi-lo como estratégia formativa de seus leitores. Dessa forma, cabe compreender a cultura escrita como “objeto de una producción discursiva relacionada con los valores que se le atribuyen en cada momento de la historia”<sup>87</sup>. É precisamente sobre esse entendimento que reside parte de meu interesse no jornal *O Exemplo* como um artefato histórico que possui uma dimensão discursiva. Esse interesse é orientado pela seguinte questão: Quem, quais sujeitos, orientados por quais interesses, possuem uma autoridade sobre os escritos publicados no jornal *O Exemplo*? Ou, como a editoria pensava “iluminar” os oprimidos pela difusão do escrito e sua leitura como jornal?

---

<sup>84</sup> Gómez (2003, p. 109).

<sup>85</sup> No avançar do texto de Gómez (2003, p. 118), destaca que prestando atenção nos detalhes, aparentemente pequenos, da morfologia dos testemunhos escritos se percebe mais claramente os significados políticos que rodeia a composição de alguns destes, concebidos, sem dúvidas, como verdadeiros atos de poder, de um poder consumado por meio da escritura. Dessa forma, a escrita gera, para aquele que faz seu uso, um poder revertido, uma autoridade sobre o espaço gráfico.

<sup>86</sup> Gómez (2003, p. 109).

<sup>87</sup> Gómez (2003, p. 109).

Chartier (2010) assinala a tensão que atravessa a história da cultura escrita: tanto as forças exercidas pelas “autoridades, que entendem impor seu controle ou monopólio sobre o escrito”<sup>88</sup>, quanto a esperança de “todos aqueles, e mais ainda todas aquelas, para quem o saber ler e escrever foi a promessa de um melhor domínio de seu destino”. Isso porque, “a leitura é, por definição, rebelde e vadia”, subverte os sentidos implícitos e explícitos<sup>89</sup>.

Por conseguinte, para Gómez (2003) se por um lado, diversos estudos se centraram “preferentemente en los testimonios escritos vinculados al poder”; por outro, “en los últimos años han concentrado la atención sobre el valor cotidiano de la escritura, algo que normalmente había pasado desapercibido”<sup>90</sup>. Essa observação, tão pertinente, ajuda em minhas reflexões sobre o semanário aqui investigado, que incluem o valor que as pessoas “comuns”, em especial, imprimem ao universo do escrito, mas também consideram aqueles que produzem o discurso – senhores do espaço gráfico, detentores da autoridade sobre o escrito, ou mesmo detentores de competências sobre o patrimônio escrito. Nessa direção, “el estudio de los usos de la escritura puede aclarar, a la vez, la historia de las formas de ejercicio del poder y el de las diferencias socioculturales”<sup>91</sup>.

Algumas das possibilidades exploradas se encaminham na direção de pensar os estudos afiliados à história da cultura escrita como um campo de conhecimento com potencial para análise do periódico referido, uma vez que representa um rico patrimônio escrito de uma sociedade pretérita. Como sugere Certeau (2014) esse tipo de documento ecoa “vozes [que] não se fazem mais ouvir, a não ser dentro dos sistemas escriturísticos onde reaparecem”<sup>92</sup>. Nesse sentido, a referência à Biblioteca Azul é sugestiva para discutir os textos na perspectiva da história da cultura escrita, como passo a demonstrar na próxima subseção.

## 2.7 BIBLIOTECA AZUL

Nesta subseção, procuro discutir a referência à Biblioteca Azul nos estudos de Roger Chartier a partir de dois pontos principais: o primeiro, de que não possuímos apenas livros e sim textos que são reunidos em variados suportes; o segundo, de que os textos, já publicados ou não, em muitos casos, são editados de acordo com as operações daqueles que trabalham em

---

<sup>88</sup> Chartier (2010, p. 23).

<sup>89</sup> Chartier (1999b).

<sup>90</sup> Gómez (2003, p. 115).

<sup>91</sup> Petrucci (1999, p. 15).

<sup>92</sup> Certeau (2014, p. 201).

sua impressão. A análise da Biblioteca Azul, embora em outro tempo e contexto, aponta pistas valiosas para compreender o jornal *O Exemplo* como documento.

A primeira observação, talvez a mais importante, para iniciar esta subseção, consiste em pensar que “os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) que são seus os veículos”<sup>93</sup>. A materialidade do jornal, portanto, não será negligenciada para pensar a dimensão educativa que ele possui. Antes, porém, procuro discutir a qual público leitor os textos são direcionados, ou melhor, se há textos populares ou eruditos para um certo público leitor?

Essa discussão é recorrente nos estudos de Chartier sobre a Biblioteca Azul. Dela me vali para compreender o periódico investigado a partir de uma outra questão: Será mesmo *O Exemplo* um jornal de gênero textual diverso dirigido a um público popular? Não tenho dúvidas de que a pergunta já esteja respondida, uma vez que Chartier (2004) questiona, a partir de diferentes estudos de caso, a distinção popular/erudito e afirma que “onde se acreditava descobrir correspondências estritas entre clivagens culturais e oposições sociais existem antes circulações fluidas, práticas compartilhadas, diferenças indistintas”<sup>94</sup>. Isso significa dizer que, se por um lado, os leitores, sejam eles o público popular ou erudito, compartilham os mesmos textos, ou melhor, fazem uso de textos comuns que circulam socialmente e são dados a ler; por outro, a leitura é compreendida como prática, bem como um procedimento de interpretação.

A oferta de textos impressos na Europa cresceu de forma vertiginosa com a *Bibliothèque bleue*<sup>95</sup>. Sobre essa iniciativa editorial, Robert Darnton (2010a) lembra que em “meados do século XVII as editoras Oudot e Garnier de Troyes começaram a publicar uma coleção de brochuras baratas, que se tornou o elemento principal da literatura popular, conhecidas durante duzentos anos como a *bibliothèque bleue*”<sup>96</sup>. Os textos editados procuravam atingir um público leitor mais numeroso, de modo que os editores não hesitavam em mexer nos textos. Assim, conforme Chartier (2002) os editores procuravam transformar “a própria apresentação do texto, multiplicando os capítulos [...], e aumentando o número de parágrafos”, quanto encurtar os textos, amputando “fragmentos ou episódios considerados inúteis, comprimindo as frases, suprimindo relativas e intercaladas, adjetivos e advérbios”<sup>97</sup>. Com a estrutura inventiva que

---

<sup>93</sup> Chartier (2002, p. 61).

<sup>94</sup> Chartier (2004, p. 8).

<sup>95</sup> Primeiramente, a *bibliothèque bleue* era uma fórmula editorial que empregava caracteres usados, de madeiras gravadas abandonadas da cidade de Troyes, entre os séculos XVI e XVII, que publicavam “livros e brochuras de baixo preço, designados como ‘livros azuis’ – o que é uma alusão ao fato de muitos deles (mas não todos) serem encapados de papel azul” (CHARTIER, 2002, p. 68).

<sup>96</sup> Darnton (2010a, p. 198)

<sup>97</sup> Chartier (2002, p. 69-70).

davam aos textos, os editores desejavam atrair um público humilde, pois, com essa nova estrutura tipográfica, supunham atrair leitores pouco hábeis, um público que não tinha facilidade, nem tempo para acompanhar trechos extensos de narrativa. A esse respeito, investiguei outros periódicos de ampla circulação, e de destaque na imprensa do Rio Grande do Sul, no sentido de identificar se o jornal *O Exemplo* faz uso de uma estrutura tipográfica particular com vistas a atrair um maior número de leitores, aspecto que examinarei adiante.

A Biblioteca Azul, reúne uma diversidade de textos e de leitores a partir de fórmulas editoriais específicas. Segundo Chartier (2004), proporcionou um aumento no quantitativo de editores, de textos para difusão, de públicos leitores que na maior parte era popular, mas não exclusivamente (p. 261). Para usar a expressão de Darnton (2010a, p. 198), “leitores comuns”.

Nesse sentido, Darnton (2010b), afirma que a História do livro constitui-se como especialidade que culminou na criação de “seus próprios periódicos, centros de pesquisa, conferências e ciclo de palestras”<sup>98</sup>, empreendimento que, ao ganhar força, enraizou-se em instituições francesas nos anos de 1960, surgida, então, da convergência de diversas disciplinas. A História do Livro é incluída “no leque de assuntos estudados pela ‘escola dos Annales’”. Ao ocupar esse espaço, Darnton (2010b) afirma que:

Em vez de se deterem em minúcias bibliográficas, tentaram descobrir o modelo geral da produção e do consumo livreiro ao longo de extensos períodos de tempo. Compilaram estatísticas a partir de requisições de *privilèges* (uma espécie de copyright), analisaram o conteúdo de bibliotecas particulares e rastrearam correntes ideológicas estudando gêneros esquecidos, como a *bibliothèque blue* (brochuras primitivas). Não se interessavam por livros raros e edições de luxo; centraram-se nos tipos mais comuns de livros, pois ansiavam revelar a experiência literária de leitores comuns<sup>99</sup>.

Darnton (2010a) insiste na questão: O que é a história dos livros? Nesta tese, interessam, sobretudo, as questões de fundo teórico que, por um lado, exploram um conjunto ou série de documentos; e, por outro, apontam a necessidade de investigar documentos pouco examinados pela historiografia. Entre aqueles que são pouco lembrados, estão os textos (títulos) inseridos na Biblioteca Azul.

A esse respeito, Chartier (2004) brilhantemente descreve, historiciza, caracteriza e constata que os livros da Biblioteca Azul, “editados a preços baixos e com capa azul pelos impressores de Troyes, não foram absolutamente escritos para esse fim editorial”<sup>100</sup>. Contudo,

---

<sup>98</sup> Darnton (2010b, p. 190).

<sup>99</sup> Darnton (2010b, p. 191).

<sup>100</sup> Chartier (2004, p. 262-265).

reconhece que os textos editados, de origem diversa, atingiram expectativas e/ou capacidades de um público leitor específico e amplo. O que não expressa, necessariamente, um repertório “popular”. Nesse sentido, a impressão em massa realizada pelos editores de Troyes, “e talvez a menor preço do que seus concorrentes”, contribuiu para a classificação e hierarquização dos gêneros mais vendidos. Entretanto, seja qual for o gênero impresso, a *Bibliothèque Bleue* remete a uma tradição erudita. Darnton (2010) corrobora essa afirmação quando diz que esses textos baratos geralmente eram textos adaptados a partir da “alta literatura da Idade Média e da Renascença”<sup>101</sup>.

Para Chartier, os editores de Troyes do século XVII e XVIII, publicavam textos já impressos e que circulavam anteriormente em edições que normalmente não tinham nada de popular. Logo, segundo o autor, “as impressões de Troyes dão sequência a edições antigas, já de ampla circulação; [...] asseguram, vinte ou trinta anos depois da primeira edição, uma difusão em maior escala”<sup>102</sup>. A difusão nas edições seguintes, a partir da reimpressão e adaptação de textos já publicados, permitiu a popularização de textos eruditos que passaram a compor o Catálogo Azul. Tal prática, de publicar textos já publicados e/ou reeditá-los, pode ser encontrada em *O Exemplo*.

Em relação à marca dos editores, Chartier (2004) explica que essa interferência não aconteceu de forma sistemática nos textos, embora “transformados em livros azuis”. Estes, na verdade, eram consumidos “por um vasto público”, de modo que respondiam a “uma ‘expectativa compartilhada’”<sup>103</sup>. Nesse sentido, os editores troyenses propuseram textos que formam uma série, “seja por seu gênero [...], seja pelo campo de práticas nas quais eles são utilizáveis [...], seja pela recorrência de uma temática encontrada sob diferentes formas [...]” (CHARTIER, 2002, p. 69). Assim, inscritas por uma “identidade de gênero”, por “temáticas diferentes”, esse conjunto de obras sugere uma reflexão sobre as características dos textos publicados em *O Exemplo*.

Outro aspecto importante consiste em afirmar, a partir do exame das edições de *O Exemplo*, que a presença de textos longos, transcritos de obras já publicadas, não era incomum no periódico, havendo inclusive o anúncio, de uma edição a outra, da continuação daqueles textos que não podiam ser publicados em uma única edição. Esse aspecto é explorado nas seções que seguem.

---

<sup>101</sup> Darnton (2010, p. 310).

<sup>102</sup> Chartier (2004, p. 265-267).

<sup>103</sup> Chartier (2004, p. 270-271).

Para encerrar esta subseção, cabe destacar que a imprensa, desde o século XV, é considerada a técnica mais utilizada para a reprodução de textos escritos que são difundidos a uma diversidade de leitores. Essa técnica possibilitou, no final do século XIX, portanto quase quatro séculos mais tarde, a difusão do semanário *O Exemplo*, documento histórico e cultural. Estava à frente desse empreendimento uma editoria de maioria negra, ao menos em seus primórdios, depois contou com a colaboração de pessoas de outros grupos étnicos, para informar a população negra sobre os novos arranjos de uma sociedade liberta, a partir da publicação de gêneros textuais diversos. Nesse sentido, a referência à Biblioteca Azul é potente para pensar, de maneira especial, as operações editoriais sobre os textos do jornal *O Exemplo*, inscritas, sobretudo, na seção seguinte.

## 2.8 DIÁLOGOS POSSÍVEIS: O ESTADO DA QUESTÃO

O jornal *O Exemplo* (1892-1930), impresso do sul do Brasil, foi objeto de pesquisa de estudiosos a respeito do negro no pós-abolição, das desigualdades sociais e raciais e dos itinerários individuais e coletivos da população negra, dentre tantos outros temas que, somados, narram histórias e experiências de vida, as quais em geral são invisibilizadas pela historiografia oficial.

Um aspecto fundamental para a tese foi o levantamento realizado com o objetivo de inscrever esta investigação em uma trajetória mais ampla de pesquisa e, no mesmo movimento, demonstrar a relevância e as possibilidades de contribuição da tese à História da Educação, a partir do estado da questão.

Antes, porém, reporto-me a Omar Barriga e Guillermo Henríquez (2003) que sugerem que a delimitação de um objeto de estudo deve partir de uma busca bibliográfica de textos existentes sobre o tema, pois esses são a melhor fonte de informação a respeito do que não se sabe e sobre o que se sabe a respeito do mesmo, das formas como tem sido abordado teórica e metodologicamente e dos pressupostos que orientam essas aproximações com o objeto de estudo. As orientações dos autores são pertinentes na tentativa de provocar o pesquisador quanto à necessidade dessa prática, sobretudo para uma tese<sup>104</sup>.

Realizei diversas buscas, a saber: junto ao Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); junto ao Banco de Teses e Dissertações da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS);

---

<sup>104</sup> Barriga e Henríquez (2003).

junto à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA); junto ao Repositório Digital LUME da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); no *Scielo* e diretamente no Google Acadêmico.

Para as buscas realizadas nos bancos de pesquisa citados, os critérios de seleção e classificação das produções basearam-se nos seguintes descritores: “imprensa negra”; “imprensa negra em Porto Alegre”; e “jornal *O Exemplo*”. Esses descritores se inscreviam nos títulos, resumos e palavras-chave. Cabe registrar que a pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2016 e ao longo do ano de 2017.

As produções localizadas foram organizadas de acordo com as temáticas de interesse para a investigação. Assim, a priori, defini áreas de conhecimento específicas, Ciências Humanas e História, para o refinamento das buscas, de modo que os estudos encontrados versassem sobre a imprensa negra e, de modo especial, que abordassem a população negra. Cabe dizer que esse levantamento indicou algumas produções citadas nesta tese. E, mesmo que os assuntos tratados sejam recorrentes nesses estudos, eles oferecem contribuições consideráveis e de forma panorâmica os “quadros de referência” de uma época.

O levantamento em várias bases de dados representou os seguintes números: no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram encontradas mil, trezentas e trinta e sete (1.337) produções de teses e dissertações, e a partir dos descritores antes mencionados, apenas três foram destacadas para compor o estado da questão. Os documentos nesse banco da CAPES representam apenas as dissertações e teses defendidas até 2016.

No Banco de Teses e Dissertações da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) identifiquei seiscentas e noventa e nove (699) produções, das quais selecionei apenas uma que utilizou o jornal *O Exemplo* como corpus empírico. Esse estudo também se encontra no banco de dados da CAPES. As demais produções, não selecionadas para esta pesquisa, versam sobre a imprensa no Brasil e a imprensa estrangeira no país.

Na busca realizada junto à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) encontrei apenas uma produção. No título, bem como no resumo, foi possível identificar que o estudo utilizou como corpus empírico o jornal *O Exemplo*. A referida produção foi encontrada apenas nesse banco de dados. De igual modo, encontrei no Repositório Digital LUME da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), até o momento, apenas uma produção.

Na pesquisa realizada junto à base do *Scielo*, localizei treze (13) artigos. Desses, uma produção utilizou o jornal *O Exemplo* como corpus empírico. No Google Acadêmico, encontrei trinta e cinco (35) produções, porém, selecionei dez (10) trabalhos com foco no jornal *O Exemplo*.

Após a realização das buscas nos bancos de dados citados, pude perceber que empreender o exercício de sistematização era necessário para o desenvolvimento da tese, pois mostrou-se produtivo tomar apenas as produções em que os pesquisadores se debruçaram no estudo de documentos impressos, como o jornal *O Exemplo*.

O Quadro 1 apresenta uma síntese das buscas realizadas. Contudo, ainda que o levantamento desenvolvido seja um meio significativo para indicar a relevância desta tese, ele não contempla a totalidade das produções existentes acerca do tema, visto que a diversidade de mecanismos de busca diferencia as possibilidades de acesso aos estudos desenvolvidos. Outrossim, há a impossibilidade de comentar ou mesmo listar todos os trabalhos que surgem nos repositórios sob as categorias mencionadas.

Organizei o Quadro 1 de modo que contemplasse: o banco de dados pesquisado, o gênero da produção, a autoria do trabalho, o ano da publicação, o título, o recorte de análise do jornal *O Exemplo*, as questões abordadas e as questões consideradas para esta tese. Cabe ressaltar que incluí nesse mapeamento somente as produções que recorrem ao jornal *O Exemplo* como documento de pesquisa.

Os aspectos dos estudos selecionados são analisados em três perspectivas. Na contextualização, é feita a descrição do período histórico do estudo desenvolvido e do objeto pesquisado. Na problematização, são discutidos o conteúdo trabalhado e os propósitos da pesquisa. E, por último, conjugo a perspectiva da contextualização e da problematização para os argumentos da tese. Enfim, a organização das produções, nesse levantamento, é feita de acordo com as aproximações temáticas, conforme apresentado a seguir.

Quadro 1. Estado da questão

Banco de dados	Autor	Título	Questões abordadas	Aspectos considerados para tese
Gênero	Ano de publicação	Recorte de análise em <i>O Exemplo</i>		
Banco de teses e dissertações CAPES	Ana Flávia Magalhães Pinto	De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descreve o nascimento do jornal <i>O Exemplo</i>.</li> <li>- Destaca a finalidade do programa editorial do periódico.</li> <li>- Discute como esse impresso combateu o racismo.</li> <li>- Defende que por meio da instrução os descendentes de africanos seriam incorporados à dinâmica social.</li> </ul>	Contextualização + Problematização
Dissertação	2006	1892 – 1895.		
Banco de dados	Autor	Título	Questões abordadas	Aspectos considerados para tese
Gênero	Ano de publicação	Recorte de análise em <i>O Exemplo</i>		
Google Acadêmico	Diogo de Moraes Vieira e Maria Angélica Zubaran	A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Historiciza a memória social das populações afrodescendentes no pós-abolição.</li> <li>- Aponta os múltiplos significados atribuídos ao cativo e à liberdade pelas lideranças negras no jornal <i>O Exemplo</i>.</li> <li>- Analisa como os afrodescendentes se autorepresentaram e produziram suas identidades.</li> </ul>	Contextualização
Artigo	2006			
Google Acadêmico	Maria Angélica Zubaran	Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas.		
Artigo	2008	Final do século XIX e início do XX.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trata das celebrações da liberdade negra, a partir da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea.</li> <li>- Situa Porto Alegre como lugar de memórias da população negra a partir do jornal <i>O Exemplo</i>.</li> <li>- Afirma que a população negra empregou estratégias de reapropriação da memória coletiva.</li> <li>- Questiona as desigualdades étnico-raciais no pós-abolição.</li> </ul>	
Banco de dados	Autor	Título	Questões abordadas	Aspectos considerados para tese
Gênero	Ano de publicação	Recorte de análise em <i>O Exemplo</i>		
-	Fernando Henrique Cardoso	Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Afirma que os negros, no pós-abolição, não obtiveram as mesmas condições de inserção social que os brancos possuíam.</li> <li>- Reconhece que esse insucesso deriva da precariedade da ordem democrática que não empreendeu políticas que os colocassem numa outra condição que não a do trabalho braçal.</li> <li>- Busca em <i>O Exemplo</i> dados de natureza econômica, aspectos da vida social e política da época.</li> </ul>	Contextualização
Livro 4ed.	1997	1892-1895. Cap. 6.		
Banco de dados	Autor	Título	Questões abordadas	Aspectos considerados para tese
Gênero	Ano de publicação	Recorte de análise em <i>O Exemplo</i>		

Google Acadêmico	Bernardo Mattes Caprara	A resistência dos trabalhadores na Primeira República através do jornal gaúcho <i>O Exemplo</i>	- Aborda a resistência dos trabalhadores do período da Primeira República. - Discute as condições de trabalhadores negros, bem como de todos os estratos populares, expondo, sobretudo, a desigualdade social.	Contextualização + Problematização
TCC	2007	1908 – 1911.		
Google Acadêmico	Bernardo Mattes Caprara	A Resistência dos trabalhadores na Primeira República através do jornal gaúcho <i>O Exemplo</i> (1908-1911).	- Discute a história do jornalismo popular na Primeira República. - Argumenta que o impresso atuava como ferramenta de resistência dos trabalhadores. - Afirma que nesse período (1908-1911) surgiram manifestações contrárias às calamidades/condições de trabalho. - aponta que <i>O Exemplo</i> representava, de certa forma, um ícone na defesa da comunidade negra da época.	
Artigo	2008			
Banco de teses e dissertação CAPES	Marcus Vinicius de Freitas Rosa	Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918).	- Analisa a trajetória do jornal <i>O Exemplo</i> entre 1902 e 1911 e identifica perfis políticos, sociais e ocupacionais. - Debate com outros jornais do estado para denunciar os diversos casos de racismo ocorridos no Rio Grande do Sul. - Destaca as reivindicações dos operários negros e, sobretudo, a necessidade de instrução dessa população. - Analisa as agremiações formadas por “homens de cor”, e de seus integrantes.	
Tese	2014	1884-1918.Cap. 4.		
<b>Banco de dados</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Questões abordadas</b>	<b>Aspectos considerados para tese</b>
<b>Gênero</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Recorte de análise em <i>O Exemplo</i></b>		
Google Acadêmico	Gilberto Silva, José dos Santos e Luiz Carneiro	RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento.	- Desenvolve o argumento de que a imprensa negra tem apontado possibilidades para a reconstrução de trajetórias individuais e coletivas de intelectuais negros.	Contextualização
Livro	2009	Década de 1920.		
Repositório PUCRS: Dissertação e Tese	José Antônio dos Santos	Prisioneiros da História: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional.	- Define o que se entende como imprensa negra no Estado do Rio Grande do Sul - Procura compreender como os intelectuais negros lidaram com a “herança da escravidão”. - Defende a tese de que o negro, no Rio Grande do Sul, não foi apenas trabalhador braçal, mas também um sujeito que contribuiu com o seu intelecto para a resolução dos principais problemas de seu tempo.	
Tese	2011	Atenção especial para a década de 1920.		
<b>Banco de dados</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Questões abordadas</b>	<b>Aspectos considerados para tese</b>
<b>Gênero</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Recorte de análise em <i>O Exemplo</i></b>		
<i>SciELO</i>	Maria Angélica Zubaran	Pedagogias da imprensa negra: entre fragmentos biográficos e fotografuras	- Examina fragmentos biográficos e as fotografuras que os jornalistas desse jornal produziram e fizeram circular sobre os afrodescendentes.	Contextualização

Artigo	2016	1916 – 1930	- Argumenta que os jornalistas, estrategicamente, produziram e disseminaram pedagogias e construíram modelos de negros com os quais os afrodescendentes poderiam se identificar.	
<b>Banco de dados</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Questões abordadas</b>	<b>Aspectos considerados para tese</b>
<b>Gênero</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Recorte de análise em <i>O Exemplo</i></b>		
Google Acadêmico	Thanise Guerini Atolini e Maria Angélica Zubaran	A reinvenção da abolição e dos abolicionistas no jornal <i>O Exemplo</i> : representações e pedagogias culturais (1920-1930).	- Analisa como as lideranças negras afro-brasileiras narraram a abolição e os abolicionistas e mapeia os ensinamentos ou pedagogias culturais. - Apresenta estudos sobre a Imprensa Negra e discute o conceito de representação, ancorado no campo dos Estudos Culturais. - Afirma que o jornal <i>O Exemplo</i> reforçou estrategicamente o argumento de uma abolição pacífica e civilizadora como um ideal de integração da população afro-brasileira à nação.	Contextualização
Artigo	2009			
<b>Banco de dados</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Questões abordadas</b>	<b>Aspectos considerados para tese</b>
<b>Gênero</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Recorte de análise em <i>O Exemplo</i></b>		
Banco de teses e dissertação CAPES	Liane Susan Muller	As contas do meu rosário são balas de artilharia	- Aborda a luta para manter-se agregado à comunidade negra, os Irmãos do Rosário - Informa que os fundadores de clubes tiveram um grande aliado, <i>O Exemplo</i> , na divulgação das atividades sociais dos clubes. - Aborda sobre as campanhas de alfabetização - Critica os “patrícios” embranquecidos que negavam apoio aos negros desamparados, e, por fim, se opunham às sociedades que visava apenas a recreação.	Contextualização + Problematização
Dissertação	2013	1889-1920		
<b>Banco de dados</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Questões abordadas</b>	<b>Aspectos considerados para tese</b>
<b>Gênero</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Recorte de análise em <i>O Exemplo</i></b>		
LUME/ UFRGS	Fernanda Oliveira da Silva	As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição	- Investiga as experiências de sociabilidade negra na região fronteira Brasil – Uruguai no pós-abolição. - Centra a investigação nos clubes negros criados entre as décadas de 10 e 40 do século XX. - Mapeia o processo de racialização vivenciado na fronteira no pós-abolição. - Utiliza fontes, basicamente, da imprensa negra – escritas de vivências, depoimentos orais, fotografias e aquelas produzidas no âmbito dos clubes.	Contextualização + Problematização
Tese	2017	1872-1960		
<b>Banco de dados</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Questões abordadas</b>	<b>Aspectos considerados para tese</b>
<b>Gênero</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Recorte de análise em <i>O Exemplo</i></b>		

Google Acadêmico	Fernanda Silva, Melina Perussatto, Rodrigo Weimer e Sarah Silva (Orgs).	Ciclo de debates sobre o jornal “O Exemplo”: temas, problemas e perspectivas	- Aborda o contexto da população negra gaúcha no pós-abolição. - Discute sobre a organização das irmandades, os sentidos da liberdade, os discursos sobre a raça, atividades artísticas, política e econômica dentre outros.	Contextualização
E-book	2016	1892-1930		
<b>Banco de dados</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Questões abordadas</b>	<b>Aspectos considerados para tese</b>
<b>Gênero</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Recorte de análise em O Exemplo</b>		
Google Acadêmico	José Antônio dos Santos	Estratégias étnicas e trajetórias de intelectuais negros	- Discute o que são “estratégias étnicas” e a trajetória de intelectuais negros. - Argumenta que a população negra utilizou “estratégias étnicas” por meio da formação de grupos (principalmente das irmandades). - Destaca a trajetória de intelectuais na imprensa negra, em especial, na imprensa negra gaúcha. - Afirma que os intelectuais que fundaram e mantiveram as publicações do jornal <i>O Exemplo</i> imprimiram suas imagens como pessoas engajadas por uma causa: a superação da discriminação racial.	Contextualização
Artigo	2013	1892-1930		
<b>Banco de dados</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Questões abordadas</b>	<b>Aspectos considerados para tese</b>
<b>Gênero</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Recorte de análise em O Exemplo</b>		
Google Acadêmico	Maria Angélica Zubaran e Bianca Salazar Guizzo	Imprensa negra no Rio Grande do Sul: ‘raça’ e gênero na campanha ao monumento da ‘Mãe Preta’ (1920-1930)	- Aborda sobre a imprensa negra paulista e carioca em torno do monumento da “Mãe Preta” e o modo como esse discurso aparece no jornal <i>O Exemplo</i> . - Aponta que a construção do monumento representava a manutenção de estereótipos recorrentes sobre as mulheres negras, representadas como humildes, passivas, maternais, submissas e dependentes - Afirma que os intercâmbios de ideias permitiram a inserção dos intelectuais negros nas discussões de raça no país.	Contextualização
Artigo	2015			
<b>Banco de dados</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Questões abordadas</b>	<b>Aspectos considerados para tese</b>
<b>Gênero</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Recorte de análise em O Exemplo</b>		
Google Acadêmico	Maria Angélica Zubaran	O acervo do jornal O Exemplo (1892-1930): patrimônio cultural afro-brasileiro	- Aponta as coleções do jornal <i>O Exemplo</i> como patrimônio cultural dos afro-brasileiros e como fonte. - Trabalha os conceitos de memória e identidade, defendendo a urgência de aprovação de políticas de preservação desses acervos. - Destaca a aprovação do projeto <i>O Direito às Memórias Negras</i> para digitalização das coleções do jornal <i>O Exemplo</i> .	Contextualização
Artigo	2015			

Google Acadêmico	Juliana de Vargas e Maria Angélica Zubaran	Imprensa negra: memórias, patrimônios documentais e educação antirracista	- Discute as noções de memória e documento, do impacto da ausência de memórias negras nas subjetividades e identidades. - Confere ao jornal <i>O Exemplo</i> status de documento histórico e memorialístico da população negra gaúcha. - Indica aos interessados espaços públicos e privados em que está acondicionado o referido documento.	
Artigo	2016	1892-1930		
<b>Banco de dados</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Questões abordadas</b>	<b>Aspectos considerados para tese</b>
<b>Gênero</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Recorte de análise em <i>O Exemplo</i></b>		
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da ULBRA	Cristina Camaratta Lins Bahia	Aprendendo a ser negro (a): Representações sobre Educação/Instrução e Pedagogias Culturais no jornal <i>O Exemplo</i> (1892-1910).	- Investiga e problematiza as representações sobre educação, instrução e os possíveis ensinamentos ou pedagogias culturais produzidas e disseminadas nas narrativas do periódico de Imprensa Negra <i>O Exemplo</i> . - Aponta a representação da instrução como redentora de todos os males, a ideia de que a instrução era responsável pela formação do caráter moral dos cidadãos e que promoveria a elevação moral da comunidade negra.	Contextualização + Problematização
Dissertação	2016			

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2018).

O levantamento realizado aponta dois aspectos que permitem distinguir esta tese dos demais estudos empreendidos acerca de *O Exemplo*. O primeiro é que a maior parte das produções não versam sobre a relação entre esse documento historiográfico, o jornal, e seus produtores; e o segundo, reforça a necessidade de pesquisas que analisem, sob os pressupostos da história da cultura escrita, as práticas de leitura e escrita do jornal *O Exemplo*. Assim, com base nas produções descritas, tive a intenção de apresentar estudos que utilizaram o jornal *O Exemplo* como documento da imprensa gaúcha e destacar questões inobservadas, que recolocadas nesta tese.

A partir do levantamento das produções sobre o jornal *O Exemplo*, organizei o que essas produções afirmam acerca de como a editoria<sup>105</sup> tematiza a instrução, foco principal desta tese. Dessa forma, a instrução aparece nos estudos identificados como: ensinamentos ou pedagogias culturais no contexto pós-abolição; instrução entendida como a responsável pela formação do caráter moral dos cidadãos; pedagogias culturais que pretendiam ensinar a ser negro por meio de uma linguagem predominantemente normativa; dificuldades de acesso à instrução; instrução como possibilidade de trabalho não braçal; reivindicações e mobilizações dos trabalhadores.

<sup>105</sup> Apesar da utilização da expressão “intelectuais”, outras nomeações serão utilizadas, a exemplo: editoria, editorial, articulistas, colaboradores, dentre outros sinônimos.

Para isso, afirmam que a editoria de *O Exemplo* julga necessária a participação de todos, inclusive das associações e agremiações formadas em sua maioria por “homens de cor”, para suscitar esperanças quanto à igualdade de direitos, inclusive à instrução.

A organização dessas temáticas permitiu conhecer melhor as produções historiográficas desenvolvidas até o momento sobre o jornal *O Exemplo*. A esse respeito, Certeau (2015), comenta sobre a produção de um texto histórico e a possibilidade de uma nova interpretação discursiva:

Um estudo particular será definido pela relação que mantém com outros, contemporâneos, com um “estado da questão”, com as problemáticas exploradas pelo grupo e os pontos estratégicos que constituem, com os postos avançados e os vazios determinados como tais ou tornados pertinentes com relação a uma pesquisa em andamento. Cada resultado individual se inscreve numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado<sup>106</sup>.

O levantamento das produções foi significativo, pois permitiu identificar três pontos iniciais ou mesmo os vazios para a investigação da tese: o primeiro, de que os trabalhos ainda não buscaram compreender o impresso em si, como um artefato cultural com suas especificidades como suporte; segundo, de que perdeu-se muito sobre a história da impressão desse jornal, por vezes, pensada em aspectos amplos, políticos e não editoriais; e terceiro, de que os trabalhos não foram construídos sob a perspectiva da História Cultural e, em especial, sob a perspectiva da História da cultura escrita. Desse modo, é na direção de fazer com que esta documentação seja revisitada e pensada de novas maneiras, em busca de novas agitações, na intenção de adquirirem outras configurações, que busco contribuir, motivo pelo qual construí o problema de pesquisa centrado nas relações entre instrução, leitura e escrita. Com base em Gaddis (2003), reforço o compromisso de que “nossa responsabilidade como historiadores é tanto mostrar que houve caminhos não seguidos quanto o de explicar os que foram tomados”<sup>107</sup>, além, é claro, daquele que realizo nesta tese. Por fim, cabe ressaltar que as formulações das questões apresentadas serão desenvolvidas nas seções seguintes: seção III e seção IV.

---

<sup>106</sup> Certeau (2015, p. 57).

<sup>107</sup> Gaddis (2003, p. 160).

### 3 PROJETO EDITORIAL DO JORNAL *O EXEMPLO*

Nesta seção, a tese se dedica a apresentar subsídios que respondam à questão formulada na introdução: “Como os diferentes formatos editoriais que o jornal *O Exemplo* assumiu, em diferentes tempos, jogaram com a atribuição de sentidos pelos leitores, desde sua criação até o fim de sua circulação?” A partir dessa questão, julgo pertinente a observação de Lapuente (2015), quando diz que “conhecer o alcance do periódico pesquisado é uma tarefa muito complexa, mas fundamental para ter noção do tamanho do público que ele alcança”<sup>108</sup>. Ainda a respeito dessa dificuldade, o autor acrescenta que “nem sempre o periódico fornece informações sobre suas publicações, como tiragens, assinaturas distribuídas, venda avulsa, fato que dificulta conhecer mais detalhes de seu funcionamento interno”<sup>109</sup>. Assim, na tentativa de capturar esses elementos e outros que fazem parte da dinâmica interna da produção do jornal *O Exemplo* procuro apresentar os achados da pesquisa.

Desse modo, para perseguir esse intento, realizei diversos levantamentos, a saber: da periodicidade das edições; das fases publicadas; dos títulos e subtítulos das edições; da apresentação das capas em edições especiais; os cargos da editoria; a presença de fotografias e ilustrações; os custos de aquisição; o trabalho de tipógrafos; os endereços do escritório; os anúncios publicados; os assinantes do impresso; impressos e leituras e, por último impressos diversos. Passarei, assim, atendendo à ordem descrita, a proceder à apresentação dos levantamentos, descrição e análises.

#### 3.1 PERIODICIDADE DAS EDIÇÕES

Esta subseção apresenta o levantamento realizado sobre as publicações do jornal *O Exemplo*. Com esse levantamento, pude identificar que nas edições constam as datas, as quais incluem: dia, mês e ano. É importante destacar que esse jornal era publicado semanalmente aos domingos e, eventualmente, em outros dias da semana. Na ocorrência dessa alteração, o periódico manifestava justificativas de tal transferência, como registrado: “devido a uma desavença entre o gerente desta folha e o proprietário do Mercantil, em cujas oficinas era impressa esta folha, deixamos de publicar *O Exemplo* no domingo. Por essa involuntária falta pedimos desculpas aos nossos favorecedores”<sup>110</sup>.

---

<sup>108</sup> Lapuente (2015, p. 07).

<sup>109</sup> Lapuente (2015, p. 07)

<sup>110</sup> *O Exemplo*, 15 de novembro de 1893.

Como abordado na introdução, procurei realizar o *download* das edições do jornal disponíveis no *site* da Cultura Digital, bem como no *site* do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul. A partir deste procedimento, reuni setecentos e vinte (720) edições, publicadas entre os anos de 1892 e 1930, que são objeto de análise nesta tese. Assim, contei com 361 edições arquivadas no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; 50 edições que fazem parte da coleção particular Oliveira Silveira; 48 edições arquivadas no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa; 260 edições arquivadas no Núcleo de Pesquisa em História (NPH/UFRGS); e 1 edição arquivada na Biblioteca Pública Rio-Grandense. No levantamento das edições do jornal *O Exemplo*, destaco em cores os locais em que estão salvaguardadas, conforme legenda:

1. Azul: Coleção particular Oliveira Silveira;
2. Laranja: Coleção arquivada na Biblioteca Pública Rio-Grandense;
3. Lilás: Coleção arquivada no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa;
4. Amarelo: Coleção arquivada no Núcleo de Pesquisa em História (NPH/UFRGS);
5. Verde: Coleção arquivada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

O acompanhamento do número das edições permite constatar quais números não foram localizados<sup>111</sup> e quais períodos são os de mais regularidade, bem como as interrupções. O levantamento demonstra<sup>112</sup> o esforço da editoria do periódico para manter a regularidade de quatro números mês, mesmo quando houvesse atraso, visto que estes poderiam ser de diversas ordens, a exemplo de dificuldades financeiras e de conteúdo.

A investigação indica que, em alguns casos, como por exemplo entre os números 56 a 80, não houve interrupção, pois se trata de não localização de exemplares, isso para a primeira fase (1892-1897). Como a enumeração é corrida, é possível inferir que houve a publicação desses números, eles apenas, até o momento, não foram localizados, talvez por não terem sido conservados.

O levantamento das edições localizadas do jornal *O Exemplo* permite observar o quantitativo de edições publicadas no transcorrer do final do século XIX e começo do século XX. Mesmo tratando-se de coleção incompleta, são 720 edições que foram publicadas com periodicidade semanal. Entretanto, cabe lembrar que tomei aqui somente as publicações disponibilizadas nos *sites* antes mencionados. Reafirmo que a ausência de edições nos *sites* pesquisados não comprometeu a investigação, pois o quantitativo expressivo de edições e os

---

<sup>111</sup> As edições não localizadas constam no Apêndice B, sem sombreado, e sem especificidade de dia e mês.

<sup>112</sup> O levantamento das edições consta no Apêndice B.

trabalhos já publicados sobre esse periódico oferecem muitas pistas para entender como esse semanário se apresenta e é objeto de práticas de leitura e escrita, em suas diferentes fases, como passo a demonstrar na subseção seguinte.

### 3.2 FASES DAS EDIÇÕES

A pesquisa realizada permitiu perceber quatro fases<sup>113</sup> de publicação do semanário *O Exemplo*: a primeira corresponde às edições publicadas de 1892 a 1897; a segunda, às edições publicadas de 1902 a 1905; a terceira, às edições publicadas de 1908 a 1911; e a quarta e última fase, às edições publicadas de 1916 a 1930. Essas fases apresentam variações que permitem compreender as mudanças editoriais na estrutura e/ou distribuição do textos. A esse respeito, procurei capturar algumas Figuras para melhor exemplificação. Assim, para a primeira fase do periódico, abrange 1892 a 1897, temos:

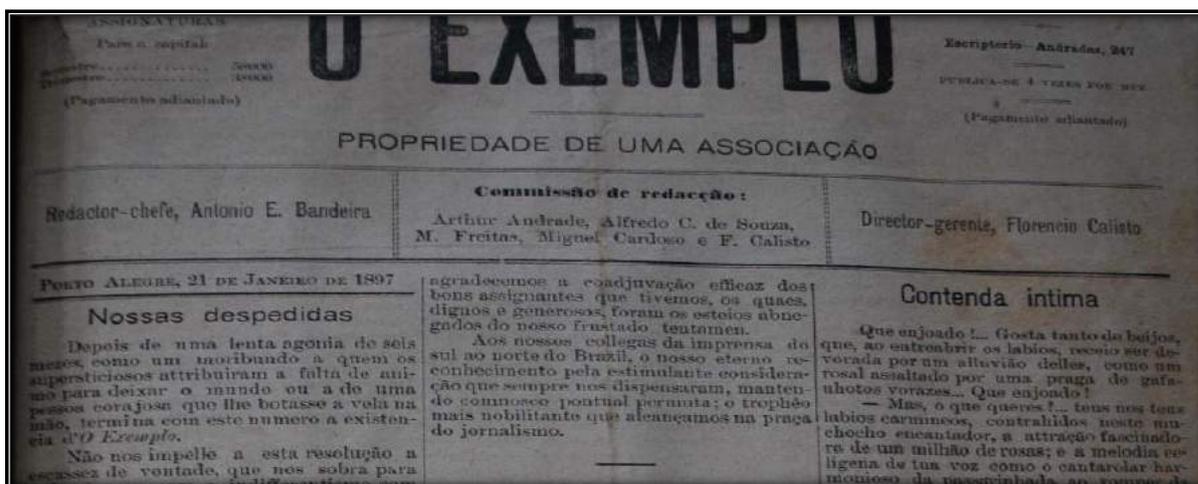
Figura 1. Primeira fase do jornal *O Exemplo*



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 11 de dezembro de 1892).

<sup>113</sup> O retorno das atividades de publicação do jornal *O Exemplo* foi nomeado pela editoria com a palavra “fase”. Adotei essa nomenclatura que identifica quatro momentos, conforme anunciado.

Figura 2. Último exemplar da primeira fase do jornal *O Exemplo*.



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 21 de janeiro de 1897).

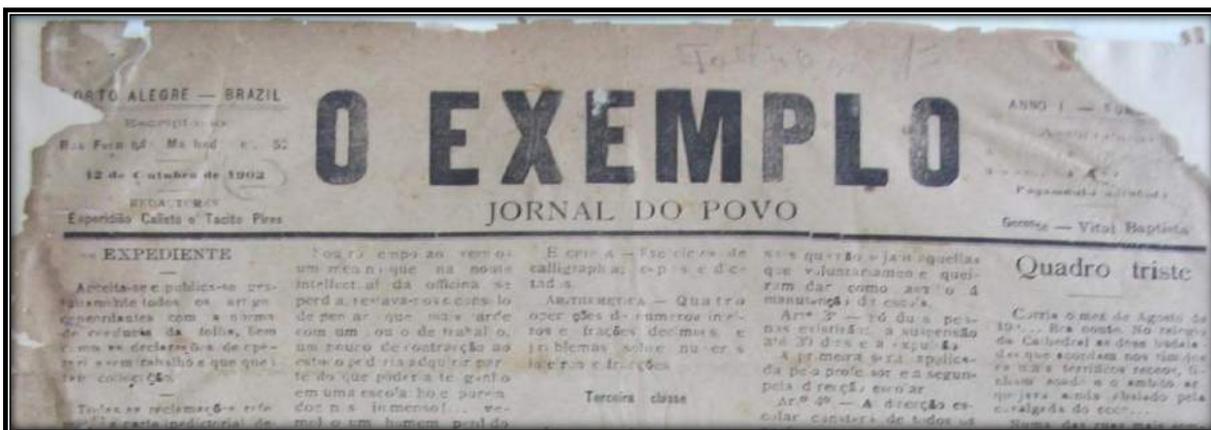
As Figuras 1 e 2 mostram que na primeira fase do periódico *O Exemplo*, as edições foram publicadas entre 11 de dezembro de 1892 e 21 de janeiro de 1897 e mantiveram-se inalteradas quanto à estrutura de disposição do texto. Percebi que ele apresenta o formato tabloide dividido em três colunas. Ainda nessa fase, identifiquei a informação datada de 30 de abril de 1893, que indica “a devolução de mais de 500 jornais, ainda assim, contamos com número suficiente de assinantes criteriosos para continuarmos a viver”. Esse curto excerto, sugere que, possivelmente, havia duas vezes essa quantidade de assinantes da publicação. Tal constatação apoia-se também no que consta em informação datada de 07 de agosto de 1904, que, mesmo pertencente à segunda fase, faz referência à primeira fase, ao informar que *O Exemplo* “contava um total de 710 assinantes”, possuindo uma tiragem de “mil exemplares do jornal”.

Ainda nessa fase, identifiquei algumas edições com referência à circulação dos exemplares do jornal *O Exemplo* em alguns municípios do Rio Grande do Sul, como Viamão, Montenegro, Rio Grande, Pelotas, dentre outros que solicitavam sua remessa. Outras solicitações eram realizadas, como do “Dr. João de Oliveira que reside em Recife, capital de Pernambuco, e que “dirigiu um bilhete postal o qual, saudando delicadamente a redação de nosso periódico, [e] pede-nos a remessa do mesmo para fazer parte do trabalho que iniciou”<sup>114</sup>.

Na segunda fase do periódico *O Exemplo*, que segue de 1902 a 1905, temos:

<sup>114</sup> *O Exemplo*, 22 de janeiro de 1893.

Figura 3. Segunda fase do jornal *O Exemplo*



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 12 de outubro de 1902).

Figura 4. Último exemplar da segunda fase do jornal *O Exemplo*

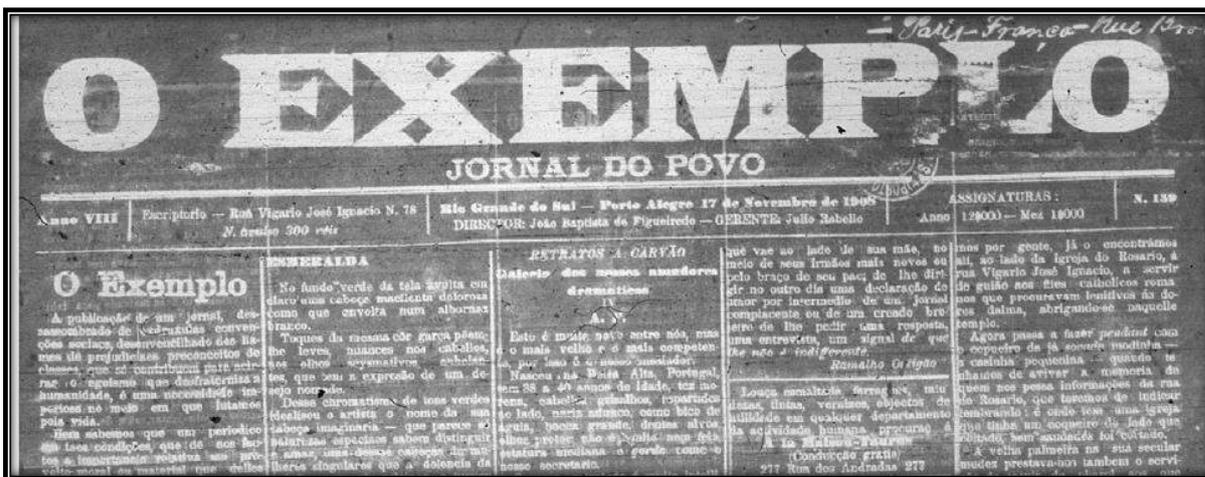


Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 15 de janeiro de 1905).

As figuras 3 e 4 mostram que na segunda fase do periódico as edições publicadas entre 12 de outubro de 1902 e 15 de janeiro de 1905 apresentam variações quanto à disposição dos textos, dividido em quatro (4) ou cinco (5) colunas. Contudo, a estrutura manteve-se inalterada quanto à caracterização em formato tabloide. Ainda nessa fase, pode observar as características de editoração, a exemplo das medidas das edições arquivadas no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, todas pertencentes à segunda fase da publicação. São mantidas em certos períodos algumas medidas: em 22 de janeiro de 1893, o jornal foi publicado com medidas de 42 cm x 31 cm; em 12 de outubro de 1902 e nos anos de 1903 a 1905, com 64 cm x 45 cm.

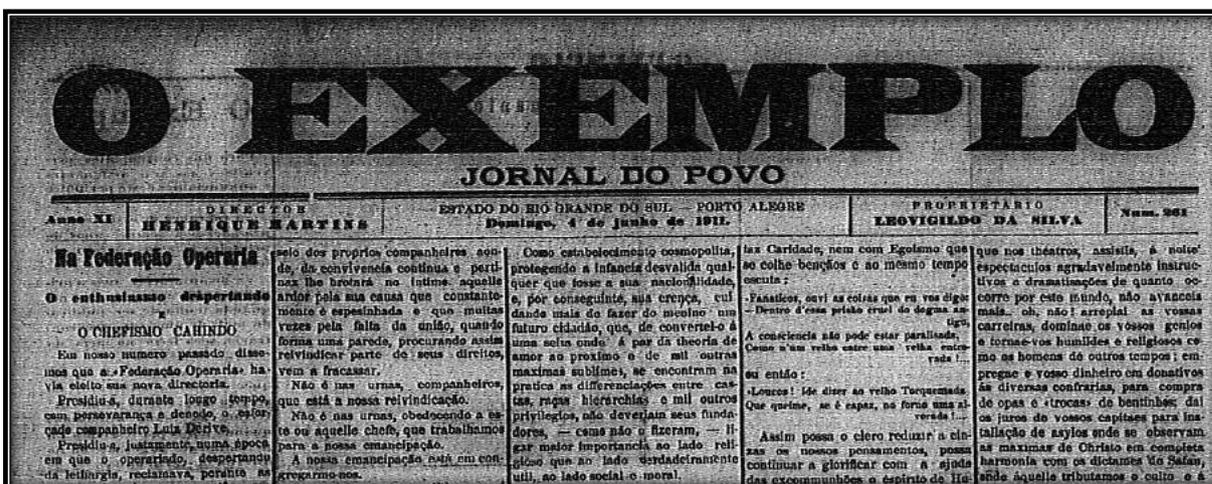
Na terceira fase do periódico, de 1908 a 1911, temos:

Figura 5. Terceira fase do jornal *O Exemplo*



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 17 de novembro de 1908).

Figura 6. Último exemplar da terceira fase do jornal *O Exemplo*.



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 04 de junho de 1911).

As Figuras 5 e 6 mostram que na terceira fase as edições publicadas entre 17 de novembro de 1908 e 04 de junho de 1911 mantêm certa regularidade quanto à distribuição e disposição do texto. Nessas edições, os textos encontram-se distribuídos em cinco colunas. Percebi ainda que o formato tabloide persiste.

Por fim, na quarta fase do periódico *O Exemplo*, que segue de 1916 a 1930, temos:

Figura 7. Quarta fase do jornal *O Exemplo*.



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 20 de fevereiro de 1916).

Figura 8. Último exemplar da quarta fase do jornal *O Exemplo*.



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 02 de janeiro de 1930).

As Figuras 7 e 8 mostram que na quarta e última fase as edições publicadas entre 20 de fevereiro de 1916 e 02 de janeiro de 1930 apresentam variações quanto à organização e disposição do texto, pois não obedecem a um formato ou tamanho padrão para todas as colunas. Essas edições estão divididas em quatro (4), cinco (5) ou seis (6) colunas, também em formato tabloide. Uma única edição, datada de 29 de novembro de 1925, pertencente à quarta fase e arquivada no Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa, apresenta editoração com medidas de 75 cm x 56 cm. Essa observação foi possível devido às consultas realizadas “in loco”.

As mutações nas edições possibilitam compreender as preferências, intervenções e estilos utilizados em cada fase da publicação, a exemplo da multiplicação de colunas que, por

vezes, se propõem a melhorar a distribuição do texto ou, de outra parte que tenham acompanhado as mudanças nas tecnologias de impressão de cada momento. A esse respeito, posso me valer das indicações de Chartier (2002), segundo o qual esse procedimento seria uma forma de remodelar a apresentação do texto, para que cada página fosse menos densa, podendo ter títulos, subtítulos e parágrafos menores, assim como permitir a inclusão de imagens. Em síntese, tudo para deixar a visibilidade do texto mais leve para seu público leitor<sup>115</sup>.

Essas mudanças operavam, ainda, sobre três aspectos: o primeiro, ligado aos conteúdos intelectuais expressos no impresso; o segundo, se refere aos processos de construção de sentidos a partir das disposições dos textos; e o terceiro, ligado aos limites impostos pela situação econômica<sup>116</sup>. Isso indica que, para cada momento, expresso nas fases, as intervenções propriamente editoriais são “escolhas feitas em razão dos públicos visados que comandam as decisões quanto ao formato, ao papel, aos caracteres, à presença ou não de ilustrações”<sup>117</sup>. A propósito das ilustrações, dedico uma subseção para examiná-las, presentes em algumas edições do semanário *O Exemplo*. Antes, porém, passo a tratar, dos títulos e subtítulos presentes em diferentes momentos.

### 3.3 TÍTULO E SUBTÍTULOS DAS EDIÇÕES

Esta subseção trata, especificamente, do movimento dos títulos e subtítulos presentes nas edições do jornal *O Exemplo*. Quanto aos anos de cada edição, as informações do cabeçalho, em especial, possibilitam observar que o nome *O Exemplo* está grafado no alto da primeira página, aparecendo em destaque com letras grandes na parte central de todas as edições examinadas. Logo abaixo, com redação diversa, em letras menores, também centralizado, há um aposto que caracteriza o periódico.

Ao consultar outros periódicos, foi possível observar que *O Exemplo* não desconhecia a estrutura e disposição das informações de jornais que lhe eram contemporâneos. Assim, apresento a seguir o Quadro 2 que possibilita uma visão de conjunto da estrutura organizativa do impresso, bem como de suas alterações e variações.

---

<sup>115</sup> Chartier (2002).

<sup>116</sup> A esse respeito, discuto esta questão nas subseções seguintes.

<sup>117</sup> Chartier (2002, p. 68).

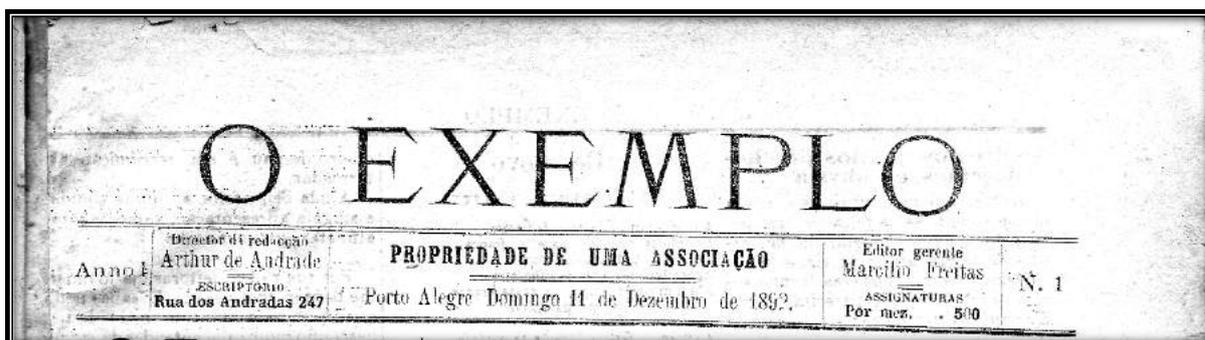
Quadro 2. Informação síntese dos subtítulos presentes no jornal

Ano	Período	Subtítulo	Nº das edições
I a III	1892 – 1897	Propriedade de uma associação	1 a [s/ident.]
I a III	1902 – 1918	Jornal do Povo	2 - 9
III a XXXI	1918 – 1923	Jornal do Povo: Sociedade anonyma	10 - 13
XXXI a XXXIII	1923 – 1926	Jornal do Povo: Propriedade de uma sociedade anonyma	14 - 1
XXXIII a XXXVI	1926 – 1928	Jornal do Povo: Propriedade de um núcleo mantenedor	2 - 37
XXXVI a XXXVII	1928 – 1930	O Exemplo (somente o título)	38 - 37

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1892-1930).

No Quadro acima consta a recorrência inicial e final dos subtítulos presentes no conjunto das 720 edições do jornal *O Exemplo* (1892-1930). Nas Figuras 9 a 14 apresento as variações no cabeçalho das edições investigadas.

Figura 9. *O Exemplo* – Propriedade de uma Associação.



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 11 de dezembro de 1892).

Da primeira edição, de 11 de dezembro de 1892, até a de 21 de janeiro de 1897, o aposto informa que o jornal é de “Propriedade de uma Associação”. Significa dizer que esse semanário era organizado por “homens de cor” que publicavam textos de diferentes gêneros, dirigidos especialmente à sua comunidade de origem.

Nesse sentido, arrisco-me a escrever o termo irmandade como sinônimo de associação. Isso porque Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (2007), apresenta elementos de estudos já realizados de que as irmandades são entendidas à época como associações. O autor explora essa questão afirmando que as associações são de “tipo mutualista ou corporativista”<sup>118</sup>.

<sup>118</sup> Gonçalves (2007).

Antes, porém, cabe registrar que, ao apresentar esse conceito histórico da divisão da sociedade entre escravos e senhores no Brasil colônia, se destaca um modelo dualista, porque as irmandades foram gestadas e regradas verticalmente pelo Estado português e pela Igreja Católica<sup>119</sup>. Nesse sentido, as irmandades eram organizações de ajuda mútua compostas por escravos libertos que serviam para diversos fins, tais como assistência aos doentes, enterros e, em alguns casos, auxílio na compra das cartas de alforria. No avançar das leituras sobre os estudos de Gonçalves (2007), que muito contribui para a discussão do termo associação presente no subtítulo do impresso analisado, registro a afirmação do autor de que “essas irmandades não sugeriram de uma necessidade associativa dos negros, nem religiosa nem profana; os escravos conservavam suas formas próprias de associação”<sup>120</sup>. De modo que, embora regradados por essas instituições (Estado e Igreja), criaram estratégias de mobilidade e ascensão social.

Liane Susan Muller (2013) na pesquisa sobre a Irmandade do Rosário, em Porto Alegre, destaca duas informações importantes. A primeira esclarece que, ao “aprenderem a dominar a parte institucional da Irmandade, os negros criaram condições para, por meio dela, propor estratégias no sentido de preservar e ampliar seus direitos”. A segunda ponderação, não menos importante, está amparada na primeira, e expõe que essa irmandade atuava “livre dos ditames burocráticos e fundamentada na existência de uma fraternidade cuja preocupação maior era a defesa de seus interesses e a busca pela ascensão social”<sup>121</sup>.

Amparado em vários estudos a respeito das irmandades, existentes praticamente em todo o Brasil no século XIX, em especial nas áreas urbanas, Gonçalves (2007) assegura que “eram associações que integravam e libertavam os indivíduos”<sup>122</sup>. Nesse sentido, eram associações que permitiam espaço de diálogos sobre o cotidiano das populações negras, como também de formação política dos associados.

Com o processo de imigração europeia, a situação da população de cor se agrava, restando o fortalecimento das associações negras. A esse respeito, outra referência que merece destaque é o estudo sobre o jornal de Venâncio Aires/RS, de Viviane Inês Weschenfelder (2015). A autora destaca que,

nas regiões de colonização europeia, a organização das irmandades foi fundamental para a manutenção das práticas religiosas dos afro-descendentes, fossem estas católicas ou de matriz africana. Em um local onde a cultura predominante era a

---

<sup>119</sup> Gonçalves (2007, p. 331).

<sup>120</sup> Gonçalves (2007, p. 331).

<sup>121</sup> Muller (2013, p. 19).

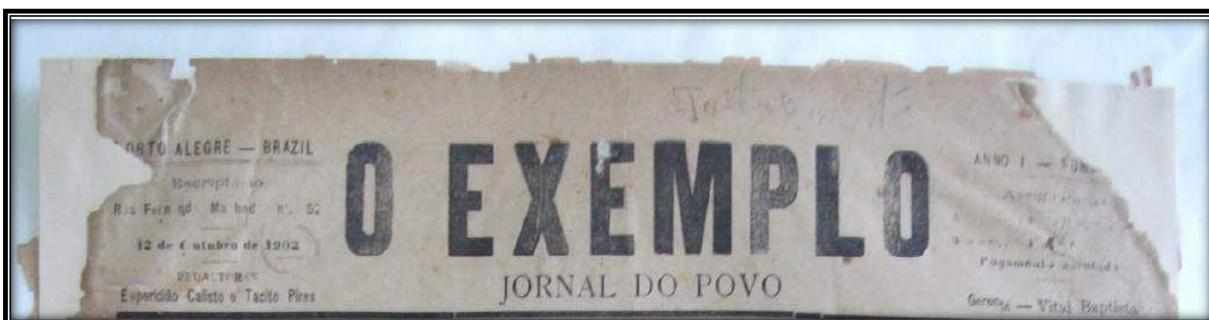
<sup>122</sup> Gonçalves (2007, p. 335).

germânica, se torna ainda mais difícil manter uma estrutura que desse respaldo às necessidades, pois muitas vezes não era aceita a presença de negros, tanto em suas manifestações religiosas, quanto em outros espaços, como os bailes e as associações<sup>123</sup>.

Essa referência sinaliza, por um lado, a tentativa de manutenção das associações negras; por outro, aponta um espaço em que pudessem estabelecer laços de solidariedade e de ajuda mútua, como também de entretenimento. Essas relações foram registradas em todas as páginas pesquisadas do hebdomadário *O Exemplo*.

Ao inaugurar na imprensa gaúcha uma nova possibilidade de periódico, inspirado no “levantamento da classe”, ideal inscrito no seu programa e implementado, inicialmente, por uma editoria majoritariamente de negros, de fato – com sugere o subtítulo que compõe seu cabeçalho, “Propriedade de uma associação” –, se coloca como um periódico em defesa dos seus próprios interesses, quer dizer dos “descendentes da raça”. Outros elementos que caracterizam o jornal *O Exemplo* são apresentados na Figura 10, a seguir.

Figura 10. *O Exemplo* – Jornal do Povo



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 12 de outubro de 1902).

Em 12 de outubro de 1902, abaixo do nome do jornal, onde se escrevia “Propriedade de uma Associação”, até 10 de março de 1918, passou-se a escrever a informação: “Jornal do Povo”. Essa informação é central para a tese, visto que esse termo sugere o objetivo de alcançar um público mais amplo.

Desse modo, se o jornal *O Exemplo*, em um primeiro momento, se apresentava como sendo de “Propriedade de uma associação”, quer dizer, estava voltado a uma comunidade étnica específica e de seu cotidiano, em um segundo momento, com o subtítulo “Jornal do Povo”, se propõe a ampliar o público leitor.

<sup>123</sup> Weschenfelder (2015, p. 78).

Conforme Santos (2011), a inscrição como “Jornal do Povo” sugere ser uma estratégia editorial para atingir mais leitores e não ser visto e identificado como um jornal específico para negros. Isso porque se acentua o caráter político da editoria na tentativa de construir “um ‘lugar’ para o negro no Brasil a partir de dentro da história do país”<sup>124</sup>. Ainda a esse respeito, o autor assegura:

Os redatores do jornal colocavam-se distantes de qualquer entendimento de que eram um “problema ou fardo” para a construção da nação, ao contrário tinham consciência de que constituíam o próprio povo brasileiro. Eles sabiam que eram parte essencial daqueles que haviam colaborado para a colonização e o desenvolvimento do país, desta forma identificavam-se como “jornal do povo” e era a partir dessa definição que queriam ser vistos e respeitados.<sup>125</sup>

O trabalho de Santos (2011) é aqui referido com destaque, porque aponta indicativos de que a inscrição do subtítulo “Jornal do Povo” implicaria três temas importantes: o primeiro, a ampliação de um público leitor constituído por diversos grupos étnicos; o segundo, a sobrevivência do periódico; e o terceiro, a noção de integração dos “homens de cor” na história do país.

Ainda com relação à apresentação do subtítulo anunciado, Bernardo Mattes Caprara (2007) que discute as condições de trabalho dos negros, bem como de todos os estratos populares, expondo, sobretudo, a desigualdade social. O autor afirma que “o jornal *O Exemplo*, o ‘jornal do povo’, trazia em suas páginas a voz dos excluídos, dos negros sem espaço numa sociedade ideologicamente racista, dos trabalhadores explorados e do movimento obreiro atuante”<sup>126</sup>. Desse modo, por essa perspectiva, o subtítulo “jornal do povo” caracteriza o impresso como uma voz dos excluídos.

Ademais, a mudança de um jornal identificado como de “Propriedade de uma Associação” para “Jornal do Povo” representa um pertencimento nacional ou de identidade nacional, quer dizer, o termo “povo” está ligado a aspectos culturais, sociais e históricos que permitem reconhecê-lo e diferenciá-lo dos demais. Essa característica, possivelmente, colaborou com sua perenidade, visto que um dos lemas perseguidos pela editoria do semanário *O Exemplo* seguia na direção da integração social do negro. Sem perder de vista essa dimensão, na Figura seguinte é apresentado o acréscimo de outra informação, importante de ser explorada.

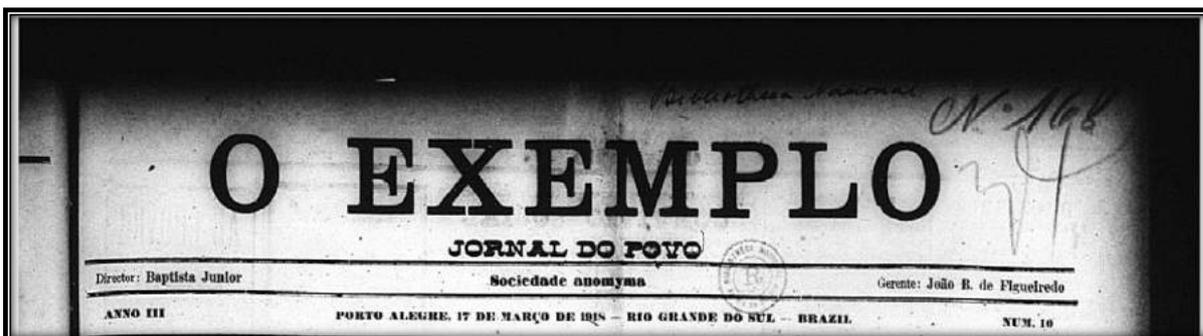
---

<sup>124</sup> Santos (2011, p. 112).

<sup>125</sup> Santos (2011, p. 113).

<sup>126</sup> Caprara (2007, p. 68).

Figura 11. *O Exemplo* – Jornal do Povo: Sociedade Anonyma.



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 17 de março de 1918).

Em 17 de março de 1918, acrescentou-se à fase “Jornal do Povo” o subtítulo “Sociedade anonyma”, que permaneceu até 01 de abril de 1923. Essa informação apresenta um novo momento para a publicação do jornal *O Exemplo*, pois, em reunião realizada no mês de março, dirigida por João B. de Figueiredo, gerente dessa folha, é exposta a situação financeira da empresa aos presentes: Marcilio Freitas, João Baptista da Silva, João Baptista da Silva Junior, Júlio da Silveira, Januário José de Souza e Licínio Augusto de Campos. Após essa apresentação do momento difícil da empresa, Marcilio Freitas,

convidou os companheiros presentes a constituírem uma sociedade anonyma que assumisse o ativo e passivo da imprensa, garantindo a existência do jornal e empenhando-se para que não haja dissolução de continuidade na orientação de jornal popular, combatendo o preconceito de cores onde quer que ele surja e pugnando pela instrução especialmente dos chamados homens de cor. A proposta foi aprovada por todos os presentes, bem como as bases para a organização da empresa, tendo ficado deliberado que continuem dirigindo a redação e a gerência respectivamente nosso companheiro Baptista Junior e João B. de Figueiredo. Na direção do jornal e dos interesses econômicos serão eles coadjuvados pelos demais membros da sociedade anonyma.<sup>127</sup>

As informações em destaque expressam o comprometimento da editoria com a continuidade do empreendimento. Nesse momento, a participação de militantes como Marcilio Freitas, um dos fundadores do jornal *O Exemplo*, contribuiu para rever os rumos do periódico, no seu sentido textual, quer dizer, a continuidade de seu programa, como também a saúde financeira da iniciativa. Na Figura 12 é possível observar outro acréscimo e/ou o retorno da palavra “propriedade” inscrita nas primeiras edições de *O Exemplo*, como demonstro na sequência.

<sup>127</sup> *O Exemplo*, 17 de março de 1918.

Figura 12. *O Exemplo* – Jornal do Povo: Propriedade de uma sociedade anonyma.



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 08 de abril de 1923).

A Figura 12 mostra que, em 08 de abril de 1923 é operada outra mudança editorial, pois onde estava escrito “Sociedade anônima”, houve um acréscimo e o periódico passou a ser identificado como “Propriedade de uma sociedade anônima”, indicação essa que permaneceu até 02 de janeiro de 1926.

Nessa figura, é possível, então, identificar o retorno do termo “Propriedade”, já constatado na Figura 10. Com relação a esse acréscimo, podemos inferir apenas uma hipótese para essa retomada: a de que o termo “propriedade” no subtítulo teria a intenção de reforçar que a empresa seria formada por “homens de cor”. Ao mesmo tempo, lembra a importância de seus colaboradores, especialmente não negros, interessados em combater “o preconceito de cores onde quer que ele surja e pugnando pela instrução”<sup>128</sup>. Quanto ao termo “sociedade anônima”, me valia da breve discussão da Figura 11, onde não foi possível identificar nenhuma informação nesse periódico que discutisse o retorno do termo “propriedade”. Outra mudança significativa é possível identificar na Figura 13.

Figura 13. *O Exemplo* – Jornal do Povo: Propriedade de um núcleo mantenedor.



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 24 de janeiro de 1926).

<sup>128</sup> *O Exemplo*, 17 de março de 1918.

Se, na Figura 12, o subtítulo presente no semanário o nomeava como de “Propriedade de uma sociedade anônima”, em 24 de janeiro de 1926, o jornal apresenta uma nova mudança. Abaixo do nome “Jornal do Povo”, o seguinte texto é acrescentado: “Propriedade de um núcleo mantenedor”. Este subtítulo permaneceu até 18 de novembro de 1928. Essa nova nomeação inspira pensar que a continuidade do empreendimento se deu em virtude de um grupo mantenedor.

Desde 1916, Marcilio Freitas foi o presidente do periódico que, segundo Santos (2011), contribuiu “com o seu esforço intelectual, moral e financeiro para que o seu ‘filhinho’, como ele tratava carinhosamente o semanário, não se desviasse do ‘programa’ de fundação”<sup>129</sup>. Contudo, na Figura 14, é possível identificar a ausência dos apostos antes apresentados.

Figura 14. *O Exemplo* – sem subtítulo.



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 17 de dezembro de 1928).

Para efeitos de visualização, escolhi a figura datada de 17 de dezembro de 1928. Contudo, a partir de 10 de dezembro de 1928 os apostos situados abaixo do título do jornal *O Exemplo* não mais aparecem o título se mantém dessa forma até sua última publicação em 02 de janeiro de 1930.

Face às mudanças editoriais nos subtítulos, pode-se inferir que o jornal ganhou legitimidade frente à sua comunidade de leitores, circulando para além do meio a que inicialmente fora reservado, apesar de suas interrupções.

Para finalizar esta subseção, cabe destacar que a passagem de uma forma de edição para outra direciona, ao mesmo tempo, as transformações inscritas nos títulos e subtítulos de *O Exemplo*, bem como representa a intenção de circular junto a um público diversificado, como

<sup>129</sup> Santos (2011, p. 161).

indiquei a partir das figuras destacadas. Logo, incidem sobremaneira sob os formatos das edições, conforme segue na subseção abaixo.

### 3.4 FORMATO DAS EDIÇÕES DO JORNAL *O EXEMPLO*

Nesta subseção, trato dos formatos das edições do jornal *O Exemplo*. Para tanto, foi necessário levantar todas as edições desse semanário. Identifiquei que as edições se apresentam em quatro (04) páginas<sup>130</sup>, frente e verso<sup>131</sup>. Entretanto, em edições especiais, esse número de páginas chega a triplicar. O formato obedece a uma prática que “com o códex, inventa a tipologia formal que associa os formatos e os gêneros, os tipos de livro e as categorias do discurso, portanto, que se organizam em um sistema de identificação e de localização de textos”<sup>132</sup>.

No levantamento da primeira fase, constatei a inexistência de alteração no quantitativo de páginas, inicialmente mencionado, quatro (4) páginas. Porém, na segunda fase do semanário, há uma variação de duas páginas em edições especiais, com a incorporação de capas. Na terceira e quarta fase, as variações no número de páginas não provêm do acréscimo das capas, e sim das sessões publicadas, bem como da expressiva quantidade de anúncios.

Os levantamentos ainda indicam que em algumas edições da terceira fase, especialmente na primeira página, consta a presença de capa com reprodução de imagens. Nas Figuras a seguir, apresento algumas capas que apresentam variações no número de páginas em suas respectivas edições. Além disso, essas capas indiciam a presença de ilustrações e fotos em edições especiais de *O Exemplo*, especificidade da intervenção editorial.

Para a segunda fase, nas Figuras 15 a 17, destaco as capas dos anos de 1904 e 1905, que apresentam uma atenção gráfica especial na sua composição, conforme as homenagens ou celebrações que elegeram como significativas.

---

<sup>130</sup> Em relação à inclusão do número da página, Chartier (1999b, p. 101) lembra que “o códex permitiu uma localização mais fácil e uma manipulação mais agradável do texto: ele torna possível a paginação, [...] ou ainda o exame do livro em sua integridade pelo leitor que o folheia”. Assim, mesmo que o uso da paginação tenha sido inicialmente utilizada em livros, essa prática também se aplica aos jornais.

<sup>131</sup> A esse respeito, Chartier (1999b, p. 101) informa que “a utilização dos dois lados do suporte sem dúvida reduz o custo de fabricação do livro, mas ela não foi acompanhada por outras economias possíveis: diminuição do módulo da escrita, redução das margens, etc”. Essa referência se torna relevante aqui para situar o leitor quanto ao uso dos dois lados do suporte jornal descrito nesta tese.

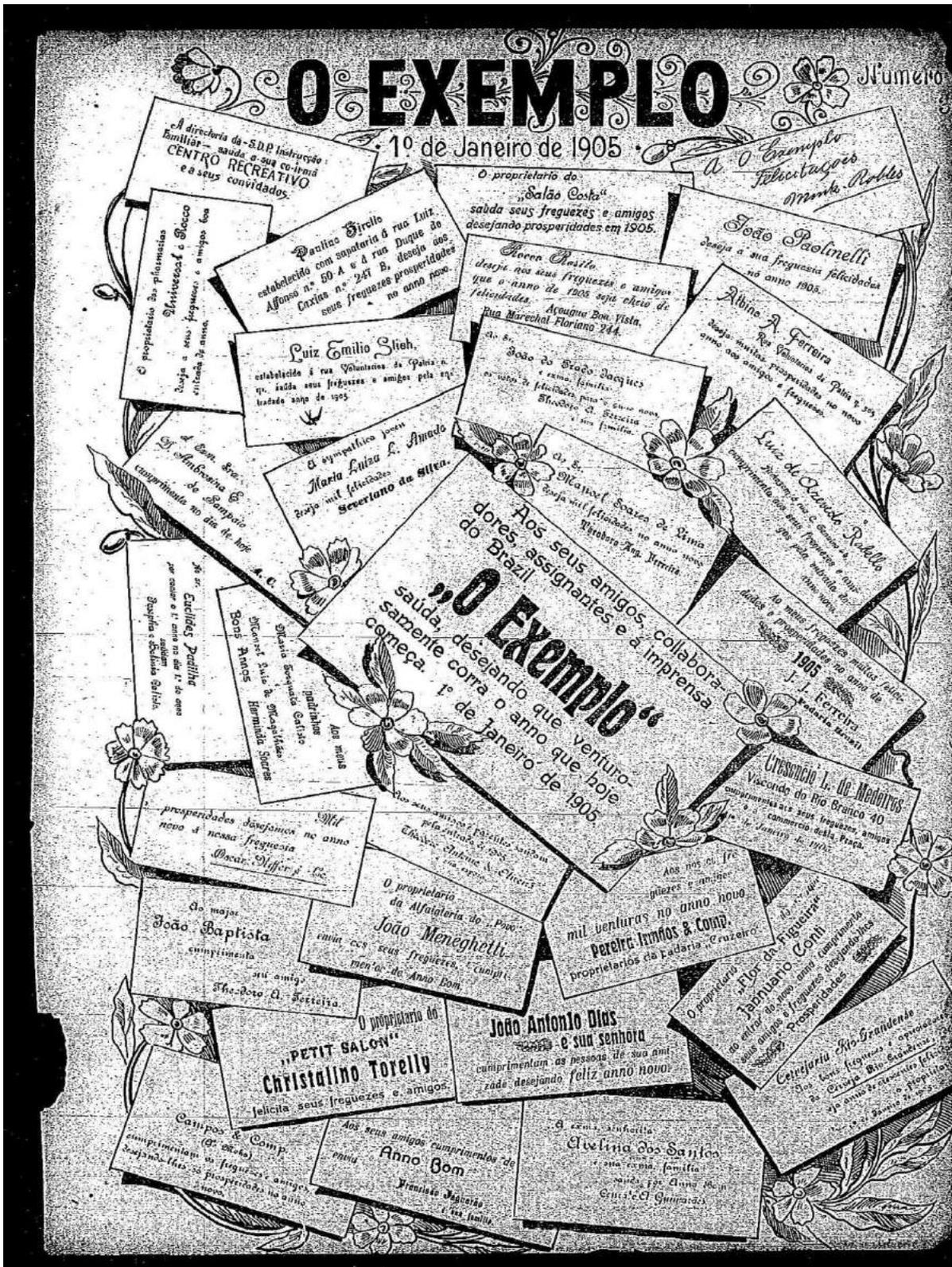
<sup>132</sup> Chartier (1999b, p. 102).

Figura 15. José Maria da Silva Paranhos.



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 28 de setembro de 1904).

Figura 16. Alusão às celebrações de Ano Novo (1ª parte).



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (O Exemplo, 01 de janeiro de 1905).

Figura 17. Alusão às celebrações de Ano Novo (2ª parte).



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 01 de janeiro de 1905).

Para a terceira fase, nas Figuras 18 a 21, destaco as capas dos anos de 1910 e 1911, alusivas aos anos que iniciam, e uma capa em homenagem ao deputado Manoel Lopes.

Figura 18. Salve 1910.

<p>* „A Alliança“ *</p> <p>sauda a sua distincta clientela e ao respeitavel publico em regozijo do anno novo de 1910.</p> <p>Felippe Jeanselme da Silva Rua das Andradas nos. 239 e 241 Porto Alegre.</p>	<p>O proprietario da loja</p> <p><b>A Mascotte</b></p> <p>d Rua das Andradas 249.</p> <p>sauda a sua distincta freguezia, almejando prosperidades no</p> <p>anno de 1910.</p>	<p>Felicitações</p> <p>d sua distincta freguezia e amigos</p> <p>Pharmacia e Drozaria Italiana</p> <p>de</p> <p>Alipio Soares Marino &amp; Cia</p> <p>Rua das Andradas 243</p> <p>Porto Alegre, 1.º Janeiro 1910.</p>	<p>O Sol Nasce Para Todos</p> <p>de</p> <p>Basilio Benardi &amp; Cia</p> <p>sauda pela entrada do anno de 1910 a sua selecta freguezia, desejando que no decorrer do mesmo, gozem de toda a sorte de felicidades.</p>
<p>O Bandeira do Mercado,</p> <p>felicit a aos seus amigos e a sua distincta freguezia pela entrada do anno novo, desejando que não se esqueçam no decorrer do mesmo, que elle continuará a vender turabi vermelho, nogueira, coroba etc.</p>			<p>Julio Silveira e familia</p> <p>cumpriamemta pela entrada do Anno Novo a seus parentes e pessoas de suas relações, almejando-lhes innumeras felicidades.</p> <p>Porto Alegre, 1.º de Janeiro de 1910.</p>
<p>El Sadaria Cruzeiro</p> <p>de</p> <p>Parreira Irmãos &amp; Cia.</p> <p>felicit a sua boa freguezia pela entrada do</p> <p>Anno Novo.</p>			<p>El Casa Club</p> <p>de</p> <p>ALVADOR GERRANO</p> <p>deseja a sua prezada freguezia, feita messe de boa sorte, no decorrer do ANNO NOVO.</p> <p>Rua das Andradas 257.</p> <p>Porto Alegre, 1.º de Janeiro 1910.</p>
<p>Eduardo Lemos</p> <p>tem o prazer de felicit a sua distincta freguezia pela entrada do</p> <p>Anno Novo.</p> <p>Porto Alegre, 1.º Janeiro de 1910.</p>			<p>As raias d aurora de 1910, peço a Deus sua benção para meus paes, Irmãos de Souza e Joazina de Souza, transmittindo a santa benção a vossa filha</p> <p>Anna Maria da Camara.</p>
<p>As surgir da aurora de 1910, saúdo o amigo</p> <p>João da Silva Oliveira</p> <p>e sua respeitavel familia,</p> <p>desejando innumeras felicidades.</p> <p>João Perreira de Sá.</p>			<p>Alto despontar da alvorada do 1910, saúdo a mulher, como verdadeiro factor das grandezas terrestres.</p> <p>Leopoldino Ribeiro.</p>
<p>A's pessoas de sua amizade</p> <p>Arnaldo Dutra</p> <p>sauda, almejando prosperidades no decorrer do</p> <p>anno de 1910.</p>			<p>Que o anno e surgir hoje seja prodigo em felicidades para seus freguezes e amigos, é o que almeja</p> <p>Jose Teixeira Guimarães.</p> <p>El La Maison „Famosa“</p> <p>Rua das Andradas 277.</p>
<p>As receber o novo pejunho do</p> <p>Novo Anno</p> <p>que hoje surge, aviva-se no jardim do meu coração um bolbo de rosa que efferece a todas as pessoas com quem existirem relações de amizade.</p> <p>Olga Guimarães.</p>			<p>Salve 1910</p> <p>Aos seus assignantes, collaboradores e bons amigos saúdo</p> <p>O Exemplo</p> <p>augurando-lhes um feliz Anno Novo.</p> <p>1-1-1910.</p>
<p>Aloise y Medaglia</p> <p>felicitam sua distincta freguezia, desejando boas festas.</p> <p>Rua das Andradas 175.</p>	<p>A sua distincta e boa freguezia deseja</p> <p>Perrone &amp; Cia.</p> <p>que tenha o anno de 1910, pleno de prosperidades.</p>	<p>A Carmela,</p> <p>casa que maior quantidade de cartoes importou para as festas do Anno Novo, deseja muitas felicidades a sua distincta freguezia no 1910, pedindo que não deixem de verificar seu grande sortimento.</p> <p>RUA DE FLORES.</p>	<p>As seus parentes e a suas boas amigas,</p> <p>felicit a</p> <p>Vicentina Alves de Deus</p> <p>pela e abençoar do anno de 1910.</p> <p>Porto Alegre, 1.º de Janeiro de 1910.</p>
<p>Aos nossos parentes e a todas as pessoas de nossa amizade enciamos saudações, almejando prosperos e felizes dias no anno que hoje começa</p> <p>Aristides José da Silva</p> <p>Allyde Rosa da Silva.</p> <p>1.º Janeiro de 1910.</p>	<p>A sua distincta freguezia, amigos e parentes, felicit a pela entrada do Anno Novo</p> <p>Themaz José Garcia.</p> <p>Porto Alegre, 1.º Janeiro 1910.</p>	<p>Ao seu prezado amigo</p> <p>Miguel Alves Branco</p> <p>e a sua sãma consorte</p> <p>felicit a pela entrada do Anno Novo, desejando-lhes innumeras prosperidades.</p> <p>Ramão Pereira Flores.</p>	<p>Los meus bons paes, caros irmãos, amigos e companheiros de trabalho, desejo todo a sorte de prosperidades no anno de 1910, que hoje tem o seu primeiro dia de vida.</p> <p>Henrique Martins.</p> <p>Capitol, 1.º de Janeiro de 1910.</p>
<p>As iniciar-se as luctas sociais de 1910, saúdo e concito os denudados batalhadores d'„O Exemplo“.</p> <p>Lyra Florentino,</p> <p>e Lyra Florentino,</p> <p>a proseguirem na conquista de seus direitos.</p> <p>José André Gonçalves.</p>	<p>Candido Cl. Lima &amp; Cia.</p> <p>muitas prosperidades deseja a sua boa freguezia e amigos no anno que hoje se inicia, desejando que não se esqueçam do bello sortimento de casemira, drama, etc., que receberam.</p> <p>1-1-1910</p>	<p>Dorival do Souza</p> <p>deseja mil prosperidades aos seus parentes e amigos, no anno que hoje começa.</p> <p>Porto Alegre, 1.º Janeiro 1910.</p>	<p>O baculito</p> <p>Armazem Costa Junior,</p> <p>rito a sua prezada freguezia, deseja-lhes a sua prezada freguezia, pela entrada do Anno Novo, desejando que não se esqueçam de continuar, sendo elle no anno d'„O Exemplo“ a proseguirem na conquista de seus direitos.</p> <p>Capitol.</p>

Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (O Exemplo, 01 de janeiro de 1910).

Figura 19. Dr. Manoel da Motta Monteiro Lopes.

# O EXEMPLO

## JORNAL DO POVO

DO RIO GRANDE DO SUL - PORTO ALEGRE

Quinta, 23 de Janeiro de 1910.

Director da Redacção: João Baptista de Figueiredo

Gerente da Empresa: José Gomes de Azevedo

Ann. X

Nam. 183

---

### O Exemplo

Para fins convenientes, prevenimos aos avs. assignantes e manuscritistas deste periódico que:

1. as respectivas coberturas, proceder-se-ão sempre immediatamente e entrega da primeira edição de cada mês;

2. as reclamações, de qual natureza, referentes ao serviço da gerencia, ou da distribuição, deverão ser feitas quando feitas por escrito em carta fechada ou pessoalmente no gerente ou no director do "Exemplo";

ASSIGNATURAS:

Anno . . . . . 19000

Semestre . . . . . 5000

Moz . . . . . 1000

Numero avulso . . . . . 800

ESCRITORIO

Rua Demétrio Ribeiro n. 177

(antiga da Varizinha)

### HOMENAGEM

#### ao illustre deputado

## Dr. Manoel da Motta Monteiro Lopes.



inocentes; sentindo o pulsar do coração do povo, que abanido pelas necessidades, não cacha de bradar, elle, a orar de: "tempora rursus a felix providencia e a todos attendo, bastando-se avarosamente pelos direitos compurgados decaez meo pote."

Ainda ha pouco, acabou Monteiro Lopes de apresentar um projecto em favor dos operarios, projecto humilde, que demonstra que elle é representante do povo, que só visa seu engrandecimento, que pugna pelo bem-estar de todos os cidadãos.

Longe de sentir-se desculpado, na poltrona de deputado desfructando o subsídio, esquecendo as queixas dos brasileiros, Monteiro Lopes, sollicite, procura avidamente saber dos males que affligem o povo, interessando-se pela sorte de seus compatriotas, apresentando salutaras medidas a saberia da Camera, afim de minorar esses males.

E é por isso que elle já conquistou a gratidão dos brasileiros; e é por isso que a paz interior o recebe festivamente, jubilosamente, festejando que Monteiro Lopes é um homem digno, cidadão capaz, que sabe honrar o engrandecer a nossa Pátria amada.

A sua cor não o priva de ser brasileiro, não impede que a sua nobreza reciba intelligente o protido saber se colloca a si posição de seus patriotas, de sua terra; não! mais o impulsiona para que ame fervorosamente o seu torão!

Ha o motivo, que o faz querido da causa unica pela qual o povo de Porto Alegre, unido, sem distincção de partidos politicos, de selecção de cores, o recebe por entre rios e flores.

Seja bem vindo, o agradável personagem na gloriosa Porto Alegre.

A. Dutra

---

### DR. MONTEIRO LOPES

Afinal, depois de tanto tempo que nos fox andar ás tantas os nossos corações de amigos, que tanto admiram, chegou a esta capital o nosso amigo, collado parlamentar pelo districto federal, dr. Manoel da Motta Monteiro Lopes.

Desta matiz de uma passiva, desta, quanto a individualidade do habilitado advogado, do talento, literato se por em vulto e limpaz as neccias preconceituosas, que prometia atrair-se aos ventos, que direcção as terras gaúchas, para apertar contra o peito os corações amigos que aqui trataram de desfazer as nuvens máx em torno da sua pessoa.

isto era terra nós o prazer summo de abraçar a braços que havíamos de sentir, quando tivéssemos a felicidade de ter entre nós, tão acendrado amigo, tão nobre cidadão.

Queríamos que essa hora soasse, que o tempo, no seu vôo, cotresse mais depressa para poder sentir-nos nos felizes de facto.

E não se pense que o nosso desejo era a satisfação de uma vaidade, a manifestação de sentimentos, não; era a simpatia que expluz da coração com a humanisimidade com que expluz as lavas de sua vida.

O candidato pela capital federal a uma cadeira no Congresso Nacional merecia a nossa attenção, porque o seu nome começava a ser depreciado pelos ignorantes, a sua imputabilidade acidentada a ser obscurecida pelos zollos, que só têm capacidade, intelligencia, recommendação, na gente beneficiada, pelos senhores desta terra que é o haule ser sempre nessa, por que ahi só tinham os primeiros vagidos de nossa existencia, porque aqui respirámos os primeiros haustos de oxigenio, crescemos e nos fizemos homens.

Sabíamos que o ruido feito em torno do nome illustre do preclaro politico não era propriamente, uma questão de raso, porque, se assim fosse, teria de annullar a nacionalidade brasileira, composta do braço europeu, do negro africano e do selvagem autochthone, e mandar buscar na Bretanha o louro escocoz, na Alemanha o claro germano, para representar o povo brasileiro no seu parlamento, na instituição que representa os seus costumes, hábitos, tradições e religião; de que se tratava, era de um simples manejo eleitoral, que não foi nada habilidoso, deixando entrar uma ponta de despeito no

que, a cada passo andam, nos erros voluntariamente, só pelo bello prazer de vender a consciencia, abstrahendo miseravelmente de uma dedicação altruistica e desinteressada, mostrando que nos grandes movimentos populares, em que a alma nacional, está empenhada, a alma deve apparecer grandiosa e sublime, heroica e alta como as montanhas que crescem para o azul do céu, e não chegam as pequenezas humanas.

E então de quebra em quebra, de Serra em Serra, de vale em vale ultrapassando montes e vales, a alma nacional vinha se agitando protestando, na choça do campo no terreno de mais humilde escarvalho, no palacio do burguez, revoltando se corpo se revoltam os indignados, deixando transparecer, no rosto toda a sua repulsa, deixando pelos valles o eco da sua revolta; pelas estradas e veredas o retrato da sua dor.

Entravando, não foi a vastissima e estupenda representação intellectual do illustre patriota, convergindo para o scenario politico da nação, que tanto o celebrava; não! foi a sua pena fulgurante de jornalista da tradição que tanto o fez em destaque; não, enquanto uns se levantavam pelos seus trabalhos artisticos e scientificos, o dr. Lopes, no recanto do seu lar domestico, se celebrizava por ter a cor que teve Otchilo.

### DR. MONTEIRO LOPES

Porto Alegre hospeda neste momento, por entre rios e flores, o vulto sympathico do illustre dr. Monteiro Lopes, digno e genuino representante do povo fluminense.

E recebido como em Pelotas e Rio Grande e demais localidades, por entre aclamações em delirio do povo que sem distincção de partidos, corre pressuroso afim de receber e saudar o deputado carioca que, apenas por trazer a cor de Otchilo, viu quasi aferrado a saizua e seu nobre diplo ma legitimamente conquistado, o espasmo celado, mostra a vontade soberana do alivado povo do Rio de Janeiro.

E foi dali, dessa gloriosa campanha, que a figura do ardoroso tribuno começou a despertar sympathias.

Do norte a sul do Brasil, não houve uma só voz, amante do direito e da liberdade, que alivada e sobranecemente, não clamasse, não protestasse contra a villania atroz, que melo luzia do pretencioso torpes tentaram praticar.

Mais alto falou a justiça; acima de todas as conveniencias, dos estudos preconceitos, ditou o sentimento do direito e da razão; e Monteiro Lopes é reconhecido e proclamado unanimente na Alta Camera, deputado pelo Estado do Rio de Janeiro, por entre palmas, bravas e flores!

Uma vez deputado não sentiu ex

Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (O Exemplo, 23 de janeiro de 1910).

Figura 20. Salve 1º de janeiro de 1911.

*Off' meus parentes e pessoas de minha amizade, felicitado pela entrada do ANNO NOVO, desejando-lhes felicidades no decorrer do mesmo.*  
Olívina dos Santos.  
1.º-1-1911.

*De tanta ternura e de tanta piedade, que corre, e vai lá e aí que é do meu lado. Com bonzinhos pensamentos de fé, de paz e de amor, por favor, encorajando, abraço, em homenagem ao ano de 1911.*  
A cada dia que o Natal permite que nasce um novo ano de esperança. Deus proteja quem não se fianta. Que é o rei; paz de Deus e da Esperança!  
Porto Alegre, 1.º de Janeiro de 1911.  
João V. da Costa Junior

*A minhas amigas, saudamos pelo anoitecer do ANNO que hoje começa.*  
Porto Alegre, 1.º-1.º-1911.  
Isabel Brandão  
Olava Gomes de Carvalho

**Salve, 1.º-1.º-1911**  
Aos meus parentes e pessoas de amizade, cumprimentamos pela entrada do ANNO NOVO, desejando-lhes que a aurora de 1911, venha alocando  
**Paz e Prosperidades**  
Vicentina e Elda Bastos

**Salve 1-1-1911**  
A minhas amigas e demais conhecidas, saúdo pela entrada do NOVO ANNO, almejando prosperidade.  
Juliana Ribeiro

*Este despertar da aurora de 1911, saudando o Sr. Leopoldino Ribeiro e Meza Lopes, dignos presidentes da sociedade "Orgulho da Mocidade".*  
Olga Guimarães.

**Salve! 1.º-1.º-1911**  
Felicitó as pessoas de minha relação, pela entrada do  
**ANNO NOVO**  
Anna Maria Camara.

*A Exma. Sra. D. Declinda de Azevedo e sua filha Joanna Evangelista de Azevedo, felicitó pela entrada do ANNO que hoje começa, desejando prosperidades*  
H. A. M.  
1-1-1911.

**Felicitações**  
de  
Julio Silveira  
e família.  
Bento Alegre, 1.º-1.º-1911.

*Henrique Martins, deseja aos seus amigos, felicidades no ano de 1911.*  
Porto Alegre, P. de Janeiro de 1911.

*Aos parentes, amigos e pessoas de minhas relações, os mais sinceros votos no decorrer do ANNO NOVO.*  
Nery Junior.  
1.º de Janeiro de 1911.

*João José Dias e família, felicitam pela entrada do ANNO NOVO, aos amigos e as sociedades—Lyra Oriental e Lyra Florentina.*  
1.º de Janeiro de 1911.

**Salve, 1.º-1.º-1911.**  
Aos meus parentes e pessoas de minhas relações, cumprimento pela entrada do ANNO, desejando no decorrer do mesmo, inúmeras felicidades e venturas.  
Arnaldo Pereira do E. Santo

**Felicitações**  
de  
Leovigildo da Silva e família.  
Pau de Assis, 1.º-1.º-1911.

**Salve, 1º de Janeiro de 1911!**  
Aos seus inúmeros leitores e colaboradores,  
**O Exemplo**  
deseja um Novo Anno, cheio de risos e flores.

*Aos meus amigos*  
**Hygino e Adolpho,**  
saúdo pela entrada do ANNO NOVO.  
Anselmo Antônio Duarte  
1.º-1.º-1911.

**Salve! 1º de Janeiro 1911!**  
Aos amigos e pessoas de nossa amizade, cumprimentamos pelo anoitecer do ANNO de 1911, desejando boas entradas e faustoso decorrer do mesmo.  
Grazielly e família.

*Thomé Pereira e família, saudamos a seus parentes e pessoas de suas relações, pela entrada do ANNO que hoje começa, fazendo votos para que tenham no decorrer do mesmo, inúmeras felicidades.*  
Porto Alegre, 1.º-1.º-1911.

*João André Gonçalves e família, felicitó as pessoas de amizade, desejando um feliz ANNO.*  
1-1-1911.

**A Família Jellermann,**  
saúdo as pessoas de amizade pela entrada do ANNO NOVO,  
almejando prosperidades.  
Porto Alegre, 1.º de Janeiro de 1911.

**1911**  
A CASA CLUB de Salvador Serrano, com sincero jubilo, cumprimenta sua distinta frequência e seus dedicados amigos, almejando-lhes um feliz ANNO NOVO.  
Rua dos Andradas, 297.

**Grati & Marques**  
felicitam a sua distinta frequência pela entrada do ANNO que hoje começa, desejando prosperidades no decorrer do mesmo e pedindo que saquem-se, que em sua história sempre tem tido a ajuda de muitos trabalhos e por isso tem prosperado. **Campeão Novo 200.**  
Bento Alegre, 1.º-1.º-1911.

**Dorival de Souza.**  
Deseja mil prosperidades aos seus parentes e pessoas de amizade, no decorrer do ANNO que hoje começa.  
Porto Alegre, 1.º de Janeiro de 1911.

**Alfredo Rodrigues Teixeira & Cia.**  
Proprietários de **ARMAZEM "MOTIBELA"**  
Rua Lúcio Affonso N.º 68  
Muitas prosperidades desejo a sua distinta frequência e amigos no ANNO que hoje se inicia, desejando que não se esqueçam do bello estabelecimento que em Caxias contém.

**Doralice da Silva Pontes**  
felicitó a seus parentes e pessoas de amizade pela entrada do  
**ANNO NOVO**  
Bento Alegre, 1.º de Janeiro de 1911

**Manoel Campos**  
cumprimenta a seus amigos e pessoas de relações pela entrada do  
**ANNO NOVO.**

A festividade casa  
**A Botinha de Ouro**  
saúdo a sua frequência e a sua numerosa frequência pela entrada do ANNO NOVO, desejando que não se esqueçam de mim, sendo ella como sempre foi, a mais hospitaleira de todas as casas.  
Fauzino Berolle.

Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (O Exemplo, 01 de janeiro de 1911).

Para a quarta fase, não constam fotos ou ilustrações nas capas. Assim, apresento como as primeiras páginas das edições desta fase foram impressas.

Figura 21. O nosso aniversário.



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (O Exemplo, 02 de janeiro de 1918).

A apresentação das capas, como demonstrado nas Figuras 15 a 21, possibilita visualizar o movimento editorial das edições do semanário *O Exemplo*, de modo especial as inscritas nas primeiras páginas do semanário. Esse movimento também provocou reações no público leitor, especialmente de outras empresas, ao noticiaram em seus periódicos as edições especiais de *O Exemplo*, o que este semanário procurou registrar em suas páginas.

Com relação à Figura 15, de José Maria da Silva Paranhos, presente na edição de 28 de setembro, foi noticiada, em *Do Tupanceretan*, a seguinte informação:

O EXEMPLO. Este estimável colega estampou em um suplemento, um magnífico retrato do visconde do Rio Branco. *O Exemplo* que é jornal do povo e destinado a pugnar pelo direito da raça de cor, recomenda-se pelos seus bons artigos e pela voz desses nossos semelhantes que pugnam pelos seus direitos de cidadãos livres.<sup>133</sup>

De igual modo, o periódico *Taquaryense* faz o seguinte registro: “*O Exemplo*, periódico que se publica em Porto Alegre, estampou em 28 do mês findo um excelente retrato do visconde do Rio Branco, autor da lei que libertou o ventre da mulher escrava”<sup>134</sup>. Outro periódico que também noticia a presença dessa edição especial é *A Semana*, que agradece o exemplar que lhe foi oferecido e registra: “*O Exemplo*. Este nosso distinto colega, em homenagem ao glorioso dia 28 de setembro, estampou em sua página de honra um bom retrato do imortal brasileiro José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco. Traz muitos artigos de redação e colaboração alusivos à data”<sup>135</sup>. A partir desses registros, cabe apontar que essa ilustração na capa de *O Exemplo* possibilita identificar sua relação com o texto (nome de uma personalidade), e depreender que a ilustração, por si só, dá a ler quem, de fato, corresponde ao nome escrito e, acima de tudo, indica as relações de apreço que *O Exemplo* imprimiu junto a outros impressos publicados no estado do Rio Grande do Sul, bem como em outros estados brasileiros.

Assim, os registros feitos por esses periódicos, especialmente quando parabenizam *O Exemplo* com relação às edições especiais, oportunizam afirmar que ele não estava alheio aos formatos editoriais da época – como é o caso do formato e do acabamento da capa apresentada nas Figuras 16 e 17. A partir dos cartões recebidos pela editoria de *O Exemplo*, o semanário faz o seguinte registro, quanto à edição ilustrada:

A edição ilustrada que publicamos a 1º do corrente tem sido recebida afagosamente por diversos jornais da capital e de fora nos dispensando todos encomiásticas

<sup>133</sup> *O Exemplo*, 16 de outubro de 1904.

<sup>134</sup> *O Exemplo*, 23 de outubro de 1904.

<sup>135</sup> *O Exemplo*, 23 de outubro de 1904.

referências, o que muito nos penhorando [sic], tem-nos desvanecido. Assim pois, os nossos agradecimentos aos distintos órgãos de imprensa rio-grandense: *A Federação*, *A Troça*, e *O Independente*, de Porto Alegre; *O Tuperacetan* e aos demais que nos honraram com acoroçadoras notícias<sup>136</sup>.

A partir desse excerto ficam evidentes algumas congratulações da imprensa do estado do Rio Grande do Sul às edições especiais de *O Exemplo*, posto que foram alvo de vários comentários, por exemplo, a sua feitura, ao mostrar novidade e elegância para seus leitores. Assim, essa edição guiava o olhar dos apreciadores do semanário, fazendo jus à sua denominação de *O Exemplo* frente à imprensa. Isso porque, nessa capa, comparecem o texto e uma ilustração que se cruzam e se articulam. Nesse sentido, ao que tudo indica, o texto se servia das ilustrações e vice-versa, não podendo dela ser dissociado. Ainda sob essa ilustração da capa de 1905, da Figura 17, estão inscritas os títulos dos demais jornais em circulação no mesmo período, em português, alemão e italiano<sup>137</sup>.

Assim, a edição especial, apresentada nas Figuras 16 e 17, apresentada em uma versão colorida, se assenta em uma mudança editorial que só foi possível captar, porque recorri ao acervo do MCSHJC, local em que algumas edições físicas estão salvaguardadas. As edições disponibilizadas nos *sites* foram digitalizadas em preto e branco, o que impossibilita verificar o uso de cores no conjunto das edições.

Com relação às Figuras 18 e 20, ambas representam a entrada de um novo ano, 1910 e 1911, respectivamente. Nelas, destaco a ilustração de uma manjedoura, reproduzida para o ano seguinte. A diferença entre elas reside na diversidade de cartões recebidos e apresentados em torno da manjedoura, bem como no anúncio de um novo ano.

E, sobre esse novo ano, cabe registrar que *O Exemplo* recebeu, de seus apreciadores, inúmeras felicitações a partir da edição publicada. Entre essas felicitações, o semanário recebeu da apreciada sra. D. Alice Borges Fortes, no dia “1º de janeiro do corrente, uma amável cartinha”<sup>138</sup>, conforme segue: “À distinta redação do O Exemplo. Ao iniciar se as lutas sociais em defesa dos oprimidos e ataques aos preconceitos mal recebidos, [...] a seguirem essa santa cruzada que tão brilhantemente tendes desempenhado. São os votos que faço ao surgir a aurora do novo ano de 1910”<sup>139</sup>. A reprodução desta carta mostra o apreço dos leitores pelo semanário, como Alice Borges de Fortes, uma admiradora das ações empreendidas por esse periódico em prol dos “homens de cor”.

---

<sup>136</sup> *O Exemplo*, 15 de janeiro de 1905.

<sup>137</sup> No apêndice B consta alguns jornais contemporâneos de *O Exemplo*.

<sup>138</sup> *O Exemplo*, 16 de janeiro de 1910.

<sup>139</sup> *O Exemplo*, 16 de janeiro de 1910.

Com essas referências, é possível sugerir que as edições especiais, como as capas das Figuras 18 e 20, são atrativos para os leitores, não somente para admiradores como Alice que, possivelmente, era uma assinante, mas para o público leitor mais amplo desse semanário, especialmente daqueles que o adquire de forma avulsa. Entre essas duas edições especiais, identifiquei outra capa com uma fotografia, na parte central da primeira página, em homenagem ao Dr. Manoel da Motta Monteiro Lopes, que consta na Figura 19, para a qual me utilizo das observações feitas sobre a Figura 15. Contudo, já em relação a Figura 21, sua apresentação residiu em mostrar como as demais edições da quarta fase se apresentam em seu conjunto.

Por fim, esta subseção teve a intenção de apresentar alguns formatos editoriais das edições do jornal *O Exemplo*, com atenção particular às edições especiais que tiveram repercussão em diferentes impressos. Na subseção seguinte, em que apresento os cargos da editoria de *O Exemplo*, é possível identificar alguns nomes de quem estava à frente deste periódico para publicação das edições especiais.

### 3.5 CARGOS DA EDITORIA DO JORNAL

Esta subseção objetiva apresentar, a partir do levantamento realizado de todas as fases, os cargos assumidos por diferentes pessoas em *O Exemplo*. Inicialmente, saliento que em cada fase desse semanário constam diferentes cargos assumidos na editoria do jornal. Ao longo de suas edições, as quais compreendem às publicações de 1892 a 1930, houve mudanças nos cargos que integravam a editoria do semanário. No levantamento realizado, encontrei 10 (dez) diferentes cargos, assim nominados pela editoria:

Quadro 3. Relação de cargos da editoria do jornal *O Exemplo*

Cargos da editoria			
1 <sup>a</sup>	Redator e Editor	6 <sup>a</sup>	Redatores
2 <sup>a</sup>	Redator-chefe	7 <sup>a</sup>	Gerente
3 <sup>a</sup>	Administrador	8 <sup>a</sup>	Diretor
4 <sup>a</sup>	Comissão de redação	9 <sup>a</sup>	Diretor da Redação
5 <sup>a</sup>	Diretor-gerente	10 <sup>a</sup>	Secretário

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1892-1930).

Nesse levantamento, procurei manter a nomeação conforme consta no semanário, mesmo que em alguns casos haja a possibilidade de utilizar diferentes nomenclaturas quase como sinônimos. Além disso, procurei apresentar a primeira e a última presença da editoria para cada fase. Os quadros a seguir demonstram as variações, e de modo geral, procuro apresentar apenas uma descrição mais acurada daqueles que estiveram à frente desse empreendimento. Ademais, diferentes autores, muitos aqui já mencionados, são referências, como Santos (2011)<sup>140</sup>.

Quadro 4. Primeira fase da editoria do jornal

Data	Redator e editor	Redator - chefe	Comissão de redação	Diretor - gerente
11/12/1892	Arthur de Andrade	0	0	Marcilio Freitas
24/12/1893	Arthur de Andrade	0	0	Marcilio Freitas
01/01/1894	Sergio Bittencourt	0	0	Marcilio Freitas
15/07/1894	Sergio Bittencourt	0	0	Marcilio Freitas - interino
15/11/1894	Sergio Bittencourt	0	0	Marcilio Freitas - interino
03/11/1895	Aurelio Junior	0	0	Pedro de Almeida
10/11/1895	Aurelio Junior	0	0	Pedro de Almeida
21/01/1897	0	Antônio E. Bandeira	Arthur de Andrade, Alfredo C. de Souza, M. Freitas, Miguel Cardoso e F. Calisto	Florencio Calisto

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1982-1897).

Em uma observação preliminar, o Quadro 4 é esclarecedor quanto à editoria. Contudo, destaco em 1897 a adoção de “Comissão de redação”, pois, como se pode notar, ele se faz presente somente na primeira fase do semanário. No cargo “Redator-chefe”, temos uma única menção à presença de Antônio E. Bandeira”, datada de 1897. Outro destaque concerne ao redator e editor Sergio Bittencourt<sup>141</sup>.

Quadro 5. Segunda fase da editoria do jornal

Data	Administrador	Redatores	Gerente	Diretor
12/10/1902	0	Esperidão Calisto e Tacito Pires	Vital Baptista	0
24/01/1903	0	Esperidão Calisto e Tacito Pires	Vital Baptista	0
13/05/1904	Felippe Eustachio	Esperidão Calisto e Alcibiades dos Santos	Vital Baptista	0

<sup>140</sup> Santos (2011).

<sup>141</sup> Em Santos (2011) é possível acompanhar a trajetória de Sergio Bittencourt que também foi um dos fundadores do jornal *O Exemplo* e fazia parte da Comissão de Redação, responsável por receber e analisar as reclamações e as contribuições da parte literária do impresso.

Data	Administrador	Redatores	Gerente	Diretor
22/05/1904	Felippe Eustachio	Esperidão Calisto e Alcibiades dos Santos	Vital Baptista	Tacito Pires
15/01/1905	Felippe Eustachio	Esperidão Calisto e Alcibiades dos Santos	Vital Baptista	Tacito Pires

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1902-1905).

O levantamento da segunda fase permite identificar que o cargo de “Administrador” foi ocupado por Felipe Eustachio, que permaneceu de 1904 a 1905. Nas demais fases, esse cargo não é mais mencionado. Destaco, ainda, o cargo de “Redatores”, e se na primeira fase constava o cargo de “Comissão de redação”, assumido por Arthur de Andrade, Alfredo C. de Souza, M. Freitas, Miguel Cardoso e F. Calisto, em 1897, na segunda fase, passou a constar o cargo de “Redatores”, assumido de 1902 a 1903 por Esperidão Calisto e Tacito Pires; e de 1904 a 1905, por Esperidão Calisto e Alcibiades A. dos Santos.

A seguir, o Quadro 6 apresenta as informações da terceira fase.

Quadro 6. Terceira fase da editoria do jornal

Data	Gerente	Diretor	Diretor da redação
17/11/1908	Julio Rabello	João Baptista de Figueiredo	0
20/12/1908	Julio Rabello	João Baptista de Figueiredo	0
01/01/1909	Julio da Veiga Rabello	0	João Baptista de Figueiredo
10/01/1909	Julio da Veiga Rabello	0	João Baptista de Figueiredo
31/01/1909	Julio da Veiga Rabello	Diretor Interino: Christiano Fetermann	João Baptista de Figueiredo
07/02/1909	Julio da Veiga Rabello	Diretor Interino: Christiano Fetermann	João Baptista de Figueiredo
21/03/1909	Julio da Veiga Rabello	0	João Baptista de Figueiredo
06/06/1909	José Gomes do Nascimento	0	João Baptista de Figueiredo
28/09/1910	José Gomes do Nascimento	0	João Baptista de Figueiredo
05/10/1910	Leovigildo da Silva	0	João Baptista de Figueiredo
29/01/1911	Leovigildo da Silva	0	João Baptista de Figueiredo
12/02/1911	Leovigildo da Silva	0	Henrique Martins
04/06/1911	Leovigildo da Silva	0	Henrique Martins

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1908-1911).

No levantamento da terceira fase consta o cargo de “Diretor”, ocupado por Christiano Fetermann, na condição de “Diretor Interino”. Apesar de sua brevidade, o registro dessa participação torna-se significativo. Além dele, João Baptista de Figueiredo assumiu o cargo de “Diretor da redação” entre os anos de 1909 e 1911, que se tornou, logo em seguida, responsabilidade de Henrique Martins. Até aqui os levantamentos indicam uma significativa variação de nomes na editoria. Essa variação também persiste no Quadro 8.

Quadro 7. Quarta fase da editoria do jornal

Data	Redator-chefe	Diretor-gerente	Redatores	Gerente	Diretor	Diretor da redação	Secretário
20/02/1916	0	João Baptista de Figueiredo	Redatores diversos	0	0	Alcides das Chagas Carvalho	0
24/12/1916	0	João Baptista de Figueiredo	Redatores diversos	0	0	Alcides das Chagas Carvalho	0
02/01/1917	0	João Baptista de Figueiredo	0	0	0	Alcides das Chagas Carvalho	J. V. Rabello
21/01/1917	0	João Baptista de Figueiredo	0	0	0	Alcides das Chagas Carvalho	J. V. Rabello
28/01/1917	0	João Baptista de Figueiredo	0	0	0	Baptista Junior	J. V. Rabello
20/01/1918	0	João Baptista de Figueiredo	0	0	0	Baptista Junior	J. V. Rabello
03/02/1918	0	João Baptista de Figueiredo	0	0	0	Baptista Junior	Diogenes Baptista
10/03/1918	0	João Baptista de Figueiredo	0	0	0	Baptista Junior	Diogenes Baptista
17/03/1918	0	0	0	João B. de Figueiredo	Baptista Junior	0	0
21/12/1919	0	0	0	João B. de Figueiredo	Baptista Junior	0	0
03/10/1920	0	0	0	Julio da Silveira	Baptista Junior	0	0
31/10/1920	0	0	0	Julio da Silveira	Baptista Junior	0	0
12/12/1920	0	0	0	Julio da Silveira	0	0	0
19/12/1920	0	0	0	Julio da Silveira	Dario Bittencourt	0	0
17/12/1922	0	0	0	Julio da Silveira	Dario Bittencourt	0	0
02/01/1923	0	0	0	Julio da Silveira	0	Dario Bittencourt	0
01/04/1923	0	0	0	Julio da Silveira	0	Dario Bittencourt	0
08/04/1923	0	0	0	Dario Bittencourt (interino)	0	Dario Bittencourt	0
06/05/1923	0	0	0	Dario Bittencourt (interino)	0	Dario Bittencourt	0
13/05/1923	0	0	0	Julio da Silveira	0	Dario Bittencourt	0

Data	Redator- chefe	Diretor- gerente	Redatores	Gerente	Diretor	Diretor da redação	Secretári o
24/07/1927	0	0	0	Julio da Silveira	0	Dario Bittencourt	0
31/07/1927	0	0	0	Clemente Gonçalves de Oliveira	0	Dario Bittencourt	0
18/11/1928	0	0	0	Clemente Gonçalves de Oliveira	0	Dario Bittencourt	0
10/12/1928	Dr. Arnaldo Dutra	0	0	Clemente Gonçalves de Oliveira	0	Dario Bittencourt	0
20/05/1929	Dr. Arnaldo Dutra	0	0	Clemente Gonçalves de Oliveira	0	Dario Bittencourt	0
27/05/1929	0	0	0	Clemente Gonçalves de Oliveira	0	Dario Bittencourt	0
19/08/1929	0	0	0	Clemente Gonçalves de Oliveira	0	Dario Bittencourt	0
07/09/1929	0	0	0	Clemente Gonçalves de Oliveira	0	Dario Bittencourt	Antonio Gonzaga
25/09/1929	0	0	0	Clemente Gonçalves de Oliveira	0	Dario Bittencourt	Antonio Gonzaga
12/10/1929	0	0	0	João B. Figueiredo	0	Dario Bittencourt	Antonio Gonzaga
02/01/1930	0	0	0	João B. Figueiredo	0	Dario Bittencourt	Antonio Gonzaga

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1916-1930).

Em relação ao cargo de “Redator-chefe”, este foi ocupado na primeira fase por Antônio E. Bandeira e tal cargo somente reaparece na quarta fase em nome do Dr. Arnaldo Dutra, que o assumiu de 10 de dezembro de 1928 a 20 de maio de 1929. Em relação ao cargo de “Redatores”, o jornal não faz referência a nomes, apenas indica a existência de redatores diversos. Essa informação é mencionada no início do ano de 1916 e se estende até o final do mesmo ano.

O cargo de “Secretário” constou por pouco tempo, pelos menos em termos de registro nas edições analisadas. Constatei sua ausência na 1ª, na 2ª e na 3ª fase; somente na 4ª fase consta essa referência, ocupado por três pessoas: J. V. Rabello, Diogenes Baptista e Antonio Gonzaga, último secretário presente nas edições do jornal. Quanto à ocupação do cargo de secretário, possivelmente, sua presença ocorreu em virtude da demanda do jornal, visto que, para todas as fases, havia, no mínimo, três cargos ocupados. Assim, no Quadro 8 consta outro cargo assumido por Julio da Veiga Rabello.

Quadro 8. Itinerário de Julio da Veiga Rabello na editoria do jornal *O Exemplo*

Itinerário	Gerente	Secretário
17/11/1908 a 20/12/1908	Julio Rabello	0
01/01/1909 a 21/03/1909	Julio da Veiga Rabello	0
02/01/1917 a 20/01/1918	0	J.V. Rabello

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1908-1918).

Em relação aos cargos assumidos na quarta fase da editoria do jornal, em síntese, faço o destaque para três itinerários, como demonstram os quadros 9, 10 e 11.

Quadro 9. Itinerário de João Baptista de Figueiredo no jornal<sup>142</sup>

Itinerário	Diretor-gerente	Gerente
20/02/1916 a 10/03/1918	João Baptista de Figueiredo	0
17/03/1918 a 21/12/1919	0	João B. de Figueiredo
12/10/1929 a 02/01/1930	0	João B. Figueiredo

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1916-1930).

Quadro 10. Itinerário de Baptista Junior no jornal

Itinerário	Diretor da Redação	Diretor
28/01/1917 a 10/03/1918	Baptista Junior	0
17/03/1918 a 31/10/1920	0	Baptista Junior

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1907-1920).

Quadro 11. Itinerário de Dario Bittencourt no jornal<sup>143</sup>

Itinerário	Diretor	Diretor da Redação	Gerente (interino)
19/12/1920 a 17/12/1922	Dario Bittencourt	0	0
02/01/1923 a 02/01/1930	0	Dario Bittencourt	0
08/04/1923 a 06/05/1923	0	0	Dario Bittencourt

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1920-1923.)

<sup>142</sup> Conforme Santos (2011, p. 205), João Baptista de Figueiredo participou do *Grêmio Dramático Carlos Gomes* e atuou no festival artístico e literário em benefício da herma de José do Patrocínio. Foi um dos mantenedores do jornal *O Exemplo*.

<sup>143</sup> Dario Bittencourt foi responsável pela coleção do hebdomadário ter chegado até a década de 1930. Escrevia poesias, crítica literária, pequenos textos e necrológios. Foi um nome expressivo da comunidade negra porto-alegrense em virtude da formação como advogado e pela circulação no meio intelectual do Estado. Ele faz parte da terceira geração da família Bittencourt a se envolver desde a fundação do jornal *O Exemplo* até o término das publicações (SANTOS, 2011). Ainda sobre ele, consultar Franco (1988, p. 75).

Os Quadros 9, 10 e 11, assim, apresentam o itinerário de três colaboradores da editoria do jornal *O Exemplo*: João Baptista de Figueiredo, Baptista Junior e Dario Bittencourt. Esses nomes assumiram diferentes cargos, ora Gerente, ora Diretor-gerente, ou Diretor e Diretor da redação. O fato é que esses nomes em destaque figuram, por um lado, como responsáveis pelo jornal *O Exemplo*, dentro de suas atribuições da época; e, por outro, lhe asseguraram visibilidade frente a outros impressos e diferentes coletivos étnicos.

Para cada contexto essas designações mostram uma espécie de rodízio nos cargos assumidos. Contudo, algumas indagações ficam em aberto: O que, de fato, significam essas alternâncias? Havia disputas para ocupação dos cargos? Ou as alternâncias se davam porque os cargos não eram remunerados? Por que houve a extinção de cargos, ou por que alguns são fundidos em um só? Outras questões que se somam: O Diretor da redação era, afinal, responsável pela composição das edições? O Gerente era responsável pela comercialização e não pela editoria?

Afirmo que o destaque a alguns cargos não significa que esteja minimizada a participação de outros colaboradores nas edições examinadas, mas apenas ressalto a brevidade das designações que discriminam os cargos e suas possíveis funções na editoria do semanário.

Para encerrar esta subseção, registro ainda que os diferentes cargos assumidos pela editoria do jornal *O Exemplo* apresentaram modificações de todas as ordens, desde as funções exercidas até as tarefas editoriais para elaboração dos conteúdos e formatos do periódico. Assim, o levantamento realizado nesta subseção, contribui para identificar em quais momentos houve alternância nos cargos e afastamentos ou continuidades nas figuras que lideraram a persistência do jornal.

### 3.6 FOTOGRAFIAS E ILUSTRAÇÕES EM *O EXEMPLO*

Esta subseção apresenta, a partir do levantamento realizado do jornal *O Exemplo*, as edições em que comparecem fotografias e ilustrações. Também apresento alguns recortes de fotografias e ilustrações para descrição e análise. As fotografias e ilustrações são compreendidas, nesta tese, como elementos significativos que oferecem ao leitor uma nova relação com o texto e o suporte, posto que, por vezes, a inserção desses elementos integram as novas técnicas de reprodução do impresso. A esse respeito, considero dois aspectos relevantes abordados por Chartier (2004): o primeiro, aquele que “diminui a parte da página de títulos

dedicada à identificação editorial”; o segundo “explica o próprio título, duplicando-o com uma imagem-símbolo, codificada e fixada”<sup>144</sup>.

Esse modo de analisar as fotografias e as ilustrações impressas em *O Exemplo* são significativas, pois contribuem para apreender as relações complexas entre texto verbal<sup>145</sup> e imagens, de modo que as fotografias e ilustrações sejam compreendidas como um dispositivo editorial para a leitura do texto e atribuição de sentidos. Diferentemente dessa prática, Tania Regina de Luca (2018) discute as ilustrações que deram nome à revista, *A Ilustração* entre 1884 e 1892, e apresenta uma série de elementos para colocar em relevo a indústria gráfica francesa, que tornava possível a reprodução de uma revista ilustrada, assim como sua circulação, pois poderia ser lida dos dois lados do Atlântico. Essa observação primeira é para registrar, em seguida, que, em *A Ilustração*, o projeto editorial não pressupunha, necessariamente, uma integração entre a parte icônica e a textual, como sinaliza Luca (2018):

A grande maioria dos números era, aliás, concebida e estruturada de forma a manter a independência entre imagem e texto, circunstância que se alterava apenas em casos excepcionais, quando o número tratava predominantemente de uma única temática, fosse a morte de um rei ou de um escritor famoso, ou evento de grande repercussão.<sup>146</sup>

Essa referência tem a intenção de mostrar diferentes posições no trato com imagens inscritas em periódicos, pois, segundo a autora, tal procedimento “era compartilhado pelas várias revistas do gênero”<sup>147</sup>. Contudo, não é isso que ocorre no periódico aqui analisado, em que as fotografias e ilustrações identificadas sugeriam ao leitor determinadas maneiras de compreensão do texto, complementando-o, ou explicando-o, ou ainda imputando-lhe sentidos e significados.

Dessa forma, as fotografias e as ilustrações impressas no jornal *O Exemplo* podem ser pensadas como “protocolos de leitura”, pois sugerem “ao leitor a correta compreensão do texto, o seu justo significado”<sup>148</sup>. A partir dos exemplos abaixo, indico como as intervenções editoriais operavam em *O Exemplo* a partir do uso de fotografias.

Na primeira fase, não há fotografias e ilustrações nas edições. Elas só começam a aparecer a partir da segunda fase do jornal. Inicialmente, como recurso imagético havia apenas

---

<sup>144</sup> Chartier (2004, p. 276).

<sup>145</sup> Segundo a autora Ana Maria Mauad (2005, p. 144) “a fotografia comunica-se por meio de mensagens não-verbais, cujo signo constitutivo é a imagem. Portanto, sendo a produção da imagem um trabalho humano de comunicação, pauta-se, enquanto tal, em códigos convencionados socialmente, possuindo um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto no qual está inserida como mensagens”.

<sup>146</sup> Luca (2018, p. 98).

<sup>147</sup> Luca (2018, p. 98).

<sup>148</sup> Chartier (1998).

a utilização de traços para separar os artigos ou de negritos e/ou maiúsculas em títulos para anunciar uma nova informação ou um novo texto.

Na segunda fase, o levantamento possibilitou identificar duas fotografias (1904), como reproduzido abaixo.

Figura 22. Fotografia do Tenente Coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt<sup>149</sup>



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 13 de maio de 1904).

Figura 23. Fotografia de Monsenhor Diogo S. da S. Laranjeira<sup>150</sup>.



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 26 de junho de 1904).

---

<sup>149</sup> Aurélio Viríssimo de Bittencourt, filho de uma escrava liberta e de um Capitão da Marinha, foi jornalista e escritor, desempenhou funções de proeminência em amplos setores da sociedade, chegando a exercer o posto de Tenente Coronel. Apoiador das associações destinadas às pessoas negras, esteve à frente da marcha popular rumo ao Palácio do Governo de Porto Alegre. Em 12 de maio de 1888, foi porta-voz da reivindicação dos direitos de liberdade (*O Exemplo*, 13 de maio de 1904).

<sup>150</sup> Monsenhor Dr. Diogo Saturnino da Silva Laranjeira foi sacerdote da Igreja Católica. Desempenhou serviços eclesiais no decorrer de toda sua vida. Ocupou cargos diversos nos setores da igreja, alcançando a nomeação de vigário geral e governador do bispado, como também, exerceu o magistério no primário e secundário (*O Exemplo*, 26 de junho de 1904).

As duas fotos, presentes nas Figuras 22 e 23, fazem parte da segunda fase do jornal. Há fotografias também nas fases seguintes. Contudo, procurei apenas capturar algumas para esta tese, de modo a indicar seu uso cada vez mais frequente nas demais edições. Assim, vale compreender, inicialmente, que as fotografias precisam ser tomadas, segundo Mauad (2005) “como produto cultural”. Logo, as mensagens produzidas pelas fotografias estão “associadas aos meios técnicos de produção cultural”. Essa compreensão leva às seguintes perspectivas: a primeira, “contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios”; a segunda, para “atuar como eficiente meio de controle social por meio da educação do olhar”<sup>151</sup>. A autora sugere pensar que as Figuras 22 e 23, impressas no jornal *O Exemplo*, indicam uma forma de educar o olhar para o reconhecimento de personalidades da época, em vista de suas contribuições em favor da causa dos “homens de cor”.

As fotografias apresentadas em *O Exemplo* constituem um lugar de memória que expressa as representações de uma época, pois, construídas como uma figura moral e simbólica, fornecem o sentido global dos textos que as acompanham. Pode-se inferir, conforme Mauad (2005) a “relação entre o texto escrito e a linguagem fotográfica”<sup>152</sup>. Para além das fotografias, o semanário também fazia uso de recursos tipográficos e desenhos ilustrativos nos textos publicados, como se pode observar nas Figuras 24 a 28.

---

<sup>151</sup> Mauad (2005, p. 144).

<sup>152</sup> Mauad (2015, p. 157).

Figura 24. Ilustrações que dividem o texto 1.

<p>esta constelação grandiosa da e na noite trevoosa da institui- avocata tanto soabe brilhar, e inescuaveis Joaquim Salles Tor- pem e Appelles Porto Alegre, bellas fulgurantes que, na tribu- nomicios populares, tanto fizeram indocar nossa patria da pecha da ão. nagem a estes fortes e a im- abolitionista da capital do Es- presentada actualmente no <i>Jor-</i> <i>Commercio e na Federaçao!</i> o 13 de Maio! o Brazil sem escravos! ardo, Maio de 1904 LUDOVICO RAMOS.</p> <p><b>O dia de hoje</b></p> <p>13 de Maio, dia que assigna a abolição dos huzeleiros, não só é o nosso antichristo, tor-</p>	<p>As tocam sempre e a todo instante! REGULO VARELLA.</p> <p><b>Para vir</b></p> <p>Entre proletarios: — Estão Manoel como te vaes arran- jando, neste tempo de miseria? — Ora, Zé, o anno passado viviamos pela fé, este anno é a esperanza que nos faz viver; para o anno será certa- mente a caridade.</p> <p>— Queixava-se alguém a Cicero, que sua mulher se havia enforcado em uma figueira. — Ve-se por arranjas uma muda desta ayvare, respondeu Cicero.</p> <p>— Estão, doutor, meu marido está</p>	<p>reparadora justiça, um acto incoheren- vel de nobres intenções, mas creoa uma forma nova de escravidão tão condena- nável como a primeira e ate mais in- fame do que ella, porque era geradora do egoismo do filho que se julgava livre e por seu estado de ignorancia, pensava se superior a progenie escrava.</p> <p>Só o dia 13 de Maio foi a data re- paradora dos males passados, só ella foi que sedim o Brazil com sua lei ariva porque sem ella não teriamos tido o 15 de Novembro.</p> <p><i>L. Colla.</i></p> <p><b>Do illustre jornalista Acrelio V. de Bittencourt</b></p> <p>(Trad. do poeta paranaense Florio Galvão)</p> <p>Athirtico estylo, magistral cultura se encontra no ritmo de tua prosa bella.</p>	<p>tanto da ritas. He Augusta. Marianna</p> <p><b>Euse</b> convalesc de que O Guilherm o que foi</p> <p>— De mente eu mos.</p> <p>Fazem mento.</p> <p><b>Flora</b> tixa, me hoje com realisar o dio social</p> <p>A festa tor senho tes. Sylvia Francisca cista pel Pio Arari esta dive bon gost</p>
---	--	--	--

Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 13 de maio de 1904).

Figura 25. Ilustrações que dividem o texto 2.

<p>publicamos a o recebida affa- jornaes da ca- spensando todos s, o que muito os desvanecido agradecimentos e imprensa rio- ra, a Tropa, e o Alegre; O Tu- que nos honra- noticias.</p> <p><b>stencia Pa-</b> domingo, 22 do do procederá a e tem de servir</p> <p>quinte chapa: dos Santos; vi- Calveira; 1º se- Ruas; 2º dito, eira Coelho; 1º orto Jeronymo; e Filho; bibli- 1º procarador, e dito, Bibiano issão de contas, o, José Martins iden.</p> <p>ante o nosso ami- as, 1º secretario siral que desde resente data não em prol do pro- gação.</p> <p>transuicinos vão</p>	<p>verão começar no mez de Março do cor- rente anno.</p> <p><b>Badaladas</b></p> <p>Até que afinal acabou-se A folia do Natal! Houve de pau, muito doce. Até que afinal acabou-se! Gallinha, presentes roubou-se, Muita festinha em postal, Até que afinal acabou-se A folia do Natal!</p> <p>Só a farra não tem fim Para as lindas bahianinhas, Que ainda hoje no Bomfim Só a farra não tem fim: Deixam correr o marfim Batendo c'as chinelinhas... Só a farra não tem fim Para as lindas bahianinhas!</p> <p><b>CHICO VARETA.</b></p> <p><b>Calendario social</b></p>	<p>drugada.</p> <p><b>S. D. R. Flores</b> Hoje, ás oito horas da no- tiga sociedade irá encor- a missa na capella do Se- fim, padroeiro da mesma. sete horas da tarde reali- da nova directoria; par- fomos distinguidos com convite.</p> <p><b>Lyra Dansante.</b> dade acaba de organiza- com o titulo acima. E de installação que deve re- do corrente fomos disting- convite.</p> <p><b>Liar em</b></p> <p><b>Francisco Procopio Co-</b> pida enfermidade deixou 13 do corrente, o sr. Fra- Corrêa, estimado trabalho Muito benquisto por portamento, julgando pel- com entretinham relações mento compareceu gran- amigos que assim presta menagens devidas pelas s- lidades.</p> <p>O feretro foi conduzid- do da casa mortuaria, a Carmo, envolto no estand- Maritima da qual o f-</p>
---	---	--

Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 15 de janeiro de 1905).

Figura 26. Ilustrações que dividem o texto 3.

<p>possida de Araujo, que pretende fundar um Asylo de Orphãas, sob o patrocínio de S. Benedicto.</p> <h2 style="text-align: center;">Sport Hippico</h2>  <p>Por termos chegado tarde, deixamos de publicar domingo pp., os palpites para as corridas que realizaram-se naquella dia.</p> <p>A tarde correu esplendida para inteira realizacão do programma,</p>	<p>alguns dos maiores talentos; sendo justo para os que quizerem fazer com imparcialidade, dizerem que tiveram uma saliencia notavel os srs. Luiz R. de Souza—dr. Mario de Castro, Arnaldo Dutra e a senhorita Maria José de Oliveira — Esther de Atayda—que fazendo uma estreia nas taboas do proscenio revelou seus dotes de amadora invejavel que poderá ser.</p> <p>Findo o drama por entre applausos da assistencia selecta vieram a scena todos os amadores.</p> <p>Logo apds, disse um monologo o talentoso joven José Amiral e o illustre cavalheiro sr. Leal que realtoou com muito sentimento, uma encantadora poesia; sendo applaudissimo.</p> <p>E terminou o espectáculo com a desopilante comedia «Os Impalpaveis» do tambem apreciado literato rio-</p>	<p>de troca de palavras de mulherca, originou-se recebido Ataliba dois perna esquerda, e um s</p> <p>Este depois de fazer ambulancia da 2ª zona do no hospital da Santa sericordia.</p> <p>Previnimas nos nantes em public que mudamos o u torio e redacão p Demetrio Ribeiro n</p> <p>O Club recreativo «S bro», comemorará a</p>
--	--	--

Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 15 de janeiro de 1905).

Figura 27. Ilustrações que dividem o texto 4.

<p>DE SAIAS</p> <p>Commercio</p> <p>to de Silveira, ten e ardoroso, lo... enamo-moço, brasilel-</p> <p>su affecto era in nso de sua amento, decla- no diabo a so-</p> <p>so se mostrou o jovem ascer- lho concedo- que era tam- um anno ase os habitos</p> <p>porém, não se paga espera, e balxonada cor- ta namorada. sendo ulteriores andou ha ou-</p>	<p>O frasco offendido desbafava maldizendo.</p> <h2 style="text-align: center;">D'aqui e... d'alem</h2> <p>Hogamus nos assignantes, tanta de fora como desta capital, que tenham mudado de domicilio, nos mandarem a ludicacão certa de suas real- deneins, nften de não haver in- terrupção na entrega desta folha, e evitar continuas reclamações.</p> <p style="text-align: center;">MISSAS</p> <p>Na capella do N. S. do Carmo re- saram-se missas a 25 de julho passa- do, por alma de d. Hortencia de Christina. 30 dia de seu nase-</p>	<p>sipla o que sabe, e aprende o que ignora.</p> <h2 style="text-align: center;">Calendario social</h2> <p style="text-align: center;">Prelhaça</p> <p>Fizeram annos:</p> <p>A 24, o nosso amigo Marcollino Leonardo da Silva.</p> <p>Fario annos:</p> <p>A 4, o nosso amigo Ernesto Candido Vieira; a interressante senhorita Rosa Etelvina Cor- reia, filha da sra. d. Maria E. Cor- reia; a senhorita Rosa Etelvina Cor- reia, dileta filha de d. Maria E. Cor- reia.</p> <p>A 6, a sra. Regina Maria da Con- celha para do belentoso operado</p>	<p style="text-align: right;">Rua Barbosa</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> <p><b>SAUDAÇÕES</b></p> <p>A minha querida amiga, Rosa Etelvina Correa, felicito pelo seu aniversário. Muito abraço de-lhe mil venturas.</p> <p style="text-align: right;">Tata Maria.</p> </div> <p style="text-align: center;"><b>Dr. Montefra Lopes</b></p> <p>De ordem do capitão H. Ribeiro</p>	<p>de 198 144 169 608.</p> <p>(Condoce</p> <p>A In Wale</p> <p>277 Rua dos Onozas a antig que nesta esq que da Bei</p> <p><b>Gremio Jase</b></p> <p>Em sessão extra a do corrente, gremio, resolveu nomeando uma o dos srs. Luiz R. Henrique Augusto Dutra, para estar gremio n o regu</p>
--	--	--	---	--

Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 22 de agosto de 1909).

Figura 28. Ilustrações 5.

### O EXEMPLO

#### Calendario social

**Profetas**

Fazem annos:

A 8 — Agalante  
saluza Agua  
Leonardo.

A 10 — A vinda  
randa, senhora d.  
Christina Costa.

A 12 — O con-  
ciliante operario  
Hippollo Francisco  
da Silva.

A 14 — O apre-  
ciado moço Hen-  
rique Pereira de  
Lenceno, presidente da S. Recreio da  
Infancia; a sua d. Maria Angelina  
Creyman, filha de esposas de habili-  
operario Pedro Jeronymo e o joven  
Edu Costa Barcos, ditado. Filho de  
famoso amigo Manoel Luiz Barbosa,  
residente na villa da povoação da  
Barra do Ribeiro.

Fazem annos hoje:

As senhoritas Victoria Pinheiro,  
Luiza Rangel e Maria da Gloria.

A 16 — A distincta educacionista  
senhorita Vicentina da Souza Bastos.

A 20 — O nosso amigo Leopoldo  
da Silva.

#### FRASE DE BANHO



O nosso Christa Anhu e a sua carna, esposas e sua galante filha  
Totã, gozando a amplitude de uma tarde de recreio, na praia de ba-  
nhos da... Unidos.

#### No Theatros a Pedro



Após a representação da opereta „Senho de Valva“, o nosso commedista  
Henri Martins, sahê lastimando a perda dos poucos gastos com as locali-  
dades, lembrando-se que no dia seguinte teria que esboçar em Fed...  
quo indisciplinã e nosa, descobrindo sua profissã, que na está de ac-  
cordo com o arrumo seu e de sua SENHORA...

#### O grande dia 3 de Outubro



Recepção dada em nossa redacção, no dia 3 de Outubro do anno  
passado.

Ao fundo vê-se o nosso commatheiro Leopoldo Inaus, offerecendo o  
brinco a distincta senhora do director d'essa folha, servido de inaugurar pa-  
res que se promittiam para dançar a „polonaise“.

A direita do leitor, achamos o nosso director e o gerente, acordando  
no modo de pagar os readvares, no dia seguinte.

#### A. B. FLORESTA AURORA

De ordem do sr. presidente, avise-  
se aos srs. socios, que o medico da  
Beneficencia Dr. Carlos Lello, dá  
consultas das 3 ás 4 horas da tarde,  
na pharmacia Ficher, succedendo  
dos remedios.

Para o chamados urgentes, atten-  
do á rua Duque de Caxias n. 153 A,  
telefone n. 354.

Os socios devem principalmente se  
entender com o sr. thesoureiro Hono-  
rio Porto ou com o director fiscal.  
Porto Alegre, 18. de Junho de 1910.  
O director fiscal.

PAULINO DE SOUZA BASTOS.

De ordem do sr. thesoureiro, fa-  
ça publico, que o socio que não se  
fizer em dia com suas mensalida-  
des, perderá o direito a beneficencia.

#### REGRESSO

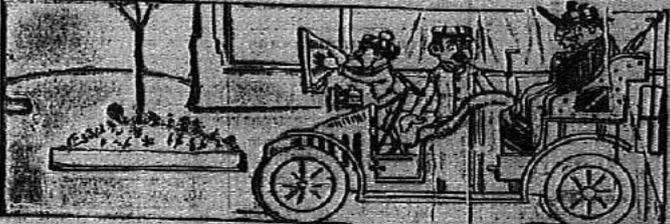
Em companhia de seu filho La-  
dipeto Fontana, digno funcionario  
das Correias, chegou, na semana fi-  
nal, do S. Leopoldo, onde residia por  
algum tempo, a srz. d. Rita Fontana  
sora do nosso amigo Antonio Ribei-  
ro da Silva.

O mais não passa de historia  
do „quengo“ do reclamista,  
Fols a cerveja „Victoria“,  
Regala a qualquer thepatã

Estorment excellent,  
Bua fama, excelsa gloria!  
Fazl em qualquer doente.  
Foder tomar a „Victoria“.

Não tomem outra cerveja

#### De Automovel



Vot tal a publico de assignatura em-cobrirnos com a introdução do melhoramento do nosso organ,  
dando illustrado, despretadambã, que necessitamos lançar mão do automovelismo para distribuir hoje.  
Lá vai: fua! fua! fua! fua!

#### ANVILÃO DE MAIO

A commissão encarregada  
das bilhetes do negocio de caridi-  
dade em beneficio do Anvilão  
de Maio, vem mais uma  
vez pedir as pessoas que talho  
conveniências da passagem das  
respetivas bilhetes para se fizes-  
sem com urgencia, essa obra  
de caridade, por estar muito  
proximo a grande manvenda pa-  
ra extracção, semo necessarios  
o recolhimento das respectivas  
importancias.

80-7-310

A COMMISSÃO

#### FERRASÃO A „VICTORIA“

Bom cerveja. No sabor,  
Como igual não se memoria,  
Atende o bom beber.  
Que bebo a marca „Victoria“.

CERVEJA BOPP é a preferida  
por todas pessoas de bom gosto.  
Cerveja a 200 reis 1/2 garrafa  
o amarelo COSTA JUNIOR.

OPERARIOS

Na fabrica de meças do sr. Julio  
Oder á rua 24 de Maio, encontram  
collocação, officias lustradores.

#### Sport Hippico



Devido ao seu tempo não se rea-  
lizou hontem as corridas no tra-

Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (O Exemplo, 15 de agosto de 1910).

Essas figuras, denotam as mudanças editoriais implementadas a partir da presença de ilustrações. Identifiquei, então, ilustrações intercalando os textos; recursos estilísticos para composição e ocupação do espaço gráfico da página; relações metafóricas; ilustrações alusivas ao título; uso invertido do texto; circulação de modelos editoriais. Todos esses recursos editoriais são marcadores de leitura que, de acordo com Chartier (1998) possibilitam o “inventário das variantes que modificam o texto, as formas da sua paginação”<sup>153</sup>. Nesse sentido, é importante destacar que as mudanças editoriais apresentadas a partir das ilustrações atravessam as práticas de leitura. As ilustrações, como elementos materiais, jogam na atribuição de sentidos e significados atribuídos pelos leitores para além dos textos verbais, como parte fundante do próprio suporte (jornal) e suas formas de composição nas inúmeras edições de *O Exemplo*; dito de outra forma, buscam atrair o público leitor.

As ilustrações apresentadas no semanário colocam à disposição do leitor uma representação visual sobre honrarias, entretenimentos e acontecimentos que o informassem e o deleitassem. Nesse sentido, esses elementos editoriais jogam com a sensibilidade do leitor, educam e formam o olhar.

As fotografias e ilustrações apresentadas foram identificadas e selecionadas a partir da leitura das 720 edições examinadas. O levantamento realizado leva a afirmar que todas as fotografias e ilustrações que figuram no semanário, especialmente nas duas primeiras páginas do jornal, tinham por objetivo jogar com os sentidos e significados a serem atribuídos pelos leitores, seja quanto ao destaque a ilustres personagens, seja a demarcação de eventos comemorativos ou seja constituírem-se como auxiliares da leitura, de modo a ressaltar conteúdos, segmentos de textos ou intercalar matérias diversas.

Essa diversidade de exemplos demarca dois entendimentos: o primeiro, sobre os protocolos de leitura, implícitos a partir das formas dadas aos objetos tipográficos, ou as transformações que modificam o texto quando ele é dado a ler; o segundo, sobre as estratégias editoriais e os recursos tipográficos disponíveis em cada época, que visavam atingir as expectativas de diferentes públicos<sup>154</sup>.

*O Exemplo*, como suporte material, é aqui compreendido e analisado a partir de suas formas de composição, tamanho, extensão, diagramação, como também, as fotografias e ilustrações, usadas como recursos editoriais, as quais considero portadoras e, ao mesmo tempo, responsáveis pela produção de efeitos e sentidos.

---

<sup>153</sup> Chartier (1998, p. 14).

<sup>154</sup> Chartier (1999b).

Para finalizar a subseção, cabe lembrar que as modificações operadas em cada edição, a partir da inserção de fotografias e ilustrações, são marcas das intervenções editoriais que ilustram e aproximam as páginas a determinadas características, o que possibilita atrair leitores, e, mesmo os poucos escolarizados, ao mesmo tempo, sugere uma determinada leitura.

### 3.7 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DO JORNAL

Esta subseção apresenta, o levantamento realizado sobre os custos de aquisição do jornal *O Exemplo* para o período compreendido entre 1892 e 1905. Ao acompanhar as variações de custo de aquisição ou assinatura do jornal, pude perceber que desde a primeira edição, em 1892, havia a cobrança de valores diferenciados para as assinaturas, pois existiam três modalidades de pagamento: mensal, trimestral e anual, com descontos para pagamentos adiantados. Além disso, em 13 de maio de 1904, houve o acréscimo de uma quarta modalidade, voltada aos interessados em números avulsos do jornal. Essa modalidade continuou até a última edição de 1930. Para cada modalidade de aquisição, o valor para pagamento variava conforme sua venda na capital ou no interior do estado do Rio Grande do Sul. Os dados sistematizados da primeira e da segunda fase não fazem distinção quanto à venda na capital ou interior. No Quadro 12, apresento o primeiro e último custo de aquisição do jornal em cada alteração.

Quadro 12. Custo de assinatura do jornal *O Exemplo*.

Data	Nº	Custo por Assinatura					Edições consultadas
		Anual	Semestral	Trimestral	Mensal	Avulso	
11/12/1892	1	0	0	0	500	0	24
30/07/1893	33	0	0	0	500	0	
06/08/1893	34	0	0	1\$500	0	0	25
15/11/1894	97	0	0	1\$500	0	0	
03/11/1895	147	0	0	2\$000	1\$000	0	02
10/11/1895	148	0	0	2\$000	1\$000	0	
21/01/1897	-	0	0	3\$500	1\$000	0	01
12/10/1902	2	10\$0000	5\$000	3\$500	1\$000	0	12
24/01/1903	13	10\$0000	5\$000	3\$500	1\$000	0	
13/05/1904	14	10\$0000	0	5\$000	2\$500	0	08
03/07/1904	21	10\$0000	0	5\$000	2\$500	0	
10/07/1904	22	10\$0000	5\$000	2\$500	0	0	18
06/11/1904	39	10\$0000	5\$000	2\$500	0	0	
13/11/1904	40	10\$0000	5\$000	2\$500	0	200 rs	10
15/01/1905	49	10\$0000	5\$000	2\$500	0	200 rs	

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1892-1905).

A apresentação de *O Exemplo* como um “Jornal do Povo” e, mesmo antes, quando era nomeado como “Propriedade de uma Associação”, permite inferir que o repertório de textos publicado por esse semanário era destinado a um público popular, ainda que a editoria não expresse, necessariamente, um repertório popular em seus textos. Isso significa dizer que praticar um preço menor do que o de seus concorrentes não se relaciona com os conteúdos dos textos publicados em cada edição, mas sim com as possibilidades de aquisição.

Para estabelecer uma comparação com o custo de outros jornais que circularam em Porto Alegre no mesmo período, tomei os jornais a *Gazetinha*<sup>155</sup> e *A Federação*<sup>156</sup>, ambos contemporâneos em certos momentos do jornal *O Exemplo*. Para a *Gazetinha*, em 1897, consta no *site* da Biblioteca Nacional as edições de número 71, 73, 76, com quatro (4) páginas cada. A partir dos números disponíveis, depreende-se que a publicação era semanal, com custo avulso de 200 rs. De igual modo, o custo e número das edições por semana eram os mesmos para *O Exemplo*. Entretanto, para *A Federação*, em 1905, as edições possuíam de quatro (4) a seis (6) páginas, com custo diário de 100 rs. para cada número avulso. Enquanto, no mesmo ano, *O Exemplo* custava 200 rs. por semana para cada número avulso de quatro (4) páginas. Tais custos inferem dizer que, *A Federação*, contava com tiragem e custo superior ao jornal *O Exemplo*.

A partir da pesquisa desenvolvida por Santos (2011), para relacionar os produtos de necessidades básicas, presentes no conjunto dos textos de *O Exemplo* e seu custo de aquisição, estes indicaram que o valor cobrado por exemplar era baixo, assim como era reduzido o poder aquisitivo de seus leitores. Consideradas as diferenças dos anos de publicação ou em termos de variações socioculturais entre a capital e o interior do Estado, os valores cobrados por cada edição eram ínfimos<sup>157</sup>. Contudo, cabe lembrar, como referido anteriormente, que a produção do jornal *O Exemplo*, em certos momentos, foi deficitária e demandou a subvenção financeira de seus grupos de apoio, que assumiram seu passivo, como consta na citação 547.

### 3.8 O TRABALHO TIPOGRÁFICO

Esta subseção trata das atividades desenvolvidas pelos tipógrafos na produção de jornais, em especial, do jornal *O Exemplo*. Inicialmente, é importante destacar que a análise empreendida por Chartier para a compreensão do romance escrito por Miguel de Cervantes, *Dom Quixote*, torna-se aqui sugestiva para examinar o trabalho tipográfico envolvido na

---

<sup>155</sup> *Site*: da BNDigital – *Gazetinha* (RS) 1897.

<sup>156</sup> *Site*: da BNDigital – *A Federação* (RS) 1905.

<sup>157</sup> Santos (2011, p. 125).

produção deste jornal, em Porto Alegre (RS), em outro tempo. Chartier (2002) apresenta as técnicas, máquinas e pessoas envolvidas no processo de produção, transmissão e recepção de textos. A tipografia é um lugar que torna possível a publicação de textos, um lugar em que se materializa, nas palavras de Borges, o diálogo entre o “mundo do leitor e do livro”<sup>158</sup>

O Quadro 13 apresenta, dados sugestivos do levantamento realizado da primeira (1892-1897) e segunda (1902-1905) fases do jornal, de informações concernentes às intervenções tipográficas, conforme constam publicadas no próprio impresso.

Quadro 13. *O Exemplo* – mapeamento sobre a tipografia da 1ª e 2ª fases.

Data	Nº	Nome da tipografia	Informações sobre a tipografia
12/03/1893	13	Sem informação	Eleição da Sociedade de Tipografia Rio-Grandense.
19/03/1893	14	Sem informação	Esta classe que devia ser uma das mais consideradas, porque ela tem uma missão grandiosa – a de derramar luz sobre os povos – é, no entanto, uma das mais abocanhadas. É uma classe que atualmente, aqui nessa capital pelo menos, não tem valor algum, está completamente desprestigiada. [...]. Os únicos culpados da degradação moral da classe tipográfica são os próprios tipógrafos. Marcílio Freitas.
16/04/1893	18	Tipografia do Rio Grande	Sem informação
23/04/1893	19	Tipografia do Rio Grande	Sem informação
30/04/1893	20	Tipografia do Rio Grande	Sem informação
07/05/1893	21	Tipografia do Rio Grande	Eleito Valerio da Costa Ferreira, presidente da Sociedade Tipográfica Rio-Grandense.
13/05/1893	22	Tipografia do Rio Grande	Sem informação
25/05/1893	23		- Reconhecimento do artista tipógrafo Arthur Uchôa. Conceituado tipógrafo Antônio Baptista Freitas. - Título: <i>O Exemplo</i> : Esta folha deixou de aparecer no domingo, devido à transferência da tipografia em que era impresso, para a do Mercantil.
28/05/1893	24	Mercantil	Sem informação
04/06/1893	25	Mercantil	Sem informação
18/06/1893	27	Mercantil	Sem informação
25/06/1893	28	Mercantil	Sem informação
02/07/1893	29	Mercantil	Sem informação
09/07/1893	30	Mercantil	Por nos ter vindo tarde às mãos, deixamos de publicar hoje um dos artigos da série que está publicando, nesta folha, nosso amigo Miguel Cardoso.
16/07/1893	31	Mercantil	Sem informação
23/07/1893	32	Mercantil	Sem informação
30/07/1893	33	Mercantil	Sem informação
06/08/1893	34	Mercantil	Sem informação
13/08/1893	35	Mercantil	Por nos ter vindo tarde às mãos, deixa de ser publicado hoje um artigo de nosso amigo Esperidião Calisto.

<sup>158</sup> Chartier (2002, p. 33-35).

Data	Nº	Nome da tipografia	Informações sobre a tipografia
20/08/1893	36	Mercantil	Sem informação
27/08/1893	37	Mercantil	Sem informação
03/09/1893	38	Mercantil	Sem informação
10/09/1893	39	Mercantil	Sem informação
17/09/1893	40	Mercantil	Sem informação
24/09/1893	41	Mercantil	Sem informação
01/10/1893	42	Mercantil	Sem informação
08/10/1893	43	Mercantil	Sem informação
15/10/1893	44	Mercantil	Agradecimento ao tipógrafo Gustavo Pereira pelos relevantes serviços materiais junto a empresa do Mercantil.
22/10/1893	45	Sem informação	Título: Que será? - É a imprensa. A imprensa é o exército. Os soldados são os tipógrafos, o estandarte o jornal, cuja missão é luz e liberdade; o quartel, a tipografia; os generais, os redatores; o campo beligerante, a sociedade; o sangue é a tinta benéfica que dá voz a esses soldados de chumbo (Padre Senna Freitas).
29/10/1893	46	Mercantil	Reunião Tipográfica para tratar de melhoria de condições de trabalho.
05/11/1893	47	Mercantil	Sem informação
15/11/1893	48	Mercantil	Devido a uma desavença entre o gerente desta folha e o proprietário do Mercantil, em cujas oficinas era impressa esta folha, deixamos de publicar <i>O Exemplo</i> no domingo.
19/11/1893	49	Mercantil	Sem informação
26/11/1893	50	Mercantil	Declaração de Marcílio Freitas anunciando que não é mais empregado do Mercantil.
03/12/1893	51	Mercantil	Sem informação
11/12/1893	52	Mercantil	Sem informação
17/12/1893	53	Mercantil	Sem informação
24/12/1893	54	Mercantil	Sem informação
01/01/1894	55	Mercantil	Sem informação
15/07/1894	81	Mercantil	Sem informação
30/07/1894	91	Mercantil	Sem informação
15/11/1894	97	Mercantil	Sem informação
03/11/1895	147	Tipografia da Agência Literária	Tipografia da Agência Literária: Esta bem montada a tipografia e acaba de receber além de um bom sortimento de tipos norte-americanos, uma esplêndida máquina Marinoni que a habilita a executar todos os trabalhos tipográficos como: jornais, romances, estatutos e qualquer livro. Especialidade em cartões de visita e participações de casamento. Brevidade e preços razoáveis.
10/11/1895	148	Tipográfica da Agência Literária	Sem informação
19/06/1904	19	Sem informação	Comunicado - Por falta de espaço, deixamos de publicar no número de hoje, um "comunicado" que nos enviou um amigo da vila de Viamão.
03/07/1904	21	Sem informação	Consta-nos que dentre em breve, será reorganizada a antiga Sociedade Tipográfica Rio-Grandense. Hoje, às 10 horas da manhã, reunir-se-ão para tal fim no Teatro São Pedro diversos membros das artes correlativas. Sociedade Tipográfica Rio-Grandense: Fomos distinguidos com a honrosa gentileza da comunicação, da reorganização desta utilíssima agremiação, que a tão altruísticos fins se propõe.
10/07/1904	22	Sociedade Tipográfica Porto-alegrense	1 - Sociedade Tipográfica Porto-alegrense - Domingo efetuou-se em um dos salões do Teatro São Pedro, a convocada reunião dos tipógrafos e classes afins.

Data	Nº	Nome da tipografia	Informações sobre a tipografia
04/09/1904	30	Sociedade Tipográfica Rio-grandense	Sem informação

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1892- 1905).

No Quadro 13, o levantamento da primeira e segunda fase em que comparecem informações relativas às tipografias em que era impresso o jornal *O Exemplo*, apresenta ainda algumas informações sobre a “classe” dos tipógrafos. As tipografias em destaque instigam a refletir sobre os acordos firmados entre essa folha e as oficinas tipográficas que imprimiam seus próprios jornais, como exemplo, o Mercantil. Os novos procedimentos, aliados a um crescente compromisso com a notícia, deram margem a mudanças importantes no jornal, que continuou a valer-se do adjetivo “O Exemplo”.

No Quadro 14 indico o resultado das operações tipográficas, como as erratas, a título de demonstração.

Quadro 14. Mapeamento das erratas em *O Exemplo*.

Data	Nº	Errata
02/07/1893	29	Correção de nome: Um dos signatários da publicação - ao Público - de <i>O Exemplo</i> , de nº 28, não é Manoel e sim Francisco Coelho da Silva.
05/11/1893	47	Deu-se um equívoco em uma notícia publicada no último número do nosso jornal.
03/12/1893	51	Correção de estrofe de poesia publicado no número 50.
17/12/1893	53	Correção de nomes e datas em artigos do número 52.
22/05/1904	15	A nossa gravura: O retrato que estampamos no último número foi trabalhado nas oficinas dos acreditados artistas Mink & Robles e não na de Hirtz & Irmão como por engano foi publicado.
03/07/1904	21	Profalças - Por lamentável descuido, em nosso último número, noticiamos o aniversário de D. Felícia Jesuína Flores, esposa do nosso amigo Ramão Pereira Flores, quando quem fez anos foi a jovem D. Felícia Luiza da Conceição.
09/10/1904	35	Retificação. A banda de música que à noite de 28 de setembro tocou na frente da residência do Dr. Intendente José Montauray de Aguiar Leitão, foi às expensas da Sociedade Bailante 28 de setembro e não por iniciativa da Brigada Militar como erroneamente publicou o Correio do Povo.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1892-1905).

O quadro 14 é rico em informações relativas às correções registradas pela editoria. Tal recurso foi recorrente em diferentes edições. As erratas, que decorrem dos erros comumente presentes nas edições, indiciam, como refere Chartier (2002), “as variações gráficas e ortográficas, o resultado não da vontade do autor que escreveu o texto, mas sim dos hábitos dos

operários que o compuseram”<sup>159</sup>. Conforme o autor, é em busca de garantir uma precisa correção dos textos que se assenta o papel dos “corretores”, que compreende: “a preparação e a calibragem do manuscrito que serve de original para a composição, a correção das provas; as correções durante a tiragem, a partir da revisão das folhas já impressas ou o estabelecimento da errata”<sup>160</sup>. Esse recurso, conforme se pode observar foi diversas vezes utilizado pela editoria de *O Exemplo* para diferentes tipos de correção ou registro de omissão.

Outro assunto que merece atenção é a apresentação dos endereços do escritório de *O Exemplo*, que abordo na subseção a seguir.

### 3.9 ENDEREÇOS DO ESCRITÓRIO

Nesta subseção, elaborada com base no levantamento de todas as edições do jornal *O Exemplo*, registra os endereços do escritório desse semanário e o seu deslocamento frequente no município de Porto Alegre.

No que concerne, então, aos endereços da sede da editoria de *O Exemplo*, considerando somente as edições analisadas, ocorreram quinze (15) mudanças. Apresento a seguir, em fases, conforme inscritas no jornal, o primeiro e o último período de permanência do endereço do escritório.

Quadro 15. Endereços iniciais e finais do escritório.

Ano	Data	Endereço do escritório	Fases	Número
I	11/12/1892	Rua Andradas <sup>161</sup>	1 <sup>a</sup>	247
III	21/01/1897	Rua Andradas		247
I	12/10/1902	Rua Fernando Machado <sup>162</sup>	2 <sup>a</sup>	152
I	02/12/1902	Rua Fernando Machado		152
I	11/12/1902	Rua Concórdia		2
II	15/01/1903	Rua Concórdia		2
II	24/01/1903	Rua Concórdia		6
III	15/01/1905	Rua Concórdia		6
VIII	17/11/1908	Rua Vigário José Ignácio <sup>163</sup>		
IX	22/08/1909	Rua Vigário José Ignácio	78	
IX	05/09/1909	Rua Demétrio Ribeiro	177	

<sup>159</sup> Chartier (2002, p. 65).

<sup>160</sup> Chartier (2002, p. 66).

<sup>161</sup> A Rua dos Andradas, 247, vinha estampada nos primeiros exemplares do jornal *O Exemplo* como “escritório do diretor de redação”, iniciando, assim, suas atividades num pequeno quarto, atrás do Salão Calisto (SANTOS, 2011, p. 152). Mais informações sobre a rua dos Andradas, consultar Franco (1988, p. 32).

<sup>162</sup> Consultar Franco (1988, p. 171).

<sup>163</sup> Consultar Franco (1988, p. 423).

Ano	Data	Endereço do escritório	Fases	Número
XI	29/01/1911	Rua Demétrio Ribeiro	3 <sup>a</sup>	177
XI	12/02/1911	Rua Coronel Fernando Machado <sup>164</sup>		265
XI	19/02/1911	Rua Coronel Fernando Machado		265
XI	26/02/1911	Rua Coronel Genuino <sup>165</sup>		68
XI	04/06/1911	Rua Coronel Genuino		68
I	20/02/1916	Rua General Bento Gonçalves	4 <sup>a</sup>	16
I	16/07/1916	Rua General Bento Gonçalves		16
I	23/07/1916	Rua General Lima e Silva <sup>166</sup>		38
III	03/03/1918	Rua General Lima e Silva		38
III	10/03/1918	Rua Demétrio Ribeiro <sup>167</sup>		215
IV	21/12/1919	Rua Demétrio Ribeiro		215
V	03/10/1920	Não localizado		0
XXIX	18/12/1921	Não localizado		0
XXX	02/01/1922	Rua Espírito Santo <sup>168</sup>		24 A
XXXIV	07/11/1926	Rua Espírito Santo		24 A
XXXIV	11/11/1926	Rua Espírito Santo		126
XXXVI	10/06/1928	Rua Espírito Santo		126
XXXVI	17/06/1928	Rua Gal. Victorino		40
XXXVI	18/11/1928	Rua Gal. Victorino		40
XXXVI	10/12/1928	Rua Andrade Neves <sup>169</sup>		81
XXXVII	02/01/1930	Rua Andrade Neves		81

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1892-1930).

Assim, o Quadro 15 indica o movimento dos endereços<sup>170</sup> da sede da editoria do jornal *O Exemplo* em todas as suas fases<sup>171</sup>. Ao tomar outros periódicos, em termos comparativos, como o jornal *A Federação*<sup>172</sup> ou *A Gazetinha*<sup>173</sup>, pude observar que estes já se localizavam na rua dos Andradas. Conforme o historiador Sérgio da Costa Franco (1988), a rua dos Andradas é uma das mais antigas da cidade e de maior movimento comercial. Nesse sentido, Santos (2011)

<sup>164</sup> Consultar Franco (1988, p. 171).

<sup>165</sup> Consultar Franco (1988, p. 192).

<sup>166</sup> Consultar Franco (1988, p. 247).

<sup>167</sup> Consultar Franco (1988, p. 132).

<sup>168</sup> Consultar Franco (1988, p. 155).

<sup>169</sup> Consultar Franco (1988, p. 35).

<sup>170</sup> Em relação aos endereços da sede da editoria do jornal *O Exemplo*, consultar Sérgio da Costa Franco, no livro *Porto Alegre: guia histórico* (1988).

<sup>171</sup> Pode-se aventar que tais trocas de endereços se deram em virtude das dificuldades financeiras do jornal.

<sup>172</sup> Em edição datada em 30 de dezembro de 1905, o endereço do escritório e oficina do jornal *A Federação* era localizada na rua dos Andradas, 212 (*Site*: da BNDigital – A Federação). Sobre esse periódico Franco (1988, p. 215) diz que “A Federação, [é um] órgão do Partido Republicano, de grande influência nos destinos políticos do Estado, apareceu em 1884, sobrevivendo até 1937”.

<sup>173</sup> Em edição datada em 03 de janeiro de 1897, o endereço do escritório e oficina do jornal *Gazetinha* era localizada na rua dos Andradas, 212 (*Site*: da BNDigital – Gazetinha).

corroborar dizendo que o centro era o local privilegiado para a circulação das pessoas rumo ao comércio e às repartições públicas da capital do Estado. Principal via de Porto Alegre, a Andradas era reconhecida, também, pelas “manifestações políticas, reuniões cotidianas nas redações dos grandes jornais e encontros amistosos nas livrarias, confeitarias e cafês”<sup>174</sup>. Isso significa que o escritório de redação do jornal *O Exemplo* se localizava numa região privilegiada da capital Porto Alegre, não somente para sua comercialização, mas sobretudo para as redes de sociabilidades dos editores, militantes e apreciadores ligados ao periódico.

Assim, vale ressaltar que os escritórios desse semanário se situavam em locais privilegiados para contatos no centro da capital. Desse modo, possibilitavam encontros entre os responsáveis pela editoria, os colaboradores e os simpatizantes do periódico, assim como atraíam literatos de passagem por Porto Alegre, que lá iam para rever colegas, prestar homenagens e fortalecer amizades. Com relação, então, a esses simpatizantes, cabe registrar aqueles que procuravam ou eram procurados pela editoria de *O Exemplo* para a publicação de anúncios, como descrevo na próxima subseção.

### 3.10 ANÚNCIOS PUBLICADOS

Nesta subseção, apresento alguns recortes do jornal *O Exemplo* com anúncios que foram veiculados ao longo de suas edições. Os anúncios publicados nesse semanário são significativos em dois aspectos: primeiro, por apresentarem a intenção comercial de captação de recursos para a publicação das edições; e, por alterarem a disposição do texto, devido às variações no número de anúncios veiculados.

No levantamento que realizei, pude observar que na primeira fase, que corresponde ao intervalo de tempo compreendido de 1892 a 1897, a primeira ocorrência de anúncios aconteceu em 07 de maio de 1893, com dois anúncios e, cinco meses depois de sua primeira publicação. Essa quantidade tem um aumento pouco expressivo, que varia de um a cinco anúncios na primeira fase, todos presentes na quarta e última página do jornal. Como constam os anúncios abaixo.

---

<sup>174</sup> Santos (2011, p. 152).

Figura 29. Anúncios que constam na página 04.

<p>preparar para o seu e organ os manifestantes, que começou: «Cidadão Birboque! Venho, em nome das azeitunhas <i>paraborgas</i> destas redondezas, saudal-o como o redemptor de nossa autonomia <i>na moral</i>. Estavamos entre a cruz e a caldeirinha: era a mamã pela frente com as suas rabugices e o <i>Mexericando</i> por detraz com as suas bisbilhotices, ou vice-versa. Andávamos entaladas! A vós, só a vós devemos a extinção do <i>Mexericando</i>, que era o espantallo do nosso socego e da nossa liberdade! Agora já sahimos em cambullhada da fabrica, em companhia de qualquer marmanjo, bulindo com os caixeiros que, á hora aprasada, nos esperam á porta dos estabelecimentos, sem termos quem nos aborreca! — A Adelaide da rua S. Martins dá com o <i>gustiza</i> em malonez</p>	<p>Póde estar <i>quarenta</i> dia; Um amor longe do outro Não póde estar nem um dia.  São taes e tantos os serviços que prestastes, Sr. Birboque, com a morte do nefando <i>Mexericando</i>, que não posso concluir sem levantar-lhe um viva em nome das <i>avoadas</i> que forneciam assumpto para o cujo. — Viva o Sr. Birboque! Viva! E passou-me ás mãos um extenso abaixo assignado de moças, com as quaes hei de burlesquear depois do baile das <i>Sensitivas</i>. — Birboque — No dia 3 mais uma risonha primavera inflorou a existencia da joven Ignacia Pouyl, dilecta filha de D. Herculana Pouyl. — Nossas saudações.</p>	<p>A v' complicitate mais um anniversario natalicio o cidadão Luiz Homero, pelo que antecipamos-lhe felicitações.  ANNUNCIOS <b>Precisa-se</b> de um rapaz de cor preta ou par-da, de 12 a 14 annos de idade, para caixeiro. Neste escriptorio dar-se-ão informações a respeito.  <b>Centro Applicaçào</b> De ordem do cidadão presidente convido a todos os Srs. socios para a assembléa geral no dia 11 do corrente affim de dar-se posse á nova directoria. Porto Alegre, 5 de Maio de 1893. O secretario, <i>Jacyntho Joaquim Wenczelau.</i></p>
--	---	--

Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 07 de maio de 1893).

Figura 30. Anúncios que constam na página 04.

<p>rida linha e pelas bellas construcções levantadas naquella parte da cidade, hoje chamada cidade nova. — Lamentamos a morte prematura desse illustre varão e enviamos nossos pezaros á sua familia. — No dia 13 baixou á sepultura o cadaver de D. Antonia Maria da Conceição, extremosa mãe do digno moço José Antunes da Silva. — Nossas condolencias. — Por communicação recebida do Alegrete, sabe-se ter alli fallecido, na avançada idade de 105 annos, o cidadão Estabano dos Santos, pai da Sra. D. Herculana dos Santos. O finado ainda gozava de todas as facultades mentaes. Associmo-nos ao justo pesar de sua familia aqui residente.  Chamamos a attenção da polieia para o joguinho <i>innocente</i> que á rua da Varsinha n. 276 estabeleceu um espartalhão. A <i>coisa</i> consiste n'um circo de cavallinhos de pau que <i>tambem á lida de phosphoro</i> é ditado que os paes ou patros dão ás avarasdas crianças para as compras.  Hoje, ás 7 horas da noite, haverá sessão da sociedade <i>União Profissional</i>, no lugar do costume.  <b>CARAPUÇAS</b> XI Eu fui honrem, leitor, ver a Clarice, A minha toica amada, Que rogou-me chorosa que a pedisse, Que estava preparada. Como queres que faça tal doudice? Estás desempregada?... N'esse caso, pedi-te é uma tolice Por ora, filha, nada! Me disseram que da Manufactora, Tu foste deapodida, Por seres muito, muito impetora... — Não foi, disse a querida; O gerente me viu a certa hora No quarto a fazer lida.</p>	<p><b>Florencio Calisto</b> O lar d'este nosso bom amigo revestiu-se de galas no dia 7 para festejar-se o seu anniversario. Por uma festa modesta, porém esplendida, e que deixou gratas recordações no espirito de todos que a ella assistiram. Que ainda tenhamos muitas occasiões de commemorar essa faustosa data, são nossos anhelos.  São convidadas a reunirem-se em sessão, domingo á tarde, as socias do <i>Teatro das Sensitivas</i>.  Vindo de Pelotas, acha-se entre nós o nosso amigo Zacharias Francisco dos Santos. Cumprimentamol-o.  <b>Festa de Santa Cecilia</b> No dia 26 do corrente celebrarse á com toda a pompa, na igreja Cathedral a festividade de S.<sup>ta</sup> Cecilia, que consistirá de tríduo, missa solemne e sermão ao Evangelho por Monseñhor Miranda Veras. O digno juiz, cidadão Lourenço Cunha, está convidando esforços para que esse acto tenha o maior brilhantismo possível.</p>	<p><b>ANNUNCIOS</b> <b>Agradecimento</b> Vimos amabilissimamente agradecer aos nossos amigos e ás Ill.<sup>mas</sup> Srs. que acompanharam o feroz de nosso finado filho Minervino Florencio da Motta, fallecido a 31 do passado, em sua ultima morada e á minha carinhosa viuvez, que proutou-se generosamente. Eó a morte abafará o nosso profundo reconhecimento para com todos vós. Porto Alegre, 5 de Novembro de 1893. <i>Germano Manoel da Motta, e sua esposa Joanna Leite da Motta.</i>  S. D. UNIÃO PROFISSIONAL Avisa-se nos Srs. socios em atraso que devem vir saldar seus debitos até 30 do corrente. O procurador, <i>Afonso do Oliveira.</i>  <b>ARMAZEM DE MOVEIS</b> 170 — RUA DE BRAGANÇA — 170 Nesta casa compram-se todas as qualidades de tratres usados. <b>PAGA-SE BEM</b></p> <p><b>AO CRUZEIRO DO SUL</b>  <b>CONFITEARIA</b> 35 RUA CHRISTOVAM COLOMBO 35 (Antiga da Floresta) O proprietario d'este estabelecimento com longa pratica desse ramo de serviço, tendo sido chefe da pastellaria na <i>Gruta Recreativa</i>, está apto para satisfazer ao mais exigente gosto, tendo sempre em sua casa, doces finos e de diversas qualidades. Accita encomendas de doces para baptisados, casamentos, bailes, banquetes, etc. Especialidade em CUCAS, que são encontradas nos sablados e do-</p>
--	--	---

Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 15 de novembro de 1893).

Se na primeira fase de publicação do jornal os anúncios estavam presentes somente na quarta página e a eles eram reservados apenas pequenos espaços, a partir da segunda fase (1902-1905) eles passaram a figurar também em partes da página três e na totalidade da página quatro. Algumas hipóteses para a inserção desses anúncios: o aumento da visibilidade do jornal, o aumento de sua circulação/leitura, a sistemática publicação das edições, ou mesmo, uma necessidade de sua perenidade, que mobilizava a editoria a captar anúncios para a manutenção

financeira do periódico. A seguir, as Figuras 31 e 32 procuram tornar visível a crescente inserção de anúncios comerciais.

Figura 31. Anúncios que constam na página 03.

**O EMPLO** 3

**+**  
**Missa**

A família do indolente fi-  
nancista

Antônio Domingues

convia a todos os parentes,  
amigos e conhecidos para  
assistir às missas que pelo  
descanso eterno de sua alma  
manda rezar, pelo aniversário  
seu passamento, 30 de setem-  
bre, às 1/2 horas da man-  
hã, na igreja de N. S. do  
Rosário.

---

**Pharmacia Allianza**

Rua Andradas N.º 27

Consultas d'arias

Ser. Lindolpho Ramos  
das 10 as 12 da manhã

Ser. dr. Arthur Carneira  
das 2 as 3 horas da tarde.

Gratús aos pobres

**RIO PARDO**

**Aluga-se** casas de 12  
a 208 na  
rua 3 de Novembro n. 5  
(antigo becco do Oitavo).  
Trata-se com Salvador  
Antonio da Silveira, na  
mesma rua n. 23

---

**Casimiro Civil**

Escreitorio de  
letras, à rua Fr-  
ancisco Machado n.º  
152, encontra-se pos-  
sua habitação que  
prepara todo o pro-  
cesso de casamento.

---

**Mocotó**

No Botequim Esperança, succen-  
do mocotó aos sábados e domín-  
gos.

215 - RUA RIACHOELHO - 215

---

**LUSTRADOR**

Ludolino C. Fioravente

Esmerrega-se de todo o trabalho  
de lustrador, dourador e empalhador,  
empresta seus trabalhos e se apresenta  
em sua casa ou em os particulares.

Accoita-se chamados para fóra  
Quanto ao preço e modicidade  
nas peças

Rua João Alfredo  
n.º 47 - O. L.

**COMPLETA LIQUIDAÇÃO**  
DE  
**Calçados estrangeiro e nacional**  
Na **Bota Universal**  
209 - RUA ANDRADAS - 209

**CALÇADOS EXTRANJEIROS**

Boracates Bostock, de verniz, para homens, de 205 a 208.  
Ditas e botinas Bostock, de bazeiro, para homens, de 205 a 208.  
Sapatos Bostock, de verniz, para homens, a 198.  
Botinas Bostock, de bazeiro, para rapazes, a 78.  
Botinas taglexa, de pelica, salto baixo, para senhoras, a 158.  
Ditas Casin, de pelica, tiro apertado e pretas, a L.º XV, para senhoras,  
de 205 a 208.  
Ditas Viancosas, de pelica, brocadas e pretas, a L.º XV, para seho-  
ras, de 205 a 208.  
Ditas Casin, Viancosas, de pelica brocadas e pretas, a L.º XV,  
mentas, de 178 a 180.  
Sapatos de diversas qualidades, artigos bem fiios, para senhoras, de 205  
a 208.  
Sapatinhos Casin de pelica de 1/8 a 1/10.  
Diversas botinas Italy e inglyz, de 65 a 70.  
**Calçado nacional**

Diversas botinas e botiguinas, Clark, do Rio de Janeiro, bormano,  
178 a 185.  
Botinas de la zera Clark, dois ponteados de amarello, a 128.  
Ditas dita a ponto amarello, de 128, por 108.  
Ditas dita de a ponto amarello, de 128, por 98.  
Ditas dita de a ponto amarello, de 128, por 88.  
Ditas dita de a ponto amarello, de 128, por 78.  
Ditas dita de a ponto amarello, de 128, por 68.  
Ditas dita de a ponto amarello, de 128, por 58.  
**Calçado para senhoras**

Botinas de pelica, de andar, artigo elegante, de 128, por 118.  
Ditas dita de a ponto amarello, de 128, por 98.  
Ditas dita de a ponto amarello, de 128, por 88.  
Ditas dita de a ponto amarello, de 128, por 78.  
Ditas dita de a ponto amarello, de 128, por 68.  
Ditas dita de a ponto amarello, de 128, por 58.  
Sapatinhos de couro da Rainha, artigo forte, de 128 a 138.  
Botiguinas de couro, artigo forte, de 128 a 138.

Especialidade em calçados por medida

**PERRONE & COMP.**

---

**O sol nasce para todos**  
**GRANDE ALFAIATERIA**  
DE  
**PAULINO BERNARDI**

Esta casa importa directamento da Europa e tem sempre  
um grande deposito de casimiras Francesas, Inglyzas, talya-  
nas, Allemans.

Confeciona fatiotas de gazemira de pura lã de 45\$000  
até 100\$000

Tem um esplendoroso sortimento de botas e chapéus de fei-  
to, tal preço que não parece um presente.

207 - Rua dos Andradas - 207

**PORTO ALÉGRE**

---

**CORREARIA E COLGHOARIA**  
DE  
**João Francisco da Silva**

Nesta casa encontra-se sempre promptos arreios para carros e  
para carroças, colchoes, cupulas, almofadões, etc.

Accoita-se, tambem, encomendas de trabalhos consertentes a est  
ramo.

**Conserta-se arreamentos etc**

401 A - RUA VOLUNTARIOS BAPATRIA - 401 A  
(Esquina da Rua Ramiro Barcellos)

**TODOS DEVEM LER**

A casa que tem melhor, mais variado sortimento de in-  
coidas e outros artigos modernos é a mais barateira desta cidade.

**A Casa Queimada**

onde se encontram bo e barato.

Brim listrado, de cores para roupas de senhora e crean-  
ça, fazenda larga e bonita, metro 1\$200.  
OXFORD AUGUSTO, sem nenhum preparo, bem forte, metro  
300 rs.

CASSA bordada de sapão, branca e de cores, metro 610 e  
DITA estampada em bonitos padrões, metro 400 rs.  
MEIAS cruas para homens, dúzia 3\$, par 500 rs.  
GRAVATAS de zephyr, padrão escolhidos, uma 1\$.  
PALETOTS de diagonal preto, forrados, bem talhados, por  
10\$000.

ALGODÃO CABOCEO americano, largo, peças de 20 jardas  
MORIM BOLA DE OURO, peça de 20 jardas 9\$. Este artigo  
é uma pechinha comparada com outros que annunciam por  
igual preço (e não dá cautellas).

MORIM PASTOR, custa 6\$ em peça de 20 jardas, é melho-  
do que outras marcas que annunciam para igual preço.

TOALHAS felpudas para mãos, dúzia 11\$, 15\$, 18\$, 24\$  
6\$, 30\$ e 35\$.

VENTAROLAS de palha branca e de cores, uma 400 rs.  
CASSA de cores para cortinas artigo ch. c. metro 1\$000,  
\$810 e 2\$00.

LINHO entestado, para lencções, metro 1\$ e 5\$500.

Continua a distribuir cautellas que dão direitos a  
bonificação de 5% de desconto.

**C. PACHECO**

Rua dos Andradas n. 160, esquina da Praça da Alfandega

---

**Alfaiateria dos operarios**  
DE  
**ALFREDO ANTUNES**

Nesta casa ha sempre boas fatiotas dos melhores fazendeas  
e preparam-se por medida, garantindo-se o trabalho.

25 - - - Rua Aurora - - - 25

---

**PADARIA FLORESTA**

Trabalha pelo systema da casa Sasson

**AUGUSTO DIAS DE MELLO**

Tendo feito aquisição desta conhecida casa e a refer-  
mado convenientemente, propo-se ao publico como forne-  
cedor de pão feito com as melhores farinhaes argentinas.

117 - RUA CHRISTOVÃO COLOMBO - 117

Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (O Exemplo, 12 de outubro de 1902).

Figura 32. Anúncios que constam na página 04.

4
O EXEMPLO

# A ALLIANÇA

DE

## FELIPPE JEANSELME DA SILVA

RUA DOS ANDRADAS NUM. 239 241 E 241 A

*Esta é a ocasião apropriada para fazer-se grandes e reais pechinchas na casa A. Alliança; pois estando no fim do anno e tendo esta casa grande deposito de mercadorias; está vendendo as mesmas a preços sem competencia.*

### JOIAS E BRILHANTES

Variado e grandioso sortimento de joias com brilhantes e outras pedras finas; dita com gravuras de todos os gostos ultima novidade.

# Relogios

*Relogios de ouro, prata, plaque, aço, nickel, dourados e outros. Pendulas, despertadores, relogios maritimos, reguladores, chronographos.*

## NOVIDADES

*Bibelos, delicados objectos de filigrana, artigos em estojos proprios para presentes.*

## OCULOS PINCE-NEZ

*Oculos e pince-nez de ouro, prata, plaque, nickel, tartaruga aço, a preços baratissimos.*

## CORAES

*Grande deposito de coraes em lindissimas joias modernas, a preços de torração!!!*

### Secção de Ferragens

*Está liquidando seu grande depositos de ferragens, brinquedos, miudezas e objetos para escriptorio, tintas a oleos papéis pintados e grande quantidade de livros novos e usados a preços de torração.*

Rua dos Andradas 239 241 e 241 A

### TAPEÇARIA

DE

#### Izidro Frederico Homero

*Esta casa tem sempre á venda colchões, malas, camas de vento acolchoadas, cupul's, almofadões, etc. etc*

*Promptifica com a maior brevidade qualquer trabalho de estuador.*

**Preços Razaveis**

73 - RUA CORONEL GENUINO - 73  
(Esquina da da Concordia)

### MARZENARIA

DE

#### JOSÉ GODINHO

*Esta officina de marcenaria encarrega-se de todo trabalho concernente a esta arte, taes como confeições de montes, concertos, etc., etc*

51 - RUA REPUBLICA - 51  
(Esquina da rua da Gloria)

PORTO ALEGRE

## Aluga-se para anuncios

### LOJA DE FAZENDAS E MIUDEZAS

DE

#### João Paolinelli

*Esta casa tendo resolvido fazer venda de seu bellissimo sortimento de fazendas de lei e de modas com a maior redução possivel nos preços, offerece á sua estimavel frequencia e ao publico em geral, chitas, morins, cretones, tecidos a phantasia e um sem numero de miudezas as mais uteis e bellas por preços tão baratos que causam pasmo.*

*Como, porem, em todos as cousas a vista faz lá seu proprietários roga aos amantes das pechinchas de fazerem uma visita a sua loja*

249--Rua dos Andradas-- 492  
(Enfrentada Federação)

### FERRARIA E SERALHARIA

DE

#### OCTAVIO TERRA

Especialista em fogões de ferro

*Esta officina promptifica, grades, portões e qualquer trabalho concernente a esta arte. Ferram-se animaes, serviço garantido a preços razoaveis.*

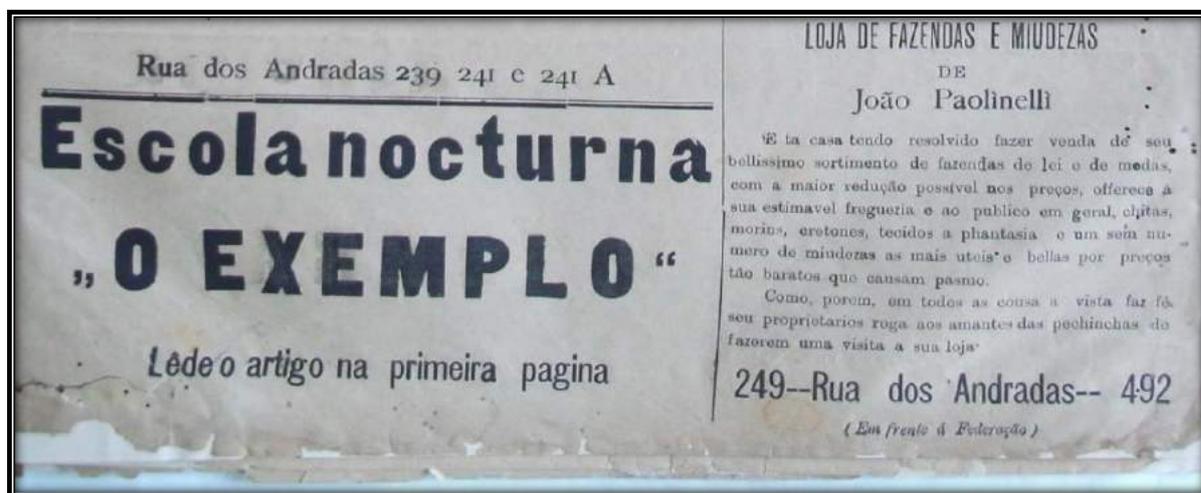
56-RUA JOÃO ALFREDO-56  
(Antiga Rua da Margem)

Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 12 de outubro de 1902).

Como referido acima, o mapeamento dos anúncios, identificou um incremento destes, principalmente a partir da segunda fase de *O Exemplo*. Para Santos (2011), os anúncios comerciais “correspondiam aos laços de sociabilidade. Essa penetração social, nos meios intelectuais, político partidários e no comércio da capital sugerem uma circulação ampliada na cidade de Porto Alegre, que ia além dos limites do meio negro, o que deve ter ajudado na perenidade do jornal”<sup>175</sup>.

Observei nas fases seguintes que alguns exemplares tinham impresso: “Aluga-se para anúncios”. Essa referência deixa pistas de que a oferta de espaços no jornal se dirigia a todos aqueles que desejassem publicar seus anúncios. Ou seja, uma estratégia para adquirir novos anunciantes. Essa oferta possivelmente repercutiu na captação de anunciantes que, juntamente com os recursos advindos do pagamento das assinaturas, concorreram à sua persistência do jornal por mais de três décadas. A presença dos anúncios atendeu não somente a uma demanda de manutenção desse empreendimento, mas também atendeu às necessidades de divulgação do comércio porto-alegrense. Tal oferta comercial talvez indique, também, como o jornal se manteve, apesar das sucessivas interrupções em sua publicação, que são marcas de diferentes fases. No decorrer das leituras, identifiquei o seguinte anúncio:

Figura 33. Anúncio que consta na página 04.



Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 11 de dezembro de 1902).

A Figura 33, com a informação de “Escola nocturna “O Exemplo” confirma o empreendimento manifestado pela editoria de *O Exemplo* quanto a abertura de aulas noturnas para todos aqueles que desejassem se instruir. Nesse sentido, texto e anúncios estabelecem

<sup>175</sup> Santos (2011, p. 126)

relações próximas, principalmente quando fazem referência à “Escola nocturna ‘O Exemplo’” e sugerem: “lede o artigo na primeira página”.

Como abordado, até aqui, os anúncios foram importantes para a persistência do jornal *O Exemplo* por mais de três décadas. Porém, cabe um destaque relevante para reflexão sugerido por Lapuente (2015) sobre a inserção de anúncios em periódicos impressos, posto que evidencia o poder de pressão dos anunciantes sobre o periódico, tanto no que tange à sua cobertura, quanto ao seu alcance de público. Isso porque o anunciante presume um impacto positivo nas vendas. A partir desse cenário, é possível compreender, como já abordado, que os anúncios se posicionam como um importante pilar de sustentação econômica do impresso e de mercado.

Essa dependência ainda é evidente em Lapuente (2015), ressalta que, para dar conta de sua “saúde financeira, os periódicos se tornam dependentes e, portanto, passíveis de intromissão em sua produção, se tornando não raros defensores de seus anunciantes, acobertando seus interesses, buscando fidelizar em uma complexa relação um público leitor”<sup>176</sup>. Contudo, para o jornal aqui investigado, *O Exemplo*, tal argumento expresso em Lapuente não se aplica, pois, na pesquisa desenvolvida, encontrei, ao final de cada fase ou no anúncio de suas interrupções, que a editoria do impresso preferia anunciar sua extinção do que negar seu programa. De toda forma, a distribuição da publicidade ao longo do período de circulação de *O Exemplo* aponta para o crescimento e diversificação dos anúncios, particularmente marcante ao longo da década de 1920, em que se multiplicaram, o que pode ser tomado como mais um indício da crise do jornal ou, talvez, de sua persistência.

Nesta subseção procurei apresentar elementos diversos que demonstrassem os movimentos das intervenções editoriais, como a inserção de anúncios que, possivelmente, afetaram os leitores desse periódico, além do que concorreram para sua perenidade. Outro fator que merece destaque, não menos importante é a aquisição de novos assinantes que, possivelmente colaboraram para a manutenção de *O Exemplo*, como passo a apresentar na sequência.

### 3.11 ASSINANTES DO IMPRESSO *O EXEMPLO*

A figura dos assinantes foi buscada em levantamento realizado junto a todas as fases de *O Exemplo* (1892-1930) e trata de iniciativas e estratégias para obtenção de novos assinantes do impresso. Assim, esta subseção tem a intenção de apresentar dados relativos a

---

<sup>176</sup> Lapuente (2015, p. 07).

essas ações como pequenas fichas para preenchimento, a partir da segunda fase e que se estendeu até o final da terceira fase. Vejamos o Quadro 16 que conclama novos assinantes, ou melhor, a campanha empreendida pelos editores para obter novos assinantes.

Quadro 16. Bilhete para obtenção de novos assinantes do jornal O Exemplo.

<b>Data</b>	<b>Nº</b>	<b>Bilhete encartado no jornal para preenchimento de novos assinantes</b>
13/11/1902	6	Circulação de bilhetes para interessados na assinatura do periódico.
17/07/1904	23	<p>No intuito de ampliar ainda a circulação de <i>O Exemplo</i> resolvemos recorrer às pessoas que o julgarem um agente benéfico na obra do levantamento dos nossos, pedindo-lhes o obséquio de angariarem assinaturas.</p> <p>Para facilitar o trabalho de nossos amigos resolvemos inserir na terceira e quarta página um bilhete a nós dirigido em que bastará incluir o nome e direção do novo assinante, o período em que deve começar a assinatura e a firma do remetente.</p> <p>Este bilhete uma vez cheio deve ser lançado em uma caixa do correio, e independente do cuidado do selo de franquia que correrá por nossa conta, ou trazido ao nosso escritório.</p> <p>Quinzenalmente publicaremos a relação dos novos assinantes e das pessoas que os houverem indicado.</p> <p>Todos aqueles que nos mandarem em um trimestre 10 ou mais assinaturas novas terão direito a assinatura gratuita do jornal durante um semestre e os que remeterem mais de 15, durante 1 ano.</p> <p>(As descrições aparecem nesse número, porém a circulação do bilhete para preenchimento começa a partir do dia 13/11/1902).</p>
24/07/1904	24	<p>Continuamos a inserir no alto da terceira e quarta página um bilhete por intermédio do qual os nossos amigos podem enviar-nos novos assinantes. Para isto bastará encher a face da terceira página com o número da casa em que mora, o nome da rua e o do novo assinante, a época em que deve começar a assinatura e finalmente o nome da pessoa que envia o bilhete.</p> <p>Este bilhete uma vez cortado do jornal, deve ser trazido ao nosso escritório ou posto em uma caixa do correio, independente no cuidado do selo que será por nós atendido.</p> <p>A remessa de dez assinantes em um trimestre dá ao remetente direito à assinatura gratuita durante um semestre, e a remessa de quinze, durante um ano.</p> <p>Quinzenalmente publicaremos a relação dos novos assinantes e das pessoas que os remetem.</p>
31/07/1904	25	<p>Novos assinantes – Abaixo publicamos a lista dos novos assinantes de <i>O Exemplo</i> que têm sido remetidos por amigos nossos, a contar do dia 18 a 29 do mês que hoje finda.</p> <p>Eis a relação com os nomes dos que nos remeteram:</p> <p>Dd. Laurinda B. da Conceição, Olga Wahrich e Malvina da Silva Leala, pelo Sr. Benedito Dias; os Srs. Carlos Penstrup, Armando Silveira, João Carlos Antão e d. Aldina Gomes, pelo Sr. José de Freitas Soares; o Sr. Affonso de Freitas Cabral e d. Maria R. da Conceição, pelo Sr. Aristides José da Silva; o Sr. Horácio Cabral, pelo Sr. Ernesto Silva; o Sr. Manoel Laurindo da Conceição, pelo Sr. Asdhuma Silva; o Sr. Manoel Marcos, pelo Sr. Filon Teixeira.</p> <p>Estiveram em nosso escritório e pediram assinaturas os Srs. Severiano da Silva e Abel de Souza.</p>
07/08/1904	26	Bilhete na terceira página visando novos assinantes.
14/08/1904	27	Idem
21/08/1904	28	Idem
28/08/1904	29	<p>Novos assinantes – Vai abaixo a lista dos assinantes que nos tem ido remetidos por amigos, a contar do dia 30 do passado ao dia 21 do corrente:</p> <p>Os Srs. Antonio de Freitas Cabral e Feliciano José da Silva, pelo Sr. José F. Soares; os Srs. Arthur Martins e Luiz F. dos Santos, pelo Sr. Theodoro de Oliveira; o Sr. Emilio Bernardino da Motta, pelo Sr. Carlos Pio dos Santos e d. Maria Theodora, pelo Sr. Benedicto Dias.</p>
04/09/1904	30	Bilhete na terceira página visando novos assinantes.
11/09/1904	31	Idem
18/09/1904	32	Idem
02/10/1904	34	Idem

Data	Nº	Bilhete encartado no jornal para preenchimento de novos assinantes
09/10/1904	35	Idem
16/10/1904	36	Idem
23/10/1904	37	Idem
30/10/1904	38	Idem
06/11/1904	39	Idem
20/11/1904	41	Idem
27/11/1904	42	Idem
12/12/1909	189	Aos nossos assinantes No compromisso que temos de fazer progredir este modesto periódico tomamos a liberdade de apelar para a boa vontade dos nossos assinantes, remetendo junto ao presente número, uma lista numerada, na qual pedimos incluir novos favorecedores, devolvendo-a até 31 do corrente mês, pois que o primeiro número do próximo ano, será distribuído a 1º de janeiro. Qualquer que seja o concurso prestado, muito agradeceremos, pondo nossos fracos préstimos, ao serviço de todos vós.  A Direção.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1892-1911).

O levantamento das informações concernentes à presença de um bilhete<sup>177</sup> encartado junto ao jornal, para novos assinantes, apresentado no Quadro 16, evidencia as constantes campanhas para ampliação de assinantes e de circulação do semanário, como também, para sustentação financeira do empreendimento. Essa informação consta em um número significativo de edições. Assim, apesar das interrupções e/ou lacunas, podemos constatar que sua circulação abrangeu por aproximadamente sete anos, apesar da inconstância das edições, bem como das dificuldades enfrentadas pelo impresso. A imagem abaixo reproduz assim chamado bilhete, inserido no jornal no ano de 1904.

Figura 34. Bilhete para novos assinantes

**O EXEMPLO**

Remetta o jornal para a casa n.º  
da rua .....  
para o Sr. ....

que deseja ser incluído no rol dos  
assinantes a contar de ..... de  
..... de 1904.

(Assinatura de quem remete):  
.....

o sr. Horacio Cabral, pelo sr. Ernesto

ceição, no domingo passado deu-nos a honra de ser a portadora do convite para o festival que, conforme noticiamos, realiza-se hoje.

Gratos pela deferencia,  
**União de Resistência Padral.** — Esta sociedade que é aliada à liga federal dos empregados em padarias, no Rio de Janeiro, realiza, hoje, uma sessão de assembleia geral, no predio sito à rua Santo Antonio n. 47.

É presidente desta futura associação o nosso amigo Augusto Dias de Mello.

**Badaladas**

**Zeferino Rocha**  
Avisa a seus honrados  
Alegre e ao Publico em  
**Officina de**  
de aparelhos, chicotes e  
lugar a unica preparada e  
para apromptar qualquer  
arte, com perfeição, gost

Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 31 de julho de 1904).

<sup>177</sup> Espécie de formulário, na época denominado pela redação de “bilhete”.

A Figura 34 é elucidativa para localização do espaço destinado ao preenchimento daqueles interessados em serem assinantes do jornal. Conforme consta no Quadro 17, o periódico se propôs a publicar quinzenalmente a nominata de novos assinantes.

Como exposto no Quadro 16, nos bilhetes e cartas encaminhados à editoria constava o nome de alguns assinantes, que realizaram o preenchimento do espaço destinado à solicitação dos exemplares, o destacaram e encaminharam ao escritório. Note-se que, no bilhete, há espaço para que os leitores informem dados relativos à identificação, ao endereço e à data inicial para a remessa a novos assinantes e, por último, um espaço para “assinatura de quem remete”. Tais informações constavam na parte superior da página 3 do semanário e poderiam ser recortadas para entrega na redação<sup>178</sup>.

Cabe lembrar que, provavelmente, houve outros assinantes, que não se valeram dos bilhetes, mas infelizmente não foram registrados ou não estão disponíveis no conjunto das edições investigadas. Contudo, a referência a alguns assinantes constitui dado precioso que oferece, mesmo que esparsamente e em número reduzido, uma identificação do público leitor do semanário. Sobre esse mesmo assunto, a editoria chama a atenção dos assinantes com a publicação de informes diversos, conforme consta no Quadro 17.

Quadro 17. Aos assinantes

Data	Nº	Aos assinantes do semanário
24/12/1893	54	Prevenimos aos nossos assinantes, que estamos procedendo a cobrança das assinaturas atrasadas e as que findam no corrente mês e em dezembro próximo, estando delas encarregado o cidadão Marcos Mariano. Figurarão na Galeria dos cara-duras, cujo espaço abrimos em nossas colunas, aqueles que se furtarem a esse dever de honra contraído com esta empresa.
03/11/1902	5	“O Exemplo” aparece semanalmente. Aceitam-se e publicam-se gratuitamente todos os artigos concordantes com a norma de conduta da folha, bem como as declarações de operários sem trabalho e que queiram colocação.
13/11/1902	6	“O Exemplo” tem o compromisso de aparecer semanalmente, porém não em dia fixo. Esforçar-nos-emos, tanto quanto possível, por publicá-lo aos domingos, porém não o faremos toda vez que isto venha prejudicar o trato material e intelectual do jornal, que até o presente tem sido grandemente sacrificado.
24/07/1904	24	Tendo um dos encarregados da distribuição do nosso jornal, por negligência no cumprimento da obrigação conosco contraída, deixado, talvez por estranha sugestão, de fazer regular a distribuição na zona a seu cargo o que avaliamos pelo grande número de reclamações que têm sido trazidas ao nosso escritório, pedimos desta falta escusas aos nossos amigos favorecedores e a este pedido juntamos o de mandarem ao escritório buscar o número que não lhe foi entregue. O administrador Felipe Eustachio
07/08/1904	26	Tendo sido, como soe suceder, a entrega do 1º número desse jornal muito irregular, já devido as listas de assinantes que nos foram fornecidas por alguns amigos trazerem indicações erradas, já por grande número delas ainda não nos terem sido devolvidas, pedimos às pessoas que, querendo auxiliar-nos, não o hajam recebido, o obséquio de

<sup>178</sup> Cabe lembrar que, provavelmente, houve referências a outros possíveis assinantes, mas infelizmente não foram registrados ou não estão disponíveis no conjunto das edições analisadas.

Data	Nº	Aos assinantes do semanário
		dirigirem suas reclamações não as pessoas que tomaram seus nomes em lista, mas ao administrador, no escritório a rua da Concórdia n. 6. Todas as publicações e as reclamações a elas referentes devem ser dirigidas a administração.
14/08/1904	27	Participamos aos nossos assinantes que se acham em débito do 1º trimestre de assinatura que se até o dia 20 do corrente não se puserem em dia com a empresa, lhes será suspensa a remessa do jornal. Outrossim participamos que nesta data iniciamos a cobrança do 2º trimestre e dos assinantes de semestre e ano. F. Eustachio, administrador.
01/01/1905	47	Aos nossos favorecedores que moram na parte baixa da cidade pedimos desculpa por ter sido a entrega de domingo passado feita ao meio dia, visto esta falta ter sido independente de nossa vontade e vinda de moléstia que repentinamente acometeu o entregador. A administração
17/11/1908	139	Listas para assinantes. – Pedimos às pessoas a quem confiamos listas para angariarem assinaturas para a presente fase do <i>Exemplo</i> o obséquio de as devolver afim de regularizarmos a nossa entrega.
24/01/1911	243	Gerência do “Exemplo”Cobrança em atraso. Do Rio Grande enviou-nos 5\$000 correspondendo a sua assinatura até Dezembro de 1910, o Sr. Mario Rocha da Silva. O Gerente

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1892-1930).

No Quadro 17, constam alguns excertos de comunicados dirigidos aos assinantes do periódico. São informações frequentes nas diferentes fases de publicação do jornal. Identifiquei no conjunto investigado uma quantidade expressiva de comunicados, a saber: a) A editoria informa que as pessoas que não receberam seus exemplares, reclamassem junto ao escritório; b) a editoria comunica aos assinantes que está procedendo com a cobrança de assinaturas atrasadas; c) A editoria avisa que as pessoas que não efetuaram o pagamento de suas assinaturas serão expostas na “Galeria dos cara-duras”; d) a editoria comunica que está aberta para quem desejar publicar seus artigos, de acordo com as normas do semanário, bem como as declarações de operários sem trabalho e que queiram colocação; e) a editoria publica informes justificando a não publicação desta folha em um determinado domingo. Em síntese, esses são alguns comunicados recorrentes nas edições de *O Exemplo*, que sinalizam a relação, com os leitores, bem como a tentativa de manter o assinante informado sobre as decisões da editoria. Essas informações estiveram presente ao longo das edições e em diversos e diferentes espaços do jornal, por vezes, com várias ocorrências num mesmo número. Não havia nesses comunicados a intenção, propriamente dita, de estabelecer um diálogo, pois se tratava, quase exclusivamente, de notificações da editoria para os assinantes ou compradores de edições avulsas, o que, ao que tudo indica, resultava de uma via de mão única. Contudo, em outra direção é possível realizar algumas inferências sobre os leitores, como passo a indicar na subseção seguinte.

### 3.12 IMPRESSOS DIVERSOS

Apresento a seguir, informações relativas aos impressos diversos ofertados à leitura de *O Exemplo*, as entidades leitoras, o que contam acerca deste jornal e o recebimento de visitas à editoria de *O Exemplo*<sup>179</sup>. Para esse intento, como lembra Certeau (2014) para quem “os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram”<sup>180</sup>, considero fundamental exercitar esta busca, pois já não é possível fazer uma história dos objetos sem uma história das práticas.

Desse modo, o levantamento indicou vários impressos encaminhados à editoria e foi possível inventariar diversos títulos de outros impressos em circulação nos mesmos períodos, que mantinham relações entre si, como consta no Quadro 18, a saber:

Quadro 18. Impressos encaminhados à editoria de *O Exemplo*.

Data	Nº	Recebimento de jornais
09/04/1893	17	Temos recebido os seguintes jornais: <i>A Evolução</i> , apreciável periódico do Rio Grande; <i>Ensaio Literários</i> , pequeno, mas distinto órgão do Clube dos Estudantes de Pelotas; o <i>Phanal</i> , o <i>Athleta</i> e <i>A Gazetinha</i> , importantes periódicos que vêm à luz nesta capital.
30/01/1910	196	Recebemos o primeiro número do <i>O Ijuhy</i> , jornal de pequeno formato que aparece na colônia do mesmo nome e obedece a direção dos talentosos jornalistas irmãos Porto Alegre. Ao novel colega almejamos felicidades.
05/10/1910	229	Do Grêmio Literário da Bahia. Está em nosso poder a missiva que nos remeteram. Agradecendo a gentileza aos conceitos que nos fazem podemos afirmar que a nossa folha será, como sempre foi, remetida com pontualidade.
26/03/1911	252	A MARINHA CIVIL – Interessante e valiosa revista que se publica na República Brasileira, que muito contribui para o enaltecimento da nossa cultura intelectual. A “Marinha Civil” que vê a luz no Rio de Janeiro, além de desenvolvidas notas de interesses marítimos traz abundante texto de variados assuntos, todos inspirados no portentoso elemento, o mar. Gratos pela remessa gentil. Retribuiremos.
28/05/1911	260	“O OPERÁRIO” – Recebemos o bem cuidado periódico “O Operário”, que se publica em Tatuai, Estado de São Paulo e destinado à propaganda da classe operária. O número que temos sobre a mesa vem repleto de boas colaborações. Gratos.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1893-1930).

No levantamento acima foram selecionados alguns destaques dos impressos ofertados à editoria de *O Exemplo*, que reportam-se às redes de sociabilidades dos editores e nas agremiações. Uma dessas redes está expressa pelo recebimento de diversos periódicos, cujos exemplares circulavam entre diferentes editores e jornalistas. O fato de terem sido

<sup>179</sup> De antemão, informo que no Apêndice A constam nomes de jornais contemporâneos de *O Exemplo*. Neste apêndice há uma síntese dos periódicos que de alguma forma, mantiveram relações de permutas, de recebimento de visitas, ou mesmo, de menção de *O Exemplo* em suas edições.

<sup>180</sup> Certeau (2014, p. 245).

encaminhados à editoria do jornal, como uma prática usual na época, levou a que fossem registrados nas diferentes edições de *O Exemplo*. A configuração de um mercado editorial jornalístico a cada tempo está, assim, registrado nos próprios impressos.

A respeito das redes de sociabilidades de editores, Santos (2011) informa que “os intelectuais negros [que] se mantinham informados sobre o que se passava no país e fora dele, estabeleceram interlocuções com outros intelectuais e articulistas de fora do Estado, além de deixarem registrado o seu papel social de lideranças políticas do meio negro”<sup>181</sup>. Para o autor, a editoria de *O Exemplo* mantinha contato com outras editorias, o que permitiu a permuta de jornais, uma prática recorrente naquele momento histórico. Desse modo, a leitura compreendida como uma prática individual e coletiva fundada na circulação do escrito, a exemplo do impresso aqui analisado, esteve associada às sociabilidades, cujo intercâmbio de ideias ficou registrado nas páginas do jornal.

De igual modo, essas redes demonstram uma diversidade de pessoas que partilham, possivelmente, os mesmos estilos de leitura, como pode ser o coletivo de leitores do jornal *O Exemplo*. Nessa direção, as sociabilidades podem ser entendidas como estratégias formativas não somente de escreventes, mas também dos leitores deste impresso, de modo que a editoria do jornal *O Exemplo* desempenhou um papel ativo e essencial na criação de sua própria história.

Essa referência mostra ainda que a editoria desse impresso não estava alheia às práticas editoriais, aos formatos, técnicas, à composição gráfica, etc. nem aos assuntos tematizados em outros periódicos que eram produzidos e circulavam no estado do Rio Grande do Sul, assim como em outros estados da federação. Indica, ainda, possíveis leituras realizadas pela editoria de *O Exemplo*, desses outros impressos.

Sobre a relação entre texto e leitor, sobre os gestos que se operam nas práticas de leitura a partir de objetos escritos, como os jornais, Chartier (2004) explica que “a leitura não é uma invariante histórica – mesmo nas suas modalidades físicas –, mas um gesto, individual ou coletivo, dependente das formas de sociabilidade, das representações do saber ou do lazer, das concepções da individualidade”<sup>182</sup>.

O levantamento indicou que, para além de receber inúmeros periódicos que circulavam dentro e fora do estado do Rio Grande do Sul, *O Exemplo* mantinha correspondência com essas entidades leitoras, e com leitores individuais a quem era encaminhado o impresso. Os

---

<sup>181</sup> Santos (2011, p. 243).

<sup>182</sup> Chartier (2004, p. 173).

encaminhamentos e remessas sugerem que o jornal *O Exemplo* construiu ao longo de seu itinerário, redes de sociabilidades, como constam no Quadro abaixo.

Quadro 19. Remessa/encaminhamento, com ou sem solicitação, do jornal *O Exemplo* a entidades ou leitores

Data	Nº	Encaminhamento de exemplares
22/01/1893	7	O Dr. João de Oliveira que reside em Recife, capital de Pernambuco, pede-nos a remessa do mesmo para fazer parte do trabalho que iniciou. Agradecemos a distinção e satisfaremos o amável pedido.
05/11/1893	47	O “Grêmio Bibliotecário Cachoeirense” da Cachoeira do Itapemirim pede-nos a remessa desta modesta folha. Fá-lo-emos.
22/05/1904	15	Remessa do jornal <i>O Exemplo</i> para <i>A Stella d'Itália</i> , semanário italiano.
02/10/1904	34	Petit Journal agradece o exemplar encaminhado
		Remessa de uma edição especial para Koseritz Deutsche Zeitung.
27/11/1904	42	O Recreio Operário, que tem sede na florescente cidade de Pelotas, pede-nos a remessa do nosso jornal.
23/01/1910	195	A União Operária do futuro município de Montenegro, que muito nos penhora, agradece a remessa que fizemos da nossa folha.
26/06/1910	216	A Associação do Livre Pensamento, sociedade constituída em S. Paulo, desde novembro de 1908, e cujo fim é a propagação da Instrução e do Livre Pensamento, pede-nos a remessa do nosso modesto semanário, para o seu salão de leitura.
12/02/1911	246	Biblioteca Pública Pelotense agradece a remessa que fizemos desta folha à utilíssima instituição e fazem votos pela nossa prosperidade, no corrente ano.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1893-1930).

No levantamento acima, identifiquei algumas instituições que se localizavam no interior do estado do Rio Grande do Sul, como a União Operária, de Montenegro e o Clube 28 de Setembro, de Rio Grande, entre outros registrados no quadro. Identifiquei também solicitações de encaminhamento de *O Exemplo*, como a realizada de forma independente pela Associação do Livre Pensamento, instalada em São Paulo. Ou mesmo por solicitação individual do Dr. João de Oliveira feita desde a capital de Pernambuco.

*O Exemplo*, lido e comentado, possuído e manuseado, por diferentes pessoas e comunidades étnicas, circulou em Porto Alegre (RS) e também em outras localidades do sul do Brasil. As referências aludidas indicam que extrapolou o estado do Rio Grande do Sul, e através de permutas ou circulação de determinados agentes, foi lido em outros contextos regionais do território nacional.

As solicitações de encaminhamento ou simplesmente a iniciativa de encaminhá-lo a outras redações evidencia a articulação dos editores desse impresso com outras instituições e órgãos de imprensa. Nesse sentido, as redes de intercâmbio e de circulação do jornal *O Exemplo* se estenderam para além do Rio Grande do Sul, alcançando lugares inusitados, aqueles que se

mostraram interessados em realizar a sua leitura, junto aos quais a redação de *O Exemplo* julgou importante a divulgação.

Assim, os exemplos presentes no levantamento evidenciam trocas “comerciais”, mas também, intercâmbio de informações, ideias, concepções e correntes de pensamento estabelecidas por intermédio dos impressos, que cruzavam os limites do estado do Rio Grande do Sul. Quanto às ideias que circulavam, principalmente a respeito de *O Exemplo*, o levantamento indicou algumas informações, apresentadas no Quadro 20, com destaque, no final do conteúdo, ao nome da imprensa.

Quadro 20. Entidades que se reportaram ao jornal *O Exemplo*.

<b>Data</b>	<b>Nº</b>	<b>Conteúdo</b>
17/12/1893	53	1) <i>O Exemplo</i> , pequeno semanário que advoga os interesses do proletariado, completou anteontem o seu primeiro aniversário. Festejando essa data, o referido hebdomadário, fez naquele dia uma edição especial, fazendo-nos remessa de um exemplar, dourado. Agradecemos, desejando as maiores prosperidades ao <i>Exemplo</i> . (Do Jornal do Comércio).
22/05/1904	15	1) “Recebemos o nº 14 da folha local <i>O Exemplo</i> , que em sua página de honra estampou o retrato do dr. Aurelio Virissimo de Bittencourt, secretário do interior. A <i>O Exemplo</i> , que luta estrenuamente [sic] pelo levantamento moral da raça negra, as nossas cordiais saudações.” ( <i>A Stella d'Itália</i> , semanário italiano).
02/10/1904	34	1) <i>O Exemplo</i> , publicação semanal, remeteu-nos um exemplar de sua edição especial de 28 de setembro em que tinha estampado um bem-acabado retrato do Visconde do Rio Branco. Agradecemos. (Do Koseritz Deutsche Zeitung.)
23/10/1910	231	1) “O Exemplo”, que traz à frente, guiando-o, um denodado grupo de talentosos jornalistas, tem prestado relevantes serviços, principalmente à digna raça de cor, tão mal compreendida e julgada por esta sociedade cheia de moralidades douradas. Ao distinto colega, as saudações sinceras de “A Vanguarda”. ( <i>A Vanguarda</i> ).
30/10/1910	232	1) “O Exemplo” – Este nosso ilustrado e criterioso colega que se publica em Porto Alegre e que é competentemente dirigido pelo Sr. João Baptista de Figueiredo, entrou a 5 do atual, no seu décimo primeiro ano de existência, por cujo motivo almejamos ao simpático confrade, uma longa e próspera vida. ( <i>Áurea do Sul</i> ).

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1893-1910).

As informações de levantamento possibilitam destacar três aspectos importantes para esta tese: a) a existência de algumas instituições que registraram em suas páginas o impresso aqui investigado; b) a indicação de redes de sociabilidade e o reconhecimento dos pares; e c) a indicação da circulação desse impresso através de outros periódicos, a exemplo do semanário italiano *Stella d'Itália* e do jornal alemão *Koseritz Deutsche Zeitung*. *O Exemplo* é reconhecido como um veículo que advoga os interesses do proletariado, um hebdomadário crítico, literário, que luta pelos direitos da raça negra, ou melhor, de uma causa social.

Os editores escreviam para “grupos de referência”, leitores ligados a diferentes instituições ou independentes. Tendo sido objeto de leitura de diferentes instituições, algumas

dessas constituíam espaços já consolidados na imprensa porto-alegrense e que o reconheciam como um impresso consistente e estabelecido. As inúmeras referências com adjetivos elogiosos, em especial aos editores, embora algumas possam parecer quase excessivas, indicam que *O Exemplo* possuía alguma legitimidade e reconhecimento no conjunto das iniciativas jornalísticas de sua época, pela diversidade dos textos, bem como pelas propriedades tipográficas inscritas no impresso. Assim, se entendemos que todos os textos impressos possuem propriedades tipográficas que guiam a reação/olhar do leitor, o formato de um jornal deve ser considerado decisivo para a construção de seus significados, é o que ocorre com relação as entidades que se reportaram ao jornal *O Exemplo*.

Robert Darnton (2010) é elucidativa para compreender que o leitor é afetado não somente pelo texto em si, mas pela multiplicidade de formatos através dos quais o texto é dar a ler. Como em outros impressos, o jornal é um suporte do escrito<sup>183</sup>, construído em um determinado contexto para usos diversos, e se constitui como objeto de leitura. Isso significa dizer que a leitura de um impresso instaura uma rede de práticas culturais e sociais singulares que movimentam o olhar do leitor, ou melhor, como aborda Chartier (1999), “a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados”<sup>184</sup>. Uma vez que o texto, não é controlado por aquele que escreve, nem mesmo compreendido a seu modo, sem qualquer variação, as entidades que se reportaram a este impresso inscreveram apropriações, invenções e produção de significados diversos, tanto do texto como do seu formato. Em outras palavras, para cada jornal lido, o leitor reinventa, modifica e ressignifica seus sentidos. É o que demonstram algumas informações concernentes ao recebimento de visitas à editoria de *O Exemplo*, apresentados abaixo.

Quadro 21. Visitas de entidades e apreciadores do impresso *O Exemplo*.

Data	Nº	Visitas a editoria
02/06/1893	29	Fomos honrados com a visita dos seguintes colegas: O Marapaniense, O Tocantino, do Estado do Pará; O Vigilante, do Pilar, das Alagoas; O Tempo, de Uberaba, Estado de Minas; A Revista Mercantil, do Rio de Janeiro; o Arauto, de Pelotas, Rio Grande do Sul; todos bem cuidados, magníficos e apreciáveis.
08/01/1905	48	Na madrugada do dia 1º fomos cumprimentados pela diretoria do Centro Recreativo a qual foi recebida em nosso escritório pelo gerente deste hebdomadário.
01/08/1909	170	Recebemos a grata visita de “A Bahia”, importante jornal que se publica cidade da Bahia, sob a direção do brilhante jornalista o Dr. Bernardo Jambeiro, senador federal por aquele Estado, e secretário do J. A. Costa Pinto.

<sup>183</sup> Em relação ao suporte do texto, cabe o destaque exposto por Chartier (1992, p. 220), quando diz que “nenhum texto existe fora do suporte que lhe confere legibilidade; qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo, depende das formas com as quais ele chega até seu leitor”. Esse entendimento é fundamental à compreensão do jornal *O Exemplo* aqui investigado.

<sup>184</sup> Chartier (1999, p. 77).

Data	Nº	Visitas a editoria
02/04/1911	257	“PETIT JOURNAL” – De pequeno formato, porém, de agradável e útil leitura, recebemos de Cruz Alta, a visita do “Petit Journal”. Já está o “Petit” no seu nº 12 e tem como redator, o Sr. Arnaldo de Mello. Penhorados pela visita.
28/05/1911	260	“A SEMANA” – A Semana, órgão noticioso, literário, comercial e crítico, que se publica na futura cidade de Rio Grande, e já conta 7 anos de publicação, acaba de honrar-nos com sua visita, o que, penhorados, corresponderemos com pontualidade. É dirigido o interessante hebdomadário pelo Sr. Luiz Miller, e de propriedade do Sr. Abilio de Carvalho. Gratos.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (*O Exemplo*, 1893-19130).

Esses destaques permitiram identificar espaços de difusão cultural e de sociabilidades, reforçados ao longo do percurso desse impresso, pois a editoria tinha nome e rosto e buscava se afirmar no âmbito da imprensa porto-alegrense e também nacional. O quadro em destaque evidencia os laços e intercâmbios que acabaram extrapolando os meios sociais locais e raciais. As visitas recebidas indicam o reconhecimento da capacidade intelectual e política da editoria de *O Exemplo* frente à sua comunidade de origem, bem como o reconhecimento de uma iniciativa editorial que persistiu por um tempo significativo para as condições da época.

De modo geral, essa seção tratou do impresso como artefato de seu tempo, caracterizado por sua periodicidade, fases de publicação, diversidade de nomeação, apresentação das capas em edições especiais, cargos da editoria, presença de fotografias e ilustrações, custos de aquisição, trabalho de tipógrafos, endereços dos sucessivos escritórios, anúncios publicados, assinantes, impressos diversos e seu intercâmbio editorial. Estes aspectos visaram oferecer elementos que definissem os diferentes formatos que o jornal adotou em diferentes tempos, bem como as atribuições de sentidos a que esteve sujeito, além do intercâmbio e reconhecimento que adquiriu quando de sua circulação.

#### 4 INSTRUÇÃO: LÁBARO SANTO DA VIDA, DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL E DO ENGRANDECIMENTO INTELECTUAL DOS HOMENS DE COR

Esta seção trata dos textos<sup>185</sup> cujas temáticas articulam-se ao tema central instrução, publicados entre os anos de 1892 e 1930. A primeira subseção, 4.1, *O caminho da instrução e a igualdade social: direito ao progresso e felicidade da raça*; a segunda subseção, 4.2, *Incutir nos espíritos ignorantes as noções salutareias do saber: a riqueza almejada da instrução*; a terceira subseção, 4.3, *Instituições sacrossantas “família”, “sociedade” e “pátria”: garantia da estabilidade e razão da existência do gênero humano*; e, por último, a subseção 4.4, *Todos devem conhecer a leitura e a escritura, elementos indispensáveis à marcha regular da vida e dos negócios*. Antes, porém, de adentrar as subseções mencionadas, procuro tratar brevemente das seções temáticas, apresentando uma série de temas e de gêneros diversos que os editores e colaboradores privilegiaram para inserção em *O Exemplo*.

O levantamento realizado sobre as sessões temáticas que correspondem a todas as fases do impresso, identifiquei que a diversidade de gêneros textuais é uma constante nas várias edições, possivelmente como estratégia editorial para atender às expectativas dos leitores. Variar os gêneros indicava a necessidade de reconhecer a variedade dos leitores, seja quanto a gênero e idade, seja no que diz respeito às competências decorrentes de sua maior ou menor escolarização.

O levantamento realizado é significativo em dois aspectos: o primeiro, permitiu observar as possíveis recorrências de determinados gêneros textuais (artigos, poemas, contos, acontecimentos, notícias e charadas, entre outros) sintonizados com o momento vivido pela editoria e seus colaboradores<sup>186</sup>; o segundo, permitiu identificar, nas seções temáticas, textos

---

<sup>185</sup> Nota metodológica: A utilização do termo “texto” é recorrente em toda a tese. Essa designação foi adotada após a leitura do artigo intitulado “Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório”, de José Marques de Melo e Francisco de Assis (2016). Ambos os autores sugerem esse termo, tendo em vista problemas de conceituação do vocábulo “artigo”.

<sup>186</sup> Com relação à participação dos colaboradores em *O Exemplo*, a editoria é insistente em afirmar que não se responsabiliza pelos textos publicados por eles no periódico. Para Santos (2011, p. 161), o termo colaborador, presente no jornal *O Exemplo*, se refere “a todos aqueles que escreviam para o jornal sem regularidade, de forma eventual”. Contudo, não é o que se pode identificar no conjunto de textos presentes nesta seção. De todo modo, assídua ou eventualmente colaborando com esse periódico, a participação dos colaboradores sugere pensar nas relações estabelecidas entre a editoria do jornal *O Exemplo* e um grande público apreciador que desejava colaborar com esse empreendimento. Os colaboradores não só compartilharam crenças e ideias; mas também contribuíram na tentativa de propagar o programa desse impresso, apresentado em sua primeira edição. Ao discutir a participação de colaboradores no periódico *A Ilustração*, Luca (2018, p. 135) aborda que essa “questão é relevante por colocar em debate a figura do colaborador que, como ensinam os dicionários, semanticamente remete a cooperar, participar, contribuir, concorrer, produzir em conjunto trabalho ou obra e auxiliar outrem em suas funções”. Ainda foi possível identificar que, quanto aos textos dos colaboradores, a editoria afirma: “A redação não se responsabiliza pelas opiniões emitidas em artigos de colaboradores seus” (*O Exemplo*, 20 de fevereiro de

que abordam a instrução. Neles, captei excertos ilustrativos de como a leitura e a escrita comparecem nos textos, de particular interesse para a tese.

A apresentação desse amplo levantamento em *O Exemplo* permitiu, ainda, observar que, no seu conjunto, há textos de conteúdo instrutivo, pois mobilizam aqueles que os leem para o compromisso de inculcar nos indivíduos a ideia da importância da instrução; entretenimento, a exemplo de poemas, charadas, contos e outros de conteúdo informativo, expresso em anúncios e em seções específicas com conselhos úteis. Essa diversidade de gêneros textuais presentes no impresso aponta para três aspectos: a difusão dos chamados conhecimentos úteis; a conclamação da população para a necessidade de se instruir; a publicação de acontecimentos do cotidiano da época.

A respeito da diversidade de gêneros textuais publicados em *O Exemplo*, uma afirmação de Chartier (2002) parece provocativa. Segundo o autor, “a construção do sentido de cada artigo particular depende, mesmo inconscientemente, da sua relação com os outros textos que o antecedem ou seguem e que foram reunidos dentro de um mesmo objeto impresso com uma intenção editorial imediatamente perceptível”<sup>187</sup>. Significa que a editoria do jornal propunha, além de uma diversidade de leituras, uma determinada disposição dos textos, que, além de tudo, eram apresentados como subsídios para a formação política de seus leitores.

O levantamento das diversas seções do jornal permite delinear um conjunto de questões/textos que expressam as escolhas dos editores e colaboradores. Nesse sentido, possivelmente, formaram-se espaços comuns de circulação e de trocas, os quais descortinavam possibilidades para a produção cultural e o confronto de opiniões, facilitados pelo programa do impresso, apresentado em sua primeira edição. Isso, porque, dado o contexto, a editoria do semanário acolhia textos de diversos colaboradores, o que significa dizer que os escolhia e definia sua publicação.

Graças à diversidade textuais no conjunto das edições do periódico, podemos supor que o leitor podia passar de um tema a outro, com graus muito diversos de interesse e afinidade. Em uma das seções, que intitula “Poemas”<sup>188</sup>, por exemplo, foi possível identificar uma proximidade desse gênero com os demais textos das edições publicadas<sup>189</sup>. Com relação

---

1916). Tal informação é recorrente nas edições seguintes. Em relação à função colaborador para esta tese, cabe apenas registrar a fluidez dessa categoria no semanário *O Exemplo*, que não desconhecia seu objetivo.

<sup>187</sup> Chartier (2002, p. 28).

<sup>188</sup> *O Exemplo*, 02 de abril de 1893. Poema de autoria de A. Souza. Colaborador presente em diferentes edições do semanário, especialmente na primeira fase.

<sup>189</sup> Isso significa dizer que, no conjunto de textos, ao inscrever uma diversidade de gêneros textuais, presente em todas as edições publicadas, não estavam alheios às questões políticas, econômicas e culturais da época. Muito pelo contrário, as seções evidenciam que essas temáticas não deixaram de se fazer presentes.

especificamente à escrita desse gênero, o levantamento oportuniza compreender a diminuta presença feminina. Tal dado não surpreende, tendo em vista o lugar secundário ocupado pelas mulheres no mundo letrado da época. Inclusive, em alguns momentos, para “serem aceitas”, utilizaram como estratégia o uso de pseudônimo, como é possível identificar na seção “Poemas”. Ainda a respeito do gênero “Poesias”, identifiquei que ele se avolumou significativamente, e esteve presente em todas as fases do semanário.

Também comparecem aqueles textos que se intitulam “Enigmas”, “Charadas” e “Quebra-cabeça”, que propunham aos leitores a solução de casos, modalidade que inaugura seções puramente recreativas. Comparece ainda, seções intituladas “Notas semanais”, “Calendário social” e “Crônicas”, que tecem comentários diversos, tais como o falecimento de personalidades do mundo da cultura e da política, as ações cotidianas e eventos da cena urbana de Porto Alegre, enfim, uma miríade de temas que desfilavam ao sabor dos acontecimentos do momento.

No que concerne à diversidade das seções temáticas em destaque no jornal *O Exemplo*, durante o período de sua existência o periódico experimentou mudanças significativas, pois as seções não eram fixas, salvo aquelas que apresentavam conteúdos literários e esportivos. Essas edições evidenciam uma profusão de assuntos que se mesclam nas páginas do semanário contendo descrições, prescrições e orientações que se oferecem aos leitores.

#### 4.1 O CAMINHO DA INSTRUÇÃO E A IGUALDADE SOCIAL: DIREITO AO PROGRESSO E FELICIDADE DA RAÇA

Esta subseção apresenta um conjunto de textos que tematizam a instrução, a partir da seguinte pergunta: Como a editoria e seus colaboradores inscrevem a instrução, em contraposição a ignorância, em *O Exemplo*? Antes de adentrar nessa discussão, cabe esclarecer que nesta subseção o recorte temporal para reflexão e análise dos textos compreende os anos de 1892 a 1905, que abrangem a primeira e segunda fases do jornal *O Exemplo*<sup>190</sup>. A escolha em agrupar a primeira e a segunda fases teve dupla motivação: a) o alinhamento temático dos textos escritos pela editoria<sup>191</sup> e colaboradores; e b) o volume dos textos impressos no periódico.

---

<sup>190</sup> Com relação ao coletivo editorial, em que os textos se inscrevem, consultar a seção III, especialmente a subseção 3.5 em que abordo os “Cargos da editoria do jornal”.

<sup>191</sup> Nota metodológica: os textos impressos sob a nomenclatura *A redação*, *O Exemplo*, e, ou quando inexistente autoria, serão reunidos àqueles nomeados *A editoria*, *Editorial*, *Grupo editorial*, *Coletivo editorial* e suas variantes.

Cabe registrar que o mapeamento e as referências à instrução extraídas do periódico indicam duas ocorrências: a) em um horizonte mais amplo, dirigido à sociedade; e b) em um âmbito mais restrito, voltado às associações.

As ocorrências associadas à instrução, em geral, tratam das trevas da ignorância, de uma ignorância crassa e prejudicial, carente de instrução, ou melhor, da luz da instrução. Nesse sentido, incitam a sociedade a empreender esforços em defesa da classe para o aperfeiçoamento de seus conhecimentos, por meio do incitamento ao estudo, incentivando os leitores a alistarem-se nas cruzadas em prol da instrução e a empreenderem “lidas” [sic] pela inteligência, no dever de “assestar” [sic] as armas da inteligência contra o preconceito, de travar luta contra a ignorância e contra o analfabetismo e de propagar os benefícios da instrução – responsável pelo progresso e pela felicidade de nossa raça –, cultivando os belíssimos cabedais de conhecimentos da raça e suas inteligências. Segundo a editoria, era tempo de reparar o mal com o escudo da instrução, por isso se impunha a missão de evangelizadores da instrução.

Nesse mesmo sentido, os editores destacavam a importância de que todos pudessem se livrar do cancro da ignorância, de incutir a necessidade de se elevarem acima da ignorância, de compreender a necessidade de uma instrução melhor, que penetrasse nos cérebros abocanhados pela ignorância; do cuidado das inteligências que se estiolam da carência de instrução, de incentivo à instrução, como formas de preparar-se e unir-se para espantar das trevas, de estender a mão aos “homens de cor”, a todos que trabalham em comum esforço pela obra da instrução, de preocupar-se com o levantamento moral e intelectual, de agitar-se no intuito de proporcionar instrução aos seus sócios, de preocupar-se com o mútuo auxílio, de trabalhar para o melhoramento intelectual do povo, de trabalhar para a fundação de um instituto instrutivo dos associados, de auxiliar na criação de aulas noturnas, de sustentar aulas noturnas para o melhoramento das condições intelectuais, de acender os tachos da instrução e de insistir no fato de que a instrução nivela os homens de todas as origens e de todas as raças. Essas são as principais ocorrências agrupadas nesta subseção.

Cabe registrar que, antes de realizar a análise dos textos, foram necessárias leituras e releituras, seguidas de anotações, para localizar as principais ocorrências da temática assinaladas pela editoria e pelos colaboradores para o conjunto aqui apresentado. Instrução e seu binômio ignorância, são temáticas privilegiadas em *O Exemplo*, em especial relacionadas às iniciativas sociais e às associações que concorrem para o “desaparecimento da ignorância”. Os textos defendem o desenvolvimento e o “levantamento moral e intelectual” dos “homens de

cor” através da instrução, espécie de “cruzada” assumida pelo jornal *O Exemplo* até o final de sua publicação.

A editoria registra a percepção de que para conduzir esse empreendimento é preciso o aperfeiçoamento dos conhecimentos. Na primeira edição do periódico, no texto intitulado *O Exemplo*, a editoria (1892) escreve: “Nós, moços que somos, temos sede de luz, de luz que espanque [sic] altivamente as trevas de nosso horizonte e que, qual estrela a guiar o caminheiro errante, nos conduza ilesos aos portos da ciência”<sup>192</sup>. Nessa direção, complementa: “nossa tarefa seja por demais espinhosa; mas... é das trevas que se chega à luz, é da ignorância que se vai à ciência”<sup>193</sup>. Nesse sentido, por um lado o editorial assegura que o jornal é um espaço de formação intelectual, e, por outro, um veículo de formação de seu público leitor. Isso porque a editoria registra que suas práticas de redação do jornal se encerram sob um programa simples, compreendido com base em duas perspectivas: “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos”<sup>194</sup>. Com relação a esse programa, Santos (2011) se manifesta quanto ao fato de que a “atividade jornalística iniciada com a fundação de um periódico, era entendida como um sacerdócio, uma vocação”, pois “acreditavam estar imbuídos de uma missão pedagógica, civilizadora, e desejavam contribuir para incorporar à sociedade as camadas marginalizadas”, empobrecidas e acometidas pela falta de instrução, o que ameaçava sobremaneira o progresso do país<sup>195</sup>.

As referências extraídas do periódico indicam um horizonte mais amplo dirigido à sociedade em seu conjunto e já na sua primeira edição, a editoria (1892) assim se apresenta:

Devemos mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grão de estudo a que o sujeitamos e, por consequência, que também nos podemos alistar nas cruzadas e empreender lidas pela inteligência, muito embora algum estulto nos queira acoimar, ou seja porque desconheça as nossas legítimas aspirações, ou seja porque faça parte dos doutrinadores que julgam o homem pela cor da epiderme.<sup>196</sup>

O excerto escrito pela própria editoria apresenta, por um lado, representações sobre a incapacidade<sup>197</sup> dos “homens de cor”<sup>198</sup>, em especial aqueles que empreenderam esforços a fim

---

<sup>192</sup> *O Exemplo*, 11 de dezembro de 1892. Título: *O Exemplo*.

<sup>193</sup> *O Exemplo*, 11 de dezembro de 1892. Título: *O Exemplo*.

<sup>194</sup> *O Exemplo*, 11 de dezembro de 1892. Título: *O Exemplo*.

<sup>195</sup> Santos (2011, p. 114).

<sup>196</sup> *O Exemplo*, 11 de dezembro de 1892. Título: *O Exemplo*.

<sup>197</sup> A dissertação de Sousa (2014, p. 42) aborda as teorias raciais, de cunho biológico, antropológico e sociológico, e evidencia que esse conjunto de perspectivas “operavam de forma a excluir os mestiços, inferiorizando suas habilidades e capacidades”. Segundo o autor, a população branca e burguesa temia que fossem instruídos. Nesse sentido, criavam-se leis que fossem capazes de impedir o acesso ao ler e escrever.

<sup>198</sup> Principal público visado pelo semanário *O Exemplo*, pelo menos em suas primeiras fases.

de interpor impedimentos legais de acesso ao conhecimento<sup>199</sup>. Por outro lado, deixa evidente que existem “homens bem-intencionados” a alistarem-se nas “cruzadas” em prol da instrução dos “homens de cor”.

Zubaran (2008) questiona as desigualdades étnico-raciais no pós-abolição e explica que o jornal “*O Exemplo* apresentava-se como porta voz dos homens de cor e implicitamente manifestava-se contra o racismo científico”<sup>200</sup>, baseado na cor da pele, bem como de outros determinantes. Assim, os membros do corpo editorial de *O Exemplo*, empreenderam estratégias de acesso ao conhecimento, o que possibilitou, como eles mesmos afirmam, “empreender lidas pela inteligência”. Por esse motivo, após a abolição<sup>201</sup>, no texto *Subiremos ou nos precipitaremos no abismo?* de autoria do colaborador Nascimento (1892), este anuncia aos leitores que “há muito que a nossa classe resseente-se da falta de um periódico capaz de elogiar-lhes as virtudes e estigmatizar os vícios”<sup>202</sup>.

Com base no excerto, observa-se a inspiração iluminista que motiva as práticas de escrita dos colaboradores e da editoria. Nessa direção, Cristina Camaratta Lins Bahia (2016), aborda as representações mais recorrentes sobre a instrução no periódico, no período 1892 a 1910, e indica que “a representação da instrução como redentora de todos os males da comunidade negra, referida frequentemente pela metáfora da luz contra a escuridão”, remete às ideias iluministas. Isso porque, pelo viés da razão, seria possível solucionar “todos os problemas do presente e se reorganizaria o mundo rumo a um futuro mais promissor”<sup>203</sup>.

Para Nascimento (1892), assim, as mães velariam a educação de suas filhas para “fazer a luz nas trevas”, e cumpria-lhes ainda incutir “no ânimo filial o amor à religião cristã, que procurem conhecer o bem e evitar o mal e numa palavra – cercar-se de bons costumes e fugir a que se não define categoricamente”<sup>204</sup>. De igual modo, o autor fornecia pistas de que a luz da instrução contribuiria para o aperfeiçoamento moral e intelectual de sua comunidade de origem, visto o estado de ignorância ao qual os negros foram, sumariamente, submetidos durante o regime monárquico. A esse respeito, no texto intitulado *A quem toca*, a editoria (1893) registra:

Acaba de vir ao nosso conhecimento que algumas escolas públicas da capital recusam abertamente admitir ao ensino crianças *de cor*, outras que, limitando os números

---

<sup>199</sup> O anúncio do regime republicano, com seus ideais de liberdade, contornaria os impedimentos de acesso aos bens públicos, inclusive a instrução.

<sup>200</sup> Zubaran (2008, p. 7).

<sup>201</sup> A partir de diversas tensões e instabilidades (econômicas, políticas e sociais), ligadas à manutenção do regime monárquico, e, com o anúncio da abolição, um novo regime, agora republicano se assenta no Brasil.

<sup>202</sup> *O Exemplo*, 11 de dezembro de 1892. Título: *Subiremos ou nos precipitaremos no abismo?*

<sup>203</sup> Bahia (2016, p. 66).

<sup>204</sup> *O Exemplo*, 11 de dezembro de 1892. Título: *Subiremos ou nos precipitaremos no abismo?*

destas, mesmo assim maltratam-nas, a ponto de seus pais, em justa indignação, retirarem-nas das aulas. E aí ficam essas crianças atiradas à sociedade de uma ignorância crassa e prejudicial! Mas isso, além de ser um atentado à boa marcha de nossa civilização, é o desprezo por inteiro dos ditames que a lei encerra.<sup>205</sup>

Segundo a exposição da editoria, três questões são centrais: a primeira, se refere à entrada de “criança de cor” em aulas públicas; a segunda, ao número reduzido de “crianças de cor” nessas aulas – essa pouca frequência se dá também devido à necessidade de os filhos em tenra idade contribuírem com sua força de trabalho; a terceira se refere ao preconceito vivenciado por essas crianças no espaço escolar, o que influi no abandono das aulas públicas. Outra grande dificuldade consistia na falta de professores que aceitassem instruir os negros. O abandono, de diversas ordens, segundo a editoria, perpetuava o estado de ignorância vivido por gerações das “crianças de cor”. Fato lamentado pela editoria, pois o regime republicano impunha um novo modelo de sociedade, de cidadão<sup>206</sup> e de direitos, assim como de instrução. Nesse sentido, critica a prática de exclusão de crianças a partir do “preconceito de cor”, desencadeado por aqueles responsáveis por levar “luz e conhecimento”. A editoria em tom de denúncia e indignação registra que:

Se não querem estar em contato com o *negro*, porque aceitam essa missão do governo, e que é, de algum modo, remunerada com o suor do mesmo *negro*? Miséria! O governo que tem criado aulas públicas, onde possam os filhos do povo encontrar os rudimentos fundamentais para um mais proveitoso estudo, não cogitou da separação ou exclusão de classes, por diversidade de raças.<sup>207</sup>

O questionamento apresentado pela editoria manifesta a inconformidade diante daqueles que deveriam instruir. Afirma que não somente tratava-se de assegurar a entrada na escola, mas também a permanência dessa classe nos bancos escolares, com acesso à instrução de rudimentos mínimos, que lhe possibilitasse desvincular-se de uma ignorância crassa, prejudicial ao progresso da nação. Sendo a instrução compreendida pelos ideais republicanos como uma forma de alcançar o progresso, quem não se alinhava a esse novo regime estava cometendo um crime contra o país. A esse respeito, a editoria explicava que o governo “não cogitou da separação ou exclusão de classes, por diversidade de raça<sup>208</sup>”, o que seria um absurdo, e acrescentava: “Mas sabemos. E que não convém a essa parte social, possuída de uma estulta

---

<sup>205</sup> *O Exemplo*, 08 de janeiro de 1893. Título: *A quem toca*.

<sup>206</sup> Conforme Santos (2011, p. 124), “a instrução mostrava-se como um passaporte para a mobilidade social e para o conhecimento dos direitos civis, descrita muitas vezes como uma das estratégias políticas disponíveis aos negros”.

<sup>207</sup> *O Exemplo*, 08 de janeiro de 1893. Título: *A quem toca*.

<sup>208</sup> A referência indica um público leitor mais amplo, quer dizer, o jornal *O Exemplo* não se circunscrevia a um público específico, nomeado aqui de forma mais expressiva como “homens de cor”.

soberba contra os *homens de cor* que esta raça, capaz de grande empreendimento, deva instruir-se suficientemente”, de modo a “travarem [lides] pelo progresso moral e material do país”<sup>209</sup>.

A incompreensão diante da garantia dos direitos reservados e proclamados pela República é enfatizada no texto, pois ainda não se havia permitido que estes direitos fossem assegurados aos “homens de cor”. Assim, mesmo que, por um lado, o governo oferecesse aulas públicas para uma “diversidade de raças”, por outro, um agravante insistia em permanecer: “o preconceito de cor”, principal via de exclusão da população de cor, levada a cabo por aqueles que deveriam, segundo o texto *Coragem!* subscrito por “Uma Democrata” (1902), “espancar as trevas”<sup>210</sup> da ignorância. Nessa direção, o texto intitulado *Por um vexame* de autoria do colaborador Esperidião Calisto, escreve:

A cor é, as mais das vezes, a razão única dada à violência feita à nossa liberdade individual, a afronta atirada ao nosso amor próprio; portanto, devemos assestar as armas da inteligência contra o preconceito que justifica a nossa presença uniforme nos arraiais do jornalismo, o qual é o cancro da nossa autonomia moral, o preconceito de raça oficialmente instituído, tendo por base a cor. Devemos protestar contra a falta de justiça na aplicação da lei; e de equidade na distribuição do ensino público por sermos contribuintes; contra a falta de garantia à nossa liberdade pessoal por sermos cidadãos.<sup>211</sup>

De fato, o excerto coloca em evidência que a Proclamação da República não garantiu a igualdade da diversidade de raças no país, tampouco da instrução, e, convoca os instruídos, citando a si mesmos, do campo da imprensa, a colocarem em exercício as “armas da inteligência” contra o preconceito. Dado que a cor é a única razão da violência que atenta contra a liberdade dos “homens de cor”, assim como contra os direitos assegurados pela República, inclusive o direito à instrução. Calisto (1893) conclama as vítimas do preconceito de cor a lutarem pela equidade, haja visto que também eram contribuintes e tinham os mesmos direitos que qualquer cidadão. Aqui cabe a referência ao texto *Aconselhando*, no qual a editoria (1893) afirma: “os homens de cor preta e parda na sua maioria constituem hoje uma grande comunhão que, para ser sólida e saliente, necessita apenas de instrução”<sup>212</sup>. Conforme a editoria:

É uma verdade que a maioria dos nossos é completamente ignorante, mas ainda é tempo de reparar o mal, dedicando-se todos ao cultivo da inteligência e dos bons sentimentos. E si os pais não quiserem dar-se ao trabalho de já, em adiantada idade, ir estudar o abc, prestem ao menos um serviço à sua Pátria e cumpram um dever que

---

<sup>209</sup> *O Exemplo*, 08 de janeiro de 1893. Título: *A quem toca*.

<sup>210</sup> *O Exemplo*, 19 de outubro de 1902. Título: *Coragem!*

<sup>211</sup> *O Exemplo*, 12 de março de 1893. Título: *Por um vexame*.

<sup>212</sup> *O Exemplo*, 02 de abril de 1893. Título: *Aconselhando*.

lhes é imposto pela condição paterna, mandando os filhos para à escola, a fim de receberem aí a luz e o conhecimento da verdade.<sup>213</sup>

A ignorância, como descrita pela editoria, de fato estaria presente, fundada em dois motivos: o primeiro, os impedimentos legais de acesso à instrução da população de cor que, historicamente, se perpetuaram com a República; segundo, dado o período desde a Proclamação da República, seis anos, esse período não asseguraria uma população definitivamente instruída. Resolver esse “cancro”, com o qual foram acometidos os “homens de cor preta e parda” resultaria de esforços excessivos de uma população já adulta e trabalhadora. A saída, então, seria empreender esforços ainda maiores em torno de uma nova geração para o “cultivo da inteligência e dos bons sentimentos”, desde a infância. Segundo a editoria, a escola deveria ser o espaço em que se receberia “a luz e o conhecimento da verdade”, mas, para que isso ocorresse, era necessário que os pais se incumbissem de mandar seus filhos à escola, pois assim estariam prestando “um serviço à sua Pátria”. A esse respeito, no texto intitulado *Atualidade I*, de autoria do colaborador Miguel Cardoso (1893), consta:

Se o dever de cada cidadão é trabalhar para o engrandecimento de sua pátria, não é menos o da imprensa de trabalhar para a civilização dos povos, por isso, nós nos achamos dispostos a travar luta contra a ignorância, convictos de levá-la de vencida, propagando os benefícios que a instrução deve trazer à raça que, quase meio século, sofreu o obscurantismo e gemeu ao peso da mais ignominiosa opressão.<sup>214</sup>

Em formulação exemplar, o autor expõe historicamente como a “raça” de cor preta e parda sofreu o obscurantismo da ignorância, como também à imprensa incumbe lutar contra esse mal, a ignorância e propagar os benefícios da instrução. Isso porque, a partir desse impresso, a editoria e seus colaboradores expunham insistentemente os benefícios que a luz da instrução reservava aos “homens de cor”, que, com o conhecimento da verdade, poderiam vir a reclamar seus direitos, até então postergados. Para Miguel Cardoso,

hoje, que o direito fraterno assistente – aos homens de cor como membros da comunhão brasileira, – cumpre-nos, sendo descendentes desta raça, colaborar para o complemento da grande obra da civilização moderna, mostrando-lhes o caminho da instrução em cuja estrada se encontra a entrada do edifício da igualdade social.<sup>215</sup>

A instrução, como obra da civilização, que tudo melhora, só é possível quando os “homens de cor” caminham em direção ao edifício da instrução, cuja entrada é a igualdade

---

<sup>213</sup> *O Exemplo*, 02 de abril de 1893. Título: *Aconselhando*.

<sup>214</sup> *O Exemplo*, 25 de junho de 1893. Título: *Atualidade I*.

<sup>215</sup> *O Exemplo*, 25 de junho de 1893. Título: *Atualidade I*.

social. Assim, o autor exprime o compromisso de *O Exemplo* com seus leitores, especialmente com seus “descendentes”. Os membros do jornal poderiam servir de exemplo, por serem dotados de conhecimentos diversos, como também, poderiam mostrar o caminho da instrução, o caminho do conhecimento da verdade. A propósito, Miguel Cardoso (1893) acrescentava:

É por isso que damos o brado de alarma, alimentando em nosso coração a fé de que esse brado repercutirá em todos os ângulos deste Estado, despertando os nossos irmãos que se têm olvidado de mandar ao colégio seus filhos para receberem a instrução tão necessária à vida do homem, desse princípio de levantamento intelectual há de forçosamente vir o progresso e a felicidade de nossa raça, quiçá uma das mais inteligentes do universo!.<sup>216</sup>

No escrito do autor é possível identificar outras vozes, incluindo todos aqueles que, de algum modo, contribuíram para o levantamento moral e intelectual dos leitores e, em prol da instrução, reivindicavam que os pais encaminhem seus filhos à escola, a fim de que, recebendo a luz da verdade, possam aliviar-se do peso da ignorância, entendida e identificada como atraso. Posto isso, é a instrução como via para o progresso da nação e da raça que é ressaltada. Nesse sentido, escreve: “vosso filho não será feliz enquanto a mão paterna deixar de encaminhá-lo na vereda da instrução, a fim de cultivar-lhe a inteligência, preparando-o assim para maiores cometimentos”<sup>217</sup>. A partir do cultivo da instrução, “saberá defender seu direito quando violado e, então, na imprensa, como na tribuna ou nos comícios populares, ele esmagará o prepotente com a força da palavra, fundado no direito e na razão”<sup>218</sup>. Como exposto, esse é um dos benefícios anunciados pela imprensa: imbuir os leitores, em especial os homens de cor de seus direitos.

Na continuidade de sua participação, no texto *Atualidade II*, Miguel Cardoso (1893) disserta que “muitos pais e mães esquecem o dever que têm de educar seus filhos, sem pensar que assim concorrem para que a ignorância seja mantida ainda muito além de nossa expectativa”<sup>219</sup>. Novamente, reforça que os pais devem, tão prontamente, atender a essa solicitação anunciada, visto que, impedindo seus filhos de se instruírem, contribuem para a permanência do estado de ignorância dos seus. Essa afirmativa está associada às notícias acerca da abertura de aulas públicas de instrução primária<sup>220</sup>. Contudo, lastima-se, pois “se visitarmos, uma a uma, essas aulas, não encontraremos ali, entre cem frequentadores, vinte meninos de cor;

<sup>216</sup> *O Exemplo*, 25 de junho de 1893. Título: *Atualidade [I]*.

<sup>217</sup> *O Exemplo*, 25 de junho de 1893. Título: *Atualidade [I]*.

<sup>218</sup> *O Exemplo*, 25 de junho de 1893. Título: *Atualidade [I]*.

<sup>219</sup> *O Exemplo*, 02 de julho de 1893. Título: *Atualidade II*.

<sup>220</sup> Para Bahia (2016, p, 53), essa referência marca a presença do “discurso médico-higienista”.

isso prova suficientemente o descuro ou pouca importância que tem a instrução, para a maior parte de nosso meio”<sup>221</sup>. Aqui, Cardoso apresenta a compressão de que a população de cor é muito superior em número à população branca, conforme dados do Recenseamento do Brasil, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos de 1872 e 1900. Segundo o autor:

Vemos, com profundo pesar, meninos cuja inteligência deverá ser aproveitada, infestando diariamente as ruas e praças, da vida ociosa do vendedor de balas, até que se façam homens, sem educação nem meios de vida honesta; outros, entrando no caminho do vício do jogo, disfarçado em divertimento da infância, enquanto os pais assistem impassíveis o prólogo da vida que terá seu filho<sup>222</sup>.

Cardoso (1893), dessa forma, lamenta que houvesse crianças entregues às ruas<sup>223</sup> da capital, às alegrias momentâneas<sup>224</sup>, distantes, de um lugar no qual poderiam aperfeiçoar suas inteligências, a escola, onde poderiam “ser aproveitadas”. Nesse sentido, a escola, como um lugar de instrução, era apresentada como colaboradora para que essas crianças se façam homens com educação. Essa é uma das poucas vezes em que aparece a referência à educação. Logo, a educação, como citada pelo autor, resulta da instrução que acontece na escola. Esse pensamento fica evidente quando o autor conclui o texto com a afirmação de que “nossa arma será a instrução, porque sem ela não há ciência e a ciência é o conhecimento certo e evidente das coisas pelo princípio metódico”<sup>225</sup>.

Em outro texto, intitulado *A questão do ensino II*, a editoria (1895) aponta ainda que um dos anseios dos pais, ou chefes de família, é de que os filhos, ao mesmo tempo em que aprendam algum rudimento de instrução, possam também aprender alguma arte que lhes possibilite ganhar algumas moedas. Quanto a isso, critica os pais que utilizam de artifícios para saírem pela tangente ao negligenciarem a instrução dos filhos, contribuindo para a persistência da ignorância. Nas palavras da editoria, “o ensino primário sempre foi gratuito”, de modo que após sua conclusão os alunos poderão continuar a estudar, ocupando seu tempo com algo que lhes

---

<sup>221</sup> *O Exemplo*, 02 de julho de 1893. Título: *Atualidade II*.

<sup>222</sup> *O Exemplo*, 02 de julho de 1893. Título: *Atualidade II*.

<sup>223</sup> Diferentemente dessa realidade, Peres (2002) indica que a circulação de crianças que vagavam pelas ruas de Pelotas não combinava com uma cidade que detinha “o título de ser a mais aristocrática de toda a Província” (p.44). Desse modo, a Biblioteca Pública Pelotense assume a incumbência de aceitar a matrícula dessas crianças que fossem maiores de sete anos, para torná-las “um bom trabalhador, ou seja, para ‘não se entregar’ ao mundo da ociosidade, da vagabundagem, dos vícios” (p. 160).

<sup>224</sup> Com relação a essa referência, Pesavento (2002) refere os discursos higienistas, que dirigirem campanhas moralizadoras contra essa realidade.

<sup>225</sup> *O Exemplo*, 02 de julho de 1893. Título: *Atualidade II*.

renda certo honorário, “frequentando as escolas noturnas, de uma mocidade ao alcance dos mais pobres”<sup>226</sup>.

A partir do argumento exposto pela editoria, é possível compreender que o ensino primário e gratuito oportunizou, para além do acesso e apesar das desistências, a possibilidade de superar a ignorância pela instrução. Quanto a esse fato, do acesso de alunos pobres ao conhecimento, a editoria é propositiva no sentido de dar a ler informativos sobre alunos que conseguiram acender a uma colocação devido à sua instrução. Entre os exemplos, cita “Manoel Victorino, filho de um operário, como todos, pobre e que ‘por si’ elevou-se ao cargo de segundo magistrado deste país!”<sup>227</sup>. Muitos outros exemplos podem ser lidos em *O Exemplo*, que anuncia um número crescente de jovens em colocações como a de Victorino. A esse respeito, Santos (2011) indica que “os redatores procuravam afirmar a capacidade intelectual dos negros com a divulgação de exemplos de pessoas que haviam conseguido, por meio da busca da instrução e do aperfeiçoamento do conhecimento, melhorar suas vidas”<sup>228</sup>, como aqueles que tiveram acesso ao funcionalismo público, o que mostra uma possibilidade de ascensão profissional possível aos negros.

Ainda a respeito do texto *A questão de ensino II*, a editoria (1895) comunicava aos jovens pobres que desejassem prosseguir nos estudos nos cursos superiores, por exemplo, de que “há sempre sociedades beneficentes que amparam tanto quanto podem os seus colegas desprotegidos da sorte, para não falar em mãos caridosas (e há bastante!) que espalham profusamente ouro para a manutenção necessária de muitos tutelados gratuitos”<sup>229</sup>. A partir desse excerto, entendemos que a frequência nas aulas dos “cursos acadêmicos” poderia ser custeada por particulares ou agremiações e que era considerada livre. Desse modo, “o pobre” que tinha certa vontade de saber poderia, empregado, “cursar um instituto para a conquista de um diploma que o afaste, mais tarde, da obscuridade de ignorância e o liberte quiçá dos pesados grilhões da pobreza”<sup>230</sup>.

Passar do ensino primário gratuito aos cursos acadêmicos era um longo caminho, especialmente para os alunos pobres e negros, referência utilizada pela editoria, pois, ao requererem uma assistência, conseguiam dar continuidade aos estudos e subtraírem-se da obscuridade da ignorância que lhes era reservada. Nessa direção, o texto *Por despedida*, de autoria do colaborador Juvenal (1897) expressava sua compreensão sobre a situação da época:

---

<sup>226</sup> *O Exemplo*, 03 de novembro de 1895. Título: *A questão de ensino II*.

<sup>227</sup> *O Exemplo*, 03 de novembro de 1895. Título: *A questão de ensino II*.

<sup>228</sup> Santos (2011, p. 158).

<sup>229</sup> *O Exemplo*, 03 de novembro de 1895. Título: *A questão de ensino II*.

<sup>230</sup> *O Exemplo*, 03 de novembro de 1895. Título: *A questão de ensino II*.

O regime republicano que abre campo vasto para a realização de todas as aspirações populares, nenhuma classe, por mais medíocre que seja, deve ser estacionária e por isso é que por meio da imprensa queríamos não só estimular aos nossos congêneres a instruírem-se, para assim terem sua parcela de esforços na reconstrução da grande Pátria Brasileira, como também atestar aos nossos concidadãos que entre nós também há quem tenha talento e saiba cultivá-lo<sup>231</sup>.

Dois aspectos sobressaem nesse excerto, o primeiro deles é o que conclama a qualquer classe, por “mais medíocre que seja”, a instruir-se; e o segundo que procura ressaltar os talentos dos “homens de cor preta e parda” para os domínios da instrução. Assim, aos pobres ou “homens de cor”, a manutenção ou o cultivo da ignorância apresentava-se como um mal que precisava ser superado no regime republicano, pois, em alinhamento com um ideal de progresso, se construiria uma nação civilizada porque instruída. Um povo instruído saberia cultivar seus talentos, como também fazer uso desses talentos em prol do país. Como escreve a editoria (1902) no texto intitulado *Nossa Escola*:

Uma das primeiras carências do nosso meio social é honestamente a instrução. Os nossos homens, nascendo enfaixados na necessidade [...] são desde muito novos atirados às oficinas, aos braços do trabalho antes de terem podido acumular uma bagagem intelectual de conhecimentos que fora necessário em toda a vida e não podem, quando por reflexão a avaliar o mal que a falta de conhecimentos lhe acarreta, repará-lo porque seus ganhos bastam apenas para suas necessidades e o governo não mantém aulas noturnas onde os filhos do povo possam instruir-se.<sup>232</sup>

O primeiro destaque que se faz necessário nesse excerto é que a principal carência dos filhos do povo, segundo a editoria era de instrução. Essa carência residia em um problema mais grave, pois, desde a tenra idade, esses infantes são atirados ao trabalho, antes de acumularem qualquer bagagem intelectual. A partir desse cenário, levado ao conhecimento da sociedade, havia um tom de denúncia, uma vez que o governo não ofertava aulas noturnas aos filhos do povo, de modo que, carentes de instrução, pudessem se instruir.

O segundo destaque reside no que anteriormente foi comentado: o fato de os pais descuidarem da instrução dos seus filhos. Novamente é possível observar que a editoria procura reforçar essa afirmativa ao reprovar a inserção das crianças nas oficinas antes de acumularem conhecimentos que levariam para toda a vida. A inexistência da oferta de aulas noturnas aos trabalhadores adultos favorecia a permanência do estado de ignorância, impedindo-os de alcançar conhecimentos úteis, bem como de atingir outro patamar social<sup>233</sup>.

---

<sup>231</sup> *O Exemplo*, 21 de janeiro 1897. Título: *Por despedida*.

<sup>232</sup> *O Exemplo*, 12 de outubro de 1902. Título: *Nossa Escola*.

<sup>233</sup> Muller (2013, p. 115).

A esse respeito, Muller (2013) afirma que, “convencidos de que o governo não cumpriria sua obrigação e pensando já ser mais do que a hora de propor uma alternativa, o grupo dirigente de *O Exemplo* conclamou o auxílio de homens e associações negras”<sup>234</sup>, para fundar uma escola noturna, cujo nome seria O Exemplo. Tal fato é comentado pela editoria quando escreve que, “em outros tempos, quando o país ainda não estava constituído democraticamente, quando um trono pesava sobre os brasileiros e o imperador para ter soldados dedicados na sua defesa, precisava de ignorantes”<sup>235</sup>, poder-se-ia justificar a ausência de aulas noturnas. Na sequência, o texto intitulado *O Atheneu Popular*, a editoria (1902) escreve como o cultivo de um passado de ignorância interferia de forma perversa na vida daqueles que não tomavam o caminho da instrução:

Os homens atirados à noite da ignorância, não encontrando melhores diversões que as tavernas e os bordéis a elas se entregam, não podendo embriagar-se nos encantos que as ciências guardam em seus arcanos, procuram a embriaguez no álcool, não tendo noção de dignidade que não seja a repulsa do insulto pela força bruta, lá, vem um dia em que tentam o homicídio e mesmo o consumam; sem proteção, sem trabalho muitas vezes, e sempre sem mais do que o estritamente necessário para não morrer de fome, sem o escudo da instrução para defendê-los dos golpes de desejos imoderados, sem o conhecimento dos deveres que ponham freio aos assomos de sua animalidade, comete os alienados ao pudor, lenocínio, o roubo.<sup>236</sup>

Os excertos até aqui transcritos demonstram o comprometimento da editoria com a divulgação e sensibilização dos “homens de cor” para a necessidade de instruírem-se, bem como dos benefícios que a instrução poderia proporcionar. De modo esquemático, o que se depreende é que, por um lado, temos a ignorância como sinônimo de noite, de trevas e do mal, e, por outro, a instrução como sinônimo de escudo, de luz e do bem. Dicotomias recorrentes naquele período.

A instrução, difundir o conhecimento dos deveres, mas também dos direitos dos “homens de cor”, e por isso contribuía para que pudessem “embriagar-se nos encantos” das ciências. Em posse dessa consciência, saberiam se proteger, como também ter domínio sobre si. Ao fazer essa exposição, a editoria escreve:

Dirão muitos que somos pessimistas ou que fazemos oposição sistemática, porque havendo no Estado setecentas escolas mantidas pelo governo, há meios de instruir-se o povo. Porém, não somos pessimistas nem queremos fazer oposição a ninguém; reconhecemos um mal, queremos na medida de nossas forças remediá-lo – eis tudo.<sup>237</sup>

---

<sup>234</sup> Muller (2013, p. 116).

<sup>235</sup> *O Exemplo*, 12 de outubro de 1902. Título: *Nossa Escola*.

<sup>236</sup> *O Exemplo*, 11 de dezembro de 1902. Título: *O Atheneu Popular*.

<sup>237</sup> *O Exemplo*, 11 de dezembro de 1902. Título: *O Atheneu Popular*.

Vale destacar, primeiramente, a expressão utilizada no final do excerto “eis tudo”, o que permite depreender que o autor sugere que a missão de *O Exemplo* é incitar o povo à instrução. Com essa declaração, a editoria dá a compreender, como vimos insistindo, que a ignorância é um mal que precisava ser superado e que o caminho era a instrução<sup>238</sup>. Essa afirmativa busca relativizar a informação de existirem muitas escolas por todo o Estado, para aqueles que desejassem superar este mal. Em seguida, o texto *A educação*, de autoria do colaborador Ascanio Cardolino (1903) evoca uma questão pouco referida e associa os termos instrução e educação. Através de discussões conceituais e de demonstrações, mostra como elas operam na vida das pessoas, ambas em oposição à ignorância. Conforme impresso no semanário:

“A educação faz o homem e a instrução, o sábio”. Este sublime pensamento li algures e jamais se apagou de minha ingrata memória pelo uso que dele faço para desculpar aqueles que, por uma vaidade ignorante, nos arranham de quando em vez ao amor próprio, baseados em posições efêmeras no torvelinho da vida a que estamos sujeitos. A educação é um indispensável elemento, para o completo desenvolvimento moral do homem. A instrução exercita o espírito, desvendando o segredo do ideal; a educação equilibra a índole, despertando os bons sentimentos. É ela a base da conduta e o alicerce da inteligência.<sup>239</sup>

O excerto põe em evidência que “a educação faz o homem e a instrução, o sábio”. A partir desses elementos, o autor manifesta sua compreensão quanto aos termos instrução e educação, difundidos e anunciados ao longo das edições de *O Exemplo*, pela editoria e seus colaboradores. Assim, a educação está associada aos atributos necessários ao desenvolvimento da moral ou, dito de outra forma, a educação é a “base da conduta”. Quanto à instrução, esta “exercita o espírito”, o desenvolvimento intelectual e está associada aos conhecimentos e à ciência. A partir dessa compreensão, cabe aqui a apresentação de um breve excerto do Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, datado de 1888, que registra no entendimento de que “ninguém mais ignora que da instrução é que nascem os bons costumes, o amor ao trabalho e todas as virtudes que fazem a felicidade das nações. Que os povos contam seus progressos pela destruição das barreiras da ignorância”<sup>240</sup>.

---

<sup>238</sup> De igual modo, esse argumento é reforçado no artigo *Estratégias étnicas e trajetórias de intelectuais negros*, escrito por José Antônio dos Santos (2013), o qual afirma que os intelectuais que fundaram e mantiveram as publicações do jornal *O Exemplo* imprimiram suas imagens como pessoas engajadas por uma causa: a superação da discriminação racial e “entenderam que a instrução era o principal meio para a mobilidade social e a integração na sociedade de classes que se formava” (2013, p. 13).

<sup>239</sup> *O Exemplo*, 05 de janeiro de 1903. Título: *A educação*.

<sup>240</sup> Pesavento (1988, p. 95).

No texto *As nossas associações IV – Os preconceitos*, a editoria (1904), de *O Exemplo* reafirma sua posição frente às condições vivenciadas por aqueles que pertencem a sua mesma raça: “nosso meio por origem está voltado às mais humildes condições sociais e por tal razão também apostado [sic] à ignorância e ameaçado constantemente pelo vício”. Diante dessa afirmação, a editoria insiste em conclamar “aos homens de ânimo e de espírito que brotam em nosso meio” que trabalhem na intenção “de levar a luz do saber aos cérebros obscurecidos pelas densas nuvens da ignorância”. Isso porque compreendia que existiam em seu meio pessoas de superior “nível intelectual e moral” que poderiam contribuir nesse desiderato. Desse modo, lembra que cabe a estes a posição de não esquecer “o dever moral de estenderem a mão” àqueles que se encontram em um estado de ignorância, “a fim de arrancá-los do abismo em cujo fundo nasceram” e de que “muito dificilmente, por si sós, poderão sair”. Para a editoria são as privações a que são submetidas as crianças que, desde tenra idade, são obrigadas “ao trabalho excessivo e fatigante das roças”, para ajudarem a seus pais, aos quais, por falta de meios, não as encaminham as escolas<sup>241</sup>.

Na semana seguinte do mesmo ano, (1904), no texto *Discurso*, a editoria retoma o assunto das crianças que trabalham e afirma que, “em cada membro de sua prole, um cérebro que é terreno cultivável, e que convenientemente cuidado pode produzir [...] belíssimos cabedais de conhecimentos”<sup>242</sup>. Assim, a editoria demonstra sua concepção de infância da época, bem como, a saber, seu entendimento sobre como a instrução incide sobre elas, no cultivo de suas inteligências.

Em relação aos cabedais de conhecimentos com os quais os negros e pobres poderiam produzir, cumpria-se, então, instruí-los nas diversas áreas de estudos, da Língua Portuguesa aos conhecimentos de Aritmética e de idiomas em geral, dentre outros. O texto *Demonstração produtora – Os preconceitos – I*, de autoria do colaborador Felinto Rodrigues (1904) manifesta que esses conhecimentos não deveriam “ser olvidados pelos jovens aspirantes a uma sólida ilustração [instrução]”, visto que, para aqueles que souberem aproveitar esses conhecimentos, haverá a possibilidade de aspirar à “independência pessoal”. Ademais, saberão também agir de forma contundente para a “anulação do preconceito”<sup>243</sup>. Nesse texto, o autor demonstra, a partir de exemplos, como os conceitos podem ser úteis:

As ciências têm, cada uma delas, determinados fins, porém, quaisquer que sejam, eles capacitam o homem! A mecânica apresenta-nos forças que não seriam possíveis de

---

<sup>241</sup> *O Exemplo*, 26 de junho de 1904. Título: *As nossas associações IV - Os preconceitos (continuação)*.

<sup>242</sup> *O Exemplo*, 03 de julho de 1904. Título: *Discurso (continuação)*.

<sup>243</sup> *O Exemplo*, 07 de agosto de 1904. Título: *Demonstração produtora - Os preconceitos - I*.

obter com braços. Como seria possível a travessia dos oceanos sem conhecimento da astronomia? A etiologia demonstra-nos a causa das doenças. A geologia ensina-nos a pesquisa de minerais. A química, por meio de operações a ela sujeitas, ensina-nos a utilidade de corpos existentes na natureza e que se nos afiguram inúteis. Não é por menos interessante o estudo da história universal: onde está registrado o trabalho incessante dos homens da ciência e as transformações por que têm passado as diversas nações que cobrem a superfície do globo terrestre.<sup>244</sup>

O autor discorre sobre como o conhecimento das ciências pode contribuir com a formação e cultivo intelectual dos seus, a partir da luz do conhecimento que é a instrução. Assim, se alinha o texto intitulado *Luz*, de autoria do colaborador Regulo Varella (1904), quando indica que a luz do saber oportuniza espancar as trevas da ignorância. Conseqüentemente, escreve:

Luz! Luz puríssima de saber! Luz suavíssima de instrução! Pedimos nós também para espancar as trevas que envolvem os nossos homens e fazem-nos tatear indecisos sem saber qual a estrada do bem e qual a estrada do mal. Luz para os cérebros e que a noite do apedutismo não vê lucilar sequer um astro de instrução! Luz de ciência para as inteligências que vagam inatinadas na noite cerrada e brumosa do analfabetismo!<sup>245</sup>.

Em excertos já apresentados, a ignorância é representada através de metáforas diversas, como trevas, escuridão, abismo, mal e cancro, que “estiolam inteligências”. O analfabetismo também é concebido como um mal a ser superado<sup>246</sup>. Em oposição ao estado de ignorância, que acomete os analfabetos, tem-se a instrução, representada também aqui pela metáfora da luz, responsável por mostrar o caminho do bem. Sobre isso, Varella (1904) disserta que, “se é necessária a luz do sol para a manutenção da vida universal, é necessária a luz da instrução para a garantia da normalidade das funções da vida social. Onde falta sol a vida periclita, onde falta a instrução a sociedade humilha-se, a moral decai”. Nesse sentido, afirma que “fugir à luz, pois, é fugir à vida; fugir à instrução é perpetrar um suicídio moral”<sup>247</sup>. Nessa direção, no final do texto, Varella (1904) assegura:

Vimos dispostos a combater as coisas determinantes do grande mal, que é a escuridão dos cérebros e por isso gritamos - Luz! e esperamos que as associações de nosso meio tendo compreendido como uma necessidade o nosso grito, repitam a uma - Luz! Individualmente, os nossos, suicidam-se, fugindo à instrução, coletivamente não podemos permitir que assim o façam, porque isto seria desvalorizar de todo uma classe

---

<sup>244</sup> *O Exemplo*, 07 de agosto de 1904. Título: *Demonstração produtora - Os preconceitos - I*.

<sup>245</sup> *O Exemplo*, 14 de agosto de 1904. Título do texto: *Luz*.

<sup>246</sup> No decorrer desta subseção e das seguintes, discorro sobre como *O Exemplo* “trava lutas”, bem como se alista “nas cruzadas” contra o analfabetismo.

<sup>247</sup> *O Exemplo*, 14 de agosto de 1904. Título: *Luz*.

forte, capaz, que se vai humilhando demasiado, servilizando, desmoralizando mesmo, pelo demérito resultante da falta de cultura intelectual de seus membros.<sup>248</sup>

Como já anunciado, *O Exemplo* se coloca em posição de se “alistar nas cruzadas”<sup>249</sup> em “defesa de nossa classe”<sup>250</sup>, depois “cumpre-nos, sendo descendentes desta raça”, lutar contra as trevas, com a luz da instrução. Alguns destaques são tomados para compreender a metáfora da luz: primeiro, redentora dos males da ignorância; segundo, caminho a ser trilhado; terceiro, dissipadora das trevas que envolvem os cérebros humanos; e quarto, garantia de normalidade das funções da vida social. Em contrapartida, sem ela, a luz, a sociedade humilha-se e decai moralmente, fugir à luz, é “fugir à vida”, é permanecer na escuridão, que nada contribui para o levantamento moral, “cultural [e] intelectual de seus membros”, como é o caso do analfabetismo.

Em relação ao melhoramento intelectual da classe, no texto intitulado *Aos nossos – III*, Varella (1904) declara que “temos imposto a missão de evangelizadores dessa cruzada que levará à sua frente um lábaro santo em que a palavra – Instrução – deixar-se-á ver em toda a sua beleza”. Para o autor, levar essa obra adiante tem como objetivo “melhorar o estado intelectual e moral dos nossos”, o que demanda tempo, tática e persistência e, mais ainda, “muita honestidade e uniformidade de conduta”. Argumenta que “os primeiros que tomarem sobre os ombros esta obra serão verdadeiros missionários ou apóstolos”. Mais adiante, afirma ainda que “a estrada a percorrer pelos cruzados da salvação moral dos nossos é longa e tortuosa”, lembrando que “ao fim, porém, de muitas e fatigantes jornadas está a terra da promessa”<sup>251</sup>. Observa-se que toda a construção argumentativa da série de textos de Varella se assenta nas metáforas religiosas e morais.

Para o autor, é elucidativa a afirmação de que tal empreendimento tem por objetivo levar a luz do conhecimento, constitui uma cruzada, uma missão evangelizadora para consecução do melhoramento intelectual e moral dos “homens de cor”. Como cruzada, requer persistência e assistência, porque espíritos maldosos assombram e tentam ridicularizar aqueles que aceitaram o chamado de levar luz aos cérebros abocanhados pelas trevas da ignorância. Tudo isso em razão do preconceito dispensado, sobretudo aos “homens de cor”, para mantê-los sob controle, no estado de servilismo, que fora, de forma mais incisiva, vivido no regime monárquico<sup>252</sup>.

---

<sup>248</sup> *O Exemplo*, 14 de agosto de 1904. Título: *Luz*.

<sup>249</sup> Termo presente em *O Exemplo*, 11 de dezembro de 1892. Título: *O Exemplo*.

<sup>250</sup> Termo presente em *O Exemplo*, 11 de dezembro de 1892. Título: *O Exemplo*.

<sup>251</sup> *O Exemplo*, 06 de novembro de 1904. Título: *Aos nossos – III*.

<sup>252</sup> Segundo Zubaran (2008, p. 18), para as lideranças negras, uma das principais causas dos problemas da comunidade negra no pós-abolição é a ausência da instrução.

Por conseguinte, Varella (1904) assenta que, se por um lado “os faraós do preconceito procuram por todos os meios enrijecer pela ignorância o estado de servilismo em que o apedentismo tem presos a maioria dos nossos”, por outro lado, empreendem cruzadas em prol do levantamento moral e intelectual a partir da instrução. Nas palavras do autor, tal cruzada é associada à metáfora do deserto, no qual “um guia inteligente fará chover maná da confiança e brotar a água da instrução que dar-lhes-á ânimo e conforto”<sup>253</sup>. Nesse intento, o autor disserta em tom de verdadeira cruzada:

Ânimo povo! Entre vós está o guia de que careceis! Ele já recebeu a tábua da lei. É ela mais simples que a lei do passado e mais perfeita, ei-la: Instrução e Amor. Praticai-a! Instruí-vos tanto quanto vos for possível, e amai-vos mesmo ao impossível. A instrução trar-vos-á maiores aspirações, o amor recíproco destruirá as rivalidades, o egoísmo e vos unirá a todos em imenso amplexo. Vós sois a borda de uma praia que está exposta ao ondear dos preconceitos e vossa resistência está na razão direta da coesão de vossos atos, uni-vos pois! É tempo já de um começo de ação!<sup>254</sup>

Para Varella (1904) os guias da instrução conduzem seu povo de um estado de ignorância, por um caminho de luz, a um estado de aspirações. A esse respeito, o texto *As mulheres*, de autoria da colaboradora Pepita<sup>255</sup> (1904) escreve que, a exemplo de Joana d'Arc, que travou lutas na Guerra dos Cem Anos, ela, a autora, trava uma guerra contra a ignorância. Isso porque as mulheres preferem “adornar-se dando realce à beleza física”, mas “a beleza perde-se, [e] a instrução persiste no decorrer do tempo”, pois a “instrução dá-nos um passado bom e dar-nos-á um presente muito bom e um futuro ótimo”<sup>256</sup>.

Compreende-se das considerações tecidas até aqui que os editores e colaboradores se propuseram a levar o conhecimento de uma verdade, uma verdade orientada, que pudesse levar ao engrandecimento de seus congêneres<sup>257</sup>. Dito de outra forma, tornaram-se porta-vozes da ideia de melhoramento intelectual e moral pela instrução. E, não somente pela instrução, mas como refere Zubaran (2008), também pelo trabalho, pois ambos “assegurariam o desenvolvimento moral e intelectual da comunidade negra”<sup>258</sup>. Por isso, as inúmeras solicitações para aqueles que pudessem contribuir com a cruzada de levar luz a cérebros obscurecidos por uma ignorância crassa e prejudicial ao progresso e, conseqüentemente, à

---

<sup>253</sup> *O Exemplo*, 06 de novembro de 1904. Título: *Aos nossos – III*

<sup>254</sup> *O Exemplo*, 06 de novembro de 1904. Título: *Aos nossos – III*

<sup>255</sup> Para Rosa (2014, p. 262), Pepita é pseudônimo utilizado pela colaboradora de *O Exemplo* e professora pública D. Sophia [Ferreira] Chaves.

<sup>256</sup> *O Exemplo*, 04 de dezembro de 1904. Título: *As mulheres*.

<sup>257</sup> Quando trata dessa nomeação, o jornal *O Exemplo* circunscreve um público leitor específico, os “homens de cor”.

<sup>258</sup> Zubaran (2008, p. 18).

nação. Nesse sentido, a instrução, como ideário republicano, era um discurso corrente para o progresso da nação.

Uma outra atenção marcante nos textos escritos pela editoria e pelos colaboradores de *O Exemplo* concerne às associações e suas relações com a instrução<sup>259</sup>. As matérias publicadas parecem mais voltadas aos participantes dessas associações, também nomeadas de irmandades, “sociedades particulares de diversos gêneros”<sup>260</sup>, como exemplo a Irmandade do Rosário.

Liane Susan Muller (2013), indica que os homens pertencentes à Irmandade do Rosário faziam parte de um grupo relativamente estável, isso porque “não eram homens ricos, mas possuíam em geral, uma situação financeira estável, ocupando, inclusive, cargos na burocracia do estado”. A investigação levada a cabo pela autora indica ainda que esses homens pertencentes à Irmandade do Rosário seriam os mesmos que fundaram diversas associações negras, a exemplo do jornal aqui analisado. Desse modo, a inserção desses “homens de cor” nessas associações, como em *O Exemplo*, para tentarem incentivar e imprimir a instrução como necessária, dado o novo contexto e as reconfigurações do país, visava livrarem-se, definitivamente, do cancro da ignorância, tida como reflexo da escravidão<sup>261</sup>.

Assim, anunciando um novo momento histórico para o país, em que as ideias republicanas predominavam os discursos circulantes, no texto *As nossas sociedades*, a editoria (1895) propunha, ao se dirigir às associações, que elas revisassem suas ações e fizessem uso da imitação, não apenas como uma ideia, mas como “um fato correlato ao progresso”. Compreendia que, “quem imita produz, quem quer imitar aprende, quem sabe ou consegue imitar aprendeu, estudou, instruiu-se”<sup>262</sup>. E, com relação a isso, declara: “exultamos em ver que os nossos congêneres já vão, timoratos é verdade, compreendendo a necessidade de uma instrução melhor”<sup>263</sup>. Além disso, reconheciam que essa missão de penetrar em cérebros abocanhados pela ignorância o desejo pela instrução não era uma tarefa fácil e não seria realizada de um dia para outro. A editoria constatava que “a instrução na classe” não era “uma realidade ainda, [seria] pelo menos uma aspiração real e mais que isso, variada, porque o

---

<sup>259</sup> Cabe registrar que, alguns títulos de textos já apresentados serão retomados quando fizerem referência as associações.

<sup>260</sup> *O Exemplo*, 10 de novembro de 1895. Título: *As nossas sociedades*.

<sup>261</sup> Segundo Muller (2013, p. 77-78), se contabilizados, da criação da Irmandade em 1786 até a sua derrocada em 1967, somam-se 181 anos de atividade. Contudo, devido a contextos diversos, as atividades da Irmandade foram alvo de interrupções que se assentam em “uma história de mais de cem anos”. Com relação às atividades desenvolvidas pela Irmandade, a autoria elabora um quadro com as principais profissões registradas para os 268 Irmãos do Rosário e fundadores de associações negras entre os anos de 1870 e 1920.

<sup>262</sup> *O Exemplo*, 10 de novembro de 1895. Título: *As nossas sociedades*.

<sup>263</sup> *O Exemplo*, 10 de novembro de 1895. Título: *As nossas sociedades*.

conhecimento é de diversos gêneros”<sup>264</sup>. A afirmação de tais ideias, indica que a editoria seguia animada e confiante em sua missão de suscitar nos seus descendentes a necessidade da instrução:

Não elogiamos, não fazemos reclame em causa própria – registramos apenas nosso júbilo, consignamos nossos aplausos e hipotecamos o nosso decidido concurso – pois que a fundação desses grêmios, onde a instrução entra como um dos principais fins, nada mais é senão o cumprimento de um dever que cada homem deve ter contraído consigo mesmo, isto é, saber ser homem, elevar-se acima da ignorância, para compreender melhor seus direitos sociais.<sup>265</sup>

A observação apontada pela editoria sugere pensar sobre a missão das agremiações e o dever de todos os homens de levarem a luz da instrução para aqueles que se encontram em um estado de ignorância, ou melhor, de buscar incutir em seus congêneres a necessidade de se elevarem acima da ignorância, em especial porque, afastados da escuridão que é a ignorância, poderão compreender e reivindicar seus direitos. Assim, essa necessidade e a ausência de escolas noturnas, devem ser reivindicadas, para o que a editoria se pronuncia da seguinte forma: se “o governo não cria escolas noturnas, criamo-las nós”<sup>266</sup>. Observava que muitos dos seus descendentes, para manterem sua existência, precisavam, durante o dia, ocupar o seu tempo no trabalho e, a editoria de *O Exemplo*, convencida de ser isso uma necessidade, “inicia o trabalho e espera o auxílio de todos os do nosso meio, homens e associações”<sup>267</sup>. Vale frisar que a instrução é defendida como requisito imperioso à efetivação da igualdade social.

Após a editoria realizar esse comunicado aos leitores, em especial às associações, na edição seguinte, no texto *Coragem!*, de autoria de uma colaboradora, sob a assinatura “Uma Democrata” (1902), faz o seguinte apontamento:

Se em todos os corações existisse o fogo crepitante da fé e o riso censurador da esperança, essa Escola Noturna que O Exemplo anuncia seria o ponto para onde convergiriam todas as ideias, todas as atividades. Mas qual! Um desalento profundo, uma inércia cruel se apodera de todos os peitos, e quem sabe se esta ideia duplamente altruísta não provocou risos de escárnio, condenáveis impropérios! Que valerá então que peitos nobres queiram sacrificar-se pelo levantamento moral de nosso povo, se outros não se unificam com ele e não tomam por divisa esta frase – Querer é poder!<sup>268</sup>

---

<sup>264</sup> *O Exemplo*, 10 de novembro de 1895. Título: *As nossas sociedades*. Sobre a inscrição que “o conhecimento é de diversos gêneros”, comentei anteriormente nesta mesma seção.

<sup>265</sup> *O Exemplo*, 10 de novembro de 1895. Título: *As nossas sociedades*.

<sup>266</sup> *O Exemplo*, 12 de outubro de 1902. Título: *Nossa Escola*.

<sup>267</sup> *O Exemplo*, 12 de outubro de 1902. Título: *Nossa Escola*.

<sup>268</sup> *O Exemplo*, 19 de outubro de 1902. Título: *Coragem!*

A autora lamenta que o fogo crepitante não estivesse presente em outros corações para levar a cabo a abertura de uma Escola Noturna, tão necessária ao levantamento moral e intelectual de seu povo. Contudo, se por um lado é possível identificar uma esperança na abertura de uma Escola Noturna em Porto Alegre, por outro é possível destacar o caso da Biblioteca Pública Pelotense, cujo estudo de Eliane Teresinha Peres (2002) aborda essa obra necessária e útil aos trabalhadores no final do século XIX, para “instruir as classes populares”, inclusive aos “homens de cor”. Nesse sentido, a autora afirma:

A elite pelotense desejava, efetivamente, que Pelotas ostentasse o título de mais civilizada e instruída das cidades gaúchas e, quiçá, brasileiras. Assim, ganhou força entre alguns de seus membros a ideia de que a instrução e a formação dos homens das classes populares era uma tarefa que lhes cabia. [...]. Associou-se ao projeto de instrução, a educação moral, que visava à formação de hábitos e atitudes compatíveis com o que era considerado um bom trabalhador.<sup>269</sup>

A iniciativa, entre os anos de 1875 e 1915, desencadeada pela elite pelotense, de criação dos cursos noturnos de instrução primária, direcionados, sobremaneira, aos homens adultos e meninos pobres, apresentava um programa bem definido no sentido de incutir normas de disciplinamento, como também valores sociais que reforçavam a necessidade do trabalho como forma de combater o ócio e a vagabundagem. Em alguma medida, é provável que a editoria e colaboradores de *O Exemplo* não desconhecem iniciativas de instrução popular em outras localidades, e que tenham se inspirados nessas iniciativas. O texto, sob assinatura de Uma democrata, clama “aos peitos nobres” que persistam na iniciativa de levar a luz da instrução aqueles que a carecem, pois “Querer é poder!”<sup>270</sup>.

Avante corações amigos! Sejam perseverantes, não nos temam os acontecimentos que sobrevenham, lembrem-nos que a vida é o movimento, e quem não luta, é ..... que o sol só nos parece mais lindo quando se nos mostra depois de ter estado ocultado nos dias e após noites tempestuosas é que surgem as mais risonhas auroras e preparemo-nos unindo-nos para espancar as trevas que nos cercam acendendo os tachos da instrução [...]. Avante! E que seja nossa resolução traduzida pelo sublime sentimento que inspira os homens em todos as conquistas, que é a chave que abre a porta da realidade a todos os projetos – a vontade.<sup>271</sup>

A partir desse excerto, é possível identificar o alinhamento da colaboradora, sob a assinatura de “Uma Democrata” com a editoria, face à missão, nada fácil, repleta de lutas frente aos acontecimentos de todas as ordens, como aqueles que impõem impedimentos sobre esse

---

<sup>269</sup> Peres (2002, p. 160).

<sup>270</sup> *O Exemplo*, 19 de outubro de 1902. Título: *Coragem!*

<sup>271</sup> *O Exemplo*, 19 de outubro de 1902. Título: *Coragem!*

projeto ou “ideia”. É endossada a necessidade de união de todos para “espancar as trevas” e acender “os tachos da instrução”, posto que somente com o tacho acesso seria possível abrir a “porta da realidade a todos os projetos”<sup>272</sup>.

Em referência à edição de número dois do jornal *O Exemplo*, no texto *O Atheneu Popular*, sob a epígrafe Escola Noturna, a editoria (1902) do semanário procurou tratar de uma obra da instrução necessária, pois observava em seu meio que “inteligências estiolam-se a carência da necessária cultura”<sup>273</sup>. Nessa edição, a editoria retoma o tema, descreve que “o descaso em que a instrução das classes proletárias vai votado, é terrificante para quem vê no estado de ignorância em que crescem os filhos dos pobres, o campo aberto ao vício e ao crime”<sup>274</sup>. A partir desse cenário, no texto intitulado *O Atheneu Popular II*, a editoria (1902) descreve a ausência de escolas noturnas à instrução dos filhos dos pobres:

É necessário, pois, que a iniciativa particular posta entre o poder do Estado e o Povo, aproveitando o auxílio e a boa vontade de ambos, procure realizar a obra que ao Estado seria impossível levar a efeito. Os filhos dos proletários necessitam de instrução, a maior parte dos desprotegidos da fortuna necessitam dos meios de instruir-se, os trabalhadores tem sede de saber, porém o dia está roubado pela necessidade do pão e há falta de escolas noturnas, rapazes pobres tendo preparatórios não podem prosseguir seus estudos porque as academias existentes por seus regulamentos só facilidades oferecem aqueles que, de favores não precisam – aos filhos dos ricos, aos que têm todos os recursos para estudarem, e este estado de coisas não pode perdurar sem graves prejuízos.<sup>275</sup>

No excerto, a editoria faz sobressair duas manifestações bem definidas, quando aborda a ausência de escolas noturnas, as queixas e as denúncias, constantes e recorrentes ao longo das publicações de *O Exemplo*. Considera-se que inteligências se estiolam e o estado terrificante de ignorância em que os filhos dos pobres estão submersos, o acatamento de uma proposta de projeto como o do Atheneu Popular, de iniciativa particular, seria uma oportunidade de instrução, de fato, para os desprotegidos de fortuna. Nesse sentido, para levar a efeito essa “obra útil ao povo”, a editoria apela às associações de diversos gêneros, solicitando auxílio a fim de levar a efeito esta obra. Contudo, poucos tinham devotado interesse por essa obra, alguns porque duvidavam de seu êxito e, seguramente outros, devido à falta de cultura apresentada pela maior parte de seus membros.

---

<sup>272</sup> *O Exemplo*, 19 de outubro de 1902. Título: *Coragem!*

<sup>273</sup> Tendo em vista a não localização do número dois, sob o título *O Atheneu Popular*, nos locais pesquisados, não foi possível identificar na íntegra o teor do texto. Contudo, a referência expressa, em 11 de dezembro de 1902, sob o mesmo título, fornece indicativos impresso neste semanário.

<sup>274</sup> *O Exemplo*, 11 de dezembro de 1902. Título: *O Atheneu Popular*.

<sup>275</sup> *O Exemplo*, 18 de dezembro de 1902. Título do texto: *O Atheneu Popular II*.

Repetidas vezes os argumentos comparecem. De acordo com a editoria, “não desesperamos de que possa ela vir a ser uma realidade, não desesperamos de dentro em breve oferecer aos nossos um estabelecimento de homicultura capaz de satisfazer às necessidades do meio em que vivemos”<sup>276</sup>.

Como vimos insistindo, nas páginas de *O Exemplo*, ao longo dos anos, a instrução era reconhecida como o caminho para o desenvolvimento e melhoramento da cultura intelectual dos “homens de cor”. Entretanto, a editoria (1904), ao tratar da agremiação “Fé, Esperança e Caridade”, no texto *As nossas associações II - Os preconceitos*, indica que seu fim principal, senão único, consistia em um “esforço propagador da extinção da escravidão e o resgate de escravos”<sup>277</sup>, criticando-a por não cumprir sua obra completa, posto que “o saneamento completo dependia do levantamento moral e intelectual da raça a que muitos séculos da nefasta instituição usurpadora da liberdade, haviam estragado”<sup>278</sup>. Desse modo, segundo a editoria, a passagem da condição de escravo para a de liberto não significou uma mudança imediata no melhoramento intelectual dos “homens de cor”, que ainda careciam de mãos caridosas que pudessem levar a luz da instrução a esses cérebros. Sobre isso, no texto *As nossas associações IV – Os preconceitos*, a editoria (1904) manifesta-se acerca do estado intelectual dos seus congêneres e sustenta a ideia de que:

Cumpra, pois, aos que se julgam superiores no nível intelectual e moral, não jactanciam-se do que pensam ser, e impando [sic], cheios de confiança em seu valor, esquecerem aqueles a quem têm o dever moral de estender a mão a fim de arrancá-los do abismo em cujo fundo nasceram de onde só muito dificilmente, por si sós, poderão sair. Cumpra, pois, aos homens bem intencionados, aqueles que alardeiam de seus serviços em nosso meio, aqueles ainda, que pensam fazer útil esforço e trabalham sinceramente nesta ou naquela agremiação, estudarem lealmente as necessidades, do nosso meio, os reclames dos nossos símiles aviltados pelas condições relativas ao degrau de ordem social que ocupam, e todos trabalhem decididamente, em comum esforço, pela obra da instrução dos nossos, pela instituição de grêmios protetores sérios e capazes.<sup>279</sup>

Nesse excerto, a editoria conclama a todos a se congregarem, especialmente aqueles que dispõem de um certo nível intelectual e moral, e a se comprometerem e trabalharem para um fim único, a instrução. Como mencionado em outros momentos deste texto, a editoria torna evidente que há entre eles pessoas que podem contribuir para o levantamento intelectual e moral

---

<sup>276</sup> *O Exemplo*, 18 de dezembro de 1902. Título do texto: *O Atheneu Popular II*.

<sup>277</sup> *O Exemplo*, 12 de junho de 1904. Título do texto: *As nossas associações II - Os preconceitos (continuação)*.

<sup>278</sup> *O Exemplo*, 12 de junho de 1904. Título do texto: *As nossas associações II - Os preconceitos (continuação)*.

<sup>279</sup> *O Exemplo*, 26 de junho de 1904. Título: *As nossas associações IV - Os preconceitos (continuação)*.

dos seus, principalmente quando referido no âmbito das associações, a exemplo das associações bailantes. Com relação a essa referência, no texto *Discurso*, a editoria (1904) salienta:

As associações, em especial as bailantes, não têm tido nenhuma preocupação quanto ao levantamento moral e intelectual de sua classe. Porém, assim não o fizeram, perderam o melhor de seu tempo, de sua atividade, da própria vida, em futilidades exóticas e irrisórias mesmo, despreocupados como vivem, pela falta quase absoluta do levantamento intelectual.<sup>280</sup>

O excerto indica uma crítica moral e de época da editoria frente a uma preocupação demasiada das associações, em especial as bailantes, com divertimentos, desprendidas de todas e quaisquer preocupações quanto “ao levantamento moral e intelectual de sua classe”. Contudo, a editoria fornece evidências de como seria o estado intelectual e moral se as associações trabalhassem em prol da classe, se viessem a se constituir como “agremiações protetoras sérias e capazes, como pode ser constatado no excerto a seguir:

Imaginemos uma associação que se agita no intuito de proporcionar instrução aos seus sócios, ou que preocupa-se com o mútuo auxílio, e teremos no primeiro caso, nos membros dessa coletividade um aspirar ao melhoramento intelectual que deverá fatalmente influir no caráter do povo em cujo seio ela vive, em segundo, um ascender à perfectibilidade moral que se manifesta pelo interesse de cada indivíduo pela coletividade e dessa por cada um de seus membros, logo, que vive entre o povo, que é o sentimento desse povo. Intermuros, onde se agitam os membros da coletividade, começa a soprar a corrente simpática de levantamento ou de solidariedade que, passando extramuros, domina mais tarde um povo inteiro.<sup>281</sup>

A editoria oferece à leitura uma imagem ideal de como seriam as associações se elas se unissem para espantar as trevas da ignorância que assombram sua classe, seus sócios, para assentar de vez o melhoramento intelectual da coletividade. Proclamava o princípio da solidariedade entre os membros de uma coletividade. No texto *Demonstração produtora – Os preconceitos – I*, de autoria do colaborador Felinto Rodrigues (1904), sabedor de que essa obra não se fazia sem recursos, sugeria que as associações aplicassem uma parcela de seus recursos,

à fundação de um instituto instrutivo dos associados, cujas funções noturnas não prejudicariam os afazeres diários. Seria mais proveitoso do que dançar; então essa mocidade saberia, que a língua portuguesa é de uma beleza superior a todas, e que é um crime deixar de estudá-la! Que o estudo de aritmética é indispensável em qualquer dos ramos sociais. O estudo do idioma francês é imprescindível ao estudo da ciência. Álgebra é a parte das matemáticas que trata da resolução dos problemas e demonstra os teoremas, por meio de símbolos, e que, na França, Alemanha, Inglaterra e

---

<sup>280</sup> *O Exemplo*, 03 de julho de 1904. Título: *Discurso (continuação)*.

<sup>281</sup> *O Exemplo*, 10 de julho de 1904. Título: *Discurso (continuação)*.

principalmente nos Estados Unidos da América do Norte, é considerada como um dos ramos de mais utilidade e interesse na instrução.<sup>282</sup>

Nessa referência, Rodrigues sinaliza possibilidades de as associações reverem suas leis e regulamentos, no sentido de atentarem para uma necessidade urgente, a instrução de seus sócios, nas mais variadas ciências úteis às civilizações mais avançadas. Na semana seguinte, no texto *Demonstração produtora – Os preconceitos – II*, Felinto Rodrigues (1904) assinala que as agremiações recreativas “podiam destinar uma parcela de suas receitas ao auxílio ou criação de uma aula noturna onde os seus membros pudessem encontrar, sem grande dispêndio, os conhecimentos, que apontamos como os mais necessários e indispensáveis”<sup>283</sup>. Contudo, o autor queixava-se, no lançamento desse desiderato:

Não avançamos, porém, a esta asserção sem termos por diversos fatos estudados as condições econômicas das associações; eis um dos que nos leva a assim argumentar: Se muitas de nossas associações para gozarem a liberdade de efetuar as suas reuniões periódicas concorrem com um imposto que ousou chamar absurdo, como não destinam essa quantia à ação meritória da instrução de seus membros? Expliquemos porque não o fazem. Não o fazem porque ainda não compreenderam bem que a causa de todos os males e a humildade consequente de nossa nenhuma cultura intelectual: porque ainda alcançaram bem que a instrução nivela os homens de todas as origens e de todas as raças. Por compreendermos isto, é que insistimos sempre na necessidade da instrução dos nossos.<sup>284</sup>

O autor se queixa e lamenta o impasse para abertura das aulas noturnas pelas associações. Expõe como elas, poderiam proceder para a efetivação desse desiderato, aplicando os impostos que cobram em prol da instrução dos seus, bem como sinaliza que tal obra não foi concretizada devido à incompreensão de sua importância. Contudo, o que se sobressai nesse excerto é o entendimento de que “a instrução nivela os homens de todas as origens e de todas as raças”. Por isso, a insistência da editoria e de seus colaboradores em incitar as associações à abertura de aulas noturnas para seus membros de modo a promoverem a igualdade social. Assim, ao ser suprida essa carência, seria possível perceber o melhoramento “do estado intelectual dos nossos homens”<sup>285</sup> e o usufruto de seus direitos como cidadãos.

Em seguida, no texto *Pelos nossos*, de autoria do colaborador Baptista Homem (1904), consta outra ideia, que aborda as necessidades dos despossuídos de fortuna e o compromisso que com eles devem ter as associações. Ambas as questões se referem à instrução de seus sócios. O autor contextualiza, critica e argumenta o porquê da necessidade de as associações investirem

---

<sup>282</sup> *O Exemplo*, 07 de agosto de 1904. Título: *Demonstração produtora – Os preconceitos – I*.

<sup>283</sup> *O Exemplo*, 14 de agosto de 1904. Título: *Demonstração produtora – Os preconceitos – II*.

<sup>284</sup> *O Exemplo*, 14 de agosto de 1904. Título: *Demonstração produtora – Os preconceitos – II*.

<sup>285</sup> *O Exemplo*, 14 de agosto de 1904. Título: *Demonstração produtora – Os preconceitos – II*.

no melhoramento intelectual dos seus descendentes. Dessa forma, o primeiro aspecto que se pode depreender é que, dado o contexto de regime monárquico da época, “os homens de cor” sofreram as consequências de um “estado de aviltante ignorância e submissão”; o segundo aspecto reside no entendimento de que, sem iniciativa e energia para gozarem de uma “relativa liberdade”, entregam-se ao que a sociedade “tem de pior – no luxo e nos bailes”; o terceiro aspecto, decorre do segundo e se refere ao excesso e ao abuso da dança feito pela mocidade, visto “o excessivo número de associações que têm este fim exclusivo”; e o quarto, conseqüentemente, resulta em talentos que se acham estiolados pela ausência do necessário cuidado, “do pão intelectual – do livro, que tudo melhora, senão constrói”<sup>286</sup>. As referências aludidas demonstram o quanto as associações são importantes apresentar à mocidade, aos “homens de cor”, que podem frequentar aulas noturnas, para acesso à instrução, que contribui, para usar as palavras de Baptista Homem, para “aprender o que ignoraram”.

O texto *Por uma ideia*, de autoria da colaboradora Carmem d’Aguiar<sup>287</sup> (1904), discute a abertura de um estabelecimento popular de ensino que se cogitou entre outubro de 1902 e janeiro de 1903. Segundo a autora, “instruir os nossos é o primeiro dever dos que compreenderem as nossas necessidades e por isso eu venho nestas linhas dirigir um apelo às nossas associações para que acariciando a ideia lançada à luz por *O Exemplo*, em feliz momento, seja transformada em um fato”. Tal apelo converge para que os membros das associações, em especial as que têm fins recreativos, percebam que “não será difícil a todas as associações, com fracos auxílios pecuniários, sustentar as aulas noturnas de que tanto carecemos e que constituirão, de certo, o agente melhorador das nossas condições intelectuais e do nosso estado moral”<sup>288</sup>. Carmem d’Aguiar, leitora atenta dos diversos temas debatidos no jornal *O Exemplo*, com atenção especial àqueles que tratam da instrução, assegura que a abertura de um estabelecimento popular de ensino é uma necessidade de que carecemos e que possibilita o melhoramento das condições intelectuais e do estado moral dos seus congêneres. Para a autora, todos tinham o compromisso de levar a luz da instrução para o maior número daqueles que dela carecem, em especial as associações. Nesse intento, acatar a sugestão de *O Exemplo* da abertura de aulas noturnas consistia em lançar luz sobre a obscuridade da ignorância

---

<sup>286</sup> *O Exemplo*, 21 de agosto de 1904. Título: *Pelos nossos*.

<sup>287</sup> Tendo em vista o contexto da época, de poucas mulheres que habilitam-se a redigir artigos, em especial à imprensa, os preconceitos ainda habitavam em várias mentes. Por isso, faço o destaque do texto intitulado “Por uma ideia”, inscrito em *O Exemplo*, de 11 de setembro de 1904, de autoria da colaboradora Carmem d’Aguiar, no qual ela escreve: “Sei perfeitamente que a crítica dos rigoristas do preconceito virá ferir a mulher que exorbitando da grandiosa missão de dona de casa, furtando algum tempo ao cuidado das panelas e dos cerzidos, ousa elevar-se a cogitações tais como a de que me ocupo”. Outras poderiam aparecer, aqui já mencionadas, mas tomei esse excerto por considerá-lo elucidativo quanto aos desafios das mulheres para o exercício dessa ocupação.

<sup>288</sup> *O Exemplo*, 11 de setembro de 1904. Título: *Por uma ideia*.

e trabalhar para o melhoramento das condições intelectuais da raça. Contudo, o que se identifica, novamente, são tentativas sem avanços, como consta no texto *Aos nossos – I*, de autoria do colaborador Varella (1904), que registra:

Há alguns anos, agitou-se entre nós, infelizmente sem resultados práticos, a ideia da constituição de um cassino que, sendo o ponto de reunião dos nossos, fosse também o centro de onde se desprendessem os raios da instrução de que tanto carecem aqueles que constituem a maioria das classes desfavorecidas de fortuna. A não realização da obra, porém, não atesta a sua inexequibilidade em essência, e a carência dos meios de desenvolver, de transfundir a instrução no seio dos nossos está aí proclamando a utilidade de uma ação, seja qual for, atinente ao fim principal a que o cassino se propunha<sup>289</sup>.

O comentário apresentado pelo autor chama atenção para a constituição de um cassino que concorreria para o lançamento dos “raios da instrução” sobre a classe, sobre os sócios. Embora se distancie da polemica sobre o fim único das associações, como já mencionado de dar bailes<sup>290</sup>, insiste na carência da classe desprotegida de fortuna, ou seja, na necessidade da instrução, de modo que opere sobre o levantamento intelectual e moral dos desfavorecidos de fortuna. Para Varella (1904) a instrução constituía uma necessidade por todos reconhecida. O autor comenta as diferentes tentativas sem êxito:

Os nossos estavam ao período do lançamento de tal ideia, faltosos da ação revolucionária educativa que os irmanasse com a grandeza da obra proposta, e por isso, mal a podendo compreender, não a podiam exercitar, não a podiam estiar como não a estiariam. O cassino caiu, e com ele a primeira tentativa, e quem sabe quantas outras arrojadas não tombarão ainda<sup>291</sup>.

Levar a cabo esse “projeto ideia”, segundo Varella, “pode aproximar brevemente a massa do almejado desideratum, do melhoramento de seu nível pela cultura intelectual”<sup>292</sup>. Para não desanimar aqueles que trabalhavam em prol dessa obra, Varella assegurava que sua consecução só “terá seu fatal arremate pela ação do tempo e de um esforço auxiliador feito por todas as associações”<sup>293</sup>. Assim, fica posto que as energias empreendidas não serão inúteis, pois é necessário compreender que, dado o estado de ignorância a que a classe fora submetida, é lento o processo de compreensão, por parte de seus membros, de sua carência intelectual e moral.

---

<sup>289</sup> *O Exemplo*, 16 de outubro de 1904. Título: *Aos nossos – I*.

<sup>290</sup> Conforme Bahia (2016, p. 92), essas associações “constituíam em locais de observação e regulação de condutas, veiculando ensinamentos, pedagogias culturais e práticas desejáveis de comportamento”.

<sup>291</sup> *O Exemplo*, 16 de outubro de 1904. Título: *Aos nossos – I*.

<sup>292</sup> *O Exemplo*, 16 de outubro de 1904. Título: *Aos nossos – I*.

<sup>293</sup> *O Exemplo*, 16 de outubro de 1904. Título: *Aos nossos – I*.

A exposição dos textos precedentes, da editoria e dos colaboradores teve por objetivo demonstrar que a instrução apresentou-se como a obra mais necessária entre “os homens de cor”. É o que indica o texto *Aos nossos – III*, escrito pela editoria (1904). Nesse texto há insistências para que, de fato, essa obra se tornasse uma realidade, a partir do auxílio e da união das associações. Amparados nas associações, os desafortunados poderiam “mergulhar no vasto mar da instrução”, removendo, assim, a ignorância impregnada sobre “vosso cérebro”<sup>294</sup>. Contudo, a editoria indica, a partir dos argumentos apresentados, que a Proclamação da República não garantiu aos “homens de cor preta e parda” seus direitos, inclusive à instrução, até então postergados no regime monárquico. Desse modo, a abolição não significou uma mudança substancial no cotidiano da classe, posto que pouco foi feito para libertar os recém-livres das trevas da ignorância.

Para encerrar, a partir dos textos aqui apresentados, sobressai a assunção declarada de *O Exemplo* em prol da instrução, mais particularmente dos negros e pobres. Para uma verdadeira “cruzada”, o jornal procura envolver a sociedade e as associações, pois entende que “a educação faz o homem e a instrução, o sábio”. A editoria e seus colaboradores indicaram que as trevas da ignorância precisavam ser espancadas com a luz do conhecimento, com a luz da instrução. Nesse sentido, solicitava a todos que empreendessem esforços em defesa da classe para o aperfeiçoamento moral e intelectual dos “homens de cor”, arregimentando as armas da inteligência contra o preconceito e propagando os benefícios da instrução. Dessa forma, o trabalho, o agitação e o auxílio de todos em prol da instrução e da fundação de institutos instrutivos possibilitaria o melhoramento das condições intelectuais de todos os homens, indiferente das origens e raças.

#### 4.2 INCUTIR NOS ESPÍRITOS IGNORANTES AS NOÇÕES SALUTARES DO SABER: A RIQUEZA ALMEJADA DA INSTRUÇÃO

Na subseção anterior, procurei apresentar um conjunto de textos que tematizam a instrução a partir da seguinte pergunta: Como a editoria e seus colaboradores abordam o tema da instrução em *O Exemplo*? Antes de adentrar a discussão, cabe ressaltar que o mesmo movimento se dará nesta subseção, porém abordando o período compreendido entre os anos de 1908 a 1911, que corresponde à terceira fase do jornal *O Exemplo*.

---

<sup>294</sup> *O Exemplo*, 04 de dezembro de 1904. Título: *As mulheres*.

A instrução, ao ser um tema privilegiado nas práticas de escrita da editoria e dos colaboradores de *O Exemplo*, adota duas direções: a primeira, é a sua recorrência no conjunto de textos levantados no periódico; e a segunda, dada a urgência da continuidade de um programa, tão caro e necessário aos “homens de cor”, o seu levantamento moral e intelectual.

Dentre os autores colaboradores de *O Exemplo* que se detiveram no tema instrução, destaquei alguns para o período do 1908 a 1911, são eles: Eleas de Montenegro, Arnaldo Dutra e Alcides Chaves Carvalho. Este último teve uma colaboração<sup>295</sup> mais assídua, conforme é possível identificar nos textos intitulados *Fatos e impressões* I, II, III e IV e *Belo sexo* I e II. Somam-se a esses autores colaboradores, os textos da própria editoria sobre o tema, ainda que publicados em quantidade inferior.

A partir da leitura e organização dos textos aqui apresentados, em linhas gerais, o tema da instrução é o principal eixo dos conteúdos veiculados no jornal. Isso fica evidente quando, em seu conjunto, o periódico indica que os meios para obtenção da instrução são a escola, “o templo augusto da verdade” e o envergar-se sobre os livros, aspecto particular da terceira fase do periódico. Esses elementos se exprimem em consonância no estudo, central contra os preconceitos. Com base, então, no eixo instrução, os principais focos que serão abordados dizem a respeito à ausência da instrução, às denúncias e às justificativas por uma cruzada em prol da instrução.

Para o foco em que trato a ausência da instrução, faço referência a algumas metáforas, tais como: “mostro satânico”, “trevas cruéis da ignorância” e “espíritos adormecidos”. Soma-se a essas, a percepção da ausência da instrução como atraso que corrompe a sociedade e mantém a indolência e submissão do povo, equivalendo ao desconhecimento de direitos, que possibilita a uns se manterem no poder. Em vista da ausência da instrução, *O Exemplo* anuncia algumas propostas, dentre elas, tema novo, a importância da instrução obrigatória, e retoma as iniciativas de particulares para promoverem aulas noturnas, além da ação dos governantes que não deveriam negligenciar a instrução.

Com relação ao foco das denúncias presentes no conjunto dos textos publicados pela editoria e pelos colaboradores, elas se expressam da seguinte forma: negação do preconceito de cor e de classe social; indiferentismo injustificado dos governantes; afirmativa de que não há

---

<sup>295</sup> Publicamos hoje no lugar competente, sobre o título de Fatos e Impressões, a segunda produção do esperançoso moço que se assigna Alcides Chaves Carvalho. Desejosos de manter uma boa colaboração, aconselhamos-lhe a que continue, guardando sempre a mesma harmonia de vista que temos notados em seus trabalhos. Apareça, que saberemos dar valor ao seu esforço (*O Exemplo*, 03 de março de 1910).

povo ignorante que possa progredir e denúncia contra o desleixo dos pais quanto à instrução de seus filhos.

Em um outro foco, em que trato da justificativa por uma cruzada em prol da instrução, essa referência comparece quando a instrução é apontada como a principal riqueza almejada pelos pobres, que eleva o adiantamento do povo e transforma a todos em “homens futuros”, homens úteis. Além disso, promove o progresso do povo e o aperfeiçoamento da sociedade, acelera a civilização, fornece as noções salutares do saber, promove a altura moral e oferece um caminho radiante, o que fica evidente quando o periódico indica também que a instrução é a base indiscutível do engrandecimento. Cabe dizer que esses focos são apresentados em conjunto, pois aqui a intenção reside apenas em indicar, em linhas gerais, o fio condutor desta subseção.

A partir desse horizonte temático, *O Exemplo* se dirige à sociedade, de modo a indicar aos “homens de cor” os benefícios da instrução, para o aperfeiçoamento e levantamento moral e intelectual dos seus congêneres<sup>296</sup>, o que repercutiria no afastamento das trevas da ignorância<sup>297</sup> e a escola, como “templo” do conhecimento, seria o melhor lugar para “ilustrar o espírito”, como explica Eleas de Montenegro (1909):

Hoje só nos resta seguir a vereda que nos leva à escola onde devemos nos educar, ilustrar o espírito, quer seja no gabinete do sábio, quer seja no atelier do proletário, concorrendo na colaboração da ciência, ou trabalhando pela reivindicação dos direitos humanos que a classe dos privilegiados açambarcou-se. Imagine-se o que não será quando nós todos envergados sobre o livro caminharíamos para a civilização.<sup>298</sup>

O texto apresentado pelo autor anuncia, de fato, um novo contexto, especialmente em Porto Alegre, RS, de crescimento industrial, um crescimento que exige dos trabalhadores a ilustração dos espíritos pela instrução, seja no espaço da escola, seja no local de trabalho.

Nesse período, a instrução tem um compromisso bem evidente, que vai além da transmissão de conhecimentos “úteis” à formação técnica do trabalhador, mas pretende a impressão também de códigos morais, ancorados em ideais nacionalistas, amplamente propagados em diversos impressos. Ademais, segundo Montenegro, a instrução possibilitaria

---

<sup>296</sup> Cabe registrar que, segundo as ideias positivistas em voga na época, a instrução deveria ser levada a cabo por todos, pois o direito está ancorado em princípios coletivos e não individuais, conforme o desenvolver desta subseção irá apontar.

<sup>297</sup> Com relação ao termo “trevas da ignorância” e correlatos, presentes no recorte temporal aqui descrito, retomarei conclusões amparadas nos autores já mencionados na subseção anterior.

<sup>298</sup> *O Exemplo*, 06 de junho de 1909. Título: *Discurso*.

aos trabalhadores reivindicar os direitos humanos. Nessa direção, A. Dutra, no mesmo ano de 1909, disserta que:

Entre as condições necessárias ao progresso de uma nação, destaca-se, sem dúvida, como principal – a instrução popular. É por meio dela que o homem chega a conhecer todos os direitos e deveres, penetra nos arcanos da natureza, descobre as leis que o regulam, aplica-as em proveito próprio. É uma verdade sublime, e que se acha confirmada pela história. A Grécia teve os seus dias de glória no tempo de Péricles, o grande protetor da ciência. Roma dominou o mundo no século de Augusto, o dedicado rei amigo das letras. Entretanto, ainda predomina a ignorância no meio dos filhos humildes em pleno século XX? Porque, somente porque o preconceito avassala ainda as consciências!<sup>299</sup>

Para o autor, a instrução popular representava a principal condição para o progresso de uma nação, pois inexistia progresso em uma sociedade na qual predomina a ignorância. Assim, a instrução possibilita, por um lado, o conhecimento dos direitos de todos os cidadãos e, por outro, o exercício de deveres proclamados. Contudo, cabe lembrar que o progresso<sup>300</sup> de uma nação é dependente de um conjunto de indivíduos “capazes” de levar a cabo essa importante obra<sup>301</sup>.

Algumas das ações dos “homens de letras”, descritas pelo jornal e abordadas nesta subseção, visavam colaborar com a superação da ignorância, ainda persistente, mesmo depois da Proclamação da República, tema recorrente desde a primeira edição. A editoria e seus colaboradores compreendiam que poderiam ser agentes de progresso ao levarem a cabo um importante empreendimento como *O Exemplo*. Cabe lembrar que, se por um lado, Arnaldo Dutra (1909) ressaltava no excerto anterior os momentos de glória da Grécia e de Roma, por outro expressava a seguinte indagação: Por que há a persistência do cancro da ignorância sobre os filhos da nação? Sua resposta é manifesta prontamente: o preconceito, tido como a principal via que cimenta as relações hierárquicas na “diversidade de raças”<sup>302</sup>. Nessa perspectiva, Montenegro expressa:

---

<sup>299</sup> *O Exemplo*, 28 de agosto de 1909. Título: *Rabisco*.

<sup>300</sup> Com relação ao termo progresso, a literatura pesquisada, presente nesta subseção e nas anteriores, mostra que essa ideia está ancorada na corrente filosófica e política do positivismo, surgida no século XIX (SANTOS, 2011; MULLER, 2013; ROSA, 2014; QUEIRÓZ, 2009). Nas subseções seguintes, darei continuidade a essa discussão.

<sup>301</sup> Santos (2011, p. 114) os “homens de letras”, conforme os intelectuais se definiam naquela época, acreditavam estar imbuídos de uma missão pedagógica, civilizadora, e desejavam contribuir para incorporar à sociedade as camadas marginalizadas, vistas como perigosas ou ameaçadoras ao progresso. A pobreza e a falta de instrução eram as características mais representadas como se fossem comuns naquele público leitor. Combater esses “males” era um compromisso que se assumia a partir da definição de um “programa” que deveria ser seguido até o final da publicação.

<sup>302</sup> Expressão presente em *O Exemplo*, 08 de janeiro de 1893, sob o título *A quem toca*.

Nega-se a instrução ao filho do homem preto; nega-se a instrução ao filho do modesto operário, porque este não pode frequentar a aula de botinas e colarinho! E aquele porque é preto, envergonha seus colegas e até mesmo seus professores! Parece incrível! Como se a inteligência destes e direitos não sejam iguais aos dos filhos do homem branco e rico. Negar-se a instrução, a maior riqueza que pode aspirar o homem pobre, é um absurdo tão grande, que revolta ao mais pacato humano. Porém não está tudo perdido. Há ainda homens bem-intencionados.<sup>303</sup>

O excerto indica a desatenção da sociedade que promove a negação do direito à instrução, em outras palavras, que recusa a formação intelectual dos filhos do “homem preto”, dos filhos de operários, pobres, humildes e todos os desprovidos de recursos, aspecto caracterizado pela referência à impossibilidade de “frequentar a aula de botinas e colarinho”. A negação da presença nas aulas, esquece que eles também têm o direito de frequentá-las. Em resumo, o excerto denuncia e se posiciona a respeito da negação da instrução, o que significa subtrair a única riqueza almejada ao “homem pobre”. Somar forças para que o direito à instrução, de fato, seja exercido é uma possibilidade, pois “há ainda homens bem-intencionados”, como esclarece Montenegro (1909):

Está aí em plena atividade o “Grêmio José do Patrocínio”, cuja frente encontra-se um pleiado de homens ardorosos defensores de cultivo dos filhos do pobre! Este “bloco” de inteligências lúcidas fez questão primordial que, nos estatutos do Grêmio, constasse sobretudo, proporcionamento, da instrução a todos aqueles que não pudessem frequentar um colégio. Desnecessário, será dizer que a aula do Grêmio é grátis. Que dignificante exemplo! Quanto patriotismo! Em breve, muito breve, revemos o prestimoso Grêmio com suas salas repletas de homens futurosos, que será não muito longa, úteis à família e a nossa amada pátria. Não podíamos de deixar de neste rabisco aplaudir tão dignificante ideia!<sup>304</sup>

Para Montenegro, que enaltece a dignificante ação do “Grêmio José do Patrocínio”, cujo nome indica a figura de um abolicionista<sup>305</sup>, são os ideais republicanos, que, com o propósito de cultivar as inteligências dos “filhos do pobre” levam a oferecer a instrução em aulas noturnas para os mesmos. Mais uma vez, o autor ressalta que a iniciativa do Grêmio é patriótica, afinal a instrução forma homens futurosos, (aqui indicando que possuirão um futuro) úteis à família e à pátria.

É possível identificar a defesa de uma proposta de aulas noturnas em outros espaços que não a escola e o reclame por escolas públicas noturnas, Bahia e Zubaran (2016), afirmam que no início do século XX, a editoria deste semanário enfatizou a necessidade da

<sup>303</sup> *O Exemplo*, 28 de agosto de 1909. Título: *Rabisco*.

<sup>304</sup> *O Exemplo*, 28 de agosto de 1909. Título: *Rabisco*.

<sup>305</sup> Conforme Atolini e Zubaran (2014, p. 135), José do Patrocínio foi o abolicionista mais comentado nas páginas de *O Exemplo*, representado como um “apóstolo da libertação da raça negra no Brasil”.

institucionalização da instrução pública, “por meio da construção de uma Escola Noturna, justificada tanto pelo fato dos filhos dos pobres e dos operários trabalharem de dia, como também para elevação intelectual e moral da comunidade negra”. As autoras ainda indicam que, para “além da instrução ser representada como redentora de todos os males, há também a ideia de que a instrução era responsável pela formação do caráter moral dos cidadãos”<sup>306</sup>. Esses discursos relacionados à abertura de aulas noturnas são amplamente divulgados pelo *O Exemplo*, e, sobre esse empreendimento, a editoria (1909) publica o seguinte sobre a Biblioteca Rio-grandense:

A benemérita instituição que tão relevantes serviços tem prestado à cidade do Rio Grande, mantendo aulas noturnas, onde os filhos da gente do povo, e mesmo operários, podem gratuitamente receber instruções das primeiras letras, a par do desenho e pintura, mantidas pela mesma biblioteca, o que devia servir de exemplo para nossa capital, que goza de nome de ser uma das mais adiantadas, no entanto não tem uma escola noturna onde qualquer operário, qualquer trabalhador que, por desleixo dos pais ou por outros motivos de ocasião, não tiveram a felicidade de frequentar uma escola quando meninos, ao menos, aprendessem a ler e escrever, predicados tão necessários a qualquer indivíduo para assim gozarem dos seus direitos de cidadão<sup>307</sup>.

Com já referido, a respeito das aulas noturnas, temos aqui, o destaque da editoria com relação a biblioteca em Rio Grande e, assegura que a instrução ofertada gratuitamente por aquela benemérita instituição deveria, servir de exemplo para a capital do estado, mencionada como uma das mais adiantadas cidades. Aqui reside um problema: Como pode haver adiantamento de uma cidade, se o governo não trabalha em prol do levantamento de seu povo? Ou como se apresentam os dados sobre a instrução no Rio Grande do Sul naquele momento?<sup>308</sup>

Em *O Exemplo* é possível identificar duas questões relacionadas à instrução que são amplamente divulgadas. A primeira se refere às inúmeras queixas dos trabalhadores, inclusive com ameaças de greve, em prol de melhorias nas condições do trabalho; a segunda referente às condições salariais. Esse movimento dos trabalhadores toma mais força quando essas reivindicações desaguam em uma outra questão: as aulas noturnas, das quais carecem tanto para si, quanto para sua prole.

O colaborador A. Dutra, retoma sua participação no final do ano de 1909 e aborda o pouco caso que os pais trabalhadores davam à instrução de seus filhos, pois, segundo ele, não compreenderam como era “deveras contristador ver-se crianças na idade plena de instruírem-

---

<sup>306</sup> Bahia e Zubaran (2016, p. 14).

<sup>307</sup> *O Exemplo*, 28 de agosto de 1909. Título: *Biblioteca Rio-grandense*.

<sup>308</sup> No avançar da escrita, apresento dados sobre as taxas de analfabetismo do Rio Grande do Sul e de outros estados da federação.

se, servindo de mesquinhos criados, criando-se deste modo, sem uma ambição, sem um estímulo”<sup>309</sup>. Dutra (1909) acrescenta ainda:

Não é por falta de escolas, pois que tem sido um dos cuidados do benemérito governo do Estado, difundir o estudo leigo, o mais possível, criando escolas por todos os cantos do Estado, dotando-as de um pessoal idôneo, capaz. A verdade, porém, é que acima de tudo isto, do saber, da educação moral, intelectual, há pais que colocam os interesses mesquinhos de alguns tostões; deste modo, prejudicando a uma criança, privando-a do mais belo, mais sublime, poder-se aspirar à sabedoria; e porque não dizer, roubando o seu futuro!<sup>310</sup>

Para o autor, o governo do estado havia aberto escolas, mas os pais lançavam ao trabalho seus filhos desde a tenra idade, o que consistia na falta de consciência<sup>311</sup>. Mesmo reconhecendo as inúmeras dificuldades que afetam as crianças pobres, o autor adverte que tal atitude dos pais, principalmente quando as justificativas se assentam na pobreza, aspecto caracterizado pela referência a apenas “alguns tostões”, pouco colaboravam para a manutenção de suas vidas, mas que, em contrapartida, contribuía para à manutenção do estado de ignorância de sua prole. Segundo Dutra (1909),

não reconhecem, que só pela instrução é que podemos fazer da criança o homem útil, capaz de todos os empreendimentos; o exemplar chefe de família, o bom cidadão, não vêem que só por este meio pode-se adquirir filhas obedientes e honestas, que unicamente com o salutar concurso do saber é que se formam as mulheres do futuro, aptas, pela educação recebida, a desempenhar com sobranceiras a árdua e nobilitante missão de esposa! É tempo já de haver mais patriotismo. Incutamos no espírito destes infantes as noções benéficas do saber, dando-lhes o alimento intelectual, assim como dá-se o alimento material com que sustentam a vida, e assim teremos prestado relevantes serviços à sociedade, à pátria.<sup>312</sup>

A sequência dos argumentos de Dutra evidencia seu interesse em apontar aos leitores os benefícios da instrução para a formação de homens e mulheres. E, em relação à mulher, o autor assegura que a instrução seria capaz de torná-la útil à família, à sociedade e à pátria<sup>313</sup>.

No ano seguinte, 1910, foi publicado o texto *O nosso objeto* no qual a editoria de *O Exemplo* crítica os defensores do estado de ignorância do sexo feminino. E, sobre isso, manifesta-se: “‘O Exemplo’ tem por objeto a educação, o incitamento ao estudo dos brasileiros

---

<sup>309</sup> *O Exemplo*, 12 de dezembro de 1909. Título: *Rabisco*.

<sup>310</sup> *O Exemplo*, 12 de dezembro de 1909. Título: *Rabisco*.

<sup>311</sup> A pesquisa desenvolvida por Barros (2015, p. 88) indica que no discurso oficial do início do século XX, as famílias não percebiam a importância da instrução. Assim, furtavam-se de enviar seus filhos à escola “por diversos motivos, especialmente a pobreza” que, implicava “dificuldade em adquirir vestimentas adequadas e materiais escolares”.

<sup>312</sup> *O Exemplo*, 12 de dezembro de 1909. Título: *Rabisco*.

<sup>313</sup> A esse respeito, a subseção seguinte apresentará outros elementos inscritos em *O Exemplo* que discutem recorrentemente esse tripé.

que nunca tiveram a felicidade de cultivar, ao menos rudimentarmente, o espírito, por falta de tempo e de meio”<sup>314</sup>. Mais uma vez, reafirma, nesse pronunciamento, o compromisso com os “homens de cor”. Sobre isso, o colaborador Arnaldo Dutra (1910) anuncia uma série de conferências a serem realizadas em diferentes espaços sociais, ofertadas por um grupo de senhoras para o incitamento das “classes pobres” à instrução, conforme registrado no semanário:

Um grupo de senhorinhas, tendo à frente a inteligente e incansável batalhadora Dulcinda S. das Dores, compreendendo a falta de instrução de que se ressentem as classes pobres, humildes, resolveu incitar uma série de conferências, a fim de conseguir que as nossas associações dramáticas e bailantes fundem aulas noturnas para aqueles que, humildes pelo nascimento, não encontraram na infância uma mão caritativa, amiga que lhes beneficiasse ajudando-os ou dando a maior riqueza que podemos aspirar – a instrução.<sup>315</sup>

Dutra, jubiloso com tal iniciativa que ele designa como generosa e útil ideia, acrescenta que a editoria e seus colaboradores, ao longo das edições, têm batalhado “em prol desses infelizes ignorantes”<sup>316</sup>. Dentre outras iniciativas de melhoramento do estado intelectual da população pobre, cabe registrar que essas conferências eram apresentadas como,

prelúdios de um sol radiante, despertando ao longe ainda, mas já iluminando e despertando consciências! É a compenetração, surgindo e proclamando que o saber é base indiscutível do engrandecimento! Santa instrução! Que sejas difundida o mais possível! Sejam dedicados, perseverantes, e inculquemos nestes espíritos ignorantes as noções salutares do saber.<sup>317</sup>

Permanece a ideia de que a luz que espanta as trevas da ignorância é a instrução, chave para abrir cérebros obscurecidos, bem como para despertar consciências. Nesse sentido, o autor afirma que “por toda a parte, em todos os tempos, sempre que a instrução popular floresce, a seu lado vemos o progresso do povo”<sup>318</sup>. Tornar as mentes esclarecidas contribui para o fortalecimento de uma intelectualidade a serviço de si e da nação e, mais uma vez, a ideia de progresso atravessa todos os enunciados dos textos, e erige a instrução como o principal caminho ao desenvolvimento de uma sociedade. Conforme Dutra (1910),

a humanidade entrou definitivamente na senda do progresso, atingindo ao maravilhoso grau de civilização, em que hoje a encontramos depois que, pelo

---

<sup>314</sup> *O Exemplo*, 16 de janeiro de 1910. Título: *Nosso objeto*.

<sup>315</sup> *O Exemplo*, 27 de fevereiro de 1910. Título: *Rabisco – Pela instrução*.

<sup>316</sup> *O Exemplo*, 27 de fevereiro de 1910. Título: *Rabisco – Pela instrução*.

<sup>317</sup> *O Exemplo*, 27 de fevereiro de 1910. Título: *Rabisco – Pela instrução*.

<sup>318</sup> *O Exemplo*, 27 de fevereiro de 1910. Título: *Rabisco – Pela instrução*.

renascimento das letras, a instrução deixou de ser o privilégio de algumas classes, para tornar-se a partilha geral de todos os homens. As descobertas dos séculos 16, 17, 18 e 19, produtos indisputáveis da instrução, são atestados eloquentes desse fato. A imprensa gravando e difundindo o pensamento; o vapor substituindo a força muscular, fatigável, pela energia enorme e inesgotável dos elementos; a fotografia perpetuando a fisionomia humana; a navegação a vapor, as estradas de ferro encurtando as distâncias; o telégrafo e o telefone vencendo o espaço e o tempo; tudo isso é consequência das luzes do espírito humano, isto é – da instrução!<sup>319</sup>

Não há progresso sem instrução! Não há civilização sem instrução! Tal argumento enfaticamente afirmada no excerto de Dutra, a partir de exemplos, como o progresso está atrelado à instrução e ao cultivo das inteligências que, uma vez aprimoradas, servem ao bem-estar dos povos. Nesse sentido, com relação à iniciativa de conferências promovidas pelas senhoras, o autor ressalta,

por isso são dignas de elogios estas corajosas senhorinhas, que compreendendo a grande necessidade da instrução, que, desprezando este injustificado indiferentismo que existe, lançaram uma ideia tão nobre, tão elevada, que vem marcar uma nova era do engrandecimento em um meio que infelizmente vive ainda em sua maior parte, sob as trevas cruéis da ignorância. Que o vosso exemplo, inteligentes moças, seja imitado; os vossos esforços coroados do melhor êxito possível; e recebam os nossos sinceros aplausos.<sup>320</sup>

É sobre esse indiferentismo em relação ao povo condenado às trevas cruéis da ignorância que o autor, de um lado, faz sua denúncia e, de outro, aplaude o exemplo da ação que visa incutir nos espíritos os benefícios que a instrução pode proporcionar a uma classe. A instrução se apresenta como redentora dos males.

Em outros textos é possível identificar esse embate, da luz da instrução contra as trevas da ignorância. Instrução e ignorância comparecem nos textos do colaborador Alcides C. Carvalho, que apresenta quatro textos seguidos sob o mesmo título: *Fatos e impressões I, II, III e IV* no ano de 1910.

No primeiro texto, Carvalho apresenta informações a respeito da instrução primária no país e, de modo especial, destaca “o lugar honroso que o Rio Grande do Sul conquistou no campo intelectual, visto que outros Estados de maior renome e de maior importância, não conseguiram suplantá-lo”. Guardadas as proporcionalidades<sup>321</sup>, isso significa que o governo do estado não tinha descuidado desse tema, estando em “condições animadoras, que prenunciam

---

<sup>319</sup> *O Exemplo*, 27 de fevereiro de 1910. Título: *Rabisco – Pela instrução*.

<sup>320</sup> *O Exemplo*, 27 de fevereiro de 1910. Título: *Rabisco – Pela instrução*.

<sup>321</sup> *O Exemplo*, 27 de março de 1910. Título: *Fatos e impressões I*.

um futuro risonho e próspero pela diminuição do analfabetismo e conseqüente aumento das luzes dos salões”<sup>322</sup>.

Segundo Carvalho, sendo a instrução primária no país gratuita e “livre”, bastaria aos desejosos desse bem procurarem uma escola e efetivarem uma matrícula a fim de livrarem-se da ignorância. Entretanto, o autor considerava tão imperativa a instrução popular que chegava a defender a instrução obrigatória, o que não fora explicitado nas fases primeira e segunda do jornal, sendo portanto uma nova bandeira. Conforme o autor:

A instrução obrigatória seria de muito melhores resultados do que a atual instrução livre; mas, no entanto, dizem os apóstolos da liberdade que a educação obrigatória atenta contra a vontade de muitas pessoas, e, por conseguinte contra a liberdade de espírito. A liberdade é uma virtude boa quando os que gozam dela sabem praticar tudo que é útil e que adianta os berços pátrios. Dar liberdade ao cidadão para que este deixe os filhos envoltos nas trevas da ignorância, dá-la àqueles que querem se conservar na amplidão tenebrosa do analfabetismo, é dar licença para que se percam muitos cérebros que poderiam ser muito úteis e contribuir para o progresso da pátria.<sup>323</sup>

O excerto transcrito acima demonstra a posição assumida pelo colaborador acerca da instrução obrigatória, pois, segundo ele, a liberdade, indevidamente praticada, sujeita o povo a um estado de ignorância. O exercício da liberdade deveria voltar-se à prática do que é útil, como a elevação intelectual de uma sociedade. Assim, conclamava os cérebros cultos a incentivarem a instrução, bem como a derramarem a “luz da instrução”, para o “adiantamento da humanidade”. Conforme registrado:

Os cérebros cultos são os verdadeiros dirigentes da sociedade; são eles que, ensinando e esclarecendo as multidões, prestam um benefício incalculável à civilização, ao adiantamento da humanidade. Benditos aqueles que derramam ensinamentos fecundos na alma das multidões; são eles que ás guiam através de todos os obstáculos ao país das aspirações, a Chama de seus sonhos, cujo nome é o aperfeiçoamento da sociedade. Esse aperfeiçoamento não poderá atingir seu auge, seu brilho máximo, enquanto a instrução não for disseminada por todos os cérebros.<sup>324</sup>

Enfaticamente, como se pode ler no excerto acima, o texto conclama à disseminação da instrução a “todos os cérebros”, muitos destes abocanhados pelas trevas da ignorância<sup>325</sup>. Com relação aos verdadeiros “cérebros cultos” de uma sociedade, Carvalho faz referência a um poeta

---

<sup>322</sup> *O Exemplo*, 27 de março de 1910. Título: *Fatos e impressões I*.

<sup>323</sup> *O Exemplo*, 27 de março de 1910. Título: *Fatos e impressões I*.

<sup>324</sup> *O Exemplo*, 27 de março de 1910. Título: *Fatos e impressões I*.

<sup>325</sup> *O Exemplo*, 27 de março de 1910. Título: *Fatos e impressões I*.

português chamado “Junqueira”, um “fervoroso paladino da instrução obrigatória”<sup>326</sup>, que fundamenta sua posição em defesa da instrução obrigatória.

Em *Fatos e impressões II*, Carvalho (1910) dá continuidade a seus argumentos e assegura que o futuro da pátria depende da instrução obrigatória, que tudo melhora. Contudo, são necessários dirigentes que tomem essa bandeira em prol da libertação do “atraso intelectual”<sup>327</sup>. A esse respeito, registra que a instrução é uma “luz fecundante que penetra ao espírito de um Cícero e no cérebro de um Victor Hugo; essa luz que faz as glórias dos povos e o renome das nações”. Nesse sentido, afirma que a luz da instrução “fará erguer-se o Rio Grande, preparando-o para novas glórias, fazendo-o admirado pelo mundo”<sup>328</sup>. Em seguida, complementa:

Por que não poderia ser o nosso Estado a Atenas Brasileira do futuro, a mãe dos gênios literários, artísticos e científicos, se todos nós reunidos por um mesmo ideal, *O Progresso* e irmanados pelo mesmo laço *O Patriotismo* concretizarmos todos as nossas forças, e fizermos luzes da inteligência que dirijam o nosso povo pelo caminho do *Progresso*? Então nesse período Glorioso, o Rio Grande mostrará à humanidade a altura moral de seus filhos e o adiantamento de seu povo. Do meio deste, hão de surgir então os vultos da Ciência dando combate aos dragões da Ignorância; hão de sair os heróis do gênio literário, fazendo o mundo curvar-se ante as suas estaturas intelectuais.<sup>329</sup>

O excerto, embora com exageros de retórica muito próprios de um tempo, indica que o progresso e o patriotismo são atributos indispensáveis à boa marcha de uma sociedade, de uma nação. Ao mesmo tempo em que, repleto de metáforas, assegura que o Rio Grande do Sul, comparado aos demais estados da federação, ocupa uma posição privilegiada em termos de instrução, responsável por iluminar caminhos, acerta armas contra os “dragões da ignorância”. Para subsidiar tal informação, Carvalho recorre à “Estatística publicada no *Escrínio*, de 19 de março”[1910], que sinaliza não serem “fantasias cegas as palavras que aí ficam, o nosso Estado já ocupa o primeiro lugar quanto à Instrução Primária e para prová-lo”<sup>330</sup>, seguem os dados:

---

<sup>326</sup> *O Exemplo*, 27 de março de 1910. Título: *Fatos e impressões I*.

<sup>327</sup> *O Exemplo*, 03 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões II*.

<sup>328</sup> *O Exemplo*, 03 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões II*.

<sup>329</sup> *O Exemplo*, 03 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões II*.

<sup>330</sup> *O Exemplo*, 03 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões II*.

Quadro 22: Dados da instrução primária em quatro estados da federação.

Dados referentes aos principais estados			
Estados	Habitantes	Escolas	Frequência
Minas	8.960.000	2.178	66.200
S. Paulo	3.397.000	1.708	61.060
R.G. Sul	1.400.000	1.516	50.800
Bahia	2.280.000	1.007	32.130

Fonte: Imagem reproduzida pelo pesquisador (*O Exemplo*, 03 de março de 1910. *Fatos e impressões II*).

Respeitadas as devidas especificidades dos dados da instrução primária apresentados por Carvalho, este assegura que o Rio Grande do Sul está em “1º lugar”. Ao apresentar esse destaque, complementa: “é por isso que desde já prevemos o papel brilhante deste *heróico Estado* (na frase expressiva de Ruy Barbosa), é por isso que desejamos que seu povo seja cada vez mais instruído *a fim de ser mais preparado*”<sup>331</sup>.

Imbuído desses dados, Carvalho acredita a instrução irá dirigir “o povo gaúcho pelo caminho do patriotismo, [pois] é ela que há de fazer nascer na alma popular o entusiasmo pela sua terra, e o ânimo para as batalhas intelectuais, que contribuirão vantajosamente para o seu futuro”<sup>332</sup>. Para colaborar com os dados apresentados por Carvalho, faço menção às pesquisas desenvolvidas por Ferraro sobre as taxas de analfabetismo no Brasil. Os dados referentes ao ano de 1872, primeiro e último recenseamento do século XIX, e os dados de 1920<sup>333</sup>, demonstram que no Rio Grande do Sul as taxas de analfabetismo em 1872 se situavam em 74,6%, posição privilegiada se tomarmos os dados da Paraíba, cuja taxa de analfabetismo era elevada, situando-se em 87,1%. Outros dados são referências para serem registradas, a exemplo das taxas de analfabetismo do Rio de Janeiro, com 74,2%; do Pará, com 73,2%; e do Paraná, com 71,1%. Contudo, é Sergipe que se colocava em uma posição privilegiada, com apenas 60,4%, a menor taxa de analfabetismo registrada naquele momento<sup>334</sup>.

Com o avançar das décadas, especialmente com a chegada da década de 1920, o Rio Grande do Sul passa a ocupar a antepenúltima posição, com 53,8% de analfabetos, enquanto o Rio de Janeiro fica com 53,4%<sup>335</sup>. A apresentação desses dados visa contrastar os dados apresentados por Carvalho e, ao mesmo tempo, reafirmar que o estado do Rio Grande do Sul empreendia esforços, nas palavras do autor “para o levantamento intelectual de seu povo”. Por

<sup>331</sup> *O Exemplo*, 03 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões II*.

<sup>332</sup> *O Exemplo*, 03 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões II*.

<sup>333</sup> Dada a inexatidão expressa no recenseamento de 1910, também apontadas e justificadas em Ferraro (2009), tomo como referência somente os dados de 1872 e 1920.

<sup>334</sup> Ferraro (2009, p. 127-132).

<sup>335</sup> Ferraro (2009, p. 127-132).

isso, ele conclamava os bem-intencionados a zelarem pelo adiantamento pátrio, concorrendo, desse modo, para “o engrandecimento e prosperidade do povo”. Com relação ao anunciado, Carvalho escreve:

Atos que devem merecer de todos nós o apoio sincero e os aplausos leais são aqueles que servem para melhorar a instrução e, por conseguinte, preparar novos caminhos para que os cérebros incultos se eduquem e se preparem. Tais atos são sempre os efeitos de um pensamento proveitoso, de uma inspiração útil, e os reflexos dos grandes ideais de um coração patriota. É preciso que todos compreendam que é preciso contribuir com seus deveres de cidadão interessado nos objetos referentes à prosperidade de seu país<sup>336</sup>.

Nesse excerto, enfatiza o compromisso social de “cérebros” mais adiantados, de patriotas, para uma obra necessária ao país, a instrução do povo, afirmação que coloca em evidência que a editoria e seus colaboradores estavam alinhados ao ideário positivista, inspirador do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e de sua política de governo<sup>337</sup>. Ainda com relação a esse compromisso, do dever de todos para com todos, a editoria e seus colaboradores, mais uma vez, entendem o valor de seu compromisso frente ao estado de ignorância dos “homens de cor”, para seu levantamento moral e intelectual.

No terceiro texto de *Fatos e impressões III*, Carvalho (1910) reafirma que “o Rio Grande do Sul está colocado em primeiro lugar nos assuntos referentes à instrução primária” e lembra que “nem São Paulo, Minas ou Rio, puderam atingir lugar mais elevado que o nosso Estado”. O autor explicita sua surpresa com o estado da Bahia, por não compreender que esse estado, que “é o berço glorioso de tantos estadistas e a pátria admirável de Castro Alves, de Rio Branco ou de Ruy Barbosa, está colocado em lugar inferior”. Os dados apresentados sobre a Bahia evidenciam que, “sendo a população escolar tão diminuta, há de haver pois, um aumento sensível de ignorância”<sup>338</sup>.

Ao estabelecer comparativos do estado intelectual entre os estados da federação, primeiro, do Rio Grande do Sul e, segundo, da Bahia, o autor acentua com relação ao primeiro estado, a situação favorável na oferta da instrução primária; com relação ao segundo os dados asseguram uma situação lastimável na oferta da instrução primária. Diante desse dado, que afirma constituir um “quadro desanimador, o governo daquele Estado não se animou a tomar as providências necessárias para melhorar esse anormal estado de coisas!”<sup>339</sup>. Assim, Carvalho

---

<sup>336</sup> *O Exemplo*, 03 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões II*.

<sup>337</sup> Sobre isso, Queiróz (2009, p. 9) afirma que, segundo os ideais positivistas, aos mais capazes devem ser atribuídas as funções de liderança dentro do organismo social.

<sup>338</sup> *O Exemplo*, 10 de abril de 1910. Título do texto: *Fatos e impressões III*.

<sup>339</sup> *O Exemplo*, 10 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões III*.

tece críticas aos governos que descuidam da instrução primária e que, em favor de “obras inúteis”, esquecem que o assunto principal e necessário ao progresso de um povo é a “Instrução e o Trabalho”. Com esse desinteresse, nada é feito para melhorar o estado intelectual do povo, nem para torná-lo “mais proveitoso ao País”<sup>340</sup>.

Em estudo sobre imprensa que examina a instrução, no caso o periódico *Germinal*, de Penedo/AL, publicado em 1909, Edna Telma Fonseca e Silva Vilar, indica que este periódico trata a instrução como uma “sublime e grandiosa luz”, um veículo que conduz à igualdade, à liberdade e à fraternidade, ideais estabelecidos pela Revolução Francesa<sup>341</sup>. A autora registra que, nos dizeres do periódico,

a promoção da instrução pública ou particular parecia mesmo ser um problema só nosso, uma promessa não cumprida, haja vista a ignorância generalizada do povo e o atraso em que se encontravam a cidade e o país, agora urbano e caminhando para o desenvolvimento da indústria.<sup>342</sup>

Esse discurso, tão marcado no periódico alagoano investigado, converge com *O Exemplo*, no mesmo período, pois, inspirado também nesses ideais, trava-se o combate contra a ignorância que acomete os “homens de cor”<sup>343</sup>.

Em referência ao completo descomprometimento com a instrução dos “homens de cor”, Carvalho explica, resumidamente, que: “os Estados do Norte vivem escravizados; e como não ser assim, se o povo desses Estados não tem em seus cérebros, a luz que esclarece o pensamento”<sup>344</sup>. Para fazer essa afirmação, possivelmente, o autor se apoia nos dados levantados sobre a instrução no país, que apontam os índices de analfabetismo mais elevados nos estados do Norte. Segundo o colaborador, os

prejuízos enormes que causa à sociedade esse monstro satânico chamado ignorância – ela faz com que os povos não tenham a altivez necessária para derrubarem as tiranias que os infelicitam; faz com que não tenham a coragem de se revoltarem contra os causadores de suas desgraças, e afinal apoiam e aplaudem todos os atos que só servem para o aviltamento de seus berços pátrios. Nem reconhecem as trevas em que vivem, nem a ignomínia em que andam; seus cérebros estão fechados a todos os discernimentos, e aquilo que os tiranetes mandam-lhes fazer eles escutam com uma

---

<sup>340</sup> *O Exemplo*, 10 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões III*.

<sup>341</sup> Para relacionar as atividades empreendidas pelo periódico *O Exemplo*, de Porto Alegre, e as do *Germinal*, de Penedo, destaca-se que ambos se esforçam em promover o desenvolvimento intelectual e moral do povo, ou melhor, anunciam uma missão civilizadora e “salvadora”.

<sup>342</sup> Vilar (2015, p. 14).

<sup>343</sup> Aqui, cabe o registro inscrito em *O Exemplo*, de 26 de dezembro de 1909, sob o título *D’aqui e... d’além*, no qual diz: “da cidade de Penedo, Estado de Alagoas, recebemos a visita do nosso colega o ‘Intruso’. Jornal de pequeno formato, porém bem redigido, e leitura variada obedecendo a direção do sr. F. Pinho”. Esse registro é sugestivo para sinalizar as relações entre editores, bem como os “esforços pela pontual permuta”.

<sup>344</sup> *O Exemplo*, 10 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões III*.

submissão que admira, com uma habilidade que assombra, e sejam esses atos bons ou maus, o ignorante está sempre pronto a escutá-los, quando assim aprouver às vontades de seus donos.<sup>345</sup>

O excerto leva a refletir sobre como a ignorância se exprime e atravessa uma sociedade, assim como também a corrompe. Nesse sentido, destaco seis ideias – força contidas na condenação da ignorância: a primeira a caracteriza como um “monstro satânico”, que não se mostra e, por isso, repousa nas trevas; a segunda à aponta como causadora de todos os males da sociedade, prejuízo ao progresso pátrio; a terceira como fator que afeta os cérebros incultos, que andam sem direção; a quarta, como aquilo que impede os esforços contra aqueles que “os infelicitam”, contra as tiranias; a quinta, se assemelha a uma fraqueza que impede de “se revoltarem contra os causadores de suas desgraças”; a sexta, como falta de discernimento corrompedora de cérebros. Essas ideias – força endossam que, a ignorância condena ao estado de submissão em relação àqueles que governam os indivíduos. De outra parte, a luz da instrução é a superação do estado de ignorância que os causadores das desgraças tentam impor aos seus governados. Carvalho prossegue:

É essa indolência que é preciso acabar; é essa submissão que convém exterminar, porque não é justo que ainda haja brasileiros, que aprovem os atos maléficis de seus governantes. É por isso que a Bahia não conseguiu ainda uma posição elevada, quanto à instrução de seu povo. São Paulo, que até pouco tempo era o *centro intelectual de todo o Brasil*, na frase entusiástica de um dos seus mais celebres filhos, não se conserva mais com essa mesma posição. O seu governo parece que se descuidou um pouco do ensino primário, é isso que demonstram os algarismos que nos servem de base neste momento.<sup>346</sup>

No quarto texto, *Fatos e impressões IV*, amparado sobre os dados já apresentados e outros, Carvalho questiona: “se até nos mais importantes Estados no nosso País [a exemplo de São Paulo], a maioria do povo é composta de pessoas que não possuem nos cérebros as luzes intelectuais, que dirigem e esclarecem a razão humana, o que não diremos dos Estados atrasados como Piauí, Goiás e outros?”<sup>347</sup> Ao fazer referência a estes estados, em especial ao estado do Piauí, o autor deixa evidente o “grande atraso intelectual” de seu povo. Assim, mesmo que se coloque a “obstinação do povo em aceitar o ensino como um fator do progresso”, é também imprescindível que se lance “de certo a culpa sobre os governos que o têm dirigido e que não sabem compreender a importância da Instrução no futuro de um povo”<sup>348</sup>.

---

<sup>345</sup> *O Exemplo*, 10 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões III*.

<sup>346</sup> *O Exemplo*, 10 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões III*.

<sup>347</sup> *O Exemplo*, 17 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões IV*.

<sup>348</sup> *O Exemplo*, 17 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões IV*.

Guardadas as proporcionalidades em termos de habitantes e matrículas nas escolas primárias, Carvalho assegura que o estado de Goiás se coloca em uma posição privilegiada em comparação ao estado do Piauí, ainda que naquela época “ninguém diria que o povo do Estado de Goiás fosse mais instruído”<sup>349</sup>. Com relação a esse dado, e a outros explorados no texto, em relação aos estados de Minas Gerais e de São Paulo, faz a seguinte indagação: “a quem atribuiremos essa falta de instrução que se nota em quase todas as partes do Brasil?”<sup>350</sup>. Em seguida, acrescenta:

A negligência de alguns governos Estaduais que, para se perpetuarem no poder, necessitam da indolência e ignorância de seus governados. Enquanto alguns outros fazem seus Estados progredirem, tratando da Lavoura, do Comércio ou da Instrução, sem, no entanto, abandonarem a política. Os Estados de São Paulo e Minas não se descuidam da Instrução, senão quando vão tratar de outros assuntos de grande interesse, tais como a Lavoura e o Comércio. É por isso que eles nunca são considerados atrasados; porém, se não tratarem de criar novas escolas, os seus progressivos adiantamentos se converterão em progressivas decadências, porque não há povo ignorante que possa progredir.<sup>351</sup>

O excerto indica que para assegurar a certos grupos o poder, pouco esforço é empreendido para a dissolução do estado de ignorância do povo, pois, sem meios para instruírem-se, não poderão governar a si mesmos. Para Carvalho (1910), de nada adianta um crescimento elevado em termos comerciais sem que o povo seja instruído, pois o progresso se consolida sobre dois aspectos: o crescimento comercial e a elevação do número de instruídos. É a partir desses dois atributos que considera o estado de progresso do Rio Grande do Sul.

A instrução e a ignorância, seu principal contraponto, são abordadas em mais dois textos, de autoria de Carvalho<sup>352</sup>, nos quais, apoiado em matéria publicada no *Jornal do Comércio*, em 1910, escrita pelo sr. Evaristo Gurgel, o autor discute “a posição social que deve ocupar a *mulher*”<sup>353</sup>. Carvalho denuncia que “atualmente, a sociedade tem seguido o preconceito antigo, de que o sexo feminino deve somente se ocupar nos arranjos domésticos, [...] derivado do caráter egoísta do homem, que até parece uma lei, firmada pela natureza”<sup>354</sup>. É sobre essa naturalização do fazer feminino que repousam certos preconceitos, que se estendem também sobre aqueles que as defendem, no sentido de que possam usufruir do seu direito em “discussões científicas”<sup>355</sup>.

---

<sup>349</sup> *O Exemplo*, 17 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões IV*.

<sup>350</sup> *O Exemplo*, 17 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões IV*.

<sup>351</sup> *O Exemplo*, 17 de abril de 1910. Título: *Fatos e impressões IV*.

<sup>352</sup> Este colaborador apresenta dois textos seguidos sob o título: *Ao Belo Sexo I e II*.

<sup>353</sup> *O Exemplo*, 13 de maio de 1910. Título: *Ao Belo Sexo I*.

<sup>354</sup> *O Exemplo*, 13 de maio de 1910. Título: *Ao Belo Sexo I*.

<sup>355</sup> *O Exemplo*, 13 de maio de 1910. Título: *Ao Belo Sexo I*.

Carvalho indaga “por que não poderá ela [a mulher] ocupar uma posição digna e proeminente no seio da sociedade? Acaso a sua inteligência é inferior à do homem?”. Assim, “cumprir deixá-la instruir-se devidamente, e preparar-se para as grandes lutas da civilização; não sacrificamos as inteligências femininas às nossas vontades, e procuremos, antes, deixá-las cultivar as ciências, a arte, ou a música, conforme suas predileções”<sup>356</sup>.

Assim, se existe o desconhecimento ou mesmo a negação dos ideais iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade, como no caso das mulheres na ciência, também há o reconhecimento de que somente através da instrução é possível pensar no progresso de uma sociedade sob o desenvolvimento da ciência.

Prosseguindo seus argumentos, em texto publicado em *O Exemplo* na semana seguinte, Carvalho, conhecedor das críticas que recaem sobre si e todos aqueles que defendem o direito à participação feminina em qualquer campo do saber, ressalta que “cada vez que a civilização contribui para o aperfeiçoamento moral, das ideias predominantes no espírito da sociedade, devemos refletir nas injustiças, que pouco a pouco, vão surgindo ou desaparecendo”<sup>357</sup>. Para Carvalho, a sociedade reagia ora positivamente, ora negativamente em relação às novas posições assumidas pelo “belo sexo”, “no cenário do mundo, para assim, deduzirmos e proclamarmos, quais as medidas indispensáveis e necessárias; e uma vez verificadas estas, tratarmos de batalhar para a vitória das novas opiniões, para o triunfo do Direito e da Justiça”<sup>358</sup>. Com essas palavras o autor põe em destaque o seguinte:

Não queremos contestar as aptidões do sexo forte para o desempenho das altas funções sociais, pois esse não é o nosso pensamento; apenas trataremos de demonstrar que as aspirações da mulher não devem somente resumirem-se ao casamento, ela têm necessariamente o desejo de brilhar perante a sociedade, não unicamente pelos encantos e belezas físicas, mas também pelos seus dotes intelectuais, pela sua superioridade moral, pelo renome que possuem aqueles que dedicam-se às lides da inteligência.<sup>359</sup>

Carvalho, assim, preserva-se de atritos com o “sexo forte”, embora manifeste sua defesa às aspirações do sexo feminino em outras atividades além dos cuidados domésticos. A esse respeito, em período coincidente, Vilar (2015) indica que em o *Germinal*, não somente no século XX, mas desde o XIX, foi frequente a discussão de tema como a educação da mulher, o qual envolve diversas temáticas de aspirações do sexo feminino ao cultivo intelectual<sup>360</sup>. Para

---

<sup>356</sup> *O Exemplo*, 13 de maio de 1910. Título: *Ao Belo Sexo I*.

<sup>357</sup> *O Exemplo*, 22 de maio de 1910. Título: *Ao Belo Sexo II*.

<sup>358</sup> *O Exemplo*, 22 de maio de 1910. Título: *Ao Belo Sexo II*.

<sup>359</sup> *O Exemplo*, 22 de maio de 1910. Título: *Ao Belo Sexo II*.

<sup>360</sup> Vilar (2015, p.7).

Carvalho, então, as aspirações femininas frente à ciência e ao cultivo intelectual são alvos de uma sociedade preconceituosa, pois a mulher “não pode desempenhar esse papel, sem expor-se às ironias finas e, às sátiras sutis daqueles que pretendem deprimi-la; não pode dedicar-se a uma carreira científica ou literária, sem que torne-se o alvo preferido do humorismo penetrante dos cronistas graciosos”<sup>361</sup>. Sobre a carreira literária, mesmo que esporádica, desempenhada por mulheres na elaboração de “uma poesia ou uma crônica”, Carvalho menciona os “conceitos desairosos encontrados nas colunas dos jornais”<sup>362</sup>. E, nesse sentido, afirma:

Pouco importam os conceitos deprimentes dos grandes homens ou dos eminentes sábios sobre a personalidade feminina; pouco importa que Milton dissesse que *a desgraça do homem, remonta ao nascimento da mulher*, ou, que Victor Hugo pensasse que *a mulher é um diabo muito aperfeiçoado*, pois esses gênios gloriosos, ao proferirem tais frases, não se lembraram de que assim atiravam às fontes de suas mães, um insulto vil, um conceito mesquinho, que talvez, elas estivessem longe de merecer. Foram momentos de desvarios, os instantes que proferiram essas palavras... Hoje, até as religiões, tratam de dignificar o sexo feminino, e, a prova disso, está no culto, que o Positivismo rende à Mulher.<sup>363</sup>

Se por um lado, os homens, considerados o “sexo forte”, ocupam uma posição de destaque nas lides da inteligência, por outro é evidente o discurso de que as trevas da ignorância sobre as mulheres seriam também nefastas e que a elas deveriam ser concedidos outros postos, para além dos serviços domésticos. Carvalho, entretanto, aponta a importância de educar as jovens mulheres, “tornando-as aptas ao exercício das lides intelectuais, ou mesmo físicas, de modo que mais tarde, caso não se realize o seu ideal, ela possa manter-se dignamente, sem atirar-se ao precipício trevoso da desgraça, sem manchar o nome da própria família”<sup>364</sup>. O autor finaliza sugerindo que as mulheres não deveriam ser apenas educadas para a vida doméstica, mas para “qualquer ramo da atividade social”. “E aí está, porque eu penso que o feminismo é uma campanha regeneradora e proveitosa”<sup>365</sup>. O ensino gratuito e obrigatório ofertado ao sexo feminino colocaria as mulheres em posições inimagináveis, contrariando o discurso do “sexo forte” que proclama o desnecessário cultivo intelectual das mesmas.

A educação da mulher é tema recorrente na imprensa da segunda metade do século XIX e até a meados dos anos 1960. Em pesquisa de jornais partidários, entre os anos de 1869 e 1937, “referentes à educação da mulher” no Rio Grande do Sul, Gonçalves (2013) identificou que elas estavam fortemente ligadas à Escola Normal e ao processo de feminilização do magistério.

---

<sup>361</sup> *O Exemplo*, 22 de maio de 1910. Título: *Ao Belo Sexo II*.

<sup>362</sup> *O Exemplo*, 22 de maio de 1910. Título: *Ao Belo Sexo II*.

<sup>363</sup> *O Exemplo*, 22 de maio de 1910. Título: *Ao Belo Sexo II*.

<sup>364</sup> *O Exemplo*, 22 de maio de 1910. Título: *Ao Belo Sexo II*.

<sup>365</sup> *O Exemplo*, 22 de maio de 1910. Título: *Ao Belo Sexo II*.

Neste contexto, de múltiplas teorias filosóficas, a mulher que também estava lutando por espaços políticos, sociais e econômicos, encontrava na Escola Normal de Porto Alegre um caminho profícuo de doutrinas e posições partidárias favoráveis ou não às suas lutas. Mesmo que não tenha sido o objetivo dos fundadores da Escola Normal instruir a maioria de mulheres, estas conseguem, a partir da formação na Escola, ir conquistando espaços além daqueles planejados para elas. Conquistam, aos poucos, também as redações dos periódicos, como Ana Aurora do Amaral Lisboa e Luciana de Abreu. Se o objetivo dos diretores da Escola era formar “boas” mães e esposas, foram muito além disso, a exemplo das duas ex-alunas citadas.<sup>366</sup>

Gonçalves destaca que, frente aos objetivos formativos das mulheres, elas desenvolveram suas intelectualidades, assim como defendia em *O Exemplo* A. Dutra, em 1910, com relação ao ensino, que, segundo ele, vai de tempo em tempo se espalhando pelo vasto território nacional e, em especial, no estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, observa “com ufania que a ignorância que até então predominava, vai de um todo desaparecendo”<sup>367</sup>:

Ainda há pouco, era triste, desolador o quadro que nos apresentava: as trevas de uma injustificável ignorância [que] a tudo encobria, a tudo escurecia. Num meio social onde encontram-se tantas inteligências, não se procurava tendência, mediante suas forças, para cooperar, trabalhar em prol do melhoramento intelectual, a bem de sua posição perante os demais centros sociais. A atividade, a inteligência achavam-se amortecidas. Felizmente uma nova era de progresso e aperfeiçoamento avassala todos os espíritos, até os mais renegados e negligentes.<sup>368</sup>

O entusiasmo de Dutra quanto ao afastamento das trevas da ignorância de uma população que, dadas as circunstâncias, estava “adormecida” é evidente. Quanto a esse aspecto, complementa ainda que havia iniciado uma atenção diferenciada, visto que “já se procura um livro onde se possam encontrar luzes que iluminem os espíritos mais trevosos. Já raiou a convicção de que só com o preparo intelectual é que se pode adquirir a posse de direitos conspurcados, e impor-se à consideração de burgueses”<sup>369</sup>. Desse modo, envergar-se sobre os livros, os quais tudo esclarecem, significa cultivar um cabedal de conhecimentos necessários ao exercício de direitos. Em referência à Dutra, a editoria (1910) do periódico destacava que:

Os dirigentes deste país que se compenetrem de que devem corresponder aos desejos dos patriarcas da independência. Devem preocupar-se com a educação do povo, abrindo escolas primárias pelas cidades e vilas, lugares e quebradas, internando-se pelo sertão como a verdade se interna na consciência. Façam isso e seremos felizes, pois então a nossa voz se ouvirá mais forte no coro dos que entoam o hino da independência.<sup>370</sup>

---

<sup>366</sup> Gonçalves (2013, p. 283).

<sup>367</sup> *O Exemplo*, 24 de julho de 1910. Título: *Rabisco I*.

<sup>368</sup> *O Exemplo*, 24 de julho de 1910. Título: *Rabisco I*.

<sup>369</sup> *O Exemplo*, 24 de julho de 1910. Título: *Rabisco I*.

<sup>370</sup> *O Exemplo*, 09 de setembro de 1910. Título: *Independência nacional*.

Se por um lado, a editoria reforça uma discursividade difundida nas páginas do semanário, acerca da necessidade de espalhar, o quanto possível, escolas nos mais remotos lugares do país, o texto *A escola*, de autoria de José do Patrocínio (1910) reproduzido em *O Exemplo* aborda os modos como a escola atua sobre a humanidade:

A escola é para a humanidade o que a alma é para o homem. A alma guarda o cunho da família, da tribo, da raça; a escola, a grande alma coletiva e cosmopolítica dos povos, funde em um só o pensamento à feição do ciclo, e assim congrega civilizações diversas em uma civilização geral. Quanto mais escolas, tanto mais fraternidade. As escolas, como o alfabeto, não distinguem povos nem raças, recebem e perpetuam o pensamento humano.<sup>371</sup>

Para o autor, a escola congrega civilizações diversas, povos e raças, eleva-as à convergência do pensamento humano para o bem da humanidade. Essa discursividade entorno a uma pretensa harmonia<sup>372</sup> é amplamente criticada por pesquisadores, especialmente negros.

Outra faceta da ausência de instrução é abordada por Dutra (1911) quando reporta-se à mocidade, no texto intitulado *Rabisco*. Segundo o autor, à instrução, para a mocidade, “é uma questão secundária [...]. Não abre um livro; não gasta duas horas em uma leitura útil. Não compreende que só lendo terá a boa educação; que o livro é a luz, a revelação”<sup>373</sup>. A crítica formulada decorre de uma preocupação maior, os bailes, que segundo o autor, levavam os jovens, atirarem a esse prazer social, e que esquecerem “os prazeres que proporciona a leitura”<sup>374</sup>. Nesse sentido, alertava: “Compenetrai-vos, ó mocidade, de que é necessário estudar para impor-se, para imperar”<sup>375</sup>. Nessa chamada, Dutra reforçava a necessidade de cultivar “algumas horas em incutir em vossos espíritos os salutares preceitos da Instrução”<sup>376</sup>. Leitura e instrução assim, aparecem intimamente associadas.

No texto seguinte, sob mesmo título, Dutra (1911) lembra daqueles que manifestaram interesse no estabelecimento de aulas noturnas, dado que “o estudo constitui o trabalho, o progresso, o desenvolvimento sob qualquer ponto de vista encarado”<sup>377</sup>.

Em seu último texto, ainda sob o mesmo título, Dutra prossegue discutindo o tema, e reafirma que “o estudo é uma necessidade”, que brevemente “dardejará seus benéficos raios

---

<sup>371</sup> *O Exemplo*, 25 de dezembro de 1910. Título: *A escola*.

<sup>372</sup> Com relação a esse tema, Queirós (2009, p. 6) indica que o Estado, de feição positivista, deveria atingir uma harmonia social que, no limite, procurasse integrar o proletariado à sociedade moderna.

<sup>373</sup> *O Exemplo*, 26 de fevereiro de 1911. Título do texto: *Rabisco*.

<sup>374</sup> *O Exemplo*, 26 de fevereiro de 1911. Título do texto: *Rabisco*.

<sup>375</sup> *O Exemplo*, 26 de fevereiro de 1911. Título do texto: *Rabisco*.

<sup>376</sup> *O Exemplo*, 26 de fevereiro de 1911. Título do texto: *Rabisco*.

<sup>377</sup> *O Exemplo*, 26 de março de 1911. Título do texto: *Rabisco*.

sobre um meio tão ignorante do saber, descortinando e mostrando novo caminho”<sup>378</sup>. Com essas palavras, reforça mais uma vez que o apagamento da ignorância só é possível com a instrução, posto que se preocupa e propõe a seguinte questão:

Mas como fazer nascer esta convicção? Como possamos conseguir? Com o auxílio da Escola, a santa Escola, o templo augusto da verdade. Crie-se este templo, funde-se esta Escola, e em breve teremos o resultado que desejamos. É delas que dimanam os princípios salutareos que vão servir de guias às inteligências confiadas a si. É na escola que se devem passar os primeiros anos da infância, a quadra melhor, e não nos salões, resplandecentes e odoríferos, onde se cultiva o orgulho, a vaidade. É daí deste tabernáculo que as ideias se propagam pelos novos conhecimentos, implantando-se o civismo, a liberdade, elevando o espírito para as diversas conquistas, sem que uma só destas sementes se enregele.<sup>379</sup>

Imerso no contexto de sua época o autor concebe a escola como templo do saber, de aperfeiçoamento das inteligências, de elevação moral e espiritual, que contribui para o afastamento do vício, da vaidade. Em referência à escola como templo do saber, Peres (2002) indica outras denominações para a Biblioteca Pública Pelotense, tais como: “santuário, Pórtico Ático, augusto santuário das letras, templo da ciência, farol brilhante, templo do saber, benemérita instituição, instituição de caridade espiritual”, denominações que retratam a relação que existe entre a linguagem e a realidade social da época. Logo, o termo templo “denota a atribuição de um significado sagrado à instrução e ao conhecimento”<sup>380</sup>. Segundo Dutra (1911):

O espírito compenetrado do bem, da boa educação, da igualdade dos seus semelhantes, da justiça, da superioridade intelectual, da grandeza das vocações, onde cada um deixa se expandir o desenvolvimento do seu labor encefálico, na frase de um grande mestre, tudo isto é na escola, é das luzes da instrução, que se adquire<sup>381</sup>.

O excerto é enfático ao afirmar a escola em uma posição civilizadora na sociedade<sup>382</sup>, bem como promotora da justiça e da igualdade, o que pode parecer um paradoxo: conservadorismo e perspectiva crítica, denuncia de injustiças e defesa da igualdade.

Para encerrar esta subseção, cabe ressaltar que busquei demonstrar, com base nos textos dos colaboradores e naqueles da própria editoria de *O Exemplo*, os esforços empreendidos no sentido de alertar, indicar e sugerir que não haveria outro caminho possível de emancipação e

---

<sup>378</sup> *O Exemplo*, 02 de abril de 1911. Título do texto: *Rabisco*.

<sup>379</sup> *O Exemplo*, 02 de abril de 1911. Título do texto: *Rabisco*.

<sup>380</sup> Perez (2002, p. 26).

<sup>381</sup> *O Exemplo*, 02 de abril de 1911. Título do texto: *Rabisco*.

<sup>382</sup> A pesquisa de Perez (2002, p. 26) indica que a "Luz" era compreendida como sinônimo de instrução, civilização, riqueza, progresso, trabalho, desenvolvimento; e a falta de instrução era relacionada com pobreza, miséria, privações, vadiagem, e simbolizada pela "escuridão".

afastamento das trevas da ignorância, que a instrução, e com algum uso, o vocábulo educação mais frequente nesta terceira fase, responsável por iluminar as inteligências, subtraí-las do atraso, prejudicial a si, à família, à sociedade e à pátria.

Por conseguinte, procurei indicar, ao longo desta subseção que, nas práticas de escrita da editoria e dos colaboradores de *O Exemplo*, a instrução é o eixo central. Eixo marcado por três focos principais: o primeiro, a ausência da instrução, a ignorância, apresentada como um monstro satânico, imerso em trevas, na qual esses espíritos se encontram adormecidos, equivalendo a atraso, pois corrompe a sociedade e a mantém em estado de submissão; o segundo foco, das denúncias, centra-se no preconceito de cor e de classe social e no indiferentismo injustificado dos governantes, pois não há povo ignorante que possa progredir sem instrução, sendo responsabilidade daqueles ofertá-la; e, o terceiro, apresenta uma justificativa para uma cruzada em prol da instrução, principal riqueza almejada pelos pobres, única capaz de promover o progresso do povo, seu aperfeiçoamento, oferecendo um caminho radiante, que, por fim, indica o engrandecimento de uma sociedade.

#### 4.3 INSTITUIÇÕES SACROSSANTAS “FAMÍLIA”, “SOCIEDADE” E “PÁTRIA”: GARANTIA DA ESTABILIDADE E RAZÃO DA EXISTÊNCIA DO GÊNERO HUMANO

Assim como as subseções anteriores, esta apresenta um conjunto de textos que tematizam a instrução em *O Exemplo*, a partir das seguintes temáticas relacionadas: família, sociedade e pátria. Os textos identificados concentram-se na quarta fase do impresso, compreendida entre os anos de 1916 e 1930. As temáticas em destaque foram selecionadas a partir de dois critérios: o primeiro, a sua recorrência no impresso entre os anos de 1916 a 1930, e o segundo, a evidência das três instituições designadas como sacrossantas “família, sociedade e Pátria”, conforme o texto de autoria do colaborador Flavius<sup>383</sup>, nas páginas de *O Exemplo*. A pergunta suscitada pela leitura desse texto gerou a seguinte formulação: Como a instrução está em intersecção com as temáticas família, sociedade e pátria nas publicações da editoria e dos colaboradores desse periódico?<sup>384</sup> Embora família, sociedade e pátria apresentem certa proximidade, e alguma incidência nas fases anteriores, procuro analisar esses temas, quando possível, em separado, de modo a produzir um quadro analítico e descritivo mais acurado<sup>385</sup>.

---

<sup>383</sup> *O Exemplo*, em 11 de fevereiro de 1917.

<sup>384</sup> Nota metodológica: Para análise, procurei agrupar as temáticas. Dessa forma, em alguns momentos a recorrência do mesmo texto.

<sup>385</sup> Nota metodológica: na seção III, mais especificamente na subseção 3.5, está situado os “Cargos da editoria do jornal”.

Antes, vale registrar, de modo geral, as principais recorrências que se sobressaem do conjunto analisado nesse período, embora já referidas nas seções antecedentes.

No primeiro momento, trato da relação entre instrução e família. As principais recorrências apresentadas pela editoria e seus colaboradores se referem à ignorância dos pais de família que não velam pela instrução dos seus filhos. Os pais não percebem que, instruindo seus filhos, estes poderiam se tornar cidadãos dignos, pois não compreendem que a pessoa analfabeta é um ente quase sem utilidade para a sociedade, não têm consciência de que podem ser considerados criminosos por não mandarem seus filhos à escola, não imaginam o grande mal que fazem, pois podem ser amaldiçoados pelos próprios filhos futuramente. Dessa forma, tal conjunto sinaliza para a necessidade de os pais incentivarem em seus filhos o amor ao estudo, pois, com instrução, poderão vencer os múltiplos tropeços da vida.

No segundo momento, em que trato da relação entre sociedade e instrução, o conjunto de textos indica que todos devem cooperar com a instrução do povo. E para isso, convém empreender esforços no sentido de disseminar escolas de ensino primário e profissional por todo o país, a fim de que a instrução popular ocorra, auxiliar as escolas mantidas por particulares e associações, assegurar gratuitamente a instrução popular, garantir a obrigatoriedade do ensino primário para terminar com a falta de instrução de uns; proporcionar o ensino obrigatório para a solução definitiva do analfabetismo; e possibilitar a obrigatoriedade do ensino como caminho para reduzir os caldos da ignorância ainda reinantes em nosso país. Ainda é recorrente o discurso de que não pode haver progresso onde exista analfabetos, de que as campanhas contra o analfabetismo devem merecer o apoio incondicional de todos, pois a grandeza de todos só é alcançada pela instrução.

No terceiro momento, com relação à temática pátria e instrução, as recorrências no conjunto apontam para a importância da unificação social de todos os brasileiros, a necessidade de empreender campanhas contra o analfabetismo para o desenvolvimento e progresso da pátria. Há o entendimento de que o levantamento da pátria só acontecerá se todos trabalharem na campanha contra o analfabetismo, que é um terrível cancro que corrói todas as energias do progresso e o bem-estar futuro da pátria. Assim, a grandeza só será efetivada quando estiver extinto o analfabetismo e, para que a pátria seja grande, é necessário que o povo queira aprender a ler e a escrever.

A partir desse breve apanhado das recorrências inscritas no conjunto da quarta fase de *O Exemplo*, a primeira temática analisada nesta subseção é a relação instrução e família. O texto mais emblemático é de autoria de Flavius (1917) que trata do analfabetismo. Esse colaborador,

inicialmente, toma de empréstimo uma frase de Caldas Junior, que ressalta que a “instrução é o sol das grandes esperanças. O farol que ilumina a alma das crianças”. A partir dessa epígrafe o texto contextualiza o momento histórico vivido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que “tem despendido em prol do ensino boa dose de suas energias”, quer dizer, de seus recursos para a manutenção de escolas, bem como para o pagamento de professores. A partir da alocação desses recursos, a “educação das crianças vai sendo ministrada satisfatoriamente”<sup>386</sup>. Baseado nessas informações, o autor chama a atenção das famílias, conclamando-as:

Agora o que compete aos pais de família, é não descuidarem no dever de mandar os seus filhos às escolas, a fim de que os mesmos, haurindo na fonte inesgotável da instrução, os conhecimentos necessários para que se tornem aptos para vencerem na vida, venham a ser, no futuro, cidadãos úteis a Pátria. O pai que não manda os filhos à escola é um criminoso, que a maior parte das vezes não conhece a intensidade do crime que pratica, nem os resultados maléficis que dele podem advir para os seus filhos, quando tornados homens.<sup>387</sup>

O autor reafirma a necessidade de comprometimento dos pais em velarem pela instrução de seus filhos e destaca os graves prejuízos que podem causar a si e à pátria as famílias que lançam à própria sorte seus filhos. Dessa forma, o que se entende é, por um lado, a posição da editoria em incutir no âmbito familiar a necessidade de instrução das crianças e, por outro, a obrigatoriedade dos pais de assegurarem a instrução de seus filhos. Como indica o texto, o ensino primário é obrigatório e o governo já fez sua parte na abertura das escolas. A esse respeito, Flavius complementa com relato que essas crianças “vivem por aí acumuladas de energias destruídas, entregues aos vícios e ao crime”. Nesse sentido, é enfático quando assegura que essas crianças são vítimas da ignorância, isso porque os pais

[...] não obrigaram na época conveniente, a irem às escolas, onde aprendendo e instruindo-se poderiam ter se tornado cidadãos dignos, respeitando, atuando e honrando a família, a sociedade e a Pátria, as três instituições sacrossantas que são como as pedras fundamentais em torno das quais garantiriam a estabilidade e a razão da existência do gênero humano. A pessoa analfabeta é um ente quase que sem utilidade alguma à sociedade, não vive, vegeta, por isso repetimos, o pai que não manda os seus filhos à escola é um criminoso que não imagina talvez o grande mal que prática e por tal crime virá, mais tarde, a ser amaldiçoado pelos próprios filhos. Não descuidem, pois, os pais de família de mandar os seus filhos ao ensino nas escolas, a fim de que eles venham a ser oportunamente cidadãos preciosos para a sociedade, úteis à família e devotados à Pátria.<sup>388</sup>

---

<sup>386</sup> *O Exemplo*, 11 de fevereiro de 1917. Título: *Contra o analfabetismo*.

<sup>387</sup> *O Exemplo*, 11 de fevereiro de 1917. Título: *Contra o analfabetismo*.

<sup>388</sup> *O Exemplo*, 11 de fevereiro de 1917. Título: *Contra o analfabetismo*.

O autor concebe que a existência do ser humano se organiza a partir de três instituições que ele adjetiva como sacrossantas família, sociedade e pátria. Além disso, sobre a pessoa analfabeta recaía o estigma de ser vista como ser inútil para a sociedade, e os pais que não velassem pela instrução de sua prole cometiam uma grande falta.

Em análise sobre os discursos médicos das primeiras décadas do século XX, Stephanou (2011) examina as concepções do médico gaúcho Dr. Mário Totta (1935) e afirma que a “ausência dos faróis da instrução e da educação [constituíam], perigo nos alicerces das colunas que estavam a erigir a pátria”<sup>389</sup>. Segundo Stephanou, para o Dr. Mário Totta (1935), cumpria “educar desde a mais tenra idade, ensinar pela pedagogia do exemplo, difundir regras de bem viver, instruir para salvar da ignorância, formar virtudes e inteligência, fortalecer o caráter, restituir energias para produzir”<sup>390</sup>. Em sintonia com a discursividade de seu tempo, por meio de *O Exemplo*, difundiu-se a ideia de que a instrução constituía um bem que se estendia às instituições família, sociedade e pátria.

Ao abordar o mal irremediável que provém do inqualificável desleixo de muitos chefes de família que descaram da necessária e imprescindível instrução que deve ser ministrada aos seus filhos na idade apropriada, novamente, em outro texto, intitulado *Instrução*, Flavius (1917) reafirma a necessidade de os pais procurarem incentivar junto a seus filhos o amor ao estudo. E sobre isso, assegura:

A nossa estremecida pátria atravessa agora um período áureo de ressurgimento dos sentimentos patrióticos. Mas, decididamente, fora de toda e qualquer controvérsia, somos daqueles que pensam que não pode haver real e verdadeiro patriotismo num país cujo povo seja pouco instruído. Por isso, se faz mister, e jamais nos cansaremos de clamar que todos os srs. pais de família compreendam a necessidade de mandar educar os seus filhos, não só para que eles venham, mais tarde, a ser bons patriotas, extremados defensores da honra e da liberdade do seu país, como, também, para poderem vencer os múltiplos tropeços que, naturalmente, se lhe hão de antepor no percurso da vida.<sup>391</sup>

Para Flavius, instrução e patriotismo estão intimamente ligados, pois somente aqueles que possuem elevado grau cultural e intelectual concorrem para o bem da “nossa amada pátria”. Ideais patrióticos fazem com que Flavius e os demais colaboradores incitassem nos pais de família a necessidade de instrução de seus filhos. Assim, ao mesmo tempo em que cultivariam o amor aos estudos, que tudo melhora e constrói, seriam úteis patriotas.

---

<sup>389</sup> Stephanou (2011, p. 144).

<sup>390</sup> Stephanou (2011, p. 144).

<sup>391</sup> *O Exemplo*, 10 de junho de 1917. Título: *A instrução*.

Flavius critica os chefes de famílias que entendem a instrução apenas no domínio do “saber assinar o nome, bem como fazer as quatro operações” e que acreditam que, de posse dessas habilidades, a juventude estará “apta a atirar-se na luta pela vida”. Contrariamente, o autor afirma ser este “um erro crasso e detestável”<sup>392</sup>. E nessa direção acrescenta:

Todo chefe de família, que bem compreende a grandeza de sua missão no lar, tem a obrigação restrita de mandar educar, convenientemente, os seus filhos, sob pena de, posteriormente, vir a sofrer [...] as censuras justíssimas da sociedade, bem como, as vezes, o desprezo e a maldição dos próprios filhos que, ante os revezes que se lhe apresentarem na vida, aos quais não possam vencer pela falta da necessária instrução, lançarão sobre os pais a culpa das suas infelicidades, por isso que, na época precisa, foram eles privados de receber o ensino que agora, de muito lhes havia de servir para minorar as agruras com que, a cada passo, se deparam<sup>393</sup>.

Três vocábulos comparecem neste excerto: instrução, ensino e educação. Logo, se por um lado, o autor destaca que a incumbência dos chefes de família diante da educação dos seus é imperativa, por outro, alerta que os filhos, posteriormente, podem desprezar e amaldiçoar seus pais por não terem velado por sua instrução. A esse respeito, no texto *Sociedade*, de autoria do colaborador Magnus Justus (1918) este afirma o projeto “missionário” de inscrever no âmbito das associações uma necessária instrução aos chefes de família, ou melhor, para além de “elevar a educação dos seus consócios”, tratava-se de “cultivar os espíritos” no “mais alto grau de adiantamento possível”<sup>394</sup>. Assim habilitado, o chefe de família poderia contribuir para incitar em seus filhos o gosto pelo estudo.

Sob essa perspectiva, o texto *Sempre pela instrução*, de autoria de outro colaborador F. C. (1918), reforça que “a instrução é o farol que ilumina as almas das crianças”. F. C. reúne argumentos para defender sua posição e explica porque muitos chefes de famílias preferem deixam de mandar seus filhos às escolas. Segundo o autor, ele tem ouvido respostas como esta: “Ora o meu menino agora está tão bem, ajuda-me tanto: *ganha vinte mil reais, como engraxate, vendedor de jornais ou mensageiro*”<sup>395</sup>. Tal argumento é apresentado para explicar porque para certos pais de família o trabalho é mais importante do que a instrução, mesmo que o valor recebido pelo trabalho não signifique um valor substancial para a sobrevivência, mas um

---

<sup>392</sup> *O Exemplo*, 10 de junho de 1917. Título: *A instrução*.

<sup>393</sup> *O Exemplo*, 10 de junho de 1917. Título: *A instrução*.

<sup>394</sup> *O Exemplo*, 24 de fevereiro de 1918. Título do texto: *Sociedades*.

<sup>395</sup> *O Exemplo*, 26 de maio de 1918. Título do texto: *Sempre pela instrução*.

complemento que o pai julga bem-vindo<sup>396</sup>. Com relação a isso, F. C. aponta uma “triste ignorância ou torpe desleixo?!<sup>397</sup>. E complementa:

Não se apercebem, por ventura os que raciocinam desta forma, que estão opondo entraves à felicidade dos seus filhos, por isso que, teimando em deixá-los analfabetos, dificultam, enormemente, que eles possam atingir, mais tarde, na sociedade, uma posição, que não diremos de destaque, mas que os ponha a salvo da pobreza, quiçá da miséria. [...] Não compreendem, por acaso, os que resolvem assim, que com a sua imprevidência indesculpável, da qual muitas vezes, fora de tempo, se vem de arrepender, concorrem para tornar os seus filhos, no futuro, cidadãos inúteis a si mesmos, à família, à sociedade e à Pátria?!<sup>398</sup>

O argumento apresentado por F. C. é enfático em sua crítica aos pais de família que insistem em deixar os filhos analfabetos, quer por ignorância, quer por desleixo, pois não percebem que o analfabeto é inútil a si, à família, à sociedade e à pátria. Logo, a condição de analfabeto lhes dificulta o lograr alguma colocação que lhes possibilite, minimamente, afastarem-se da miséria.

Em oposição a esse estado de coisas, para F. C. “faz-se mister que todos nos compenremos da necessidade extraordinária que há de se instruir as crianças<sup>399</sup>. Com essa atitude, “não seremos considerados promotores da infelicidade e desgraça dos nossos filhos e cooperadores do enfraquecimento moral e intelectual da Nação<sup>400</sup>. Assim, é necessário que os pais e mães de família encaminhem seus filhos e filhas à escola, a fim de que, “haurindo nessa fonte maravilhosa dos conhecimentos humanos, [...] venham a ser cidadãos úteis, não só à própria família, como à sociedade e, acima de tudo, à Pátria querida e bem-amada!”<sup>401</sup>.

Margarth Rago (1987) discute o tema da instrução no recorte temporal da tese (1890-1930). Quanto ao descuido dos chefes de família com a instrução dos filhos em favor do trabalho, a autora afirma que os pais eram envolvidos por uma “ética puritana do trabalho”, dado que eram “coniventes com a representação imaginária do trabalho como atividade redentora e enobrecedora, formadora do bom caráter do cidadão, ou seja, como uma virtude<sup>402</sup>. O trabalho é associado a elemento moralizador e, dessa forma, contribui para inibir “a

---

<sup>396</sup> Zubaran (2008, p. 18), em *O Exemplo*, assenta a “instrução e o trabalho [apresentam-se] como as condições que assegurariam o desenvolvimento moral e intelectual da comunidade negra, e que facilitariam a integração dos negros na sociedade brasileira”. Possivelmente, os pais encontravam-se atravessados por esse discurso de que, pelo trabalho seus filhos poderiam ser integrados socialmente. Mas era lamentável que para isso tivessem que deixar de fora o bem mais precioso, compartilhado pela editoria e seus colaboradores, a instrução.

<sup>397</sup> *O Exemplo*, 26 de maio de 1918. Título do texto: *Sempre pela instrução*.

<sup>398</sup> *O Exemplo*, 26 de maio de 1918. Título do texto: *Sempre pela instrução*.

<sup>399</sup> *O Exemplo*, 26 de maio de 1918. Título: *Sempre pela instrução*.

<sup>400</sup> *O Exemplo*, 26 de maio de 1918. Título: *Sempre pela instrução*.

<sup>401</sup> *O Exemplo*, 26 de maio de 1918. Título: *Sempre pela instrução*.

<sup>402</sup> Rago (1987, p. 136).

vagabundagem e o desperdício das energias das crianças”<sup>403</sup>. Nessa assertiva, Rago indica que, se por um lado, o trabalho desde a mais tenra idade era aceito pelos pais, como também pela sociedade, por outro o trabalho das crianças era incentivado pelas próprias famílias.

Do trabalho, então, resulta a problemática apresentada no texto intitulado *Da Instrução*, no qual a editoria (1918) discute, mais especificamente, “a causa principal da indiferença pelas coisas de Instrução por parte do nosso povo”<sup>404</sup>, povo negro.

Quando nos meandros de uma família um filho se mostra negligente ao estudo das disciplinas que os pais julguem necessárias ao seu conhecimento, a obrigatoriedade é o remédio que aplicam a essa indolência intelectual. Não lhe diz o pai: é necessário estudar, mas simplesmente – Estuda. Ora, a sociedade – organizada nada mais é que muitas famílias reunidas ou, singularmente, um número maior de filhos debaixo da direção de um *pater familie* que outro não é, neste caso, que o governo constituído e como reconhecido pelo povo.<sup>405</sup>

A editoria indica que o compromisso da instrução do povo não se restringe às famílias, visto que a sociedade como um todo é uma família. Essa grande família, confiada aos cuidados do governo demonstra indiferença frente a certos ramos de conhecimento necessários para progredir o que torna imprescindível que a instrução seja, de fato, obrigatória na prática, pois esse será o único remédio que pode remover o estado negativo do povo no adiantamento social. Nessa direção, no texto *Menores desvalidos*, de autoria do colaborador Antonriu<sup>406</sup> (1919), este escreve sobre os meninos de rua, os perigos, misérias e vícios, “tornando-se um elemento imprestável para a família, para a sociedade e para a pátria”<sup>407</sup>. Sobre essa realidade, afirma que há outra possibilidade para além da rua, e defende:

As escolas públicas estão esparsas pelos arrabaldes: temos aqui mesmo no centro o colégio “Fernando Gomes”, situado no antigo Alto da Bronze, e o “Instituto Parobé”, na avenida Bomfim, e todos esses estabelecimentos de ensino estão acenando à infância, convidando-a a ir beber em suas fontes instrutivas, gratuitamente, os ensinamentos indispensáveis à humanidade. E serão esses estabelecimentos, suficientes para evitar a perda de pequenos seres desvalidos?<sup>408</sup>.

A referência descrita pelo autor coloca em destaque a possibilidade de a infância desvalida ingressar em estabelecimentos de ensino e neles receber ensinamentos indispensáveis

---

<sup>403</sup> Rago (1987, p. 136).

<sup>404</sup> *O Exemplo*, 16 de junho de 1918. Título: *Da Instrução*.

<sup>405</sup> *O Exemplo*, 16 de junho de 1918. Título: *Da Instrução*.

<sup>406</sup> *O Exemplo*, 02 de fevereiro de 1919. Título: *Menores desvalidos*. Antonriu é o pseudônimo utilizado pelo colaborador do jornal *O Exemplo*.

<sup>407</sup> *O Exemplo*, 02 de fevereiro de 1919. Título: *Menores desvalidos*.

<sup>408</sup> *O Exemplo*, 02 de fevereiro de 1919. Título: *Menores desvalidos*.

para o progresso pátrio. Contudo, lembra aqueles “elementos [que] concorrem poderosamente para a infelicidade da infância desvalida: a ignorância e a miséria em que vivem os pais”<sup>409</sup>. O completo obscurantismo, bem como a completa ignorância em que se encontram mergulhadas essas famílias, as impede de procurar uma escola para seus filhos, o que acontece face à absoluta falta de recursos em que vivem devido à miséria extrema.

Para Antonriu, ainda, o ensino não está ao alcance de todas as classes, e inclusive “o calçado e todos os uniformes exigidos pelos professores ou diretores do estabelecimento de ensino” não são gratuitos<sup>410</sup>. Diante desse quadro de completa calamidade, expostos a sacrifícios diversos em virtude de serem parte de uma classe desprotegida da fortuna, pouco, ou quase nada, conseguem fazer para educar a sua prole.

Antonriu clama pela “criação de um estabelecimento especial, custeado pelo governo, livre de exigências convencionais, confiados a diretores de reconhecida idoneidade e capacidade pedagógica”<sup>411</sup>, onde sejam admitidos somente “os menores desvalidos, os quais dali só deviam sair, definitivamente, depois de julgados cidadãos capazes para a família e para o meio social a que se destinem a conviver”. O autor considera que, ao passarem por um “rigoroso saneamento moral”, essas crianças poderão ter um “destino proveitoso”, pois, “amparados e educados, ainda podem servir à família e à pátria”<sup>412</sup>.

Se por um lado temos o texto de Antonriu que aborda a situação da classe desprovida de fortuna e sua dificuldade com relação ao encaminhamento de sua prole à instrução, de outro, temos o texto *Da instrução*, assinado por Cingalais (1918) que trata mais especificamente do vocábulo instrução. Neste texto, o autor discorre sobre as pessoas que “julgam o vocábulo – instrução – como privilégio de certos indivíduos e monopólio de determinadas classes”. Na sequência, afirma que alguns indivíduos “esquecem o dever de instruírem a si mesmos e àqueles que dependem da sua tutela”. O autor concebe que “instruir não é tão somente, como compreendem alguns, o banho lustral nos bancos ginasiais e acadêmicos à procura do pergaminho”, pois “desse falso pressuposto nasce o atraso do indivíduo, a dissolução da família e a estagnação do progresso social”. Dessa forma, a instrução não constitui um privilégio concedido a determinados indivíduos, esclarece que “é impossível admitir um homem que não tenha um cabedal de instrução capaz de aproveitar ao próprio sábio que, apesar deste título, sabe que nunca chegará ao termo final dos conhecimentos humanos”<sup>413</sup>.

---

<sup>409</sup> *O Exemplo*, 02 de fevereiro de 1919. Título: *Menores desvalidos*.

<sup>410</sup> *O Exemplo*, 02 de fevereiro de 1919. Título: *Menores desvalidos*.

<sup>411</sup> *O Exemplo*, 02 de fevereiro de 1919. Título: *Menores desvalidos*.

<sup>412</sup> *O Exemplo*, 02 de fevereiro de 1919. Título do texto: *Menores desvalidos*.

<sup>413</sup> *O Exemplo*, 05 de maio de 1918. Título do texto: *Da instrução*.

Nessa linha de compreensão, aborda o domínio do código escrito e indica que “o saber ler e escrever em si não é a síntese ideal a tornar os homens excelentes pais de família e cidadãos honrados, assim como esses conhecimentos não garantem sempre a polidez, a civilidade, o fino trato e mais virtudes que distinguem o homem do *homem*”<sup>414</sup>. Contudo, lembra que esse domínio é uma “síntese ideal para a instrução, por ser pensamento mais ou menos comum”<sup>415</sup>. Ao finalizar seu texto, Cingalais formula a seguinte questão: “Por que sendo esse fato admitido e reconhecido por todas as pessoas – não mandam os seus filhos à Escola? Por que não os ilustram ao menos no conhecimento das primeiras letras e nas quatro operações básicas da matemática?”<sup>416</sup>. Finalmente, o autor fornece elementos para compreender que o esclarecimento do intelecto só é possível com a instrução, seja ela confinada ou não ao privilégio de certos indivíduos e monopólio de determinadas classes.

Os pais e chefes de família têm um compromisso ímpar na formação intelectual do futuro do país. Essa afirmação é recorrentemente enfatizada em diversos textos publicados em *O Exemplo*.

O último texto *Instrução*, selecionado, nesta subseção, assinado pela editoria (1918), trata dos esforços do governo do estado, bem como dos municípios, na difusão do ensino popular. Tais esforços se apresentam, pois entendem que “somente com um povo instruído é que poderemos ser uma nação forte, grande e ditosa”<sup>417</sup>. Sob a influência dos princípios positivistas, a editoria completa:

Resta agora que os chefes de família auxiliem a obra meritória dos nossos governantes enviando às escolas, oficinas do saber, os seus filhos, para que amanhã, sejam dignos da nossa estremecida Pátria que tanto merece do nosso amor e patriotismo. Combater o analfabetismo eis a divisa principal do sincero, do bom patriota. Para o progresso de uma nacionalidade, para o engrandecimento de um povo, a instrução popular é a condição popular. Assim, pois, o caminho é o da Escola, sobretudo.<sup>418</sup>

Para complementar o excerto acima, em especial a afirmativa de que “o caminho é o da Escola” para o combate ao analfabetismo, Berenice Corsetti (2008) trata da educação como instrumento da política de modernização do Estado do Rio Grande do Sul. Para a autora, “a escola como instrumento primordial, foi elaborado com a finalidade de projetar os valores indispensáveis à consolidação do modelo capitalista de sociedade, defendido solidamente pelos

---

<sup>414</sup> *O Exemplo*, 05 de maio de 1918. Título do texto: *Da instrução*.

<sup>415</sup> *O Exemplo*, 05 de maio de 1918. Título do texto: *Da instrução*.

<sup>416</sup> *O Exemplo*, 05 de maio de 1918. Título do texto: *Da instrução*.

<sup>417</sup> *O Exemplo*, 01 de abril 1929. Título: *Instrução*.

<sup>418</sup> *O Exemplo*, 01 de abril 1929. Título: *Instrução*.

republicanos positivistas”<sup>419</sup>. Dessa forma, para garantir os ideais positivistas, que eram entendidos “como a expressão da modernidade no cenário gaúcho”<sup>420</sup>, combater o analfabetismo se situava como um caso emergencial a ser solucionado. Diante do exposto, naquele período, pensava-se que a família tinha um papel primordial na instrução dos filhos, ou melhor, no afastamento do analfabetismo, a qual amplia o estado moral e intelectual de uma determinada sociedade, ou seja, o engrandecimento da sociedade.

Assim, com relação à sociedade, alguns textos escritos pela editoria e seus colaboradores tiveram como finalidade difundir informações de um escopo mais amplo a respeito da relação entre sociedade e instrução. Entre esses textos, destaco o intitulado *Pela instrução*, escrito pela editoria (1916) que trata da atuação do deputado José Augusto, incumbido pela comissão de Instrução Pública de estudar os meios para difusão do ensino primário. Conforme escreve a editoria, é projeto do deputado José Augusto “criar o Conselho Nacional de Educação, o qual ficará subordinado ao Ministério da Justiça. Seus membros serão de nomeação do presidente da República”<sup>421</sup>. A partir dessa criação, compete ao Conselho as seguintes atribuições:

Procurar disseminar o ensino primário e profissional, auxiliando e subsidiando as escolas mantidas por particulares e associações, criando, diretamente, onde não existirem. Organizar estatísticas escolares e promover a reunião de Congressos de Educação. Instituir, nas capitais dos Estados, conselhos de educação e divulgar as informações relativas à organização e funcionamento das escolas, aos sistemas escolares, bem como aos métodos de ensino, quer do Brasil, quer de países estrangeiros. Promover a publicação de boletins e relatórios, memoriais e livros atinentes aos assuntos educativos, bem como prestar informações que forem solicitadas aos estabelecimentos de ensino existentes no país. Auxiliar, subvencionar, fundar bibliotecas e museus escolares; fazer contratar, por conta da União, professores estrangeiros e promover a ida de missões escolares nacionais aos países de notável desenvolvimento pedagógico.<sup>422</sup>

O excerto mostra a primeira vez que comparece à questão pedagógica. Como também, o quadro de um projeto bem definido para a instrução pública no país. Nesse período, amparado pelos pressupostos de uma “cultura positivista”, o estado do Rio Grande do Sul se adequa “às condições locais e aos interesses específicos do grupo dirigente”, ou seja, se articula “com essa atuação nacional”<sup>423</sup>, que é evidenciada pela editoria. Assim, a ação do governo gaúcho, implementada pelos seus dirigentes positivistas, é marcada por algumas características, conforme Corsetti (2008): da “expansão do ensino público primário”, de um necessário

---

<sup>419</sup> Corsetti (2008, p. 65).

<sup>420</sup> Corsetti (2008, p. 65).

<sup>421</sup> *O Exemplo*, 23 de julho de 1916. Título: *Pela instrução*.

<sup>422</sup> *O Exemplo*, 23 de julho de 1916. Título: *Pela instrução*.

<sup>423</sup> Corsetti (2008, p. 56).

“estímulo e apoio, inclusive com verbas públicas, ao ensino técnico-profissional e superior privados”, da importância de nacionalizar “o ensino, especialmente nas regiões coloniais”, e, principalmente, da “contenção de despesas com a expansão do ensino”<sup>424</sup>.

A formulação dessas atribuições evidencia um estudo acurado das necessidades e realidade da sociedade para adequação de um processo de modernização conservadora promovido pelo Estado. Nesse sentido, segundo o autor, o estado é carente de reformas que possam atender a esse princípio de modernização capitalista, patrocinado pelos dirigentes republicanos de orientação positivista. Para que tais atribuições fossem, de fato, postas em prática, a editoria (1916) escrevia que o deputado José Augusto faria uso de recursos do “Tesouro Nacional, uma caixa especial de educação nacional”, advindos de “donativos ou legados, taxas pagas pelos alunos”, ou mesmo de “sobras de cada exercício que deixarem as diferentes verbas”, como também um percentual de “toda renda do imposto de consumo” e “dotações orçamentárias”<sup>425</sup>.

A editoria (1916) do periódico, no texto *Pela instrução*, afirma que a instrução, ou melhor, o analfabetismo continua “a ser entre nós um problema de difícil solução”. Medidas tomadas por outros estados da federação mostram que a obrigatoriedade do ensino era o caminho para reduzir os “caldos da ignorância ainda reinantes em nosso país”, uma vez que “o que existe em matéria de instrução nada é em vista do tamanho do país e da disseminação de seus habitantes”. Contudo, quando apresenta os dados de frequência e matrícula escolar para o Estado do Rio Grande do Sul a editoria informa que este “leva vantagem a muitos outros da União na luta tenaz contra o analfabetismo que é um mal social”<sup>426</sup>.

Diante desse mal, o texto intitulado *Instrução*, de autoria do colaborador Estevão Tavares (1916) registra, na semana seguinte, que uma das suas maiores inquietações é “a educação dos homens de amanhã”. Posto isso em virtude de que os infantes desvalidos, “oriundos de uma raça vilmente explorada por muitos anos e, conseqüentemente falhos de meios para instruírem-se, [são] quase como um mal atávico”, acrescenta que “perambulam pelas ruas da cidade, sem que seus pais possam lhes dar uma educação”<sup>427</sup>.

A situação de crianças nas ruas não passava despercebida à época. O estudo de Peres (2002), antes indicado, registra que já em fins do século XIX, foram tomadas medidas pela “elite branca pelotense [que se] devotava à população mais pobre”, a exemplo das crianças “que

---

<sup>424</sup> Corsetti (2008, p. 63).

<sup>425</sup> *O Exemplo*, 23 de julho de 1916. Título: *Pela instrução*.

<sup>426</sup> *O Exemplo*, 05 de novembro de 1916. Título: *Pela instrução*.

<sup>427</sup> *O Exemplo*, 12 novembro de 1916. Título: *Instrução*.

vagavam pelas ruas [e] não combinavam com uma cidade que detinha o título de ser a mais aristocrática de toda a Província [RS]”. Desse modo, procurou-se atender essa população “pobre” com doação de “dinheiro para a construção e manutenção de entidades assistenciais”<sup>428</sup>. Atento a essa realidade, que se reproduz nas primeiras décadas do século XX, em especial na capital gaúcha, Tavares, nas páginas de *O Exemplo*, sugere a criação de um local onde essas crianças possam serem instruídas, mas não somente, pois explica que precisávamos

de um internato, à exemplo do D. Bosco, no Rio, onde o menor ali aprende a ler, a [ter] uma profissão, enfim, a ser homem. Estabelecimento dessa ordem não temos em Porto Alegre. E por que não existe? Porque a municipalidade, essa corporação mais direta dos interesses do Povo, não cogita de acordo com o governo estadual da criação e manutenção de um instituto interno para meninos desprotegidos [...] que visem o bem-estar dos seus municípios, cooperando assim para o progresso local.<sup>429</sup>

O excerto é enfático nas críticas à ação das municipalidades que descuidam do bem-estar dos seus municípios quando não asseguram um local em que as crianças pudessem aprender a ler e escrever, bem como que lhes fossem ofertados ensinamentos voltados à aquisição de uma profissão, formato de instrução difundido principalmente para as camadas mais empobrecidas. Diferentemente do que Tavares afirma sobre as crianças desvalidas e de uma necessária instituição de acolhimento e instrução, de outra parte, no texto *Com a escola complementar*, também em 1916, a editoria expressa queixas sobre a Escola Complementar:

É a que se refere ao fato de haverem sido chamadas a exame oral alunas que na prova escrita não haviam conseguido a média necessária, enquanto outras que alcançaram médias superiores não eram escritas para a prova oral. O fundamento concreto de tais asserções é coisa que só dificilmente poderíamos averiguar. A prova escrita é a pedra de toque onde fica materialmente consubstanciado o maior ou menor aproveitamento do estudante. Se houve, portanto, tal preterição, o sr. diretor da Escola Complementar não agiu com são critério, nem soube honrar o seu cargo.<sup>430</sup>

O que sobressai nesse excerto é claramente a discriminação de cor. Essa queixa, nas páginas de *O Exemplo*, demonstra que a editoria não pactuava com tal ato, que desqualifica aqueles que, por direito, bem como pelo avançado grau cultural e intelectual, faziam distinções entre candidatos, pois todos deveriam ser reconhecidos em seus direitos. Ao final desse texto, a editoria ressalta que “urge de vez acabar com favoritismos e empenhos, para que o mérito,

---

<sup>428</sup> Peres (2002, p. 44).

<sup>429</sup> *O Exemplo*, 12 novembro de 1916. Título: *Instrução*.

<sup>430</sup> *O Exemplo*, 03 dezembro de 1916. Título: *Com a escola complementar*.

unicamente o mérito de cada qual possa sobressair”<sup>431</sup>. Dito de outra forma, urge de vez acabar com favoritismos e empenhos, para que o mérito, e não a cor, de cada qual possa sobressair.

Apresento agora mais um aspecto trazido à baila por *O Exemplo*, no texto *Contra o futebol*, de autoria do colaborador Liberato Bittencourt (1918). O autor assegura ser contra o futebol. O argumento utilizado é de que “o jogador apaixonado de futebol é sempre um estudante medíocre”. Isso porque,

[d]e todos os esportes praticados ao ar livre, nenhum é mais perigoso e condenável que o incompreensível futebol, porque ele deturpa a educação física, ataca de frente a cultura intelectual e corrompe certo a feitura moral dos indivíduos mais equilibrados e mais fortes. De resto, é um exercício violentíssimo. E os exercícios violentíssimos não podem se destinar àqueles que se dedicam ou que pretendem se dedicar, mais tarde ou mais cedo [aos] trabalhos intelectuais.<sup>432</sup>

Quando lança esse argumento na vasta arena da imprensa, Bittencourt anuncia seu posicionamento em relação aos apaixonados por esse esporte, que compromete o desenvolvimento intelectual, embrutece o estudante é causador de indisciplina e desordem. Esse tipo de estudante, segundo o autor, “só não pega no livro. Por isso mesmo não pode fazer figura nos domínios delicados da inteligência”<sup>433</sup>. Em outras palavras, quem envergar-se sob o livro, deve, ao mesmo tempo, afastar-se do futebol, pois este esporte atenta contra “a feitura moral dos indivíduos”.

Diferentemente do que tratou Bittencourt sobre os jogos de futebol e seu perigo quanto ao comprometimento do desenvolvimento intelectual dos estudantes, a editoria (1921), no texto *Liga Brasileira Contra o Analfabetismo*, se propõe a atender à solicitação do coronel Raymundo Pinto Seidl, para publicar a todos que o leem, Deputados, Senadores e Câmaras Municipais, um assunto de interesse do país, pois, confiados no patriotismo desses representantes, solicita “apoio, em prol da extinção do analfabetismo em nossa Pátria”<sup>434</sup>. Segundo expresso no documento, encaminhado à editoria de *O Exemplo* solicitando a aprovação de um projeto de lei que tornaria o ensino obrigatório no país, essa ação “muito contribuirá para a solução definitiva desse grande problema nacional”, o analfabetismo<sup>435</sup>. Segundo consta no documento:

Nas vésperas do centenário da sua independência política, o Brasil conta ainda 80% de analfabetos. ISTO É UMA TRISTE VERGONHA, QUE NÃO PODE

<sup>431</sup> *O Exemplo*, 03 de dezembro de 1916. Título: *Com a escola complementar*.

<sup>432</sup> *O Exemplo*, 03 de março de 1918. Título: *Contra o futebol*.

<sup>433</sup> *O Exemplo*, 03 de março de 1918. Título do texto: *Contra o futebol*.

<sup>434</sup> Tal solicitação não poderia deixar de ser acatada, tendo em vista que a editoria vem travado lutas contra o analfabetismo. Disso resulta a adesão de *O Exemplo* a essa Liga.

<sup>435</sup> *O Exemplo*, 07 de agosto de 1921. Título: *Liga Brasileira Contra o Analfabetismo*.

CONTINUAR!. Sois brasileiros. Certamente amais a nossa Pátria. Vinde, pois, em seu socorro. Ajudai a libertá-la da grande mácula que entorpece o seu progresso. Em nome do Brasil, pedimos o vosso apoio em favor do nosso grande ideal. Rio de Janeiro, 11 de Junho de 1921. Pela Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (Grifos do texto)<sup>436</sup>.

A publicação, em *O Exemplo*, de tal assunto, demonstra que a editoria apoiava o projeto de criação de uma lei para assegurar o ensino obrigatório, ao que tudo indica, para todos os níveis. Ao fazê-lo, mostra que essa lei poderia contribuir com a família e a sociedade, bem como com a pátria. Contudo, na contramão dessa posição, outros movimentos arguíam pela liberdade de ensino, como apresenta Corsetti (2008):

Na prática, a ideia central era a da “liberdade de ensino”, que balizou a atuação da bancada gaúcha no Congresso Nacional, sempre que a questão polêmica da educação foi debatida e deliberada. Em síntese, foi possível perceber que a bancada gaúcha, através de seu trabalho persistente e coeso no Parlamento Federal, contribuiu significativamente para, por um lado, impedir uma maior ação do Estado Nacional no campo do ensino elementar e secundário e, por outro, garantir esse espaço para a iniciativa privada ampliar sua penetração.<sup>437</sup>

O excerto evidencia a posição da bancada gaúcha em torno à instrução e a liberdade de ensino, sobretudo o ensino elementar e secundário, que segundo argumentos correntes quanto ao fato de o Rio Grande do Sul ser o estado mais adiantado em termos de instrução, é de que não haveria necessidade de impor a obrigatoriedade do ensino, uma vez a expansão de escolas pelo estado, era afirmada pela editoria e seus colaboradores em diferentes matérias publicadas.

Esse tema também é notado em 1924, no texto *O ensino primário e sua obrigatoriedade*, de autoria do colaborador Mario Gama, em que trata de como o ensino primário e sua obrigatoriedade podem acabar com o analfabetismo no Brasil, ou seja, em condições de “terminar com a falta de instrução de uns”. Ao expressar esse propósito à sociedade, o colaborador declara que:

O Brasil deve cuidar muito do ensino, tanto primário como superior, pois que não pode haver progresso onde existem analfabetos. [...] A campanha ora em vista deve merecer o apoio incondicional, pois é um bem para a sociedade e para o progresso do Brasil. Não pode haver coisa mais bela para um país do que ter os seus filhos devidamente educados, para que, perante os olhos dos estrangeiros, não sejam taxados de ignorantes.<sup>438</sup>

---

<sup>436</sup> *O Exemplo*, 07 de agosto de 1921. Título: *Liga Brasileira Contra o Analfabetismo*.

<sup>437</sup> Corsetti (2008, p. 63).

<sup>438</sup> *O Exemplo*, 10 fevereiro de 1924. Título: *O ensino primário e sua obrigatoriedade*.

A partir desse argumento, Gama sustenta que a obrigatoriedade do ensino é indispensável para o bem da civilização. Isso inclui desde o ensino primário até o superior. Com relação ainda ao ensino primário, o autor afirma que afastar as trevas da ignorância que envolve os analfabetos é uma missão de todos, da nação, dos estados, das municipalidades<sup>439</sup>. Soma-se o texto *Analfabetismo*, de autoria do colaborador Dario L. Nuncio, publicado em 1926, que ressalta os esforços do governo no sentido de empenhar-se “numa campanha bendita para o desaparecimento do analfabetismo, espalhando pelo território nacional colégios e grupos escolares. Tal fato merece os mais fartos louvores, por isso que a instrução é o principal fator da civilização”. A partir dessa constatação, o autor afirma: “podemos dizer que o nosso Estado é onde justamente existe a menor porcentagem de analfabetos. Inegavelmente, é um dos tantos frutos de um sábio governo”<sup>440</sup>. Entretanto, mesmo anunciando para os leitores os esforços do governo para garantir as condições que levassem à erradicação do analfabetismo no estado do Rio Grande do Sul, Nuncio não discute a obrigatoriedade do ensino para todos os níveis, bem como não discute especificamente a instrução dos “homens de cor”.

No texto *O progresso de uma nacionalidade, a instrução popular*, a editoria (1928) lembra aos leitores que, incontestavelmente, o progresso de uma nacionalidade resulta da instrução popular. Assim, a instrução popular deve ser assegurada gratuitamente, pois um governo bem-intencionado se esforça para disseminar escolas a fim de que a instrução popular ocorra<sup>441</sup>. Nesse sentido, declara a editoria:

No Brasil, entretanto, tem sido descurado esse importante cometimento que tão de perto diz respeito à prosperidade da Nação. Há Estados em que o analfabetismo é inacreditável; a ignorância predomina entre suas populações. Em boa hora, porém, podemos dizer, e com isto ufanarmos, que o Rio Grande do Sul, neste assunto, se encontra *pari passu* com as unidades mais adiantadas do país.<sup>442</sup>

Novamente, nos anos de 1920, a editoria indica aos leitores de *O Exemplo* que os esforços empreendidos pelo governo do estado na atenção à instrução popular, colaboravam para o apagamento da ignorância pela qual muitos eram acometidos. Destacava que “o atual governo gaúcho, que tantos serviços de benemerência vem prestando ao Estado, não tem se descuidado da Instrução, criando novos templos”. E tal ação “marcha gloriosamente para um futuro luminoso de progresso, de grandeza”<sup>443</sup>. A editoria (1929) não cessa de publicar

---

<sup>439</sup> *O Exemplo*, 10 fevereiro de 1924. Título: *O ensino primário e sua obrigatoriedade*.

<sup>440</sup> *O Exemplo*, 14 março de 1926. Título: *Analfabetismo*.

<sup>441</sup> *O Exemplo*, 10 dezembro de 1928. Título: *O progresso de uma nacionalidade, a instrução popular*.

<sup>442</sup> *O Exemplo*, 10 dezembro de 1928. Título: *O progresso de uma nacionalidade, a instrução popular*.

<sup>443</sup> *O Exemplo*, 10 dezembro de 1928. Título: *O progresso de uma nacionalidade, a instrução popular*.

conteúdos elogiosos aos feitos do governo do estado e, aqui especificamente, a missão particular da instrução popular. Segundo a editoria,

o analfabetismo é o pior dos males, o Governo vem disseminando escolas por todos os lugares, os mais recônditos, a fim de que a instrução, qual sol radioso, deixe seus raios luminosos penetrarem em todos os lares. E, para esse desiderato, não tem poupado esforços, aumentando a respectiva verba, para que diminua, o mais rápido possível, o número de analfabetos.<sup>444</sup>

Com essa referência, é possível identificar que as ações do governo do estado estão vinculadas ao aumento de verbas para redução do número de analfabetos, o “pior dos males”. Corsetti (2008), na linha de argumentação exposta, assegura que, por um lado, o atraso passou a ser identificado com “a sujeira, a feiura, a doença, a ignorância, a prostituição, a loucura, a vadiagem, a morte, ou seja, a desordem, elementos que deveriam ser eliminados”; e, por outro, faz um contraponto e afirma que “o progresso teve como ingredientes a limpeza, o embelezamento das cidades, a saúde, a reprodução da vida, a educação e, em paralelo, a disciplina, a ordem, a produtividade, a lucratividade”<sup>445</sup>. Destaca-se, aqui, o termo ignorância que, vinculado ao analfabetismo, representa o atraso, a inexistência de uma nação. A única via para o progresso, segundo esses discursos e como já abordado fartamente, seria a instrução.

Para o médico Dr. Adayr (1929), no texto *A grandeza da raça*, publicado nas páginas de *O Exemplo*, “a grandeza da raça”, poderia ser alcançada pela instrução, pois “muito se tem feito, e muito se continua fazendo, no seio de cada povo, pela conservação e aperfeiçoamento da raça, sob os pontos de vista físico, intelectual e moral”<sup>446</sup>. Em suas palavras, embora defendendo os “homens de cor”, em sua primeira fase, nesse momento o jornal veicula concepções extremamente conservadoras:

Em todos os países surgem, diariamente, ligas patrióticas, sociedades conservadoras e reformistas; os governos procuram, na promulgação de leis especiais, os meios de melhorar sempre as condições de existência dos povos respectivos. [...] Quero dizer que pensamos mais no indivíduo que na sociedade como ponto de partida no trabalho do aperfeiçoamento das coletividades. Zelamos, antes de tudo, pelo elemento constitutivo, e depois então pelo conjunto. Partimos da base, em suma.<sup>447</sup>

No excerto, fica evidente a posição assumida pelo autor de que, primeiramente, era necessário cuidar da pessoa individualmente para, em seguida, pensar na coletividade que é a

---

<sup>444</sup> *O Exemplo*, 04 de fevereiro de 1929. Título: *Pela instrução*.

<sup>445</sup> Corsetti (2008, p. 58).

<sup>446</sup> *O Exemplo*, 13 de maio de 1929. Título: *A grandeza da raça*.

<sup>447</sup> *O Exemplo*, 13 de maio de 1929. Título: *A grandeza da raça*.

sociedade. Para o médico, o aperfeiçoamento da sociedade, quer dizer, o “aperfeiçoamento do nosso tipo de raça”, equivale a “garantir uma fonte viva de energias econômicas e políticas cada vez mais vultuosa”<sup>448</sup>. Esse trabalho, porém, exigia a colaboração de todos aqueles que fazem parte desta “amada pátria”.

Desse modo, a intersecção das temáticas pátria e instrução, é recorrente em um conjunto dos textos investigados. Como exemplo, temos o texto intitulado *Os preconceitos na instrução*, escrito pela editoria (1916), que enfatiza a importância da “unificação social de todos os brasileiros”, inclusive das “meninas de cor” que foram excluídas das “homenagens à Independência Pátria” pelo Dr. Clemente, conforme destacado pelo periódico *A Noite* e reforçado pela editoria de *O Exemplo*<sup>449</sup>. A editoria argumenta que a figura do Dr. Clemente não revela um espírito patriótico, apesar da sua condição de educador, concorrendo assim para o rebaixamento pátrio da nação brasileira, uma vez que uma pátria reconhecida por todos é uma pátria que dispensa instrução a todos os filhos da terra.

Em relação a isso, a postura tomada por outros países demonstra que a grandeza de uma pátria advém de um povo instruído, distante de espíritos preconceituosos como o Dr. Clemente. Para a editoria:

Nas escolas e universidades de Londres, Berlim, Paris e Viena estudam numerosos representantes das raças amarela, indiana e malásia. [...]. Pois apesar desse acidente natural, eles não deixem de ser considerados e acolhidos pelas sociedades cultas das capitais europeias mais apuradas e caucásicas sem dúvida que as de nosso país. Ainda recentemente, um patrício nosso, tendo chegado da Alemanha, referiu com saudades que, naquele adiantado país da Europa, não fora tão alvejado pelo preconceituosíssimo como aqui.<sup>450</sup>

Esse relato demonstra aos leitores como, em diferentes países, o valor que é dado à instrução, “antes lhe proporcionando toda a espécie de distinções”, em detrimento de preconceitos de cor. Assim, ao finalizar o texto, a editoria diz que “temos certeza de que s.exe. [Dr. Clemente Pinto] não recebeu sugestões superiores nesse sentido. Não! Os pró-homens do nosso Estado são adeptos da religião da humanidade. Por isso mesmo, almejam suprimir todos os ódios entre os humanos”<sup>451</sup>. O que leva a refletir que a instrução é o caminho possível para a “unificação social de todos os brasileiros”. Então, para que, de fato, a instrução seja um motor

---

<sup>448</sup> *O Exemplo*, 13 de maio de 1929. Título: *A grandeza da raça*.

<sup>449</sup> *O Exemplo*, 10 de setembro de 1916. Título: *Os preconceitos na instrução*

<sup>450</sup> *O Exemplo*, 10 de setembro de 1916. Título: *Os preconceitos na instrução*.

<sup>451</sup> *O Exemplo*, 10 de setembro de 1916. Título: *Os preconceitos na instrução*.

do desenvolvimento da pátria, é necessário desenvolver campanhas contra o analfabetismo, como insiste a editoria (1916) de *O Exemplo*, quando ressalta:

Em vários Estados têm-se criado associações em auxílio dessa ideia de tão alevantados benefícios. Em S. Francisco de Paula de Cima da Serra acaba de ser fundada uma Liga Contra o Analfabetismo cujos estatutos já estão sendo elaborados. Por ocasião da fundação feita em uma assembleia geral, foi lida a seguinte moção que abrirá os estatutos: “É grande empenho da Liga conseguir que não haja em Cima da Serra nenhum menor em idade escolar que não tenha frequentado uma aula até 7 de setembro de 1922, centenário da Independência da Pátria”.<sup>452</sup>

O empreendimento de esforços contra o analfabetismo, a partir da publicação de textos como esse, a editoria sinaliza seu comprometimento com o desenvolvimento pátrio, bem como se coloca em uma posição de destaques frente a seus leitores. Assim, mostra que ações como essas tornariam possível, no menor espaço de tempo, até o centenário da Independência, promover a frequência de menores no espaço escolar. Com relação ao tema do analfabetismo, em discussão, a editoria expõe as ações tomadas pelo Estado de São Paulo, que poderiam contribuir para que o estado do Rio Grande do Sul pudesse se espelhar e empreender esforços na mesma direção. Como registrado, segue o texto da editoria:

Com a louvável e patriótica intenção de ser dada perfeita interpretação à lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino preliminar, São Paulo acaba de construir uma grande comissão que se encarregará de levantar este ano a estatística escolar de suas cidades. Além da estatística das crianças em idade escolar, a referida comissão enviará esforço para conseguir a afluência da matrícula nos grupos e escolas. Como se vê, é uma ideia patriótica e que merece francos aplausos.<sup>453</sup>

A partir desse exemplo, a editoria sugere que “os governos estaduais hajam com as mesmas patrióticas medidas”. Segundo a editoria, essa é, pois, uma ação inteligente por meio da qual “nasce o combate em favor da instrução e contra o ‘monstro’ do analfabetismo, terrível cancro que aí está a roer todas as energias salutaras do progresso e bem-estar futuro da Pátria<sup>454</sup>. Com relação a esse tema, do analfabetismo, no texto *De quando em vez... Contra o analfabetismo*, de autoria do colaborador Flavius (1917) essa mesma preocupação comparece, e para colaborar na discussão, destaca a atitude do Japão frente a esse problema, pois os “dirigentes da instrução pública no Japão” têm “incentivando nos alunos o gosto pelos estudos”. Esse “procedimento, altamente louvável [...] podia ser imitado aqui no Brasil, onde,

---

<sup>452</sup> *O Exemplo*, 10 de dezembro de 1916. Título: *Contra o analfabetismo*.

<sup>453</sup> *O Exemplo*, 21 de janeiro de 1917. Título: *Contra o analfabetismo*.

<sup>454</sup> *O Exemplo*, 21 de janeiro de 1917. Título: *Contra o analfabetismo*.

infelizmente, a educação da infância é muito descuidada”<sup>455</sup>. Ainda a respeito desse país, o autor descreve como acontece o procedimento instrutivo dos alunos:

Na escola pública de uma pequena aldeia, há uma criança que se distingue pelo seu talento precoce e inalcançável aplicação. É então dever do seu mestre participá-lo a autoridade local, que põe à prova as aptidões do discípulo. Se esse progride nos seus estudos, é enviado por conta do município para alguma escola superior de Tóquio ou de Yokohama. Faz-se aqui uma nova seleção, e os jovens que mais se distinguiram no curso secundário são enviados para as universidades da Europa ou dos Estados Unidos. Daí resulta que esses jovens, conciliados com seus estudos, voltam para a Pátria, difundindo na vida prática os conhecimentos adquiridos. Por isso tem o Japão tão bons arsenais, tão bons engenheiros, tão bons profissionais em todos os ramos do saber e da atividade.<sup>456</sup>

A referência descrita pelo autor coloca em evidência o tratamento dado à instrução pública no Japão, bem como os benefícios que aquela pátria conquista com o retorno de seus alunos quando os conhecimentos adquiridos são postos em prática no país de origem. Esse exemplo inspirador é, ainda, complementado pelo autor:

Os jovens trabalham com estímulos primeiro, porque é natural e nobre que desejem corresponder aos cuidados do governo; segundo porque sabem que, ao voltarem à Pátria, serão honrados, colocados em culminantes postos, de onde poderão dar impulso ao progresso do país. Este acertado método pedagógico tem produzido ótimos frutos, e tem sido a causa principal desse extraordinário desenvolvimento do Japão, que encheu de admiração os ocidentais.<sup>457</sup>

Ao tomar o Japão como exemplo de método pedagógico de instrução dos patriotas, o autor formula a seguinte pergunta: Quando chegará a instrução, no Brasil, ao período áureo que o Japão atingiu? “Enigma de fácil decifração, os nossos governantes teimam em não achar a solução!”. De fato, as experiências descritas no excerto sinalizam: a) a preocupação dos dirigentes daquele país com a instrução dos seus; b) um programa bem definido do almejado como formação dos jovens; mas, antes de tudo, c) o incentivo dado para que “os alunos [desenvolvam] o gosto pelos estudos”<sup>458</sup>. Essa é “a fórmula” para o engrandecimento de uma pátria. Desse modo, o Japão demonstra aos demais países o seu projeto modernizador.

Ainda em 1918, no texto *Da instrução*, a editoria escreve que “em se tratando de aulas públicas destinadas a servir indistintamente ao proveito popular, não é demais lembrarmos que o preconceito de cores exercido por pedagogos sem critério e pudor social é um dos espantelhos

---

<sup>455</sup> *O Exemplo*, 11 de março de 1917. Título: *De quando em vez... Contra o analfabetismo*.

<sup>456</sup> *O Exemplo*, 11 de março de 1917. Título: *De quando em vez... Contra o analfabetismo*

<sup>457</sup> *O Exemplo*, 11 de março de 1917. Título: *De quando em vez... Contra o analfabetismo*.

<sup>458</sup> *O Exemplo*, 11 de março de 1917. Título: *De quando em vez... Contra o analfabetismo*.

a afugentar a frequência a essas escolas”<sup>459</sup>. A editoria escreve, como “incentivar o gosto pelos estudos” como se faz no Japão, haja visto que, no Brasil, mais especificamente em Porto Alegre, ações são empreendidas para o afastamento dos alunos das escolas?

Segundo a editoria, “esse disparate praticado por esse mestre escola, que era *collegios maximus* da Instrução pública entre nós, mostra evidentemente o critério falho desses professores pagos pelo governo para distribuir o ensino ao Povo”<sup>460</sup>. Isso porque, para a editoria, “lhes falece competência para ensinar prova exuberantemente à maneira como ensinam História Pátria, pregando da cátedra a fraternidade nacional e na prática, em festas nacionais, falseando esse princípio com a grosseira seleção de cores”<sup>461</sup>. Desse modo, que espírito pátrio habita esse corpo de mestres que não incita o gosto dos alunos pelo estudo, sabendo que é através da instrução que é possível o engrandecimento da pátria?

Com frequência, a editoria insiste em afirmar o despreparo dos professores para os misteres da instrução, pois concorrem para que preconceitos mesquinhos persistam, de modo que acabam não se envolvendo no processo de “unificação social de todos os brasileiros” para o engrandecimento da pátria<sup>462</sup>. Com relação a essa observação, do despreparo dos mestres, Vilar (2015) escreve que “a referência à ausência do Estado, ao mau ensino, às condições de trabalho dos mestres e à situação das escolas também foi objeto de textos e de preocupação nas páginas do *Germinal*”, anteriormente mencionado, referido por essa pesquisadora somente o ano de 1909<sup>463</sup>. Essa assertiva se dá em virtude de que, segundo Vilar (2015), “não possuímos instrução, [pois] não possuímos a boa vontade do ensino”. De igual modo, destaca que “o que se tem são mestres mal pagos, a maior parte sem o cultivo necessário para o ensino em escolas”<sup>464</sup>. Se por um lado é possível observar o problema que assola a realidade de Penedo, em Alagoas, por outro indica que se faz necessário o preparo dos mestres, bem como a inspeção do ensino. Além disso, sugere, apoiada em artigos do periódico por ela pesquisado, “a recomendação da obrigatoriedade e/ou intervenção por parte do Estado para que os pais ou tutores matriculem e/ou mantenham seus filhos nessas escolas”<sup>465</sup>. A obrigatoriedade do ensino contribuiria para a redução do número de analfabetos.

---

<sup>459</sup> *O Exemplo*, 23 de junho de 1918. Título: *Da instrução*.

<sup>460</sup> *O Exemplo*, 23 de junho de 1918. Título: *Da instrução*.

<sup>461</sup> *O Exemplo*, 23 de junho de 1918. Título: *Da instrução*.

<sup>462</sup> *O Exemplo*, 21 de julho de 1918. Título: *Da instrução*.

<sup>463</sup> Em buscas realizada no site <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/> da Biblioteca Nacional, a periodicidade do periódico *Germinal*, consta como indeterminada. Possivelmente a investigação realizada por Vilar se concentrou no ano de 1909.

<sup>464</sup> Vilar (2015, p. 12).

<sup>465</sup> Vilar (2015, p. 12).

No texto *Rumo aos livros*, sob a assinatura de M.F. (1919) o autor aborda um tema muito caro à editoria: travar “guerra contra o analfabetismo”. Esse tema continua a ser pauta, pois enquanto não se houver, de fato, suprimido esse mal da sociedade, as “sombras da ignorância” continuarão a habitar a pátria. Diante disso, M.F. argumenta não compreender o porquê de “um problema de tanta magnitude, como esse, não houvesse há mais tempo preocupado seriamente os dirigentes deste país”<sup>466</sup>. Em suas palavras:

Já não são somente os particulares e as associações que tomam a iniciativa de fazer jorrar em intensos revéberos a luz da instrução nos cérebros hipertrofiados pelas trevas da ignorância. À frente de tão promissor movimento, vemos com prazer os poderes públicos federais que resolveram subvencionar escolas nos Estados onde se ministre a instrução às crianças que dela carecerem. Não se infira, porém, daí que os governos dos Estados, como o nosso, hajam descurado desse primordial dever de desenvolver a instrução, pois é bem conhecido o afã com que o benemérito governo do nosso Estado se dedica a tão importante mister, já disseminando escolas por todo o vasto território do Rio Grande do Sul, já destinando largas verbas para a manutenção dessas escolas!<sup>467</sup>

De acordo com os argumentos apresentados por M.F., sobre seu não entendimento do porquê o problema do analfabetismo subsiste no país, sugere duas ordens de respostas: a primeira, culpabiliza os dirigentes dos demais estados da federação quanto ao descomprometimento em instruir seu povo; a segunda, não compreende como, apesar das iniciativas particulares, ainda persiste o analfabetismo. Por outro lado, afirma que os dirigentes do estado do Rio Grande do Sul têm empreendido esforços contínuos para oferta de instrução, bem como têm trabalhado para a redução cada vez maior na porcentagem do analfabetismo em seu vasto território. Nesse sentido, em texto publicado em *O Exemplo*, duas semanas após, M.F. (1919) explica:

Aos nossos irmãos em raça prestaria serviço de alta relevância quem, possuidor de elevada cultura e vasta erudição, desferindo de sua acerada pena golpes persuasivos e convincentemente, conseguisse incutir no ânimo dos que se obstinam em permanecer no obscurantismo a necessidade palpitante que temos de reunir todas as nossas forças e oferecemos combate sem tréguas ao analfabetismo.<sup>468</sup>

Para M.F. conclamar os “irmãos em raça” era um imperativo que se fazia necessário, especialmente aqueles de elevada erudição. Esse chamamento tinha como objetivo incutir, nos cérebros obscurecidos pelas trevas da ignorância, o gosto pelos estudos. Assim, empunhar “armas contra o analfabetismo”, significava exercer a democracia. Essa será, então, “uma das

---

<sup>466</sup> *O Exemplo*, 30 de março de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

<sup>467</sup> *O Exemplo*, 30 de março de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

<sup>468</sup> *O Exemplo*, 13 de abril de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

maiores conquistas da democracia [que] é a universalização de voto”, direito que, no período investigado, a “Constituição da República conferiu a todos os cidadãos que soubessem ler e escrever”. A exclusão do direito de voto levou-o o analfabeto, estar “proscrito na sua própria pátria, considerado indigno de usar de prerrogativas só conferidas aos que fossem nos livros buscar a base dos seus direitos constitucionais”. Assim, M.F. sugere que todos aqueles que possuam “elevada cultura e vasta erudição”, atuem para estender a toda a nação, ou a todos os cidadãos, a instrução e, por extensão, “possam inaugurar em nossa pátria uma era de franca prosperidade e de progresso como ela tanto merece”<sup>469</sup>.

Nessa direção, especialmente em um terceiro texto assinado por M.F. (1919), consta a afirmação de que “a grandeza de nossa Pátria só será realizada quando estiver extinto o analfabetismo dentro do vasto território que a confina”<sup>470</sup>. E, em mais um texto, o quarto, M.F. (1919), aponta que “a guerra contra o analfabetismo vai aumentando vitoriosamente”, de modo que, “se continuar a ser conduzida como o está atualmente, é de prever-se que em breve tempo haja atuado eficazmente por todos os recantos deste vasto país”<sup>471</sup>. Para M.F.:

Devemos, pois, por igual cuidar da instrução da mulher, guardada a relatividade necessária de maneira que amanhã, quando as circunstâncias ocasionais a chamem para exercer sua atividade em qualquer ramo de trabalho, ela esteja apta no desempenho da incumbência que lhe for destinada e não sejamos incriminados de imprevidentes por havermos criminosamente descurado o problema da instrução da mulher.<sup>472</sup>

Em destaque à instrução da mulher, M.F. indica seu pertencimento à pátria e sua igualmente necessária atuação no mundo do trabalho. É o que mostra o quinto texto assinado por M.F. (1919), nas páginas de *O Exemplo*, quando assegura que as mulheres de Porto Alegre, “pertencentes ao professorado da Escola Complementar e que acabam de fundar a Liga Central Pró-Infância Desvalida, têm como um dos seus primeiros fins, incitar o amor às crianças analfabetas”<sup>473</sup>. A partir desse excerto observa-se a associação entre instrução das mulheres e os benefícios à pátria. Nesse sentido, investir em sua instrução é um dever pátrio, haja visto que relevantes serviços, os cuidados com as crianças desvalidas, poderão ser realizados por elas para esta “gloriosa pátria”.

---

<sup>469</sup> *O Exemplo*, 13 de abril de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

<sup>470</sup> *O Exemplo*, 20 de abril de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

<sup>471</sup> *O Exemplo*, 18 de maio de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

<sup>472</sup> *O Exemplo*, 18 de maio de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

<sup>473</sup> *O Exemplo*, 08 de junho de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

Uma pátria que anseia por ser grande, é necessário que homens e mulheres dispensem um “pequeno sacrifício: não queiram ser analfabetos, aprendam a ler e escrever, instruem-se em suma”<sup>474</sup>. Ao redigir essas palavras M.F. acentua que:

Cumpra, pois, aos nossos patrícios e especialmente aos descendentes da raça etiópica, correrem pressurosamente a esses estabelecimentos de instrução gratuita e se inscreverem, e não deixarem criminosamente que tais escolas venham a se fechar por falta de frequência. Empunhem os livros e corramos para colégios, palavra incompleta da Instrução, que é a luz radiante que há de iluminar a grandiosa estrada da Glória e do Progresso a ser percorrida pelo nosso amado Brasil.<sup>475</sup>

Com essa referência, M.F. conclama a todos, não somente os “descendentes da raça etiópica”, a procurarem meios de instruírem-se, pois ratifica outros autores publicados em *O Exemplo* que o engrandecimento de uma pátria advém de um povo instruído, ou melhor, a partir das luzes da instrução que esclarece homens e mulheres.

Em referência, ainda, à instrução da mulher, Peres (2002), em seu estudo sobre a Biblioteca Pública Pelotense, afirma que, “ao que tudo indica, [as mulheres] não participaram” da mesma. Os homens definiam papéis e destinos das mulheres, e entendiam que a “instrução e a ‘ilustração’ para as mulheres eram admitidas, preferencialmente enquanto não fossem esposas, mães e donas de casa”. Dessa forma, segundo a autora, essa declaração marca a presença e/ou a “proximidade da mulher com o mundo infantil, e seu afastamento dos espaços de sociabilidade”, nos quais se destaca a presença masculina. Outrossim, face aos debates que envolveram tal polêmica, Peres (2002) acrescenta que “é notável a valorização da instrução feminina como forma de ‘qualificar’ o espaço doméstico e a educação dos filhos”<sup>476</sup>.

Nesse discurso, é possível identificar as concepções acerca da instrução da mulher, circunscrita ao espaço doméstico, para a educação dos filhos. Essa é, então, sua incumbência, instruir os filhos da “nossa amada pátria”. Para Faria Filho (2000), a mulher, à época, é identificada como a grande responsável por garantir a boa ordem no lar e, sobretudo, por incorporar, cada vez mais, referências escolares para gerir o mundo doméstico e a instrução dos filhos. Ela é responsável direta por instruir moral, intelectual e fisicamente seus filhos<sup>477</sup>. Para isso, também, e principalmente, as mulheres precisam ser reeducadas, pois, para bem educar, não basta amar, é preciso conhecer e compreender as necessidades da criança.

---

<sup>474</sup> *O Exemplo*, 08 de junho de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

<sup>475</sup> *O Exemplo*, 08 de junho de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

<sup>476</sup> Peres (2002, p.71).

<sup>477</sup> Faria Filho (2000).

A editoria (1919), no texto *As escolas federais subvencionadas*, ressalta que é preciso cuidar “do futuro de nossa querida Pátria<sup>478</sup>. Mas como cuidar do futuro da pátria, tendo em vista as dificuldades encontradas, principalmente no ensino profissional? A editoria apresenta alguns elementos que são possíveis respostas para a pergunta em destaque: a primeira, indica a necessidade de “ampliar os programas do ensino profissional técnico, para não criarmos somente simples operários e elevar o nível intelectual da classe proletária”; a segunda, aponta o valor de “fazerem uma série preliminar e educativa de exercício da profissão que tiverem escolhido”; a terceira, postula que os estudantes, ao passarem “para a parte industrial, receberão, de acordo com a capacidade de cada um, certa *quantia*, a fim de ficarem isentos das grandes dificuldades da vida, que anteriormente os obrigavam a abandonar os institutos profissionais”<sup>479</sup>. Com esses elementos reafirma-se o que pode fazer uma pátria comprometida com a instrução de seu povo. E, nessa perspectiva, acrescenta:

Como sabeis todos os brasileiros, para serem verdadeiramente patrióticos, devem saber manejar com perícia – o livro, – o malho e o fuzil. [...]. Depois que estiverdes emaciados como profissionais e tiverdes atingido a idade necessária – então podereis ir sobranceiros – apresentar-vos à caserna para aprender a defender nossa cara Pátria – com o fuzil.<sup>480</sup>

Deduz-se do excerto que o manuseio do livro, quer dizer, o preparo intelectual, precede o de outros instrumentos para a defesa da pátria. Assim, o cultivo dos espíritos à luz da instrução, o nosso “rico estado” terá cooperado “para o desenvolvimento do ensino técnico”, bem como para o “progresso de vosso rico Estado”<sup>481</sup>. Após finalizar esse texto sobre o ensino profissional e apresentar os benefícios que podem ser dispensados à pátria, quer dizer, sua defesa e o melhoramento intelectual de seus patriotas, o texto intitulado *Instrução*, de autoria da colaboradora Adélia Belardinelli (1924) afirma que “a instrução [das mulheres] é tão necessária à vida como o alimento”<sup>482</sup>. Para contextualizar, a autora esclarece que, em outros tempos, era muito comum encontrar uma moça analfabeta,

desconhecedora do que de mais rudimentar existe nas ciências, nas artes, na política, etc. [...] Com o andamento dos anos, tudo mudou. Passaram-se os tempos em que os colégios do sexo feminino se encarregavam de educar a mulher de modo completamente inútil, em relação ao fim social que lhes traçaram as grandes leis divinas e biológicas. A mulher de agora já tem a consciência de si; a que estuda, sabe

---

<sup>478</sup> *O Exemplo*, 11 de maio de 1919. Título: *As escolas federais subvencionadas*.

<sup>479</sup> *O Exemplo*, 17 de julho de 1919. Título: *Ensino Profissional*.

<sup>480</sup> *O Exemplo*, 17 de julho de 1919. Título: *Ensino Profissional*.

<sup>481</sup> *O Exemplo*, 17 de julho de 1919. Título: *Ensino Profissional*.

<sup>482</sup> *O Exemplo*, 09 de novembro de 1924. Título: *Instrução*.

ser escrava dos seus deveres. Nos seus deveres patrióticos e altruísticos, a mulher moderna tem necessidade de agir.<sup>483</sup>

A autora contextualiza a passagem de um estado de submissão e indica que essa passagem não fora tranquila, mas permeada de lutas contra esse “estado de coisas”<sup>484</sup>. Apesar daquilo que lhes eram reservadas, de uma instrução mínima, as mulheres conseguiram perceber muito mais do que lhes eram reservado a saber. Assim, ao tomar conhecimento disso, procuraram se habilitar em conhecimentos para além dos rudimentos do ler, escrever, contar e bordar, pois, segundo a colaboradora, “temos já, felizmente, médicas, advogadas, farmacêuticas, dentistas, músicas, pintoras, poetisas e prosadoras. Tudo isso devido a quê? À instrução”<sup>485</sup>. Nesse sentido, o progresso da pátria é verificável também em mulheres instruídas, que muito podem fazer pelos seus filhos a serem patrióticos. “Desta maneira tornar-se-á ela, na moral e no patriotismo, tão grande quanto as antigas mulheres de Esparta”<sup>486</sup>.

Diferentemente do que tratou Belardinelli quanto à instrução da mulher, que muito pode contribuir com a pátria, o texto *Delenda Cahthago*, de autoria do colaborador Mario Pinto Serva (1924), amplia essa discussão para homens e mulheres e discute o estado de “intoxicação pelos processos coloniais, seguidos de um século inteiro de abandono educativo”. Segundo o autor:

É preciso levantar no Brasil todo um imenso clamor, de todos os peitos, para que todos se movam, para que os poderes públicos, municipais, federais e estaduais, para que todas essas iniciativas particulares entrem decididamente nessa campanha, que é agora a única forma porque deve manifestar-se o patriotismo no Brasil. Tudo mais nos virá de acréscimo. Saúde, riqueza, poder, prosperidade, tudo nos será outorgado pela educação e na razão direta do vigor com que combatermos o analfabetismo e com que intensificarmos a cultura nacional sob todos os pontos de vista e com aplicação a todas as necessidades da vida.<sup>487</sup>

As palavras expressas acima sinalizam que o levantamento da pátria só aconteceria se todos trabalhassem na campanha contra o analfabetismo, dado que seu engrandecimento é fruto de uma pátria instruída. Espíritos patriotas cooperam para uma nação engrandecida de seus feitos. Essa é uma questão apresentada no texto *A obrigatoriedade do ensino profissional*, em que a editoria (1925) de *O Exemplo*, discorre sobre a atuação de um “grande patriota”, o deputado Fidelis Reis. A proposta do então deputado era lançar um projeto que tornasse

---

<sup>483</sup> *O Exemplo*, 09 de novembro de 1924. Título: *Instrução*.

<sup>484</sup> Em Rago (1987, p. 63), é possível encontrar elementos que indicam que a educação das mulheres deveria ser voltada para tornarem-se mães e esposas. Logo, os conhecimentos que elas deveriam adquirir seriam para que se tornassem “uma companhia mais agradável e interessante ao homem”.

<sup>485</sup> *O Exemplo*, 09 de novembro de 1924. Título do texto: *Instrução*.

<sup>486</sup> *O Exemplo*, 09 de novembro de 1924. Título: *Instrução*.

<sup>487</sup> *O Exemplo*, 21 de dezembro de 1924. Título: *Delenda Cahthago*.

obrigatório o ensino profissional no Brasil. Assim, a instrução precisaria visar, “antes de tudo, um caráter técnico e prático”<sup>488</sup>. Conforme o deputado,

[o] homem precisa saber fazer alguma coisa, sentir-se útil e capaz de qualquer realização. Não pode ser um impenitente ledor, que não saiba tirar proveito do que lê e nada produz. Indivíduos desses não se contam. De nada valem. O que precisamos é criar valores, formar verdadeiros homens. O momento é de trabalho, o momento é de ação. O meu projeto, além dos seus relevantes aspectos morais, preenche evidentemente esse fim.<sup>489</sup>

A editoria compartilha a proposta do deputado Fidelis Reis em *O Exemplo*, e demonstra seu alinhamento com essa proposta, que muito poderia contribuir com aqueles que não compreenderam que o progresso de uma pátria advém de um povo instruído. Nas palavras dirigidas aos leitores, se o projeto fosse executado, não há “nenhuma dúvida: uma nova era se abrirá para o engrandecimento e para o futuro da nacionalidade”<sup>490</sup>. Tal programa/projeto, inscrito nas discussões do parlamento gaúcho pelos dirigentes do PRR, é identificado na pesquisa de Corsetti que analisa:

Entre os aspectos que os regulamentos e regimentos escolares nos permitiram perceber, destacamos: a perspectiva intervencionista do Estado em relação à educação; os princípios e os objetivos do ensino sintonizados com o projeto liderado pelo Estado; a organização do ensino marcada pela separação dos saberes; o controle disciplinar, necessário à adequação dos indivíduos ao modelo de sociedade que estava sendo construída; a preparação para o mercado.<sup>491</sup>

A bancada gaúcha procurou seguir o programa definido para a instrução gratuita, levado como bandeira pelo PRR, no que tange ao ensino técnico-profissional. A editoria (1928) de *O Exemplo*, no texto *A instrução pública*, sintonizava com o programa do PRR, pois “a instrução pública é, incontestavelmente, a maior necessidade do povo”<sup>492</sup>. E entendia que tal necessidade vinha sendo suprida, pois, de acordo com a editoria, “o nosso Estado [...] marcha na vanguarda, com respeito à instrução popular”, posto que nele se encontra o “menor número de analfabetos”, sendo “motivo de júbilo para os rio-grandenses”<sup>493</sup>. Segundo o corpo editorial de *O Exemplo*, essa nota promissora enche de satisfação a todos os bons patriotas que perceberem as ações desenvolvidas pelo Estado rumo ao progresso. Desse modo, a instrução se notabiliza na grandeza da Pátria, no futuro da nacionalidade.

---

<sup>488</sup> *O Exemplo*, 12 de junho de 1925. Título: *A obrigatoriedade do ensino profissional*.

<sup>489</sup> *O Exemplo*, 12 de junho de 1925. Título: *A obrigatoriedade do ensino profissional*.

<sup>490</sup> *O Exemplo*, 12 de junho de 1925. Título: *A obrigatoriedade do ensino profissional*.

<sup>491</sup> Corsetti (2008, p. 67).

<sup>492</sup> *O Exemplo*, 05 de fevereiro de 1928. Título: *A instrução pública*.

<sup>493</sup> *O Exemplo*, 05 de fevereiro de 1928. Título: *A instrução pública*.

Em *Problema nacional*, sob assinatura P. (1929), afirma-se que “nunca é demais, portanto, repetir o que já foi muitas vezes dito sob aplausos gerais e geral assentimento: - a escola é o primeiro reduto da defesa Nacional, é o alicerce indispensável à independência de um povo”<sup>494</sup>. Pois, a escola deve ser preocupação constante dos que têm responsabilidades no desenvolvimento moral e intelectual de uma coletividade. Segundo P.:

É o que compreendeu, e muito bem, o patriótico governo do Estado. [...] O atual governo, reconhecidos os pontos fracos e deficientes do nosso aparelhamento escolar – tomou as medidas reclamadas pela importância do assunto. [...] procurou o remédio específico: a criação da escola normal, de aperfeiçoamento pedagógico e das escolas complementares.<sup>495</sup>

O excerto indica que, se bem preparados, os professores poderiam colaborar com o desenvolvimento intelectual e moral dos filhos da pátria e, como lembra P., “não é menos verdade que devemos estar preparados para prendê-la definitiva e espiritualmente, à Pátria nova, nacionalizando-a por meio da instrução do livro, da escola”<sup>496</sup>. Com relação a isso, o livro, como objeto de leitura, aqui, da cultura escolar “inscrevem-se no processo de industrialização das sociedades capitalistas europeias, notadamente a ascensão da burguesia e a constituição dos estados nacionais”<sup>497</sup>. Dessa forma, o livro dado a ler no espaço escolar atende a interesses diversos e tem como finalidade a consolidação dos princípios nacionais. Assim, em P., é possível compreender um discurso que indica que a missão de uma pátria forte e nobre é, a instrução, responsável por oportunizar condições intelectuais, morais e patrióticas para o progresso nacional. Imbuídos de um espírito esclarecido pelas luzes da instrução, segundo os diversos textos, caminharíamos na direção da integração de todos os elementos étnicos, que fazem parte da pátria.

Para um arremate desta subseção, o conjunto investigado sinaliza o entendimento de que, na relação entre instrução e família, a ignorância dos pais é apresentada quando estes não velam pela instrução dos seus filhos, quando não percebem que a instrução poderia torná-los cidadãos dignos. Isso porque ainda não compreendiam que a pessoa analfabeta é um ente quase sem utilidade à sociedade. Ao descuidar da instrução, bem como de enviar seus filhos à escola, podiam ser considerados criminosos e podem, futuramente, ser amaldiçoados pelos próprios filhos. Para realizar seu intento, os colaboradores de *O Exemplo* destacaram a necessidade de

---

<sup>494</sup> *O Exemplo*, 29 de abril de 1929. Título: *Problema nacional*.

<sup>495</sup> *O Exemplo*, 29 de abril de 1929. Título: *Problema nacional*.

<sup>496</sup> *O Exemplo*, 29 de abril de 1929. Título do texto: *Problema nacional*.

<sup>497</sup> Razzini (2011, p. 100).

os pais incentivarem em seus filhos o amor ao estudo, pois somente com instrução, poderiam vencer os múltiplos tropeços que a vida impõe.

Na relação sociedade e instrução, os textos indicam que todos devem cooperar com a instrução do povo. Assim, sinalizam a importância de empreender esforços no sentido de disseminar o ensino primário e profissional por todo o país, auxiliando as escolas mantidas por particulares e associações e assegurando gratuitamente a instrução popular, pois assim seria possível a solução definitiva do analfabetismo, reduzindo, então, os caldos da ignorância ainda reinantes em nosso país. Nesse intento, demonstrei o entendimento do periódico de que não pode haver progresso onde existem analfabetos. As campanhas contra o analfabetismo foram, seguramente, relevantes para incitar o povo a instruir-se, uma vez que a grandeza da raça só seria alcançada pela instrução.

Em relação à temática pátria e instrução, as recorrências apontaram para a importância da unificação social de todos os brasileiros, bem como para a necessidade de empreender campanhas contra o analfabetismo para o desenvolvimento e progresso da pátria. Esse discurso foi longamente difundido, pois o analfabetismo era representado como um terrível cancro que corrói as energias do progresso e o futuro bem-estar da pátria.

Por fim, cabe ressaltar que as três instituições sacrossantas, como assim referidas por Flavius (1917) e que iniciam esta subseção, “família, sociedade e Pátria”, foram tomadas como temas recorrentes pela editoria e seus colaboradores, em prol do levantamento moral e intelectual do povo e, principalmente dos oriundos de uma raça vilmente explorada.

#### 4.4 TODOS DEVEM CONHECER A LEITURA E A ESCRITURA, ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS À MARCHA REGULAR DA VIDA E DOS NEGÓCIOS

Nas seções anteriores procedi à descrição e análise de um conjunto de textos, cujo eixo central era a instrução, e que foram publicados em *O Exemplo* entre 1892 a 1930. A partir dessa abordagem mais ampla, outra se mostrou necessária, a dos textos que versam sobre as práticas de leitura e escrita que, em alguma medida e em diversos momentos, evidenciam práticas distintas que foram tematizadas nos textos deste periódico<sup>498</sup>. Textos escritos e dados a ler que contribuíram para a difusão e circulação de ideias, assim como para a formação de um público leitor.

---

<sup>498</sup> Desse modo, procuro apresentar os textos em ordem cronológica, de forma a observar como as práticas de leitura e escrita comparecem ao longo do semanário.

No conjunto dos textos aqui reunidos, procuro indicar, então, como a leitura e a escrita estão associadas ao estudo, à ilustração, à instrução e à escola. Procuro tratar como esse periódico fez emergir em seus textos uma cruzada pelo incentivo ao ler e ao escrever, elementos concebidos como indispensáveis à marcha regular da vida e dos negócios. Desse modo, procuro mostrar também como o livro, objeto de leitura, esclarece o cérebro, assim como possibilita gozar de direitos.

Constatei que, em sua maioria, os títulos relacionados a esse propósito apresentam variações. Mesmo quando alguns títulos são mantidos, o assunto tratado objetiva, informar que “todos devem conhecer a leitura e a escritura” e o foco principal reside em apresentar elementos que discutem as práticas de leitura e escrita, associadas ao estudo, à ilustração, à instrução e à escola<sup>499</sup>.

Dessa forma, no primeiro ano de existência de *O Exemplo*, seu redator e editor Arthur de Andrade e seu diretor e gerente Marcilio Freitas anunciaram o nascimento desse periódico “na vasta arena da imprensa”, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. No texto intitulado *O Exemplo*, sob assinatura de “A redação” (1892), registram a intenção dessa iniciativa, situados sob duas perspectivas: “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos”<sup>500</sup>. Com relação à leitura, busquei identificar nos textos em quais momentos os colaboradores e editores de *O Exemplo* fazem referência a essa prática. De igual modo, a escrita. Para compor uma visão de conjunto, ainda nos textos que abordam a instrução, selecionei aqueles que, em algum momento, fazem menção a livros, aqui pensados em sua utilização como objetos de leitura.

Tais esclarecimentos são fundamentais para compreender as “cenas de leitura”, ou melhor, o contexto no qual se materializam a escrita e a leitura como práticas sociais de comunicação. Cucuzza e Pineau (2002) sugerem que sejam feitas análises a partir de seis componentes significativos “os atores, as finalidades, os espaços, os tempos, os suportes materiais [e] a tecnologia da palavra”<sup>501</sup>. A partir dessas indicações, julgo necessário apresentar nesta subseção o recorte temporal em que se situam os textos, o título dos textos selecionados, a referência aos nomes dos autores (seja colaboradores ou mesmo a própria editoria), uma breve síntese dos textos (situar o leitor quanto à sua centralidade), incluindo os excertos que fazem

---

<sup>499</sup> Nota metodológica: a apresentação dos textos em ordem cronológica (1892-1930) tem o propósito de identificar em quais momentos a editoria tratou de discutir ou privilegiar assuntos que versassem sobre a leitura e a escrita. De igual modo, objetivou apontar de que maneira esses assuntos eram tratados ao longo das edições publicadas. Cabe ainda registrar que, títulos apresentados nas subseções anteriores serão aqui retomados, a partir do recorte temático anunciado: leitura e escrita.

<sup>500</sup> *O Exemplo*, 11 de dezembro de 1892.

<sup>501</sup> Cucuzza; Pineau (2002, p. 17).

menção à leitura, à escrita ou ao livro. Ao longo da apresentação desses elementos, quando o texto permite, procuro dialogar com teóricos do campo que possam tornar inteligível essa produção.

Para a primeira fase de publicações do jornal *O Exemplo*, identifiquei o texto intitulado *Trabalhem*<sup>502</sup>, publicado sob a assinatura de *O Exemplo*<sup>503</sup> (1893). Nesse texto, a editoria destaca que, a par do pão que sacia a fome, é necessário o pão que sacia a fome espiritual, indispensável para o desenvolvimento das faculdades intelectuais, que é o estudo. Tal questão é evidente no excerto a seguir:

Porém, como o homem não vive só do pão que come, é necessário que, a par da atividade corpórea, seja desenvolvida a atividade espiritual. Eis aqui o ponto capital da nossa grandeza futura. Todos devem conhecer a leitura e a escritura, elementos indispensáveis à marcha regular da vida e dos negócios, quaisquer que sejam. Com esses elementos, fica-se habilitado para desenvolver as faculdades intelectuais, segundo o gosto particular de cada um.<sup>504</sup>

A leitura, nesse excerto, está associada à ideia de alimento, que sacia a fome espiritual, e contribuía para o levantamento moral e intelectual. O estudo, conforme indicado pela editoria, leva a alcançar autonomia da escrita e esclarecimento intelectual, que deve fazer parte do cotidiano de homens e mulheres:

Lembre-se que é horrível pedir a outrem que lhes assigne um *recibo* ou antes (que miséria!) que lhes interprete os sentimentos, escrevendo-lhes *uma carta* para alguém, qualquer que seja o fim. Há pois remédio para todos esses males: é entregarmo-nos ao estudo, esclarecendo nossos cérebros e aplicando ao trabalho os resultados de nossos esforços intelectuais e materiais, sobretudo agora que as indústrias nascem de dia a dia.<sup>505</sup>

Nesse sentido, o editorial se vale das metáforas doença-cura, cujo estudo e trabalho seriam os remédios. A necessidade do domínio das práticas de leitura e escrita se situam em duas perspectivas: uma relacionada ao uso pessoal e privado, como demonstrado a partir do exemplo, em recibo e carta, outra que mostra que é por meio da leitura e da escrita que se coloca aos homens e mulheres a possibilidade de lograr uma colocação nas indústrias nascentes na capital. Assim, o exercício dessas habilidades, o conhecer a leitura e a escrita a partir dos

---

<sup>502</sup> O texto anunciado se situa entre 11 de dezembro de 1892, primeira publicação de *O Exemplo*, e 24 de dezembro de 1893, um ano após, quando faziam parte da editoria desse periódico o redator e editor Arthur de Andrade e o diretor e gerente Marcílio Freitas.

<sup>503</sup> Vale esclarecer que os textos cujas assinaturas, ao final, se apresentam como *O Exemplo* e *A Redação* são tomados, aqui, como produzidos pelo corpo editorial do periódico.

<sup>504</sup> *O Exemplo*, 09 de abril de 1893. Título: *Trabalhem*.

<sup>505</sup> *O Exemplo*, 09 de abril de 1893. Título: *Trabalhem*.

estudos, é um triunfo para o trabalho e para o recrutamento no mercado, o que leva a compreender que o estudo e o trabalho precisam ser a preocupação de todos os lares.

Daniel Roche (2011), a respeito dos usos da escrita, em especial, no meio citadino, desde fins do século XVIII na Europa, afirma que a circulação do escrito se torna mais corrente, nesse meio, produtor e consumidor do escrito, tendo disponível para leitura uma diversidade de textos que difundem conhecimentos e ideias ancoradas em tradições religiosas, universitárias e pedagógicas, posto que “a cidade constitui um universo cultural original, onde a escrita representa algum papel mesmo para aqueles que não a decifram”<sup>506</sup>. A escolha dessa referência é sugestiva para refletir sobre a necessidade da leitura e da escrita, pois o autor sugere que mesmo os menos hábeis frente a essas práticas, possivelmente delas participam, mesmo quando são delegadas a outros. Dito de outra forma, temos que, no espaço urbano, há, em geral, uma forma de escrever ou pedir a outro que o faça.

Para a segunda fase de edições de *O Exemplo*, quatro textos que versam sobre a leitura e a escrita foram identificados<sup>507</sup>. Entre eles, o texto intitulado *Discurso*, escrito pela a própria editoria (1904) que faz duras críticas às sociedades bailantes, pela pouca ou nenhuma preocupação com o “levantamento moral e intelectual de sua classe”<sup>508</sup>. A partir dessa denúncia, a editoria ressalta não somente prejuízos, mas alerta sobre como reverter o estado de ignorância dos “homens de cor”, a que foram relegados durante o regime monárquico.

As privações de cada dia, os filhos desde tenros obrigados ao trabalho excessivo e fatigante das roças, a falta de meios para mandá-los a escolas a beber na fonte inesgotável dos livros o líquido puríssimo do saber que como as águas das fontes mitológicas, tanto menos sacia quanto mais delas bebe e tanto mais fortificam, quanto mais se a admira; nada disso os preocupa como deverá preocupá-los, e isso prova que esses ainda não são homens para viver no meio da sociedade em que vivem; porque não observaram ainda que nessa sociedade composta de elementos de duas ordens – o abastado e o necessitado, em que aquele tem terras, gados, dinheiros para deixar aos filhos, e estes somente em cada membro de sua prole, um cérebro que é terreno cultivável, e que convenientemente cuidado pode produzir, e não os cardos da ignorância oriundos dos terrenos descurados, mas os belíssimos cabedais de conhecimentos que são representados nas árvores colossais da ciência que constituem a honesta secular do saber.<sup>509</sup>

O excerto descreve a situação dos filhos dos “necessitados” que acompanham os pais nas lidas diárias, devido à falta de recursos para encaminhá-los à escola. Ora, conforme

---

<sup>506</sup> Roche (2011, p. 177).

<sup>507</sup> Os textos que seguem se situam entre 22 de maio de 1904 e 15 de janeiro de 1905. Nesse período, sob a gerência de Vital Baptista e administrado por Felipe Eustachio, o periódico teve como redatores Esperidião Calisto e Alcibiades A. dos Santos e, por último, a figura do diretor Tacito Pires.

<sup>508</sup> *O Exemplo*, 03 de julho de 1904. Título: *Discurso*.

<sup>509</sup> *O Exemplo*, 03 de julho de 1904. Título: *Discurso*.

abordado pela editoria, são justamente os filhos dos meios mais empobrecidos que não têm oportunidade de estudar, posto que são iniciados no trabalho desde sua tenra idade, como um braço a mais para os ganhos da família. Mas, antes de tudo, é necessário frisar que a ausência destes no trabalho, possivelmente, implicaria privações maiores à subsistência. Enfim, além de descrever a situação vivenciada pelos filhos dos “necessitados”, o editorial aponta que é na escola que se pode beber em uma fonte inesgotável, os livros, o “líquido puríssimo do saber”. Nesse sentido, o editorial entende que entregar-se aos bailes seria, para além de divertimento, uma absoluta ilusão. Nessa direção, sugere tomar os livros como cabedais de conhecimentos que levam à ciência, ao saber.

Chartier (2011) examina a raridade dos vestígios da história das práticas de leitura, e que elas engendram relações mais contrastadas entre o leitor e o objeto lido. Segundo o autor, a concepção sagrada frente ao objeto livro se faz anunciar desde meados do século XVIII, quando “a leitura é reverência e respeito pelo livro porque ele é raro, porque está carregado de sacralidade mesmo quando é profano, porque ensina o essencial”<sup>510</sup>. Dessa representação secular, compreende-se que beber na fonte inesgotável dos livros, um líquido puro do saber, significa representar que a leitura possibilita o cultivo de um terreno fértil e cultivável – o cérebro daquele que lê. Não obstante, as práticas de leitura, como anunciado pelo editorial, são ensinadas na escola, onde o acesso a livros nesse período é possível.

No texto intitulado *Leitor e jornalista*<sup>511</sup>, de autoria do colaborador Jacques Mesnil<sup>512</sup> (1904), apresenta maneiras dos textos manuscritos e impressos ao longo da história e, em seguida, escreve sobre o “leitor moderno”. Tece comentários sobre o que ele designa como “psicologia do leitor moderno”<sup>513</sup>. Para melhor exemplificar o texto de Mesnil, procuro dividi-lo em partes, fazendo-lhes breves comentários, de forma a tornar mais inteligível a posição adotada pelo autor, em especial, sobre as características e hábitos do leitor moderno.

Mesnil escreve que “o leitor moderno não é um tipo simples, único; é antes um ser multiforme, ondeante e diverso, um Protheo! O leitor moderno chama-se legião! O de outras eras pertencia a uma categoria escolhida, era um homem instruído, sério, paciente; lia menos do que se lê hoje, mas lia melhor”. Indica que o “calmo, profundo leitor de outros tempos, que meditava sobre in-fólios na luz moderada dum aposento interno de alguma casa de Holanda, está desde longa data esquecido”<sup>514</sup>. A partir desse excerto, duas observações são necessárias:

---

<sup>510</sup> Chartier (2011, p. 86).

<sup>511</sup> Possivelmente o texto anunciado se trata de uma tradução.

<sup>512</sup> Pode-se presumir que o texto se trate de uma tradução. Contudo, o periódico não registra tal referência.

<sup>513</sup> *O Exemplo*, 31 de julho de 1904. Título: *Leitor e jornalista*.

<sup>514</sup> *O Exemplo*, 31 de julho de 1904. Título: *Leitor e jornalista*.

a de um leitor paciente, que lê pouco e medita sobre o escrito; e a de um leitor que lê muito e reflete sobre o escrito. Para Mesnil, é necessário retomar uma prática de leitura que seja demorada e refletida sobre os textos. Segundo ele:

Hoje o leitor capaz de ler uma obra científica ou literária de certo tomo é também um ser nervoso, sempre impaciente, que tem pressa de ler a maior quantidade de páginas no menor tempo possível: procura apanhar rapidamente, com um relancear de olhos, a sucessão das ideias; e é obrigado a ler tantos livros que encontra continuamente os mesmos conceitos com diferentes variações de expressão: reconhece-os e passa adiante.<sup>515</sup>

O texto apresenta aos leitores de *O Exemplo* a diversidade de objetos de leitura em circulação, que atinge o que o autor denomina “o leitor moderno”, nervoso e impaciente. Uma outra questão é abordada por Mesnil, acerca da leitura e dos suportes nos quais os textos são lidos. Menciona o formato livro e o formato jornal. Para o autor,

[...] os males produzidos pelo excesso de produção de livros nada são comparados com os que resultam da multiplicação dos jornais. É horroroso pensar que a maioria da gente que sabe ler - não só no meio das classes desprotegidas, mas ainda nas abastadas - tem por principal ou exclusiva leitura o jornal! o jornal! isto é, um acúmulo de fatos inexatos ou inteiramente inventados, de considerações políticas, absurdas ou mentirosas, de informações quase sempre fornecidas por pessoas incompetentes, de literatura de ínfima ordem e tudo escrito o mais mal possível.<sup>516</sup>

O excerto tece críticas a jornais que exprimem acontecimentos inexatos, inventados ou com situações absurdas, mentirosas, quase sempre “fornecidas por pessoas incompetentes”. Ao apresentar essa referência, Mesnil possivelmente quer alertar para os riscos que alguns periódicos apresentam a seus leitores. Com relação aos textos impressos em jornal, o autor prossegue:

A leitura cotidiana do jornal habitua o espírito [...] pouca precisão de ideias, à superficialidade de juízos, à não - crítica, à vulgaridade dos sentimentos, à chateza do estilo. É um dos mais poderosos meios de embrutecimento da nossa civilização. Nunca é demais insistir neste fato: que, por meio dos jornais mercantis, as teorias novas, as descobertas científicas chegam ao grosso do público em segunda ou terceira mão – incompletas, deformadas, mascaradas.<sup>517</sup>

O trecho em destaque oferece elementos de crítica aos textos de jornalistas que lançam na imprensa ideias, temas e assuntos apressados e deformados, segundo o autor, e que oportunizam ao “grosso público” leitor, por exemplo, tomar conhecimento das “descobertas

---

<sup>515</sup> *O Exemplo*, 31 de julho de 1904. Título: *Leitor e jornalista*.

<sup>516</sup> *O Exemplo*, 31 de julho de 1904. Título: *Leitor e jornalista*.

<sup>517</sup> *O Exemplo*, 31 de julho de 1904. Título: *Leitor e jornalista*.

científicas” em segunda ou terceira mão, daí porque incompletas. Ora, segundo Mesnil, “o jornalista carece de cultura e por falta de tempo, não pode tirar os seus conhecimentos diretamente das fontes”<sup>518</sup>. Apesar das duras críticas apontadas pelo autor sobre a produção dos textos impressos em jornais, ele deixa evidente que o jornal *O Exemplo* se distancia dessa forma de apresentação de textos feita pelo autor. Isso porque a missão de *O Exemplo* não é trabalhar para o “embrutecimento da nossa civilização”, mas sim para a elevação intelectual dos “homens de cor” a partir da leitura.

Seguidamente, em outro texto, *Pelos nossos*, do colaborador Baptista Homem (1904), o autor sugere que “acreditemos no acolhimento”, na “solidariedade dos negros” em prol do “levantamento moral e intelectual” dos nossos, por se encontrarem em um “estado de aviltante ignorância e submissão” em que estiveram envolvidos durante o regime monárquico<sup>519</sup>. Na sequência desse período, com relativa liberdade, entregam-se em excesso aos bailes promovidos por associações recreativas. Disso resulta a forte crítica às associações que têm o fim exclusivo de promover bailes. De acordo com o autor,

enquanto a mocidade extenua-se em noitadas quase consecutivas de bailes, enquanto entisica a ação da fadiga e da forçada insônia, o seu espírito, e seu talento, e que talentos muitas vezes! Estiolam-se à falta do necessário cuidado, anemizam-se à carência do pão intelectual – do livro, que tudo melhora, senão constrói. A nossa mocidade, infelizmente, não compreendeu que a condição principal da vida é a consciência dos fins para que vivemos, é a ciência de que vivemos para fazer alguma coisa pelo meio em que nos agitamos ou com as obras do nosso engenho ou com os exemplos da nossa moral, é o interesse que nos inspira o bem estar da coletividade de que somos parte, e que para isso é mister que estudemos, que estudemos muito, que estudemos sempre e por isso entrega-se à dança, que tem a magia de entorpecer a razão para abrir, de par em par, as portas da fantasia, do ideal enfermiço de esperanças vagas e fugitivas.<sup>520</sup>

Nesse excerto, Baptista Homem critica o lazer improdutivo, a dança. Ao contrário, defende a leitura, a dedicação a esse ócio produtivo, do qual os “homens de cor” carecem, o pão intelectual. Assim, o texto indica a necessidade de aqueles que se entregam aos bailes, ao invés da dança, dedicarem-se à leitura, pois os livros possibilitam aperfeiçoar talentos. Conclama a todos e afirma que se faz “mister que estudemos, que estudemos muito”, significando ler, ler muito. Desse modo, fica posta uma associação sugestiva entre o estudo enquanto compenetração e a leitura enquanto consciência.

---

<sup>518</sup> *O Exemplo*, 31 de julho de 1904. Título: *Leitor e jornalista*.

<sup>519</sup> *O Exemplo*, 21 de agosto de 1904. Título: *Pelos nossos*.

<sup>520</sup> *O Exemplo*, 21 de agosto de 1904. Título: *Pelos nossos*.

Pierre Bourdieu e Roger Chartier (2011) exploram a centralidade dessa prática e afirmam que o livro é investido de um poder. É nessa direção que explicitam:

É por isso que as pessoas que são estranhas ao mundo intelectual se espantam de ver como os intelectuais lutam, e com uma violência singular, pelo que, para aquelas, parecem ensejos triviais. De fato, os embates podem ser de uma importância extrema. O poder sobre o livro é o poder sobre o poder que exerce o livro. Eu evoco ali alguma coisa que todos os historiadores lembram, isto é, o poder extraordinário que tem o livro quando se torna um modelo de vida.<sup>521</sup>

Tomo como destaque a referência ao poder exercido pelo livro, pois associa o livro a um “pão intelectual”, “que tudo melhora, senão constrói”. Ao contrário do que manifestam os autores, o texto intitulado *As mulheres*, de autoria da colaboradora Pepita (1904)<sup>522</sup>, indica que a mocidade se entrega aos bailes, sem preocupação quanto ao melhoramento intelectual. Desse modo, a autora faz referência, logo no início, à Joana d'Arc e sua guerra contra a ignorância. Logo levanta críticas às mulheres que preferem apenas o cuidado com a beleza física, e entregam-se aos bailes em detrimento do cultivo da inteligência, ou melhor, da leitura<sup>523</sup>. A autora do texto declara:

não queiram dar interpretação às minhas palavras as jovens que lerem o que escrevo, não julguem que eu quero insinuá-las ao abandono do seu cuidado pessoal, e no afastamento completo, do regozijo, do prazer, dessas horas que representam a metade de sua vida porque dali (assim o pensam) está pendente o seu futuro. Não. Enganar-se-ão se assim pensarem, porque eu também gosto do baile, mas do baile que em lugar de viciar, instrui, que em vez de deprimir, eleva, em vez de separar, unifica. E para o fim dessa almejada unificação é que eu venho, fazendo esse rosário de observações, a ensinar que troques as multicores rosetas de fitas dispendiosas e inúteis pelas páginas sublimes dos livros instrutivos. [...] Avante! vontade e perseverança seja o nosso fanal! Aguardemos a ocasião e, ao primeiro brado de alerta, troquemos os espelhos pelos livros e façamos alguma coisa em prol dos nossos!.<sup>524</sup>

Inicialmente, solicita aos leitores que não a julguem pela forma como escreve, ou seja, sinaliza aos leitores que façam uma interpretação correta sobre suas intenções e sobre o que escreve, visto que seu único objetivo reside em apresentar observações que colaborem para o aperfeiçoamento e cultivo intelectual das mulheres. Para ela, tal cultivo intelectual só é possível quando, de fato as mulheres trocarem os espelhos pela leitura de livros instrutivos. Dessa forma, o que se pode depreender das colocações da autora é que *O Exemplo* faz uma verdadeira cruzada contra os bailes promovidos pelas associações recreativas, as quais teriam como único fim

<sup>521</sup> Bourdieu; Chartier (2011, p. 243).

<sup>522</sup> Pepita é o pseudônimo utilizado pela colaboradora do periódico *O Exemplo*. Possivelmente, é uma forma de manter anonimato sobre seu real nome, o que constitui sua identidade nesse impresso.

<sup>523</sup> *O Exemplo*, 04 de dezembro de 1904. Título: *As mulheres*.

<sup>524</sup> *O Exemplo*, 04 de dezembro de 1904. Título: *As mulheres*.

promover bailes. O debate entre os autores mencionados apresenta elementos que inspiram a pensar, bem como, a compreender a posição da autora ao solicitar aos leitores a correta interpretação de sua escrita, de suas ideias e argumentos.

Na terceira fase de publicação de *O Exemplo*, identifiquei quatro textos<sup>525</sup> que foram selecionados para análise. O texto intitulado *Discurso*, de autoria do colaborador Eleas de Montenegro (1909), orienta os “homens de cor” a buscarem na escola a ilustração necessária para reivindicação de seus direitos. Logo, somente envergados sobre o livro poderiam ter o conhecimento necessário para empreender tal reivindicação. Como segue no excerto:

Hoje só nos resta seguir a vereda que nos leva à escola onde devemos nos educar, ilustrar o espírito, quer seja no gabinete do sábio quer seja no atelier do proletário, concorrendo na colaboração da ciência, ou trabalhando pela reivindicação dos direitos humanos que a classe dos privilegiados açambarcou-se. Imagine-se o que não será quando nós todos envergados sobre o livro caminharmos para a civilização.<sup>526</sup>

Tal observação apontada por Montenegro sinaliza, por um lado, um limite capital, que reside no estado de subserviência vivenciada por aqueles que, devido ao contexto histórico, tiveram negado o direito à instrução; e, por outro, a possibilidade de insistir no usufruto de direitos inscritos no regime republicano. Assim, a leitura é evocada quando o autor sugere o estudo – o estar envergado sobre o livro. Escola e livro (leitura), dois elementos que merecem destaque pela indissociabilidade, mas também porque aponta o alinhamento do programa político pela linha adotada pelo jornal. Em relação a esse binômio escola e leitura, vale pensar “as leis sociais que modelam a necessidade ou a capacidade de leitura, [entre as quais] a escola está entre as mais importantes, o que coloca o problema, ao mesmo tempo histórico e contemporâneo, do lugar da aprendizagem escolar numa aprendizagem da leitura”<sup>527</sup>.

Por conseguinte, a editoria (1909) publica o texto *Biblioteca Rio-grandense*, cujo foco central reside em afirmar que a leitura e a escrita são condição necessárias para o gozar de direitos. Assim, a editoria informa como essa instituição, localizada naquela cidade, trata a instrução, ao ofertar aulas noturnas de primeiras letras aos “filhos da gente do povo”, ou melhor, aos filhos do operariado. Também sugerem que tal ação se estenda à capital porto-alegrense<sup>528</sup>, pois apesar de ser nomeada como uma das cidades mais adiantadas,

---

<sup>525</sup> Os textos que seguem se situam entre 06 de junho de 1909 e 28 de setembro de 1910. Nesse período, assumem a editoria de *O Exemplo* José Gomes do Nascimento, como gerente, e João Baptista de Figueiredo, como diretor da redação.

<sup>526</sup> *O Exemplo*, 06 de junho de 1909. Título: *Discurso*.

<sup>527</sup> Chartier; Bourdieu (2011, p. 240).

<sup>528</sup> *O Exemplo*, 22 de agosto de 1909. Título: *Biblioteca Rio-grandense*.

no entanto não tem uma escola noturna onde qualquer operário, qualquer trabalhador que, por desleixo dos pais ou por outros motivos de ocasião, não tiveram a felicidade de frequentar uma escola quando meninos, ao menos, aprendessem a ler e escrever, predicados tão necessários a qualquer indivíduo para assim gozarem dos seus direitos de cidadão.<sup>529</sup>

Já expus, em subseções anteriores, que em fins do século XIX, *O Exemplo* ressalta o completo descuido por parte dos governantes quanto à abertura de aulas noturnas de primeiras letras para o operariado da capital, visto que esses operários, quando meninos, não frequentaram uma escola. A escola é apresentada como um espaço em que é possível o exercício das práticas de leitura e escrita, imprescindíveis para o usufruto de direitos dos cidadãos.

Contudo, é no texto intitulado *Livro*, que a editoria (1910) apresenta um dos textos mais representativos, pois representa este objeto livro como um artefato sagrado. A par dessa sacralidade, a editoria discute como a obrigatoriedade da oferta de ensino gratuito pode contribuir para a “salvação social”<sup>530</sup>, ou melhor, como o livro poderia possibilitar práticas de leitura até então circunscritas à leitura dos fenômenos da natureza<sup>531</sup>. A esse respeito, o editorial lança a seguinte “parábola”: de um lado, um Deus que multiplica pães e sacia a fome física; de outro, Gutemberg com a imprensa, que sacia a fome intelectual.

Representai-vos a incalculável soma de desenvolvimento intelectual que encerra esta palavra – todos sabem ler. A multiplicação dos leitores, é a multiplicação dos pães. No dia em que Cristo criou esse símbolo, entreviu a Imprensa. O seu milagre é este prodígio. Aí está um livro. Alimentará cinco mil almas, um milhão de almas, a humanidade inteira. Em Cristo, multiplicando os pães, há Gutemberg multiplicando os livros. Um semeador é prenuncio do outro. O que é o gênero humano, desde a origem do século? É um leitor. Soletando há muito tempo, ainda hoje soletra; mas em breve lerá. A criança de seis mil anos; teve desde todo o princípio uma escola. Qual? A natureza. E não tendo outro livro, soletrou o universo. Teve o ensino primeiro das nuvens, do firmamento, meteoros, das flores, dos bosques, das estações, dos fenômenos. Pescador da Jona estuda a onda, o pastor de Chaldes, soletra as estrelas. Vieram depois os primeiros livros, sublime progresso! O livro é ainda mais vasto que o espetáculo do mundo, porque ao fato alia a ideia. Se existe alguma coisa maior que Deus visto no sol, é Deus visto em Homero. O universo sem o livro, é a ciência que

---

<sup>529</sup> *O Exemplo*, 22 de agosto de 1909. Título: *Biblioteca Rio-grandense*.

<sup>530</sup> *O Exemplo*, 10 de julho de 1910. Título: *Livro*.

<sup>531</sup> Com relação a esse aspecto, o livro *Uma história da leitura*, escrito por Alberto Manguel (2004, p. 6), apresenta uma série de exemplos que mostram as leituras circunscritas a aspectos da natureza, como “astrônomo lendo um mapa de estrelas que não existem mais; o arquiteto japonês lendo a terra sobre a qual será erguida uma casa [...]; o zoólogo lendo os rastros de animais na floresta; o jogador lendo os gestos do parceiro antes de jogar a carta vencedora; a dançarina lendo as notações do coreógrafo e o público lendo os movimentos da dançarina no palco; o Tecelão lendo o desenho intrincado de um tapete sendo tecido; o organista lendo várias linhas musicais simultâneas orquestradas na página; os pais lendo no rosto do bebê sinais de alegria, medo, admiração; o adivinho chinês lendo as marcas antigas na carapaça de uma tartaruga; o amante lendo cegamente o corpo amado à noite, sob os lençóis; o psiquiatra ajudando os pacientes a lerem seus sonhos perturbadores; o pescador havaiano lendo as correntes do oceano ao mergulhar a mão na água; o agricultor lendo o tempo no céu - todos eles compartilham com os leitores de livros a arte de decifrar e traduzir signos”.

se esboça; o universo com o livro é o ideal que aparece. Deste modo, há modificação imediata ao fenômeno humano. Onde existe só a força, o poder revela-se. O ideal, aplicado aos fatos reais é a civilização.<sup>532</sup>

A extensão do excerto aqui transcrito justifica-se por tratar de um texto emblemático, que aborda aspectos centrais para exame nesta tese. O primeiro se refere à compreensão de que através da leitura é possível acumular uma soma expressiva de conhecimentos. O segundo destaca o livro como um objeto dado a ler, como um “alimento” necessário à humanidade e à ciência. O terceiro posiciona o livro como responsável por operar “modificação imediata” no ser humano. Ademais, alimentar intelectualmente pelos livros instrutivos é útil ao progresso do país.

No texto intitulado *Rabisco I*, cuja autoria é do colaborador A. Dutra (1910), este escreve sobre observações realizadas no meio social, a exemplo de como a leitura e a escrita, ou melhor, o envergar-se sobre os livros permite afastar-se das trevas da ignorância. De forma mais detalhada, o autor antecipa ao leitor, por um lado, a alegria com que é contagiado por perceber o desaparecimento de uma ignorância crassa e prejudicial à sociedade; por outro, destaca que, até pouco tempo, as trevas da ignorância estavam presentes no cotidiano, de forma que ainda há necessidade de cultivar muitas inteligências. A partir dessas observações iniciais, Dutra registra um novo momento, “uma nova era de progresso e aperfeiçoamento”, dado que a burguesia abocanhava “direitos e haveres” dos trabalhadores. Consciente dessa manobra, Dutra observa que hoje todos estão à procura de livros nos quais pudessem encontrar luzes que iluminem “os espíritos mais trevosos”, pois, “já raiou a convicção que só com o preparo intelectual é que se pode adquirir a posse de direitos conspurcados [pela burguesia], e impor-se à consideração de burgueses”<sup>533</sup>.

Dentre as observações apresentadas pelo autor deste texto uma delas chama a atenção, os livros, pois é a partir das práticas de leitura desse objeto impresso que é possível atingir “o preparo intelectual”, como também exigir os direitos adquiridos com a República. O livro, demais, faz nascer esperanças de progresso.

No ano seguinte, o texto<sup>534</sup> intitulado *Rabisco*<sup>535</sup>, inscrito ainda na terceira fase, de autoria do colaborador A. Dutra (1911), retorna sua contribuição no *O Exemplo* e apresenta

---

<sup>532</sup> *O Exemplo*, 10 de julho de 1910. Título: *Livro*.

<sup>533</sup> *O Exemplo*, 24 de julho de 1910. Título: *Rabisco I*.

<sup>534</sup> O texto se insere entre 12 de fevereiro de 1911 e 04 de junho de 1911. A editoria é composta por Leovigildo da Silva, que assume a gerência de *O Exemplo*, e Henrique Martins torna-se o diretor da redação.

<sup>535</sup> Texto já explorado em subseção anterior. Porém, aqui, procuro analisá-lo sob outra perspectiva.

elementos críticos com relação à mocidade que, entregue aos bailes e às distrações da vida, não reserva tempo para o estudo, para uma leitura útil, para instruí-se. Segue o registro:

É uma verdade, cruel é certo: a mocidade pouco importa-se com a instrução. É uma questão secundária para ela. Não abre um livro; não gasta duas horas em uma leitura útil. Não compreende que só lendo terá a boa educação; que o livro é a luz, a revelação. Para mocidade atual, só há uma atração – o baile; é a sua maior preocupação. O prazer do baile subjuga todos os outros. E assim está mocidade fica constituída de homens sem estímulo; que não tentam erguerem-se, prepararem-se para poderem ser os advogados de seus próprios direitos! Mocidade, os prazeres sociais encantam o homem, porém nem sempre vêm a seu encontro, nem dependem da sua vontade; entretanto os prazeres que proporciona a leitura são de todo o tempo e de qualquer lugar, e são os únicos que se podem renovar à vontade. Compenetrai-vos, ó mocidade, de que é necessário estudar para impor-se, para imperar. Repartis, vosso tempo gasto nos salões esplendorosos, ó jovens, empregando algumas horas em incutir em vossos espíritos os salutareis preceitos da Instrução. Leiamos e ensinamos a ler: ler é iluminar o espírito tenebroso, fecundar o coração, dar intensidade, calor, expansão aos sentimentos.<sup>536</sup>

Antes de tudo, cabe insistir na associação leitura útil, estudo e instrução. A par desta associação, autor chama a atenção para vários aspectos que possibilitam a instrução, dentre ele, convoca a mocidade a abrir o livro. Faz isso porque observa que a mocidade não reserva tempo para ler e nem tem o hábito da leitura, especialmente, uma leitura que seja útil, posto que não compreendeu que somente por meio da leitura usufruirá dos salutareis preceitos da instrução. Assim, entregues aos bailes, sem maiores preocupações, vão se constituindo “homens sem estímulo”, por não perceberem que deles depende advogar por suas próprias causas. Mais uma vez, Dutra reclama à mocidade a prática da leitura, mas a leitura útil, aquela que iluminava os espíritos.

Para a quarta fase de publicações de *O Exemplo* (1916-1930), várias mudanças editoriais acontecem. Como é o caso do texto<sup>537</sup> intitulado *Linhas... à pressa*, de autoria do colaborador Estevão Tavares (1916). Nesse texto, sua centralidade reside em tratar dos estabelecimentos de ensino para as crianças desvalidas, quer dizer, de instituições que possam instruírem-nas de modo a assegurar o aprendizado da leitura e, a par desse domínio, ofertar também a aprendizagem de uma profissão.

Para o autor, as crianças desvalidas são um problema que atinge a todos os “filhos do povo”, pois trata-se do futuro dos “homens de amanhã”, porque esses filhos do povo, essa raça de cor, foi explorada e, seguidamente, sujeita a falhas dos meios que dispunham para

---

<sup>536</sup> *O Exemplo*, 24 de fevereiro de 1911. Título: *Rabisco*.

<sup>537</sup> O texto se situa entre 20 de fevereiro e 24 de dezembro de 1916, consta como corpo editorial do jornal *O Exemplo* a figura do diretor-gerente João Baptista de Figueiredo e a do diretor da redação Alcides das Chagas Carvalho, além de redatores, cuja referência é “redatores diversos”.

instruírem-se. É a esse meio, através do qual poderiam se instruir, que o autor tece críticas, pois é sabedor de “vários institutos leigos e religiosos onde se educam crianças desprotegidas”<sup>538</sup>. Como exemplo, menciona o internato “D. Bosco onde o menor ali aprende a ler, a [ter] uma profissão, enfim, a ser homem”. Segundo ele, “estabelecimento dessa ordem não temos em Porto Alegre”, embora importante para a formação dos “filhos do povo”, o aprender a ler, arte tão necessária à formação humana, ao lado, é claro, da aprendizagem de uma profissão. Assegurar às crianças desvalidas o aprendizado da leitura, de acordo com Tavares (1916) é visar ao “bem-estar dos seus munícipes, cooperando assim para o progresso local”<sup>539</sup>.

A partir de outra formação editorial, dois textos<sup>540</sup>, ambos escritos pela própria editoria do jornal *O Exemplo*, abordam a leitura e, em especial, a escrita. Um deles, sob o título *Da educação XVII – Correspondência epistolar*, a editoria (1917), já de início, mostra a clareza do título anunciado ao fazer uso de um incontestável “prolóquio latino de que *verba volant et scripta manent*”, ou melhor, o texto, em resumo, trata das maneiras de “proceder na correspondência epistolar”<sup>541</sup>. O assunto, muito significativo à época, demonstra a atenção às práticas de escrita.

Em sua tese, intitulada *De Correspondências e Correspondentes: Cultura Escrita e Práticas Epistolares no Brasil entre 1880 e 1950*, Carla Gastaud (2009), procura “compreender os modos como se constituem as práticas de correspondência no final do século XIX e na primeira metade do século XX no Brasil”. A autora afirma que:

A escrita epistolar é um dos processos de afirmação das práticas da cultura escrita – em uma sociedade que se torna cada vez mais grafocêntrica – no período compreendido entre o final do século XIX e o começo do século XX. Escrever cartas é uma prática social da cultura escrita que se generaliza e populariza com a ampliação da alfabetização da população e com a criação dos sistemas escolares.<sup>542</sup>

A editoria elege este tema em reconhecimento a uma prática cada vez mais frequente e com vistas a orientar aqueles que desejavam fazer uso da prática epistolar.<sup>543</sup> Em suma,

---

<sup>538</sup> *O Exemplo*, 19 de novembro de 1916. Título: *Linhas... à pressa*.

<sup>539</sup> *O Exemplo*, 19 de novembro de 1916. Título: *Linhas... à pressa*.

<sup>540</sup> O texto se insere entre 28 de janeiro de 1917 até 20 de janeiro de 1918, na qual constam Baptista Junior como diretor da redação, J. V. Rabello como secretário e permanece João Baptista de Figueiredo como diretor gerente.

<sup>541</sup> *O Exemplo*, 11 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVII – Correspondência epistolar*.

<sup>542</sup> Gastaud (2009, p. 11).

<sup>543</sup> Em relação a esse objeto epistolar, apresentando-se com diferentes nomenclaturas – carta, epístola, missiva ou correspondência – são, segundo Gastaud (2009, p. 63), “um objeto escrito para comunicar algo a alguém, este alguém pode ser singular, individual, ou tão múltiplo quanto uma família, uma comunidade de leitura, uma vizinhança, uma cidade, um país, uma nação. Para ser reconhecido como uma carta, o objeto escrito deve mostrar alguns dos atributos do gênero epistolar, entre eles: lugar de origem, data e destinatário, saudações e despedidas e distribuição dos parágrafos de acordo com o cerimonial epistolar”.

reconhece a difusão e circulação dessa prática entre seus leitores, em especial aqueles considerados iniciantes na prática de uma escrita epistolar<sup>544</sup>. Com relação à prática epistolar, cabe apresentar, aqui, uma carta escrita por um leitor e enviada aos editores de *O Exemplo*.

O Exemplo no Rio Grande. Da sociedade União Operária desta cidade, recebemos o seguinte ofício: À ilustre redação d' O Exemplo, em Porto Alegre – Cabe-me o honroso quanto agradável dever de levar ao vosso conhecimento, que em seção ordinária de assembleia geral, realizada em 26 do corrente mês, foi muito injustamente consignado em ata, o voto de profundo reconhecimento a essa valente redação, que há muito nos dá a honra de muito gentilmente visitar a nossa mesa de leitura, onde é muito apreciada tão valente folha. Aceitai o nosso muito sincero reconhecimento e continuai nos honrando com a vossa muito gentil visita, o que nos proporciona imenso prazer, e desobrigando-nos dos desejos dos nossos companheiros associados, que diariamente procuram a leitura do vosso brilhante órgão, o qual muito dignifica o vosso adiantamento meio social, onde é muito dignamente acatado. Prevaleço-me do momento para vos apresentar os protestos de minha alta consideração e elevado respeito. O secretário das assembleias gerais. Oswaldo Luiz Molina.<sup>545</sup>

Cartas e cartões foram objetos epistolares encaminhados à editoria do jornal *O Exemplo* desde suas primeiras publicações, como demonstrado na carta escrita por Oswaldo Luiz Molina. Como prática recorrente, obedecia a elementos indispensáveis à escrita epistolar, a exemplo da indicação de quem escreve e para quem escreve.

Quanto aos destinatários das escritas epistolares, a editoria lembra aos escreventes que “uma carta deve conter nos caracteres gráficos, a expressão do nosso pensamento, tal qual se o manifestássemos pela palavra oral”<sup>546</sup>, o que não significa utilizar-se de um coloquialismo, mas a apresentação de um estilo natural. Segundo a editoria, “entre a palavra oral e a escrita há uma diferença de efeitos, surpreendente”; pois, ao dizer “o que muita vez se pode manifestar oralmente nem sempre se pode fazer graficamente”<sup>547</sup>. Nesse sentido, a editoria sugere refletir sobre o tema antes de iniciar essa prática. Aqui, um destaque elucidativo possibilita compreender que uma carta bem escrita não incorre em interpretação diversa. Como afirma o texto, “ocorre aqui lembrar de passagem um fato com um velho e distinto amigo meu, que foi obrigado a contrair núpcias porque o papá da dita viu, numa carta de cumprimentos ao diploma de professora que a *cuja* obtivera um formal pedido de casamento”<sup>548</sup>. Esse excerto é um

---

<sup>544</sup> Quase não foram encontradas as cartas humildes, mal redigidas e mal ortografadas, trocadas entre homens e mulheres de baixa condição social. No entanto, a correspondência privada existe nas classes populares; ela é autorizada e encorajada pelo funcionamento e desenvolvimento das relações postais (ROCHE, 2011, p. 185).

<sup>545</sup> *O Exemplo*, 10 de dezembro de 1916. Título: *O Exemplo no Rio Grande*.

<sup>546</sup> *O Exemplo*, 11 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVII – Correspondência epistolar*.

<sup>547</sup> *O Exemplo*, 11 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVII – Correspondência epistolar*.

<sup>548</sup> *O Exemplo*, 11 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVII – Correspondência epistolar*.

exemplo de como uma carta, escrita com nebulosidade, causa efeitos contrários ao desejado.

Para a editoria:

É, pois, necessária imensa reflexão antes de gravar no papel nosso pensamento por mais insignificante que seja o assunto. Não se admite numa carta (salvo se é dirigida a um literato ou pessoa de alta erudição) os termos rebuscados e empolados. A clareza, a polidez, a simplicidade e a consciência devem ser os requisitos [...] numa carta.<sup>549</sup>

A orientação apresentada sugere, novamente, cuidado e reflexão na escrita de uma epístola. De modo especial, atenção para qual destinatário se escreve. Essa informação indica que é necessário um conhecimento mínimo do destinatário para proceder a essa prática<sup>550</sup>. A editoria recomenda, afinal, que “não se deve nunca perder de vista a posição em que se está a respeito da pessoa a quem se escreve, a fim de orientar a expressão da carta. Sabendo o que se quer, facilmente poder-se-á materializar na escrita a coisa pensada”<sup>551</sup>. Pensar, refletir, são termos utilizados pela editoria para sinalizar ao escrevente que esses exercícios são o melhor caminho para manutenção de um pacto epistolar. Orientações como estas constam também nos manuais epistolares, quando apresentam a necessidade de atentar para as posições e condições sociais dos destinatários aos quais essas escritas são dirigidas. Cabe assinalar que:

Todo manual traz regras para cada ocasião em que uma carta deveria ou poderia ser enviada. Esses códigos, tão importantes quanto o conteúdo verbal da missiva, estabelecem uma imagem do remetente para o destinatário que, com um olhar para a carta recebida poderia afirmar que se trata de uma pessoa fina, letrada, educada, ou, ao contrário, poderia dizer que não se trata absolutamente de uma pessoa com estas qualidades.<sup>552</sup>

Ao fazer essa exposição da imagem de um remetente, refletida sobre uma carta, a editoria registra outra informação que não se deve excluir do horizonte do escrevente, como o fato de que “as palavras orais voam e as escritas permanecem”<sup>553</sup>. Dito de outra forma, “as palavras passam, ou esquecem, e o que se escreve fica, *scripta manent*”<sup>554</sup>.

Ora remetente, ora destinatário, relação que se estabelece nas trocas de correspondências, o que oportuniza ao ausente se fazer presente. Nessa dinâmica, que é o pacto epistolar, a editoria escreve que, quando se recebe uma carta, deve-se fazer a devolutiva tão prontamente aquela seja recebida, porque “o grau de delicadeza e fina educação se apreende no

---

<sup>549</sup> *O Exemplo*, 11 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVII – Correspondência epistolar*.

<sup>550</sup> Como bem destaca Roquette (1997), ao escrever sobre as regras gerais para a escrita epistolar.

<sup>551</sup> *O Exemplo*, 11 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVII – Correspondência epistolar*.

<sup>552</sup> Gastaud (2009, p. 43).

<sup>553</sup> *O Exemplo*, 11 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVII – Correspondência epistolar*.

<sup>554</sup> Roquette (1997, p. 267).

caso, pela celeridade da resposta”<sup>555</sup>. Em relação a essa celeridade, a editoria lembra que “a obrigação de escrever cartas depende das circunstâncias personalíssimas e de ocasião de cada um: por isso, julgamos que toda a vez que se nos apresentar a obrigação de escrever uma carta a devemos compor incontinentemente”<sup>556</sup>.

Conforme o *Código do bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX* (1997)<sup>557</sup>, escrito pelo cônego José Ignacio Roquette, e largamente difundido no Brasil. Schwarcz (1997) afirma que esse gênero textual, o Código, se “propõe ao mais absoluto controle das emoções e sentimentos e ainda regula as propriedades de cada sexo. Nos conselhos de Roquette estão descritas as máximas do comportamento polido, que pede sempre a dissimulação em lugar da sinceridade”<sup>558</sup>. Nesse sentido, a editoria apresenta regras gerais para composição de cartas, e recomenda que: “o estilo há de ser natural e singelo quando seja possível”, o que não exclui, “contudo, os pensamentos engenhosos e profundos”, de modo que “a linguagem e o tom hão de ser familiares” ao grau do correspondente, “escrevendo sempre com pureza e correção”, além de procurar evitar as “cláusulas compridas e periódicas, antes a soltura e facilidade nas construções”, assim como procurar evitar “termos pouco usados, o tom mui remontado e enfático”<sup>559</sup>.

Com relação as práticas de escrita epistolar, a editoria também contempla a leitura e escrita como práticas de sociabilidades e conviviabilidade. Assim, instruir os “homens de cor”, a partir dos preceitos de polidez e civilidade, para a prática da escrita epistolar, foi uma das intenções da editoria.

No próximo texto, intitulado *Da educação XVIII – Correspondência epistolar*, a editoria (1917) dá continuidade a esse assunto e apresenta didaticamente os procedimentos para a escrita epistolar, como bem demonstra o exemplo inicial apontado pela editoria: “antes de se assinar o nome, as expressões: – *De V.S.* ou *V. Exia*, devem pertencer a mesma grafia da pessoa que firma a carta”<sup>560</sup>. Essa é, então, uma das fórmulas protocolares que devem ser levadas em consideração. A respeito das fórmulas protocolares na escrita epistolar, a editoria reforça:

A fórmula de começar uma carta varia conforme a opinião do escrevente. Nós aceitamos aquela que manda começar uma carta da seguinte maneira: *Ilmo.* ou *Exm. Sr. F. F.* na primeira linha; *Porto Alegre* ou *Rio de Janeiro à rua tal, número tal*, na segunda linha à esquerda do papel; *saudades* ou *muito saudar*, na quarta ou quinta; a

---

<sup>555</sup> *O Exemplo*, 11 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVII – Correspondência epistolar*.

<sup>556</sup> *O Exemplo*, 11 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVII – Correspondência epistolar*.

<sup>557</sup> Cabe lembrar que a primeira edição da obra é datada de 1845.

<sup>558</sup> Roquette (1997, p. 27).

<sup>559</sup> Roquette (1997, p. 281-283).

<sup>560</sup> *O Exemplo*, 18 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVIII – Correspondência epistolar*.

manifestação do pensamento deve ser escrita a começar da sexta linha quase ao meio. A data será colocada ao lado direito ou esquerdo e por extenso.<sup>561</sup>

Conforme o excerto em destaque, a editoria é prescritiva no detalhamento de informações que devem ser mencionadas na escrita epistolar e, complementa: “neste particular cada um escolha no papel a posição que melhor lhe convier, contanto que não deixe nunca de datar e indicar o lugar da partida da carta por mais simples que seja”<sup>562</sup>.

As prescrições para a prática de escrita epistolar, como as normas abusam de ordens e procedimentos enfáticos: nunca, não devemos, não se admite, etc. Estes, compõem um quadro para essa prática, como descrito no excerto: “numa carta devemos evitar rasuras, emendas, borrões, chamadas e tudo que indica falta de respeito e atenção”<sup>563</sup>. Ao aludir às fórmulas da prática epistolar, a editoria aconselha ainda que:

As abreviaturas não se admitem nas cartas, salvo aquelas que o uso consagrou como as expressões: V. Exia., Ilmo., Sr., Sra., etc. Fórmulas sobre a maneira de escrever cartas não as indicamos porque julgamos que todo aquele que sentir e pensar saberá lealmente exprimir sua vontade.<sup>564</sup>

Se, por um lado, a editoria concorda com o uso de abreviaturas para expressões já consagradas, possivelmente, aqui, referindo-se a pessoas do foro íntimo, ainda que julgue o formulário elaborado mentalmente por cada escrevente como o melhor, afirma que “às pessoas de maior hierarquia, escreve-se sem abreviaturas, tudo por extenso, e até o tratamento, ao menos a primeira vez que se dá em cada lauda”<sup>565</sup>.

Logo a seguir, é possível identificar no texto da editoria uma crítica a certos clichês presentes nas práticas epistolares, tais como: “apenas lavramos aqui um pedido: em nome do deus que adorarem não começará cartas pela aquela mal ensinada fórmula: *muito estimarei que estas mal traçadas linhas*, etc. Esta chapa está tão batida que já se tornou odiosa. Evitem-na e substituam de maneira mais delicada”<sup>566</sup>. De igual modo, quando o escrevente faz uso do “*post scriptum*”, este termo somente é permitido em casos urgentes. “Em outro qualquer caso é de notória falta de atenção e respeito”<sup>567</sup>. Nessa direção, Roquette assegura que “os pós-escritos só se permitem entre amigos, colegas, pessoas de confiança; e talvez em cartas de negócios;

---

<sup>561</sup> *O Exemplo*, 18 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVIII – Correspondência epistolar*.

<sup>562</sup> *O Exemplo*, 18 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVIII – Correspondência epistolar*. Com relação ao sobrescrito, consultar mais informações em Gastaud (2009 e Roquette (1997).

<sup>563</sup> *O Exemplo*, 18 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVIII – Correspondência epistolar*.

<sup>564</sup> *O Exemplo*, 18 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVIII – Correspondência epistolar*.

<sup>565</sup> Roquette (1997, p. 272).

<sup>566</sup> *O Exemplo*, 18 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVIII – Correspondência epistolar*.

<sup>567</sup> *O Exemplo*, 18 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVIII – Correspondência epistolar*.

porém, em outro qualquer caso é grande incivildade, e porventura falta de respeito à pessoa de autoridade a quem escrevemos”. Isso porque, segundo Roquette “o pós-escrito supõe esquecimento, ou omissão, ou indica pouca atenção da parte de quem escreve”<sup>568</sup>. A esse respeito, a editoria apresenta outros elementos que orientam o envio de cartas, ao registrar que:

As cartas que se enviam pelo correio são previamente fechadas, porém as que fazemos portadores de pessoas amigas entregam-se abertas, tendo a pessoa que recebe o dever de em seguida pedir licença e fechar a carta. Não esqueçam estas linhas pois pessoas delicadíssimas ignoram o dever de entregar a carta aberta a pessoa que a leva por obséquio e está o de fechá-la logo, na frente da que lhe confiou a missiva. Nunca se lerá uma carta dirigida a outrem, ainda que o assunto nos interesse.<sup>569</sup>

Para melhor compreender essas orientações, impõe-se alguns destaques: o primeiro, de que o encaminhamento pelo correio implica ao portador atentar para o fechamento da carta; segundo, ao confiar uma carta a um portador, o emitente deverá entregá-la aberta; terceiro, o confiante da carta fará o seu fechamento, antes, porém, pedirá licença para fazê-lo; quarto, nunca ler uma missiva cuja entrega lhe foi confiada.

Ademais, no proceder do recebimento de uma carta, a recomendação é de que, “quando se recebe uma carta na presença de outras pessoas, não se abre sem antes ter solicitado a necessária licença”<sup>570</sup>. Essas orientações permitem compreender como se deve proceder em relação, primeiro, à prática de escrita; e depois, à prática da leitura. Tais considerações da editoria foram tomadas como oportunas por tratarem das práticas de escrita epistolar, que constituem objetos da cultura escrita. Todos esses aspectos, aludidos à luz dessas orientações protocolares são, via de regra, necessários para estabelecer a confiança na prática de escrita epistolar tão difundida nos séculos XIX e XX, no Brasil, como sinaliza a editoria com esse texto.

Adiante no tempo, na quarta fase, como já referido anteriormente, temos o texto<sup>571</sup> intitulado *Da instrução*, o qual Cingalais (1918) acentua que, a leitura e a escrita são práticas que se adquire na instrução, mesmo sendo “privilégio de certos indivíduos e monopólio de determinadas classes”<sup>572</sup>. Nesse sentido, podemos inferir que instrução é entendida segundo duas acepções: a primeira, aquela dos bancos escolares e do uso do “pergaminho”; a segunda,

---

<sup>568</sup> Roquette (1997, p. 279).

<sup>569</sup> *O Exemplo*, 18 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVIII – Correspondência epistolar*.

<sup>570</sup> *O Exemplo*, 18 de novembro de 1917. Título: *Da educação XVIII – Correspondência epistolar*.

<sup>571</sup> Os textos que seguem se situam entre 17 de março de 1918 e 21 de dezembro de 1919. Algumas posições de gerência mudaram na editoria de *O Exemplo*, como o cargo de João B. de Figueiredo, antes diretor-gerente, que assume, nesse período, cargo nomeado apenas como gerente; Baptista Junior, antes diretor da redação, assume o cargo nomeado apenas como diretor.

<sup>572</sup> *O Exemplo*, 05 de maio de 1918. Título: *Da instrução*.

como compromisso social daqueles que, com “conhecimentos inestimáveis, a transmitir”<sup>573</sup>, possam fazê-lo.

Cingalais (1918) crítica o discurso de pessoas que “julgam que a ausência exclusiva de – não ler e escrever – é o nascedouro de todos os males”. Para o autor, é “preciso notar que o saber ler e escrever em si não é a síntese ideal a tornar os homens excelentes pais de família e cidadãos honrados, assim como esses conhecimentos não garantem sempre a polidez, a civilidade, o fino tato e mais virtudes que distinguem, o homem do *homem*”<sup>574</sup>. Contudo, “saber ler e escrever – é o ideal para a Instrução – por ser o pensamento mais ou menos comum”<sup>575</sup>. Essa informação permite dizer que as práticas da leitura e escrita são usadas como fundamentais para o esclarecimento do intelecto, bem como apresentam-se como sinônimos de estudo e instrução.

Outra informação que merece destaque, no texto de Cingalais, é a referência que faz aos “conhecimentos de um autor”, pois estes, materializados em livros, “nada mais são que um repositório de ideias que aprendeu dos seus naturais ou dos naturais de terras que incursionou copiando também o cenário das investigações, lhe dando a mais o colorido do estilo que também é resultante de estilos lidos ou ouvidos”<sup>576</sup>. O texto indica que as práticas de leitura, seguidas pelas práticas de escrita, foram fundantes para o autor selecionar textos que comporiam um discurso, um saber que é construído tomando por base, sobretudo, os textos lidos.

No texto *Rumo aos livros*, assinado pelas iniciais M.F (1919)<sup>577</sup>, o autor trata da necessidade de travar guerra contra o analfabetismo que assola o país e questiona por que esse caso, de tamanha magnitude, há mais tempo não se tornou uma preocupação dos dirigentes do país. Visto que, o saber ler e escrever são práticas indispensáveis para ser admitido em determinados serviços. Isso pode ser percebido no excerto que segue:

Recentemente a empresa do “Lloyd Brasileiro” publicou um regulamento, exigindo que para ser admitido nos seus serviços o pretendente apresentasse provas de saber ler e escrever e ao mesmo tempo marcou prazo para aqueles que, dentre os seus trabalhadores, que não soubessem ler e escrever, preenchessem tal condição, sob pena de serem dispensados seus serviços.<sup>578</sup>

---

<sup>573</sup> *O Exemplo*, 05 de maio de 1918. Título: *Da instrução*.

<sup>574</sup> *O Exemplo*, 05 de maio de 1918. Título: *Da instrução*.

<sup>575</sup> *O Exemplo*, 05 de maio de 1918. Título: *Da instrução*.

<sup>576</sup> *O Exemplo*, 05 de maio de 1918. Título: *Da instrução*.

<sup>577</sup> As iniciais M.F. possivelmente se referem ao nome e sobrenome do/da colaborador/a do periódico.

<sup>578</sup> *O Exemplo*, 30 de março de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

A posição de M.F é que tal medida, realizada por empresas particulares, corresponde às exigências do mercado, visto que o saber ler e escrever torna-se elemento básico para a obtenção de ocupações e, conseqüentemente, para aqueles já empregados, a exigência de saber ler e escrever se coloca como oportunidade de continuidade no trabalho. Nesse sentido, exigir a instrução dos trabalhadores, possivelmente, possibilitava uma guinada nos empreendimentos gaúchos. Por fim, com ufania, M.F. registra que essa medida é “altamente proveitosa e oxalá se generalize em todo este vasto país”<sup>579</sup>.

Com relação a esse dado, Muller assegura que, de fato, “o grande problema, contudo, continuava sendo o índice de analfabetismo entre os membros da comunidade negra”. Desse modo, aponta para a necessidade de “fazê-los compreender o quanto reverter esse quadro era importante para atingir o *status* de cidadão”<sup>580</sup>, a partir do uso de provas que demonstrassem o saber ler e escrever, como habilidade necessária para serem “admitidos” em determinados “serviços”.

Em *Rumo aos livros*, M.F. (1919) retoma a discussão com outros elementos que são significativos para análise. Como exemplos centrais, aponta o saber ler e escrever como prerrogativa indispensável para o direito ao voto. E, sobre isso, sugere aos “irmãos em raça”, possuidores de “elevada cultura e vasta erudição”, que venham a persuadir aqueles que “obstinam em permanecer no obscurantismo”, assim como combater o analfabetismo”<sup>581</sup>.

Por ocasião das eleições à Presidência da República, “a findar-se em 15 de Novembro de 1922”, segundo M.F., este fato “oferece ensejo para que nossos patrícios se convençam da necessidade de serem francos inimigos do analfabetismo”, visto que “uma das maiores conquistas da democracia consistia na universalização do voto, e esse direito a sabedoria dos organizadores da Constituição da República conferiu a todos os cidadãos que soubessem ler e escrever”<sup>582</sup>.

O domínio do saber ler e escrever é prerrogativa para o exercício do direito de voto está bem clara no texto que ressalta: “muito bem andou o legislador republicano excluindo desse direito o analfabeto que ficou assim proscrito na sua própria pátria, considerado indigno de usar de prerrogativas só conferidas aos que fossem nos livros buscar a base dos seus direitos constitucionais”<sup>583</sup>.

---

<sup>579</sup> *O Exemplo*, 30 de março de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

<sup>580</sup> Muller (2013, p. 141).

<sup>581</sup> *O Exemplo*, 13 de abril de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

<sup>582</sup> *O Exemplo*, 13 de abril de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

<sup>583</sup> *O Exemplo*, 13 de abril de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

Para M.F uma das mais belas prerrogativas do cidadão é “poder exercer o direito do voto e concorrer para que o destino do país seja entregue aos homens competentes, de indiscutível capacidade e que possam inaugurar em nossa pátria uma era de franca prosperidade e de progresso como ela tanto merece”<sup>584</sup>. Assim, M.F. indica que aquele que não apresenta o domínio sobre as práticas de leitura e escrita deve ficar proscrito do direito ao voto, bem como conclama os analfabetos a que procurem instruírem-se. Desse modo, entende-se que, longe das tipologias que recaem sobre o analfabeto, M. F. procura instigar em todos os cidadãos que o saber ler e escrever, como domínios da inteligência, oportuniza “livrarem-se” do “obscurantismo”.

Sob o título *Rumo aos livros*<sup>585</sup>, M. F. (1919) aborda o tema do analfabetismo, ou melhor, da ausência do domínio do saber ler e escrever, como também a respeito das escolas mantidas pelo estado, pelos municípios e pela federação, criadas naquele momento. Essas instituições, não longe do compromisso firmado para extinção do analfabetismo, a exemplo da Liga Central Pró-Infância Desvalida e pelas Obras de Santa Izabel [segundo o autor], vêm a público anunciar a abertura de aulas noturnas, pois seu objetivo é “incitar o amor às crianças analfabetas”<sup>586</sup>. Conforme o autor, as aulas noturnas são totalmente gratuitas, bem com “os livros [que] são fornecidos aos alunos reconhecidamente pobres”<sup>587</sup>. Neste texto fica evidente a atenção ao o suporte livro, a ser fornecido aos alunos pobres, considerado necessário para o acompanhamento do ensino ministrado. No texto, M.F conclama à instrução quando disserta:

Não aprenderá a ler e escrever, pois, quem não quiser, mas, nossos patrícios não devem permanecer nesse erro, porque prejudicarão não só a si próprios como a esta gloriosa Pátria que lhes foi berço. Ela anseia por ser grande, está findada a isso, mas unicamente para tal conseguir precisa que seus filhos por ela façam esse pequeno sacrifício: não queiram ser analfabetos, aprendam a ler e escrever instruem-se em suma.<sup>588</sup>

É contundente o argumento do autor quanto ao aprendizado da leitura e da escrita, que uma vez acessível a todos, é preciso que desejem adquirir essas habilidades. Supostamente adquiridas essas habilidades, muito em breve, as taxas de analfabetismo tenderiam a decrescer no país. Por isso, o texto chama a atenção de “nossos patrícios e especialmente aos descendentes

---

<sup>584</sup> *O Exemplo*, 13 de abril de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

<sup>585</sup> Sob o mesmo título, todos assinados pelas iniciais M.F., é possível identificar três textos, um datado de 20 de abril de 1919, um de 18 de maio de 1919 e, por último, um datado de 08 de junho de 1919. Todos eles continuam a discutir o tema do analfabetismo, ou melhor, da ausência de domínio do saber ler e escrever.

<sup>586</sup> *O Exemplo*, 08 de junho de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

<sup>587</sup> *O Exemplo*, 08 de junho de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

<sup>588</sup> *O Exemplo*, 08 de junho de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

da raça etiópica, [para] correrem pressurosamente a esses estabelecimentos de instrução gratuita e se inscreverem, e não deixarem criminosamente que tais escolas venham a fechar por falta de frequência”. No final do texto, M.F apresenta ainda a seguinte recomendação: “empunhem os livros e corramos para as escolas”. Com essa frase, conclama à instrução, tão necessária como a luz a “iluminar a grandiosa estrada da Glória e do Progresso”<sup>589</sup>. Assim, a referência ao livro como objeto de leitura também o coloca como sinônimo de conhecimento, de instrução. Dessa forma, no conjunto dos textos de sua autoria, M.F. faz uma verdadeira cruzada contra aqueles que insistem “em permanecer no obscurantismo”, indicando que a escola, o estudo, o envergar-se sob os livros são contributos para o levantamento moral e intelectual, logo, indispensáveis para o progresso do país.

Essa mesma cruzada é abordada no texto<sup>590</sup> *O ensino primário e sua obrigatoriedade*<sup>591</sup>, do colaborador Mario Gama (1924). O autor aponta que o magno problema do analfabetismo, que persistia por todo o país. Para ele, é necessário lançar campanhas, “a fim de que, os 85% de analfabetos desapareçam, pois é doloroso termos uma cifra tão elevada de indivíduos que não saibam ler”<sup>592</sup>. Contudo, ao tratar da trajetória das taxas de analfabetismo no Brasil, com base no censo de 1920, Ferraro indica outra percentagem, segundo a qual, para a população de 5 anos ou mais, o país contava com 71,2% de analfabetos<sup>593</sup>. Cabe registrar que a informação contida no texto de Gama não indica a metodologia utilizada para a apresentação do dado referido. Contudo, se tomássemos, aqui, as taxas de analfabetos para a população de 0 anos ou mais, em números absolutos de habitantes no país, possivelmente as taxas de analfabetismo seriam ainda maiores.

Passados três anos, dois textos<sup>594</sup> se detêm em abordar a leitura e a escrita. Um deles é nomeado *A instrução pública*, assinado pela própria editoria (1928). Nesse está anunciado que o desaparecimento do estado de ignorância do povo só é superado com a disseminação de escolas, bem como do uso do livro. Por esse motivo, a instrução é, “incontestavelmente, a maior necessidade do povo”. Soma-se a essa a percepção de que “ela contribui poderosamente para o

---

<sup>589</sup> *O Exemplo*, 08 de junho de 1919. Título: *Rumo aos livros*.

<sup>590</sup> O texto se situa entre 13 de maio de 1923 e 24 de julho de 1927. Nesse período, a editoria do jornal *O Exemplo* foi composta pelo gerente Julio da Silveira e pelo diretor de redação Dario Bittencourt.

<sup>591</sup> Cabe lembrar que outros colaboradores e a própria editoria dissertaram a respeito do tema analfabetismo.

<sup>592</sup> *O Exemplo*, 10 de fevereiro de 1924. Título: *O ensino primário e sua obrigatoriedade*.

<sup>593</sup> Com relação a essa referência, vale ressaltar que as taxas de analfabetismo estão relacionadas ao saber ler e escrever atributos necessários para, segundo o autor, o “bem da civilização”. Assim, para Ferraro (2009, p. 85-86), “saber ler e escrever” é a única característica educacional da população que foi investigada em todos os censos brasileiros, sem exceção.

<sup>594</sup> O texto se situa entre 31 de julho de 1927 e 18 de novembro de 1928. Nesse período, a editoria de *O Exemplo* conta com as contribuições de Clemente Gonçalves de Oliveira como gerente e de Dario Bittencourt como diretor de redação.

progresso das nacionalidades e daí a preocupação dos governos em difundi-la o mais rápido possível, a fim de que a ignorância desapareça”<sup>595</sup>.

O acompanhamento dos debates disseminados pela editoria e seus colaboradores, indicam que o analfabetismo continua a ter centralidade, principalmente quando trata dos analfabetos do estado do Rio Grande do Sul, pois este concentra [segundo o texto, 1928] o “menor número de analfabetos”. Com relação a essa afirmação, cabe registrar a pesquisa de Ferraro, a qual aponta uma taxa de 53,8% de analfabetos, entre pessoas de 5 anos ou mais, no censo de 1920, para o Rio Grande do Sul. Segundo o pesquisador, frente às demais Unidades da Federação, “nenhum outro Estado chega a juntar-se à dupla constituída por Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, na liderança das taxas mais baixas de analfabetismo”, no censo de 1920<sup>596</sup>. Dito de outra forma, no exemplo do Rio Grande do Sul, este apresenta uma taxa de 46,2% de alfabetizados. Jubilosa por esse dado, a editoria afirma que “com efeito – livros e escolas – em profusão, e o Rio Grande amado será amanhã o exemplo vivo da educação do povo brasileiro”<sup>597</sup>. Nesse sentido, o uso livro na escola possibilitam práticas de leitura, possivelmente, bem mais definidas, segundo o que se entende como uma leitura legítima de ser apreciada, aprendida.

Em *Migalhas Semanais... O escrever*, de autoria do colaborador Silvio Pierini (1928) disserta a respeito de aspectos sequenciais para a escrita de um texto: ideia informada, ideia e forma, pensamento e estilo. Segundo ele, essas associações são necessárias à prática da escrita, que merecem atenção do escrevente. Como exemplo, o autor registra a experiência de Euclides da Cunha com a prática de escrita e afirma que esse “estilista dinâmico e fluente, chegou a sentir, uma vez, que os livros atulham o mundo, quanto é difícil escrever”<sup>598</sup>. Esse exemplo é elucidativo porque põe em relevo situações vivenciadas por aqueles que tomam os livros como inspiração para escrita de um texto, pois, de acordo com o autor, “o escrever, que a muitos parecerá simples passatempo é, antes, um mister espinhoso, enganador e de não fácil acesso a todos”<sup>599</sup>.

Na sequência, o autor faz referência ao texto *L'Art d'Ecrire*, em que Albalat “propôs-se a ensinar, a qualquer um que tenha talento, essa arte maravilhosa de concretizar o Pensamento na Forma. Muito bem, mas...tenha paciência o autor: não é possível ensinar a escrever a

---

<sup>595</sup> *O Exemplo*, 05 de fevereiro de 1928. Título: *A instrução pública*.

<sup>596</sup> Ferraro (2009, p. 132-133).

<sup>597</sup> *O Exemplo*, 05 de fevereiro de 1928. Título: *A instrução pública*.

<sup>598</sup> *O Exemplo*, 21 de abril de 1928. Título: *Migalhas Semanais... O escrever*.

<sup>599</sup> *O Exemplo*, 21 de abril de 1928. Título: *Migalhas Semanais... O escrever*.

qualquer um que possua talento”<sup>600</sup>. O excerto tanto adjetiva a escrita como uma arte maravilhosa, quanto afirma que seu domínio se coloca não para aqueles que necessariamente tenham desejo, mas para aqueles que possuem talento. Infelizmente, Pierini não apresenta detalhes do que seria esse aprendente devedor de “talento” para o aprendizado dessa arte. Contudo, aborda a arte da escrita como forma final de materialização do pensamento, como estilo único do escrevente.

A difícil associação da ideia informada, da ideia e forma, do pensamento e estilo, a sua intenção residiu unicamente em abordar uma questão tão debatida, pois, “quem ainda não sofreu a tortura da *gestação da ideia não saberá imaginar* a angústia que se nos apodera, em nós sentindo o cérebro travado e a alma em luta para criar”. Nesse sentido, Pierini concorda com Max Muller, ao dizer que um balde de adjetivos de nada serve, se o assunto não auxilia na criação de uma ideia. Assim, ele prossegue:

E não será de mister repetir que, para apoderarmos do assunto, precisamos primeiro procurá-lo, alcançá-lo, conhecê-lo e estudá-lo. Precisamos estar de absoluta posse do *assunto*, saber explorá-lo, guisá-lo, visto como, só assim, a Ideia se gerará no germoplasma do Pensamento e, uma vez concebida, o Estilo dar-lhe-á calor, luz e mobilidade... Escrever sem pensar é navegar em barco sem leme. Ao meio do caminho perdemos-nos, desorientamos-nos e estacaremos impotentes, desolados.<sup>601</sup>

O excerto indica que estudar é enverga-se sobre determinado assunto, em suma, instruir-se de conhecimentos. No final do texto, Pierini menciona a proposta de Schopenhauer (sem equívoco, quanto ao nome do proponente) que divide a classe dos autores que escrevem em três grupos: a primeira, “a dos que escrevem sem pensar”; a segunda, “a dos que pensam à proporção que escrevem”; a terceira, “a dos que pensam antes de escrever”. Ao seguir essa ordem, diz que os da “última classe são precavidos e lógicos, os na segunda ágeis e seguros e os da primeira ditosos e irresponsáveis<sup>602</sup>. De fato, a referência apresentada pelo colaborador Pierini pode ser encontrada no livro *A arte de escrever*, escrito por Arthur Schopenhauer (1819)<sup>603</sup>

No texto<sup>604</sup> intitulado *Problema nacional*, assinado pela inicial P. (1929), o autor afirma que “a escola é o primeiro reduto da defesa Nacional, é o alicerce indispensável à independência de um povo”<sup>605</sup>. P. acrescenta que é “por meio da instrução do livro, da escola”, que se constrói

---

<sup>600</sup> *O Exemplo*, 21 de abril de 1928. Título: *Migalhas Semanais... O escrever*.

<sup>601</sup> *O Exemplo*, 21 de abril de 1928. Título: *Migalhas Semanais... O escrever*.

<sup>602</sup> *O Exemplo*, 21 de abril de 1928. Título: *Migalhas Semanais... O escrever*.

<sup>603</sup> Obra redigida na primeira metade do século XIX (SCHOPENHAUER, 2019).

<sup>604</sup> O texto se insere entre 10 de dezembro de 1928 e 20 de maio de 1929. Nesse período, a editoria é composta pelo Dr. Arnaldo Dutra como redator-chefe. Continuam no mesmo cargo Clemente Gonçalves de Oliveira como gerente e Dario Bittencourt como diretor da redação.

<sup>605</sup> *O Exemplo*, 29 de abril de 1929. Título: *Problema nacional*.

uma “pátria nova”. O autor indica que o livro, dado como objeto de leitura, é instrutivo, bem como contribui para o desenvolvimento físico, moral e intelectual dos alunos. A leitura é o principal caminho “na formação de tipo nacional moral”<sup>606</sup> e carece que se empreguem esforços para o enriquecimento intelectual dos alunos por meio da instrução, do livro e da escola.

Para encerrar esta subseção, aponto que foi possível identificar o alinhamento dos colaboradores e da própria editoria quando tematizam a instrução, mais especificamente quando versam sobre as práticas de leitura e escrita. A cruzada em defesa dessas se mantém ao longo de todas as edições de *O Exemplo*. Nesse sentido, a partir dos destaques que foram reunidos sobre práticas de leitura e escrita, posso afirmar que ambas são intimamente associadas ao estudo, à ilustração e à instrução, como se pode depreender dos textos apresentados. Além disso, um aspecto que sobressai é o fato de que a leitura e a escrita são aprendidas na escola, seja na primária, seja em aulas noturnas, públicas ou privadas. Ler e escrever são aprendizados que exigem uma ação institucional.

Outro aspecto que se destaca no conjunto dos textos apresentados é que *O Exemplo* faz, de fato, uma verdadeira cruzada pelo incentivo ao ler e ao escrever, ou seja, pela leitura e pela escrita como elementos indispensáveis à marcha regular da vida e dos negócios. Como exemplos, temos a apresentação da leitura e da escrita como imperativas para o direito ao voto e que ambas as competências são imprescindíveis ao progresso da pátria.

Merece destaque também o argumento de que o desenvolvimento das faculdades intelectuais e o esclarecimento dos cérebros só acontece a partir do estudo, do envergar-se sobre o livro – artefato sagrado, responsável pela ilustração de negros e pobres. A leitura possibilita gozar dos direitos de cidadão, incluindo o de votar. O livro é o ideal, pois é uma fonte da qual jorra o líquido puríssimo do saber, e quanto mais se bebe, mais se fortifica. O livro também é apresentado como pão intelectual, que tudo melhora, que possui informações mais completas para iluminar o espírito tenebroso e fecundar corações que expandem sentimentos. Consequentemente, o escrever não é trivial, é estudo, é treino.

---

<sup>606</sup> *O Exemplo*, 29 de abril de 1929. Título: *Problema nacional*.

## 5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A tese permitiu descobrir que essa cruzada não foi concluída. Todavia, o valor supremo da instrução é evidente quando os textos indicam, por um lado, que sua ausência era concebida como ignorância, um mostro satânico, que equivalia ao atraso, corrompia a sociedade e a mantinha em estado de submissão. De outra parte, quando eram tecidas denúncias, estas concentravam-se no preconceito de cor e de classe social e no indiferentismo injustificado dos governantes diante da instrução dos menos favorecidos. A tese possibilita afirmar que para *O Exemplo* não há povo ignorante que possa progredir sem instrução, sendo responsabilidade dos governos ofertá-la, embora também as associações populares, os pais de família, os intelectuais negros e todos aqueles simpatizantes da causa fossem incisivamente conclamados à participação. É o que ficou posto em todas as fases, com diferentes argumentos.

*O Exemplo* responsabilizou governantes e líderes políticos ante o estado de ignorância que ainda persistia entre os homens de cor, mesmo após a Abolição e a instauração da República. Mas não se furtou de, em tom crítico, igualmente chamar a atenção de cada leitor face a sua apatia ou a atitudes em relação à persistência do analfabetismo no seio das classes pobres. Os pais de família eram incisivamente criticados e a eles foi apontada a necessidade de incentivarem em seus filhos o amor ao estudo, à instrução, ao conhecimento e à leitura a fim de vencerem os tropeços da vida e se tornarem cidadãos dignos.

De outra parte, a pesquisa da tese evidenciou que o analfabetismo é o termo recorrente na terceira e, sobretudo, na fase seguinte do jornal, cujas informações possibilitaram conhecer os discursos difundidos, a exemplo dos esforços da editoria e de seus colaboradores em incutir nos espíritos ignorantes as noções salutares do saber, uma vez que a instrução deveria ser a principal riqueza almejada. Apesar das críticas, *O Exemplo* também publicou textos que mostravam os pais de famílias ainda acometidos de uma ignorância que os impedia de velar pela instrução dos seus filhos. Isso fica evidente quando, por um lado, os textos indicam que esses pais não compreendiam que a pessoa analfabeta era um ente quase sem utilidade à sociedade e, por outro, não percebiam que poderiam ser considerados criminosos por não mandarem seus filhos à escola, além de serem amaldiçoados pelos próprios filhos em um momento futuro.

Em se tratando da relação entre sociedade e instrução, a tese indicou que nos textos difundidos em *O Exemplo* apresenta-se a defesa de que convinha empreender esforços para disseminar o ensino primário e profissional por todo o país, quer dizer, implantar escolas por

todo o território nacional, a fim de que a instrução popular efetivamente se tornasse uma realidade. Para esse desiderato, os governos deveriam auxiliar as escolas mantidas por particulares e associações, mas, sobretudo, assegurar a gratuidade da instrução, incluindo a obrigatoriedade do ensino primário para abolir a falta de instrução, proporcionando um ensino que fosse solução definitiva para o analfabetismo no país. Essa missão, assumida pela editoria e seus colaboradores, é uma recorrência nos textos analisados, cujo propósito era reduzir o caldo da ignorância ainda reinante em nosso país.

Desse modo, não poderia haver progresso onde existissem analfabetos, e por essa razão as campanhas contra o analfabetismo deveriam merecer apoio incondicional, pois a grandeza da raça só seria alcançada com instrução, conhecimento e leitura. Em *O Exemplo* não faltam argumentos e chamamentos a essa cruzada.

Com relação à temática pátria e instrução, a análise demonstrou que um discurso recorrente foi a unificação social de todos os brasileiros. E, para esse intento, a editoria e seus colaboradores foram persistentes em matérias publicadas que visavam sensibilizar a sociedade em prol de campanhas contra o analfabetismo. Isso porque compreendiam que o desenvolvimento e o progresso da pátria somente aconteceriam se todos reunissem energias com vistas ao progresso e ao bem-estar do país. Nesse sentido, a tese expressa que em *O Exemplo* a grandeza da pátria só se efetivaria quando o povo aprendesse a ler e a escrever, exercesse seus direitos civis, como o voto, pois a instrução é, necessariamente, o motor do seu desenvolvimento. A partir desse conjunto de informações, foi possível descobrir que a obrigatoriedade do ensino primário e profissional, ou seja, da instrução, é considerada a única saída do estado de submissão em que os pobres, os negros e os desprotegidos de fortunas estavam submetidos.

Com relação à obrigatoriedade do ensino, tal expressão não se fez presente nas primeiras fases do jornal. A tese mostrou que a família, a sociedade e a pátria garantiriam a estabilidade e a razão da existência do gênero humano se, de fato, a instrução e a educação se assentassem como eixo motor de uma sociedade civilizada, que almejasse o desenvolvimento e o progresso da nação.

O levantamento realizado acerca de todas as fases de *O Exemplo* demonstrou que os textos com temas relacionados à leitura e à escrita defendiam que essas práticas fossem realizadas na escola, seja no nível primário, seja nas aulas noturnas, públicas ou privadas, com ou sem exigência de uma ação institucional. Por essa razão, sobressai nos textos publicados, como referi acima, uma verdadeira cruzada pelo incentivo ao ler e ao escrever, ou seja, a leitura

e a escrita como elementos indispensáveis para, por exemplo, ter direito ao voto, lutar por seus direitos e progredir.

Assim, no conjunto dos textos examinados, o desenvolvimento das faculdades intelectuais e o esclarecimento dos cérebros só aconteceriam a partir do estudo, do conhecimento, do “envergar-se sobre os livros”, considerados como o ideal, a fonte da qual jorra o líquido do saber. Dessa forma, outra descoberta evidenciada na tese diz respeito a um imperativo recorrente em todas as fases de *O Exemplo*: o de que todos devem conhecer a leitura e a escrita, elementos indispensáveis à marcha regular da vida e dos negócios, cuja prática está intimamente relacionada ao estudo, à ilustração, à instrução e à escola.

Essa investigação de *O Exemplo* possibilitou compreender que as inúmeras iniciativas levadas a cabo pela editoria e por seus colaboradores procuravam melhorar o nível intelectual e cultural dos seus leitores por meio da instrução. Essas iniciativas ficaram registradas a partir da criação, da circulação e do propósito desse impresso em propugnar o levantamento moral e intelectual dos homens de cor.

Se, por um lado, a tese oportunizou descobrir que *O Exemplo* foi, de fato, um instrumento de luta, pois em seus quase quarenta anos de existência voltou sua atenção especial aos homens de cor, pelo menos em suas primeiras fases, posteriormente, voltou-se para todas as raças e condições sociais.

Os textos publicados em *O Exemplo*, para além de seu caráter instrutivo e disseminador de conhecimentos, contribuíram para tornar o impresso um ícone da cultura escrita de seu tempo, por meio da conotação “indivíduo instruído”, ou seja, indivíduo leitor também do jornal.

Os editores e colaboradores do jornal *O Exemplo* instigam a pensar nas ressonâncias do passado do final do século XIX e início do XX, na atualidade, marcada por projetos políticos que acentuam as desigualdades sociais e raciais, resultando em perdas de direitos, inclusive à educação.

Se ser cidadão significa ter direitos iguais, inclusive no que concerne ao direito à educação, mas especificamente, para a população negra e pobre, no atual contexto político, que lhes é adverso, não se materializa por completo. Antes disso, produz-se uma inclusão marginal, que acentua práticas de discriminação racial e de tratamento desigual. As reformas antissociais, com cortes em recursos orçamentários da educação, levadas a cabo pelo atual governo no ano de 2019, procura criar e institucionalizar medidas de impedimentos, entraves e burocratização, aos negros e pobres, ao exercício pleno da cidadania.

Os diversos movimentos sociais do presente, ligados especialmente ao Movimento Negro, com diferentes bandeiras e pautas, tem na defesa da educação sua principal luta. Isso porque, percebem a necessidade de unir e reivindicar coletivamente um direito que deve ser inviolável, o acesso à educação.

Se, no fim do século XIX e início do século XX, floresceram discussões e uma verdadeira cruzada em prol da educação dos “homens de cor”, no século XXI esta cruzada se torna mais do que necessária, senão definitiva, para a manutenção mínima do que foi conquistado nos últimos séculos. Nesse sentido, a tese indica um passado que insiste em não passar, em intensidade, como também em tempos distintos.

Por fim, com essas considerações, encerro a escrita da tese. Aqui retomei os aspectos que se sobressaíram ao longo da investigação, bem como apontei questões que podem, ainda, ser amadurecidas, repensadas, analisadas com maior atenção e sobre as quais outras investigações sobre o jornal *O Exemplo* podem avançar. Contudo, estou seguro de que as escolhas realizadas, que implicaram em exclusões, foram produtivas e imperativas para a produção desta tese.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado, ensaios de teoria da história*. Bauru: Edusc, 2007.

ATOLINI, Thanise Guerini; ZUBARAN, Maria Angélica. A reinvenção da abolição e dos abolicionistas no jornal O Exemplo: representações e pedagogias culturais (1920-1930). *Revista de Iniciação Científica da ULBRA*. n.12, Canoas, 2014.

BAHIA, Cristina Camaratta Lins. *Aprendendo a ser negro (a): representações sobre educação/instrução e pedagogias culturais no jornal O Exemplo (1892-1910)*. Porto Alegre, 2016, 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPG em Educação. Universidade Luterana do Brasil. Porto Alegre, 2016.

BAHIA, Cristina Camaratta Lins; ZUBARAN, Maria Angélica. Aprendendo a Ser Negro (a): Representações sobre Educação/Instrução e Pedagogias Culturais no Jornal O Exemplo (1892-1910). *XV Seminário de Educação*. Educação e Interdisciplinaridade percursos teóricos e metodológicos. FEEVALE, 2016.

BARRIGA, Omar; HENRÍQUEZ, Guillermo. Lá presentación del objeto de estudio: reflexiones desde lá práctica docente. *Cinta moebio* 17, 2003.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX. In: ROMÃO, Jeruse (org). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Um balanço sobre a produção da história da educação dos negros no Brasil. In: *A História da Educação dos Negros no Brasil*. FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). Niterói: EdUFF, 2016.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. *Rev. bras. hist. educ.*, Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012.

CAPRARA, Bernardo Mattes. *A Resistência dos Trabalhadores na Primeira República através do Jornal Gaúcho O Exemplo*. Porto Alegre, 2007, 74f. Trabalho de Conclusão de Curso (Habitação em Jornalismo) Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CAPRARA, Bernardo Mattes. Resistência dos Trabalhadores na Primeira República através do Jornal gaúcho *O Exemplo* (1908-1911). *Revista Eletrônica Cadernos de História*, n. 2, vol. 6, dez. 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

CATANI, D; FARIA FILHO, L. Um lugar de produção e a produção de um lugar: história e historiografia da educação brasileira nos anos de 1980 e de 1990 – a produção divulgada no GT História da Educação. In: Gondra, J. G.; Vieira, C. E. (Org). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 85-110.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1 Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Fundação Ed. UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (orgs.) *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. Vol. 3. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

CHARTIER, Roger. *As utilizações do objecto impresso (Séculos XV-XIX)*. Portugal: Ed. DIFEL, 1998.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos Avançados*, nº 24 (69), 2010.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHARTIER, Roger. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. In: Chartier Roger. *A força das representações: história e ficção*. Chapecó: Argo, 2011.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: *A nova história Cultural*. HUNT, Lynn. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CORBIN, Alain. O prazer do historiador. *Rev. Bras. Hist.* 2005, vol.25, n.49, pp 11-31.

CORSETTI, Berenice. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). *Cadernos de Educação: FaE/PPGEDU/UFPel*. Pelotas, julho/dezembro, 2008.

CUCUZZA, Héctor Rubén; PINEAU, Pablo. *Para una historia de la enseñanza de la lectura y escritura*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2002.

DARNTON, Robert. A leitura rousseuista e um leitor “comum” no século XVIII. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

ESCHENFELDER, Viviane Inês. *Processo de (in)visibilidade do sujeito negro: o jornal de Venâncio Aires/RS em questão*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015.

FABRE, Daniel. O livro e sua magia. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

FARIA FILHO, L.M. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 44-50, abr./jun. 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XX: uma introdução. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio (org.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

FERRARO, Alceu Ravello. *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

FONSECA, Marcus Vinícius. A população negra no ensino e na pesquisa em história da educação no Brasil. In: *A História da Educação dos Negros no Brasil*. FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). Niterói: EdUFF, 2016.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1988.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GASTAUD, Carla Rodrigues. *De correspondências e correspondentes: cultura escrita e práticas epistolares no Brasil entre 1880-1950*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 246 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GÓMEZ, Antonio Castillo. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*. Nº 5, jan./jun. 2003.

GONÇALVES, Dilza Pôrto. A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937). Porto Alegre, 2013, 307f. Tese (Doutorado em História) – PPG em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2007.

HUNT, Lynn. (org). *A nova história Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. 10º Encontro Nacional de História da Mídia (UFRGS). ALCAR 2015. Porto Alegre, 03 a 05 de junho de 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LUCA, Tania Regina de. *A Ilustração (1884-1892): circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: *História da imprensa no Brasil* (orgs) MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. São Paulo: Contexto, 2008a.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008b.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. 1 ed. Canadá e Estados Unidos. Companhia das Letras 2004.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1. p. 133-174. jan. -jun. 2005.

MELO, José Marques; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom – RBCC*. São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016.

MOYSÉS, Sarita Maria Affonso. Literatura e história: imagens de leitura e de leitores no Brasil no século XIX. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 0, set/out/nov, 1995.

MULLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia: Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

NÓVOA, António. *Carta a um jovem historiador da educação*. História y Memoria de la Educación, Sedhe, n. 1, 2015, p. 23-58.

OLIVEIRA, Renno Allesy Veras de Senna. Recolhendo os cacós: a trajetória de José Augusto Bezerra de Medeiros como construtor de uma escola modelo para o trabalhador (1915-1923). *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os preconceitos: História e Democracia*, 2017.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. Porto Alegre, 2007, 312f. (Doutorado em História) – PPG em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007

PERES, Eliane Teresinha. “*Templo de Luz*”: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875 - 1915). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Coord). *De escravo a liberto, um difícil caminho*. Porto Alegre, IEL, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: UFRGS: FAPERGS, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da história: uma leitura sensível do tempo. In: *Fronteiras do pensamento: retratos de um mundo complexo*. SCHULER, Fernando; AXT, Gunter; SILVA, Juremir Machado da (orgs). São Leopoldo: ed. UNISINOS, 2008a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008b.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona, Espanã. Gedisa, 1999.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. UNB, 2006, 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

POPHIN, Jeremy D. *Jornais: a nova face das notícias*. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (org). *Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Editora da USP, 1996.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. A questão social no Rio Grande do Sul: positivismo, borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. Livros e leitura na escola brasileira do século XX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol III: século XX. 4 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ROCHE, Daniel. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

ROQUETTE, José Ignacio. *Código do bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. 2014 f. 332, Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SANTOS, José Antônio dos. Estratégias étnicas e trajetórias de intelectuais negros. *VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. UFSC, 2013.

SANTOS, José Antônio dos. Intelectuais negros e imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro. In: *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos (orgs). EDIPUCRS, Porto Alegre, 2009.

SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da História: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Porto Alegre, 2011, 281f. Tese (Doutorado em História) – PPG em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de escrever*. Porto Alegre: L&PM, 2019.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1872-1960)*. Tese (Doutorado em História) – PPG em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2017.

SILVA, Fernanda Oliveira da; PERUSSATTO, Melina Kleinert; WEIMER, Rodrigo de Azevedo; SILVA, Sarah Calvi Amaral (Orgs). *Ciclo de debates sobre o jornal “O Exemplo”*: temas, problemas e perspectivas. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2016.

SOUSA, Ricardo Costa de. *A implementação da Lei 10.639/2003 no currículo escolar do Centro de Ensino de Jovens e Adultos (CEJA)*. Imperatriz, 2011, 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Faculdade de Educação Santa Teresinha (FEST), Imperatriz, 2011.

SOUSA, Ricardo Costa de. *História da educação da população negra no município de Alcântara*. Porto Alegre: UFRGS, 2014, 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol III: século XX. 4 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

TAMBARA, Elomar. Educação e positivismo no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol II: século XX. 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

TOTTA, Mário. Abertura dos cursos: preleção proferida. *Revista dos cursos*. Vol. 21, n. 21, 1935, p. 39-42. Porto Alegre: Faculdade de Medicina.

VARGAS, Juliana Ribeiro de; ZUBARAN, Maria Angélica. Imprensa negra: memórias, patrimônios documentais e educação antirracista. XI Reunião Científica Regional da ANPED, Curitiba, 2016.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (org). Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Diogo de Moraes; ZUBARAN, Maria Angélica. A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: Imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910). *Revista de Iniciação Científica da ULBRA*, Canoas, 2006.

VILAR, Edna Telma Fonseca e Silva. Imprensa e instrução: focalizando o periódico *Germinal* (1909) de Penedo/AL. *Revista Temas em Educação, João Pessoa*, vol. 24, n. Especial, 2015.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. *Revista brasileira de história da educação*. n. 4 jul./dez. 2002.

ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-187, jul. 2008.

ZUBARAN, Maria Angélica. O acervo do jornal *O Exemplo* (1892-1930): patrimônio cultural afro-brasileiro. *Revista Memória em Rede*. Pelotas, v.5, n.12, jan./jun., 2015.

ZUBARAN, Maria Angélica. Pedagogias da imprensa negra: entre fragmentos biográficos e fotogravuras. *Educar em Revista*. Curitiba, n. 60, abr./jun. 2016.

ZUBARAN, Maria Angélica; GUIZZO, Bianca Salazar. Imprensa negra no Rio Grande do Sul: “raça” e gênero na Campanha ao Monumento da “Mãe Preta” (1920-1930). *Revista de História Regional*, n. 20, v.1, 2015.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A: Jornais contemporâneos de *O Exemplo*<sup>607</sup>

Jornais contemporâneos de O Exemplo		
Ano	Título	Local
1893	A Evolução: Órgão do Centro Espírita Rio-Grandense	Rio Grande (RS)
	Ensaio Literário	Pelotas (RS)
1893	Phanal	Porto Alegre (RS)
1891	A Gazetinha	Porto Alegre (RS)
	O Futuro	Pelotas (RS)
1893	Gazeta Americana	Porto Alegre (RS)
1897	Gazetinha	Porto Alegre (RS)
1893	A Luta	Volta Grande (MG)
1909	Correio do Município	S. João de Montenegro
	Petit Jornal	Taquary (RS)
1888	O Vigilante	Pilar (Al)
1895	O Republicano	Fortaleza (CE)
1895	O Republicano	Cuiabá (MT)
1893	O Republicano	Aracajú (SE)
1898	Escrínio	Bagé (RS)
1914	Eternidade	Porto Alegre
	Fon-Fon	Bagé (RS)
1907	Fon-Fon	Rio de Janeiro (RJ)
1912	O Lusitano	Porto Alegre (RS)
1881	A Bahia	Bahia (BA)
	Aura do Sul	Santa Victória
1908	O Echo do Povo	Porto Alegre (RS)
	O Regime	S. Leopoldo (RS)
1915	O Tempo	Amarante (PI)
1928	O Tempo	Queluz de Minas (MG)
1876	Revista Mercantil	Rio de Janeiro (RJ)
1887	Arauto	Pelotas (RS)
1877	O Guarany	Cachoeira (BA)
1900	O Rebate	Rio de Janeiro (RJ)
1902	O Rebate	São Paulo (SP)
1907	O Rebate: jornal independente	Sobral (CE)
1909	O Rebate	Vila de Campos Gerais (MG)
1909	O Rebate	Fortaleza (CE)
1911	O Rebate: Órgão do Partido Republicano Conservador	Manhuassú (MG)
1921	O Rebate	Cruzeiro do Sul (AC)
1922	O Rebate: jornal independente	Cambuí (MG)
1897	O Imparcial	Manaus (AM)
1898	O Imparcial: Órgão dedicado aos interesses da Comarca	Santa Leopoldina (ES)
1899	O Imparcial: Jornal crítico e ilustrado	São Luís (MA)
1912	O Imparcial: Diário ilustrado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (RJ)
1917	O Imparcial	Lafaiete (MG)
1926	O Imparcial	São Luís (MA)
1871	A Grinalda	Rio Grande (RS)
1877	A Ordem	Cachoeira (BA)
1895	O Porvir	São Luís (MA)
1901	O Porvir	Curvelo (MG)
1903	O Porvir	Rio de Janeiro (RJ)
	A Era Nova	Recife (PE)

<sup>607</sup> Percebe-se que, o ano de alguns periódicos, até o momento, não foram localizados. Contudo, presumo serem importantes serem apresentados.

	A Luva	Jaguarão (RS)
1891	Verdade e Luz	São Paulo (SP)
1893	Corymbo	Rio Grande (RS)
1891	O Tocantino	Mocajuba (PA)
1895	Correio do Povo	Porto Alegre (RS)
1892	A Semana: Propriedade de uma sociedade	Palmares (PE)
1893	A Semana: Letras, Ciências e Artes	Curitiba (PR)
1896	A Semana: Folha Literaria, Commercial e Noticiosa	Caxias (MA)
1899	A Semana	Guarará (MG)
1912	A Semana	Rio Preto (MG)
1924	A Semana: Órgão independente	Cuiabá (MT)
	O Mundo Novo	Taquara (RS)
	O Echo da Serra	Cruz Alta (RS)
1905	A Vanguarda	Curitiba (PR)
1909	A Vanguarda	Santos (SP)
1927	A Vanguarda	Cássia (MG)
1928	A Vanguarda	Espinosa (MG)
1909	A Justiça	Cidade da Pomba (BA)
1913	A Justiça	Campo Bello (MG)
1893	O Taquaryense	Taquari (RS)
1862	O Independente	Porto Alegre (RS)
1893	Jornal do Commercio	Porto Alegre (RS)
1893	A Ordem: Órgão do Partido Republicano	Jaguarão (RS)
1893	Folha Nova	Porto Alegre (RS)
	O Ijuhy	O Ijuhy (RS)
1883	O Vagalume	Curitiba (PR)
1884	Illustrirtes Sonntagsblatt : Beilage zu Koseritz' Deutsche Zeitung	Porto Alegre (RS)
1895	O Mimo	Rio de Janeiro (RJ)
1897	O Mimo: dedicado ao Bello Sexo	Jaguary (MG)
1908	O Paladino	Porto Alegre (RS)
1895	Don Quixote	Rio de Janeiro (RJ)
	Revista dos Municípios	Porto Alegre (RS)
	Boletim Industrial	Porto Alegre (RS)
1892	Jornal do Operário	São Paulo (SP)
1934	A Pena. Nº 123	Divinópolis (MG)
1877	Correio da Tarde	Porto Alegre (RS)
1895	A Lanterna	Santos (SP)
	A Lanterna	Porto Alegre (RS)
	A Defesa	Bagé (RS)
	Grêmio Literário da Bahia	Bahia (BA)
	O Novo Horizonte	São Paulo (SP)
	Gazeta Caixeiral	Porto Alegre (RS)
	Marinha Civil	Rio de Janeiro (RJ)
	Atualidade	Porto Alegre (RS)
1882	A Lanterna	Bahia (BA)
1909	A Lanterna: Folha Anti-Clerical de Combate	São Paulo (SP)
	Evangelho da Hora	Porto Alegre (RS)

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2019).

APÊNDICE B: Edições do jornal *O Exemplo*

Data	Nº Ed.	Data	Nº Ed.	Data	Nº Ed.	Data	Nº Ed.	Data	Nº Ed.
11/12/1892	1	01/10/1893	42	xx/xx/1894	82	xx/xx/1894	122	xx/xx/1896	162
xx/xx/1892	2	08/10/1893	43	xx/xx/1894	83	xx/xx/1894	123	xx/xx/1896	163
xx/xx/1892	3	15/10/1893	44	xx/xx/1894	84	xx/xx/1894	124	xx/xx/1896	164
01/01/1893	4	22/10/1893	45	xx/xx/1894	85	xx/xx/1894	125	xx/xx/1896	165
08/01/1893	5	29/10/1893	46	xx/xx/1894	86	xx/xx/1894	126	xx/xx/1896	166
xx/xx/1893	6	05/11/1893	47	xx/xx/1894	87	xx/xx/1894	127	xx/xx/1896	167
22/01/1893	7	15/11/1893	48	xx/xx/1894	88	xx/xx/1894	128	xx/xx/1896	168
xx/xx/1893	8	19/11/1893	49	xx/xx/1894	89	xx/xx/1894	129	xx/xx/1896	169
xx/xx/1893	9	26/11/1893	50	xx/xx/1894	90	xx/xx/1894	130	xx/xx/1896	170
xx/xx/1893	10	03/12/1893	51	30/07/1894	91	xx/xx/1894	131	xx/xx/1896	171
xx/xx/1893	11	11/12/1893	52	xx/xx/1894	92	xx/xx/1894	132	xx/xx/1896	172
xx/xx/1893	12	17/12/1893	53	xx/xx/1894	93	xx/xx/1894	133	xx/xx/1896	173
12/03/1893	13	24/12/1893	54	xx/xx/1894	94	xx/xx/1894	134	xx/xx/1896	174
19/03/1893	14	01/01/1894	55	xx/xx/1894	95	xx/xx/1894	135	xx/xx/1896	175
26/03/1893	15	xx/xx/1894	56	xx/xx/1894	96	xx/xx/1894	136	xx/xx/1896	176
02/04/1893	16	xx/xx/1894	57	15/11/1894	97	xx/xx/1894	137	xx/xx/1896	177
09/04/1893	17	xx/xx/1894	58	xx/xx/1894	98	xx/xx/1894	138	xx/xx/1896	178
16/04/1893	18	xx/xx/1894	59	xx/xx/1894	99	xx/xx/1894	139	xx/xx/1896	179
23/04/1893	19	xx/xx/1894	60	xx/xx/1894	100	xx/xx/1894	140	xx/xx/1896	180
30/04/1893	20	xx/xx/1894	61	xx/xx/1894	101	xx/xx/1894	141	xx/xx/1896	181
07/05/1893	21	xx/xx/1894	62	xx/xx/1894	102	xx/xx/1894	142	xx/xx/1896	182
13/05/1893	22	xx/xx/1894	63	xx/xx/1894	103	xx/xx/1894	142	xx/xx/1896	183
25/05/1893	23	xx/xx/1894	64	xx/xx/1894	104	xx/xx/1894	144	xx/xx/1896	184
28/05/1893	24	xx/xx/1894	65	xx/xx/1894	105	xx/xx/1894	145	xx/xx/1896	185
04/06/1893	25	xx/xx/1894	66	xx/xx/1894	106	xx/xx/1894	146	xx/xx/1896	186
18/06/1893	27	xx/xx/1894	67	xx/xx/1894	107	03/11/1895	147	xx/xx/1896	187
25/06/1893	28	xx/xx/1894	68	xx/xx/1894	108	10/11/1895	148	xx/xx/1896	188
02/07/1893	29	xx/xx/1894	69	xx/xx/1894	109	xx/xx/1895	149	xx/xx/1896	189
09/07/1893	30	xx/xx/1894	70	xx/xx/1894	110	xx/xx/1895	150	xx/xx/1896	190
16/07/1893	31	xx/xx/1894	71	xx/xx/1894	111	xx/xx/1895	151	xx/xx/1896	192
23/07/1893	32	xx/xx/1894	72	xx/xx/1894	112	xx/xx/1895	152	xx/xx/1896	192
30/07/1893	33	xx/xx/1894	73	xx/xx/1894	113	xx/xx/1895	153	xx/xx/1896	193
06/08/1893	34	xx/xx/1894	74	xx/xx/1894	114	xx/xx/1895	154	xx/xx/1896	194
13/08/1893	35	xx/xx/1894	75	xx/xx/1894	115	xx/xx/1896	155	xx/xx/1896	195
20/08/1893	36	xx/xx/1894	76	xx/xx/1894	116	xx/xx/1896	156	xx/xx/1896	196
27/08/1893	37	xx/xx/1894	77	xx/xx/1894	117	xx/xx/1896	157	xx/xx/1896	197
03/09/1893	38	xx/xx/1894	78	xx/xx/1894	118	xx/xx/1896	158	xx/xx/1896	198
10/09/1893	39	xx/xx/1894	79	xx/xx/1894	119	xx/xx/1896	159	xx/xx/1896	199
17/09/1893	40	xx/xx/1894	80	xx/xx/1894	120	xx/xx/1896	160	xx/xx/1896	200
24/09/1893	41	15/07/1894	81	xx/xx/1894	121	xx/xx/1896	161	xx/xx/1896	201

Data	N° Ed.
xx/xx/1896	202
xx/xx/1896	203
xx/xx/1896	204
xx/xx/1896	205
xx/xx/1897	206
xx/xx/1897	207
21/01/1897	208
xx/xx/1902	1
12/10/1902	2
19/10/1902	3
26/10/1902	4
03/11/1902	5
13/11/1902	6
25/11/1902	7
02/12/1902	8
11/12/1902	9
18/12/1902	10
28/12/1902	11
05/01/1903	12
24/01/1903	13
13/05/1904	14
22/05/1904	15
29/05/1904	16
05/06/1904	17
12/06/1904	18
19/06/1904	19
26/06/1904	20
03/07/1904	21
10/07/1904	22
17/07/1904	23
24/07/1904	24
31/07/1904	25
07/08/1904	26
14/08/1904	27
21/08/1904	28
28/08/1904	29
04/09/1904	30
11/09/1904	31
18/09/1904	32
28/09/1904	33
02/10/1904	34
09/10/1904	35
16/10/1904	36

Data	N° Ed.
23/10/1904	37
30/10/1904	38
06/11/1904	39
13/11/1904	40
20/11/1904	41
27/11/1904	42
04/12/1904	43
11/12/1904	44
18/12/1904	45
25/12/1904	46
01/01/1905	47
08/01/1905	48
15/01/1905	49
xx/xx/1905	50
xx/xx/1905	51
xx/xx/1905	52
xx/xx/1905	53
xx/xx/1905	54
xx/xx/1905	55
xx/xx/1905	56
xx/xx/1905	57
xx/xx/1905	58
xx/xx/1905	59
xx/xx/1905	60
xx/xx/1905	61
xx/xx/1905	62
xx/xx/1905	63
xx/xx/1905	64
xx/xx/1905	65
xx/xx/1905	66
xx/xx/1905	67
xx/xx/1905	68
xx/xx/1905	69
xx/xx/1905	70
xx/xx/1905	71
xx/xx/1905	72
xx/xx/1905	73
xx/xx/1905	74
xx/xx/1905	75
xx/xx/1905	76
xx/xx/1905	77
xx/xx/1905	78
xx/xx/1905	79

Data	N° Ed.
xx/xx/1905	80
xx/xx/1905	81
xx/xx/1905	82
xx/xx/1905	83
xx/xx/1905	84
xx/xx/1905	85
xx/xx/1905	86
xx/xx/1905	87
xx/xx/1905	88
xx/xx/1905	89
xx/xx/1905	90
xx/xx/1905	91
xx/xx/1905	92
xx/xx/1905	93
xx/xx/1905	94
xx/xx/1908	95
xx/xx/1908	96
xx/xx/1908	97
xx/xx/1908	98
xx/xx/1908	99
xx/xx/1908	100
xx/xx/1908	101
xx/xx/1908	102
xx/xx/1908	103
xx/xx/1908	104
xx/xx/1908	105
xx/xx/1908	106
xx/xx/1908	107
xx/xx/1908	108
xx/xx/1908	109
xx/xx/1908	110
xx/xx/1908	111
xx/xx/1908	112
xx/xx/1908	113
xx/xx/1908	114
xx/xx/1908	115
xx/xx/1908	116
xx/xx/1908	117
xx/xx/1908	118
xx/xx/1908	119
xx/xx/1908	120
xx/xx/1908	121
xx/xx/1908	222

Data	N° Ed.
xx/xx/1908	223
xx/xx/1908	224
xx/xx/1908	125
xx/xx/1908	126
xx/xx/1908	127
xx/xx/1908	128
xx/xx/1908	129
xx/xx/1908	130
xx/xx/1908	131
xx/xx/1908	132
xx/xx/1908	133
xx/xx/1908	134
xx/xx/1908	135
xx/xx/1908	136
xx/xx/1908	137
xx/xx/1908	138
17/11/1908	139
xx/xx/1908	140
20/12/1908	141
01/01/1909	142
10/01/1909	143
xx/xx/1909	144
xx/xx/1909	145
31/01/1909	146
07/02/1909	147
xx/xx/1909	148
xx/xx/1909	149
xx/xx/1909	150
xx/xx/1909	151
xx/xx/1909	152
21/03/1909	153
xx/xx/1909	154
xx/xx/1909	155
xx/xx/1909	156
xx/xx/1909	157
xx/xx/1909	158
xx/xx/1909	159
xx/xx/1909	160
xx/xx/1909	161
xx/xx/1909	162
06/06/1909	163
xx/xx/1909	164
xx/xx/1909	165

Data	N° Ed.
xx/xx/1909	166
xx/xx/1909	167
11/07/1909	168
25/07/1909	169
01/08/1909	170
xx/xx/1909	171
xx/xx/1909	172
22/08/1909	173
xx/xx/1909	174
05/09/1909	175
xx/xx/1909	176
19/09/1909	177
28/09/1909	178
xx/xx/1909	179
xx/xx/1909	180
xx/xx/1909	181
xx/xx/1909	182
31/10/1909	183
07/11/1909	184
xx/xx/1909	185
xx/xx/1909	186
xx/xx/1909	187
xx/xx/1909	188
12/12/1909	189
19/12/1909	190
26/12/1909	191
01/01/1910	192
09/01/1910	193
16/01/1910	194
23/01/1910	195
30/01/1910	196
xx/xx/1910	197
13/02/1910	198
20/02/1910	199
27/02/1910	200
06/03/1910	201
xx/xx/1910	202
20/03/1910	203
27/03/1910	204
03/04/1910	205
10/04/1910	206
17/04/1910	207
24/04/1910	208

Data	Nº Ed.
01/05/1910	209
13/05/1910	210
22/05/1910	211
29/05/1910	212
05/06/1910	213
12/06/1910	214
19/06/1910	215
26/06/1910	216
03/07/1910	217
10/07/1910	218
17/07/1910	219
24/07/1910	220
31/07/1910	221
07/08/1910	222
15/08/1910	223
28/08/1910	224
04/09/1910	225
11/09/1910	226
18/09/1910	227
28/09/1910	228
05/10/1910	229
16/10/1910	230
23/10/1910	231
30/10/1910	232
06/11/1910	233
13/11/1910	234
20/11/1910	235
27/11/1910	236
11/12/1910	238
18/12/1910	239
25/12/1910	240
01/01/1911	241
13/01/1911	242
24/01/1911	243
29/01/1911	244
xx/xx/1911	245
12/02/1911	246
19/02/1911	247
26/02/1911	248
05/03/1911	249
12/03/1911	250
19/03/1911	251
26/03/1911	252

Data	Nº Ed.
02/04/1911	253
xx/xx/1911	254
xx/xx/1911	255
xx/xx/1911	256
xx/xx/1911	257
13/05/1911	258
xx/xx/1911	259
28/05/1911	260
04/06/1911	261
xx/xx/1916	1
xx/xx/1916	2
xx/xx/1916	3
xx/xx/1916	4
xx/xx/1916	5
xx/xx/1916	6
20/02/1916	7
xx/xx/1916	8
05/03/1916	9
12/03/1916	10
19/03/1916	11
26/03/1916	12
02/04/1916	13
16/04/1916	14
23/04/1916	15
30/04/1916	16
07/05/1916	17
13/05/1916	18
21/05/1916	19
28/05/1916	20
04/06/1916	21
11/06/1916	22
18/06/1916	23
25/06/1916	24
02/07/1916	25
09/07/1916	26
16/07/1916	27
23/07/1916	28
30/07/1916	29
06/08/1916	30
13/08/1916	31
20/08/1916	32
27/08/1916	33
03/09/1916	34

Data	Nº Ed.
10/09/1916	35
17/09/1916	36
24/09/1916	37
28/09/1916	38
xx/xx/1916	39
15/10/1916	40
22/10/1916	41
29/10/1916	42
05/11/1916	43
12/11/1916	44
19/11/1916	45
26/11/1916	46
03/12/1916	47
10/12/1916	48
17/12/1916	49
24/12/1916	50
02/01/1917	1
07/01/1917	2
14/01/1917	3
21/01/1917	4
28/01/1917	5
04/02/1917	6
11/02/1917	7
18/02/1917	8
25/02/1917	9
04/03/1917	10
11/03/1917	11
18/03/1917	12
25/03/1917	13
01/04/1917	14
08/04/1917	15
15/04/1917	16
22/04/1917	17
29/04/1917	18
06/05/1917	19
13/05/1917	20
20/05/1917	21
27/05/1917	22
03/06/1917	23
10/06/1917	24
17/06/1917	25
24/06/1917	26
01/07/1917	27

Data	Nº Ed.
08/07/1917	28
15/07/1917	29
22/07/1917	30
29/07/1917	31
12/08/1917	32
19/08/1917	33
26/08/1917	34
02/09/1917	35
09/09/1917	36
16/09/1917	37
23/09/1917	38
30/09/1917	39
07/10/1917	40
14/10/1917	41
21/10/1917	42
28/10/1917	43
04/11/1917	44
11/11/1917	45
18/11/1917	46
25/11/1917	47
02/12/1917	48
09/12/1917	49
16/12/1917	50
23/12/1917	51
02/01/1918	1
09/01/1918	2
20/01/1918	3
03/02/1918	4
10/02/1918	5
17/02/1918	6
24/02/1918	7
03/03/1918	8
10/03/1918	9
17/03/1918	10
24/03/1918	11
31/03/1918	12
07/04/1918	13
14/04/1918	14
21/04/1918	15
28/04/1918	16
05/05/1918	17
13/05/1918	18
19/05/1918	19

Data	Nº Ed.
26/05/1918	20
02/06/1918	21
xx/xx/1918	22
16/06/1918	23
23/06/1918	24
30/06/1918	25
xx/xx/1918	26
14/07/1918	27
21/07/1918	28
28/07/1918	29
04/08/1918	30
11/08/1918	31
18/08/1918	32
25/08/1918	33
01/09/1918	34
08/09/1918	35
15/09/1918	36
22/09/1918	37
xx/xx/1918	38
06/10/1918	39
13/10/1918	40
20/10/1918	41
xx/xx/1918	42
03/11/1918	43
01/12/1918	44
08/12/1918	45
15/12/1918	46
22/12/1918	47
xx/xx/1918	48
02/01/1919	1
12/01/1919	2
19/01/1919	3
26/01/1919	4
02/02/1919	5
09/02/1919	6
16/02/1919	7
23/02/1919	8
02/03/1919	9
09/03/1919	10
16/03/1919	11
23/03/1919	12
30/03/1919	13
xx/xx/1919	14

Data	N° Ed.
13/04/1919	15
xx/xx/1919	16
20/04/1919	17
04/05/1919	18
11/05/1919	19
18/05/1919	20
25/05/1919	21
01/06/1919	22
08/06/1919	23
15/06/1919	24
xx/xx/1919	25
29/06/1919	26
06/07/1919	27
xx/xx/1919	28
20/07/1919	29
27/07/1919	30
03/08/1919	31
10/08/1919	32
17/08/1919	33
24/08/1919	34
31/08/1919	35
xx/xx/1919	36
14/09/1919	37
21/09/1919	38
28/09/1919	39
05/10/1919	40
12/10/1919	41
xx/xx/1919	42
xx/xx/1919	43
02/11/1919	44
09/11/1919	45
xx/xx/1919	46
23/11/1919	47
30/11/1919	48
07/12/1919	49
xx/xx/1919	50
21/12/1919	51
xx/xx/1920	1
xx/xx/1920	2
xx/xx/1920	3
xx/xx/1920	4
xx/xx/1920	5
xx/xx/1920	6

Data	N° Ed.
xx/xx/1920	7
xx/xx/1920	8
xx/xx/1920	9
xx/xx/1920	10
xx/xx/1920	11
xx/xx/1920	12
xx/xx/1920	13
xx/xx/1920	14
xx/xx/1920	15
xx/xx/1920	16
xx/xx/1920	17
xx/xx/1920	18
xx/xx/1920	19
xx/xx/1920	20
xx/xx/1920	21
xx/xx/1920	22
xx/xx/1920	23
xx/xx/1920	24
xx/xx/1920	25
xx/xx/1920	26
xx/xx/1920	27
xx/xx/1920	28
xx/xx/1920	29
xx/xx/1920	30
xx/xx/1920	31
xx/xx/1920	32
xx/xx/1920	33
xx/xx/1920	34
xx/xx/1920	35
xx/xx/1920	36
xx/xx/1920	37
03/10/1920	38
xx/xx/1920	39
xx/xx/1920	40
xx/xx/1920	41
31/10/1920	42
xx/xx/1920	43
xx/xx/1920	44
xx/xx/1920	45
xx/xx/1920	46
xx/xx/1920	47
12/12/1920	48
19/12/1920	49

Data	N° Ed.
26/12/1920	50
06/01/1921	1
16/01/1921	2
23/01/1921	3
30/01/1921	4
06/02/1921	5
13/02/1921	6
20/02/1921	7
27/02/1921	8
06/03/1921	9
xx/xx/1921	10
xx/xx/1921	11
27/03/1921	12
03/04/1921	13
10/04/1921	14
17/04/1921	15
24/04/1921	16
01/05/1921	17
08/05/1921	18
xx/xx/1921	19
22/05/1921	20
29/05/1921	21
05/06/1921	22
12/06/1921	23
19/06/1921	24
26/06/1921	25
03/07/1921	26
10/07/1921	27
17/07/1921	28
31/07/1921	29
07/08/1921	30
14/08/1921	31
21/08/1921	32
28/08/1921	33
04/09/1921	34
11/09/1921	35
18/09/1921	36
28/09/1921	37
xx/xx/1921	38
16/10/1921	39
23/10/1921	40
30/10/1921	41
06/11/1921	42

Data	N° Ed.
13/11/1921	43
20/11/1921	44
27/11/1921	45
04/12/1921	46
11/12/1921	47
18/12/1921	48
02/01/1922	1
15/01/1922	2
22/01/1922	3
29/01/1922	4
05/02/1922	5
12/02/1922	6
19/02/1922	7
26/02/1922	8
05/03/1922	9
12/03/1922	10
19/03/1922	11
26/03/1922	12
02/04/1922	13
09/04/1922	14
23/04/1922	15
30/04/1922	16
07/05/1922	17
14/05/1922	18
21/05/1922	19
28/05/1922	20
04/06/1922	21
11/06/1922	22
18/06/1922	23
25/06/1922	24
02/07/1922	25
09/07/1922	26
23/07/1922	27
30/07/1922	28
06/08/1922	29
13/08/1922	30
27/08/1922	31
07/09/1922	32
17/09/1922	33
24/09/1922	34
01/10/1922	35
08/10/1922	36
22/10/1922	37

Data	N° Ed.
29/10/1922	38
05/11/1922	39
14/11/1922	40
26/11/1922	41
03/12/1922	42
10/12/1922	43
17/12/1922	44
02/01/1923	1
14/01/1923	2
21/01/1923	3
28/01/1923	4
04/02/1923	5
11/02/1923	6
18/02/1923	7
25/02/1923	8
04/03/1923	9
11/03/1923	10
18/03/1923	11
25/03/1923	12
01/04/1923	13
08/04/1923	14
15/04/1923	15
22/04/1923	16
29/04/1923	17
06/05/1923	18
13/05/1923	19
20/05/1923	20
27/05/1923	21
03/06/1923	22
10/06/1923	23
17/06/1923	24
24/06/1923	25
01/07/1923	26
08/07/1923	27
15/07/1923	28
28/07/1923	29
12/08/1923	30
19/08/1923	31
26/08/1923	32
07/09/1923	33
16/09/1923	34
23/09/1923	35
30/09/1923	36

Data	Nº Ed.
07/10/1923	37
14/10/1923	38
21/10/1923	39
28/10/1923	40
11/11/1923	41
18/11/1923	42
25/11/1923	43
02/12/1923	44
16/12/1923	45
23/12/1923	46
02/01/1924	1
20/01/1924	2
27/01/1924	3
10/02/1924	4
17/02/1924	5
24/02/1924	6
12/03/1924	7
23/03/1924	8
30/03/1924	9
06/04/1924	10
13/04/1924	11
27/04/1924	12
04/05/1924	13
13/05/1924	14
25/05/1924	15
01/06/1924	16
08/06/1924	17
15/06/1924	18
29/06/1924	19
06/07/1924	20
13/07/1924	21
20/07/1924	22
27/07/1924	23
03/08/1924	24
10/08/1924	25
21/08/1924	25a
31/08/1924	26
07/09/1924	28
20/09/1924	29
28/09/1924	30
12/10/1924	31
19/10/1924	32
26/10/1924	33

Data	Nº Ed.
09/11/1924	34
16/11/1924	34a
23/11/1924	35
30/11/1924	36
07/12/1924	37
14/12/1924	38
21/12/1924	39
04/01/1925	1
11/01/1925	2
18/01/1925	3
25/01/1925	4
01/02/1925	5
08/02/1925	6
15/02/1925	7
22/02/1925	8
08/03/1925	9
15/03/1925	10
xx/xx/1925	11
04/04/1925	12
19/04/1925	13
26/04/1925	14
xx/xx/1925	15
13/05/1925	16
23/05/1925	17
31/05/1925	18
07/06/1925	19
14/06/1925	20
05/07/1925	21
12/07/1925	22
19/07/1925	23
26/07/1925	24
09/08/1925	25
16/08/1925	26
30/08/1925	27
06/09/1925	28
13/09/1925	29
28/09/1925	30
11/10/1925	31
18/10/1925	32
25/10/1925	33
08/11/1925	34
15/11/1925	35
29/11/1925	36

Data	Nº Ed.
xx/xx/1925	37
13/12/1925	38
20/12/1925	39
02/01/1926	1
24/01/1926	2
31/01/1926	3
07/02/1926	4
21/02/1926	5
28/02/1926	6
07/03/1926	7
14/03/1926	8
21/03/1926	9
31/03/1926	10
11/04/1926	11
18/04/1926	12
25/04/1926	13
02/05/1926	14
13/05/1926	15
23/05/1926	16
13/05/1926	17
30/05/1926	18
20/06/1926	19
27/06/1926	20
04/07/1926	21
11/07/1926	22
18/07/1926	23
01/08/1926	24
08/08/1926	25
21/08/1926	26
07/09/1926	27
19/09/1926	28
26/09/1926	29
03/10/1926	30
17/10/1926	31
24/10/1926	32
07/11/1926	33
11/11/1926	34
21/11/1926	35
05/12/1926	36
12/12/1926	37
19/12/1926	38
02/01/1927	1
09/01/1927	2

Data	Nº Ed.
23/01/1927	3
30/01/1927	4
06/02/1927	5
13/02/1927	6
27/02/1927	7
12/03/1927	8
17/03/1927	9
20/03/1927	10
27/03/1927	11
xx/xx/1927	12
01/05/1927	13
13/05/1927	14
22/05/1927	15
29/05/1927	16
05/06/1927	17
12/06/1927	18
26/06/1927	19
03/07/1927	20
10/07/1927	21
24/07/1927	22
31/07/1927	23
14/08/1927	24
21/08/1927	25
07/09/1927	26
18/09/1927	27
25/09/1927	28
02/10/1927	29
16/10/1927	30
30/10/1927	31
15/11/1927	32
20/11/1927	33
04/12/1927	34
11/12/1927	35
18/12/1927	36
02/01/1928	1
15/01/1928	2
22/01/1928	3
29/01/1928	4
05/02/1928	5
12/02/1928	6
26/02/1928	7
01/04/1928	8
12/04/1928	9

Data	Nº Ed.
21/04/1928	10
29/04/1928	11
06/05/1928	12
13/05/1928	13
20/05/1928	14
27/05/1928	15
03/06/1928	16
10/06/1928	17
17/06/1928	18
21/06/1928	19
01/07/1928	20
08/07/1928	21
15/07/1928	22
22/07/1928	23
05/08/1928	24
12/08/1928	25
19/08/1928	26
26/08/1928	27
07/09/1928	28
16/09/1928	29
23/09/1928	30
30/09/1928	31
14/10/1928	32
21/10/1928	33
28/10/1928	34
04/11/1928	35
10/11/1928	36
18/11/1928	37
10/12/1928	38
17/12/1928	39
24/12/1928	40
02/01/1929	1
07/01/1929	2
14/01/1929	3
25/01/1929	4
04/02/1929	5
11/02/1929	6
18/02/1929	7
25/02/1929	8
04/03/1929	9
11/03/1929	10
25/03/1929	11
01/04/1929	12

Data	Nº Ed.
xx/xx/1929	13
15/04/1929	14
22/04/1929	15
29/04/1929	16
13/05/1929	17

Data	Nº Ed.
20/05/1929	18
27/05/1929	19
03/06/1929	20
10/06/1929	21
17/06/1929	22

Data	Nº Ed.
27/06/1929	23
xx/xx/1929	24
31/07/1929	25
xx/xx/1929	26
12/08/1929	27

Data	Nº Ed.
19/08/1929	28
xx/xx/1929	29
07/09/1929	30
25/09/1929	31
12/10/1929	32

Data	Nº Ed.
07/11/1929	33
15/11/1929	34
22/11/1929	35
13/12/1929	36
02/01/1930	37

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2019).

A missão do jornalismo é uma das mais sagradas e das mais espinhosas trajetórias que abraça o homem.

Ao fazer-se o porta-voz das cenas que se desenvolvem por este planeta, é ele o sacerdote, o arauto que deve sempre lutar com a magnanimidade de sua pena, os destinos que geram os povos. Quando deles sucumbem depois de uma existência tormentosa, porém, de bem, na mais ínfima miséria. E, no entanto, é o seu dever ensinar o bem aqueles que esqueceram [sic] existir a lei de Deus.

O jornalista é o sol a iluminar a humanidade por meio de seus escritos, ora de inflamações, ora de bons costumes.

Quantos e quantos defeitos tem-se eliminado da face da terra pela locomoção rutilante da Imprensa.

O jornalista, quando cômico do seu dever, é o homem que deve ser admirado e cognominado a Bíblia da Sociedade. É ele que envelhece o seu cérebro pelo bem da mocidade.

É ele ainda o apóstolo que arrasta as multidões em torno do seu altar da pátria. É o pendão da família. Isto digno do jornalista que tem traçada sua norma e não dos parasitas que infestam a sociedade, alardeando virtudes que não possuem. Esses não são sacerdotes; são siluros, ou melhor, direi, camaleões, que mudam de cores conforme as ocasiões. São esses que surgem na arena não com o peito descoberto, porém com uma armadura, e trazem no rosto uma máscara para poderem ferir e não serem reconhecidos. Julgam isso talvez enganam-se; as boas ações são como o azeite... as toas são como pedras que lançadas ao mar não voltam...

Assim são os pseudos jornalistas, que logo ao surgirem, sem o mínimo motivo de ser, atacam este ou aquele, pelo mero gosto de atacar; meio talvez de angariar annungtos ou, quiçá, vinganças fúteis, que não são dignas de pisar um degrau do templo do jornalismo.

É o que tenho notado nesta Porto Alegre. Quantos e quantos nomes de jornais surgiram com boas e sãs ideias e não conseguiram vencer; mas o consolo resta aos diretores: a consciência tranquila, de terem cooperado para o bem, enquanto os que queriam fazer da pena não uma espada, mas sim uma taverna, vivem hoje desprezados na nuvem que passou. Os que conseguiram triunfar pelo bem hoje continuam sendo o baluarte que eleva cada vez mais alto as tradições Rio-Grandense.

Roguemos a Deus que perdoe os vendilhões que tentaram e que possa ainda tentar macular o sagrado ideal do jornalista!

A missão do jornal é elevar e não deslustrar. Despreze-se, pois, os que se escondem debaixo desse nome, para saciarem vinganças baixas e de apregoarem anarquias quando o mundo quer e necessita de uma era de paz e de trabalho. E ponha-se um freio à depravação que arrasta de uma forma pandêmica, esta humanidade corrompida, que marcha a passos largos para o abismo, onde fenece a moral, em busca talvez de idos tempos, a reviver as Saturnais.

Ao homem que vota com pureza d'alma o seu ideal pelo jornalismo seja entoado um hino de glória, porque é a luz da humanidade e a lei dos bons costumes.

---

<sup>608</sup> O *Exemplo*, 21 de outubro de 1928. Autor: Jose de Francesco.